

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
CURSO DE DOUTORADO EM ECONOMIA

SOCIALISMO E MERCADO:

**A DIALÉTICA ECONÔMICA DA TRANSIÇÃO NOS PAÍSES ATRASADOS E A
RUPTURA STALINISTA**

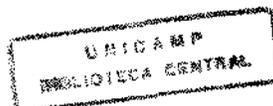
Doutorando: Paulo Antonio de Freitas Balanco

Orientador: Prof. Dr. Jorge Lobo Miglioli

*Este exemplar corresponde ao original da tese
degradada por Paulo Antonio de Freitas Balanco em
28/01/97 e assistida pelo Prof. Dr. Jorge Lobo Miglioli.
CPG/IE, 28/01/97*

Jorge Lobo Miglioli

Campinas, outubro de 1996.



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	UNICAMP
V.	1818s
TOMBO DE:	30274
PRCC.	281193
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	21/08/97
N.º CPD	

CM-00098075-5

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

B183s Balanco, Paulo Antonio de Freitas
Socialismo e mercado: a dialética econômica da transição nos países atrasados e a ruptura Stalinista / Paulo Antonio de Freitas
Balanco. -- Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador: Jorge Miglioli.
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Socialismo. 2. Mercado. 3. Comunismo. 4. União Soviética - Economia. I. Miglioli, Jorge. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

AGRADECIMENTOS

A atitude de agradecer a pessoas e instituições que tenham participado direta ou indiretamente da elaboração de um trabalho acadêmico, em apoio ou colaboração com seu autor, longe de apresentar-se como um procedimento formal, deve ser vista como uma iniciativa de delicadeza daquele que empreendeu um estudo e assume todas as responsabilidades pelo seu resultado. Mesmo assim, em determinadas circunstâncias, trata-se de uma manifestação de difícil implementação em virtude da dificuldade em se precisar quem de fato pode ser mencionado sem ferir suscetibilidades.

No caso particular da confecção desta tese as dificuldades em mencionar aqueles que devem receber os agradecimentos não são muito elevadas em face das condições particulares em que a mesma ocorreu. No geral, tratou-se, por opção pessoal, de um trabalho solitário. Com exceção das importantes discussões travadas com meu professor orientador, o diálogo ocorreu com os livros e os textos, sobressaindo, então, com mais ênfase neste processo os vínculos que ocorrem no plano afetivo e que se revelam de tão grande importância pelo apoio que representam para que qualquer trabalho dessa natureza tenha uma realização minimamente feliz.

Dessa maneira, agradeço em primeiro lugar ao Professor Jorge Miglioli pela disposição e, como não dizer, coragem por aceitar a orientação de uma tese de doutoramento a respeito de um tema que, equivocadamente, se encontra em tão baixa cotação atualmente nas academias. Em que pese a grande dificuldade, a discussão do socialismo continuou sendo encaminhada, mesmo que na defensiva. E, hoje, procurar estudar as causas e equívocos das experiências já realizadas e fracassadas, como é o propósito desta tese, não pode deixar de ser vista como uma atitude que tende a frutificar. Ela participa do esforço de retomada do lugar que o marxismo vem reconquistando como uma das nossas grandes aquisições, a qual permite a interpretação do mundo em que vivemos, ao tempo em que procura dar ao

socialismo o destaque que merece como uma das grandes preocupações da sociedade humana.

Evidentemente, não poderia faltar meu agradecimento à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) por ter criado as condições para minha vinculação ao Curso de Doutorado do seu Instituto de Economia. Sem dúvida, a passagem pelo referido programa representou uma profícua experiência cuja resultante foi uma gratificante elevação de meus conhecimentos como economista, com a qual passo a ter uma formação profissional e humanista que supera de longe as orientações áridas e conservadoras das escolas econômicas mais representativas do pensamento burguês. Em particular, me cabe agradecer aos professores de quem fui aluno durante a realização dos créditos em disciplinas. Além disso, não poderia deixar de registrar o tratamento atencioso e carinhoso que sempre me foi dispensado pelos diversos funcionários do Instituto de Economia, enfatizando aqueles vinculados à secretária do programa de pós-graduação.

O financiamento da minha estadia na cidade de Campinas durante quatro anos para a participação no mencionado curso de doutorado e elaboração da presente tese só foi possível em decorrência de uma bolsa de estudos oferecida pela CAPES do Ministério da Educação. Além disso, a instituição da qual sou funcionário, exercendo o cargo de professor de economia, a Universidade Federal da Bahia, permitiu meu afastamento das minhas atividades regulares para me dedicar exclusivamente às tarefas acima mencionadas sem prejuízo de meus vencimentos. Por essas razões devo agradecer enfaticamente a tais instituições.

O convívio com colegas do Curso de Doutorado da Unicamp foi de grande importância no sentido da apreensão da formação acadêmica ministrada como também para a constituição de fortes laços de amizade. Particularmente, sou grato aos colegas da turma de 1992 Vera Storck, Newton Paulo Bueno, Claus Germer e Sílvio Cário.

O meu retorno ao estado de São Paulo possibilitou durante quatro anos um envolvimento mais próximo com minha família de quem recebi grande estímulo para que o presente trabalho fosse realizado. Dessa maneira tem grande importância para mim a preocupação e o apoio permanentes manifestados por meus pais Antonio e Maria e por meus irmãos Maria José, João Jorge, Célia Regina, Ana Maria e José Mário.

A uma pessoa especial devo mencionar por ter tolerado as agruras da minha ausência em face de minha opção pela realização do doutorado. Trata-se de

meu filho Jan Felipe que, por residir em Salvador, esteve afastado de meu convívio quase todo o tempo em que permaneci na cidade de Campinas. Entretanto, mesmo à distância, sua existência sempre foi fonte permanente de minha inspiração.

Por último, uma bela descoberta tardia passou a fazer parte da minha vida na fase final de redação deste trabalho. Pelo carinho e pelo incentivo intelectual, um grande beijo para Ana Paula.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	7
CAPÍTULO I:	
A REVOLUÇÃO SOCIALISTA NOS PAÍSES ATRASADOS: A SUPERAÇÃO DE UM VIÉS DETERMINISTA DO MARXISMO	19
Introdução	19
1.1 O marxismo e as premissas do desenvolvimento histórico	23
1.2 Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento teórico	31
1.3 A dialética econômica da transição I: a inevitabilidade do mercado e do direito burguês	58
CAPÍTULO II:	
A RUPTURA STALINISTA: A NEGAÇÃO DA DIALÉTICA DA TRANSIÇÃO	72
Introdução	72
2.1 Atraso econômico, limitação material e gestação burocrática	77
2.2 A dialética econômica da transição II: a pré-condição externa para a realização do socialismo	90
2.3 Os fundamentos autárquicos da construção ideológica stalinista	100
CAPÍTULO III:	
FORMULAÇÕES ECONÔMICAS MERCANTIS PARA A URSS	113
Introdução	113
3.1 A fórmula "preliminar" de Lenin: acumulação privada, tributação e cooperação com <i>capitalismo de Estado</i>	117
3.2 O modelo "integrado" de Trotsky: industrialização, planificação e proporcionalidade econômica com mercado mundial	140
3.3 O modelo harmônico de Bukharin: agricultura, espontaneísmo e mercado interno	167
3.4 O modelo "excludente" de Preobrázhensky: conflito, acumulação primitiva e trocas desiguais	190

CAPÍTULO IV: A LÓGICA ECONÔMICA DA AUTARQUIZAÇÃO. DESPROPORCIONALIDADES E DEFORMAÇÕES	212
Introdução	212
4.1 A dialética econômica da transição III: o retardamento da internacionalização da revolução e a modernização soviética	215
4.2 O significado da autarquia no período da NEP	228
4.3 A consolidação da autarquia: industrialização e coletivização guiadas pelo empirismo	237
BIBLIOGRAFIA	260

INTRODUÇÃO GERAL

As transformações registradas entre o final da década de 80 e o início dos anos 90, que marcaram a derrocada final do regime soviético e seus congêneres do Leste europeu, promoveram uma mudança radical no cenário das nações, muito embora, ironicamente, ao mesmo tempo, tenham re colocado em destaque para a humanidade um tema presente como uma de suas principais preocupações há muito tempo. Trata-se da **necessidade** e da **possibilidade** do socialismo, questionamento agora formulado perante renovadas afirmações opostas: aquelas que apontam o capitalismo como o sistema capaz de oferecer à sociedade as condições de bem-estar material, harmonia e justiça social, pautadas em processos econômicos e sociais democraticamente extensivos

A crise do Leste europeu, tomada, deliberadamente ou não, como a pretensa "crise final" do marxismo/socialismo, propiciou, desde então, um recrudescimento da apologia do ideal capitalista, sem deixar de atingir profundamente os meios que se filiam à idéia socialista. Como nunca visto, uma verdadeira pregação procura justificar, em face destes recentes acontecimentos históricos, uma suposta infalibilidade da tese que atribui ao capitalismo uma existência definitiva, a qual o credenciaria como a **única** organização econômica capaz de conduzir o gênero humano à superação de suas desigualdades imemoriais.

A história estaria a demonstrar, segundo esta ótica, que o socialismo fracassou e, assim, não teria passado de uma quimera daqueles que o conceberam. Noutros termos, entendem que o imaginário humano teria ganho mais uma e importante entidade, que se somaria à gama de seres intangíveis sempre buscados e nunca alcançados.

Conseqüentemente, a categoria histórica conhecida como o *mercado* é realçada à condição positivista de exclusivo e inexorável regulador da produção econômica, conhecendo sua plenitude na sociedade capitalista. Associa-se a esta postura o recente ressurgimento do "conceito" de **neoliberalismo**, agora calcado na variante ideológica que afirma "o fim da história": a história acabou, os sistemas

de tipo soviético foram eclipsados diante de uma comprovação da superioridade das economias de mercado sobre as economias planificadas.

Em que pese o conteúdo fortemente ideológico de tais afirmações, é necessário proceder com cautela e rigor, porém. Esquecem-se tais argumentos do grande sofisma encartado neste raciocínio: socialismo e o regime que existiu na URSS não significam, em absoluto, a mesma coisa; é impossível traçar um sinal de igualdade entre ambos concluindo por sua equivalência:

"(...) O marco histórico de 1989, que deu o sinal de partida para o desabamento dos regimes burocráticos da ex-URSS e de seus satélites do Leste da Europa, demonstrou ao mundo a falência dos sistemas que esmagavam as liberdades, a iniciativa e a criatividade e que deixavam para uma classe dirigente o privilégio exclusivo de tudo decidir, de recompensar e de castigar. Esta falência não é a do socialismo, que jamais conseguiu ser construído nestes países. É a dos regimes que não eram senão um arremedo de socialismo, onde o arbitrário se sobrepunha à racionalidade econômica. Para numerosos observadores e analistas ela demonstra, todavia, a falência da economia planificada como tal, a utopia do socialismo e a inexequibilidade da teoria marxista de que os dirigentes dos regimes derrubados se reivindicavam. O perigoso corolário de uma tal avaliação consiste em transferir para o capitalismo, o qual se gostaria que sucedesse a estes regimes, o ônus da prova de sua capacidade de melhorar as coisas, de sua aptidão para atender às necessidades econômicas e sociais da população. (...)".¹

Por outro lado, contudo, este equívoco foi verificado às avessas. Partindo de uma posição doutrinária de conformação oposta foi possível também constatá-lo durante várias décadas na análise efetuada por grande maioria do chamado movimento operário e socialista internacional (seus partidos, organizações, dirigentes, pensadores, intelectuais e acadêmicos) para caracterizar os regimes econômico-político-sociais formadores do então bloco do COMECON.² E agora, após a revelação da verdade, em simultaneidade com a ideologia emanada pela burguesia no momento presente, muitos daqueles, adeptos ao socialismo, que recusaram ou não compreenderam a caracterização de tais países como **não socialistas**, passam também a uma posição de interpretação da catástrofe do mundo soviético como sinal de inequívoca comprovação da falência do marxismo/socialismo.

¹GILL, Louis. *As transformações econômicas no Leste*. In NÓVOA, Jorge (org.). *A história à deriva um balanço de fim de século*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1993.

²Conselho Econômico de Ajuda Mútua. Organismo que reunia os países do bloco soviético para fins de integração econômica.

Como consequência destes novos acontecimentos históricos, muitos sentem-se instados a "re pensar" o próprio conceito de socialismo. E este repensar resulta inclusive admitir como *inevitável* um suposto papel universal e fundamental do mercado e da livre iniciativa como elementos indispensáveis do desenvolvimento e da regulação econômica numa perspectiva supra-histórica. Por isso, no que diz respeito ao socialismo, o mercado deveria ser admitido como ordinário e preponderante na composição de sua estrutura. Tal versão reforça uma rejeição ao princípio do planejamento econômico geral como regulador necessário da economia socialista e ao próprio socialismo como propugnado por Marx.

Segundo este entendimento, o fracasso soviético teria colocado a nu, por diferentes razões, a impraticabilidade e a indefensabilidade da planificação econômica. Disso decorre a afirmação que aponta o mercado - uma vez estabelecido enquanto uma categoria histórica em sua versão capitalista - com o significado de perenidade e, portanto, como sendo o regulador irremovível fundamental. Agora, seria impossível ao socialismo sobreviver sem o mercado, o que deu margem inevitavelmente a construções e reafirmações teóricas de sociedades finais do tipo "socialismo de mercado", "mercado socializado" ou "mercado socialmente controlado", para não falar de outras variações sobre este mesmo tema.

Todavia, pensa-se, uma análise centrada nos próprios conceitos marxistas tem a virtude de desvelar semelhante equívoco. É inegável que a questão do **mercado no socialismo** não é um tema inédito e nem se manteve como um anátema entre os marxistas como equivocadamente muitos querem dar a entender ao reformularem seus posicionamentos a partir do fim do binômio stalinismo-burocracia. A bem da verdade, por conta do controle exercido sobre o movimento socialista por longo período, considerando o estabelecimento de um regime burocratizado na URSS que, procurando meios eficientes asseguradores de sua sobrevivência, competentemente lançando mão de um instrumento ideológico particular, hostilizava o princípio do mercado, ocorreu o sepultamento de um mecanismo econômico na transição que considerasse corretamente a contradição entre a propriedade social dos meios de produção - a conquista fundamental da revolução - e o grau de desenvolvimento econômico atrasado enfrentado por aquele país, em meio à configuração de um determinado quadro onde se destacava o bloqueamento da expansão revolucionária para o exterior, na fase que se descortinava após a tomada do poder em 1917.

Assim, sem dúvida, com o desmoronamento do império burocrático, apresenta-se mais fácil reconhecer que desde seus primórdios a problemática do

socialismo, segundo a ótica marxista, traz em seu interior o enfrentamento da questão do mercado como uma de suas componentes, sendo esta uma conclusão de primeira hora que decorre naturalmente do caráter materialista do método empregado por Marx para a interpretação histórica. A consideração desse tema, então, apresentou-se como obrigatória desde cedo quando das primeiras tentativas de teorização da organização econômica do socialismo tal como empreendida parcial e preliminarmente por Karl Marx e Friedrich Engels em alguns de seus textos, particularmente *A crítica do Programa de Gotha* e *o Anti-Dühring*.

Com efeito, destaca-se neste trabalho de doutoramento, como norma teórica orientadora, a questão primordial do *paradigma* mercantil na passagem ao socialismo. E, em particular, a preocupação fundamental está voltada para sua aplicação a um evento histórico concreto portador de seus elementos, ou seja, à tentativa socialista pioneira fracassada na URSS. Por conseguinte, procurar-se-á constatar, como um dos principais objetivos do estudo em pauta, que a concretude histórica revelou a supressão do necessário processo de **transição** ao socialismo solicitado pelas particularidades histórico-sociais que envolviam aquele país após a revolução de 1917, o que implicava, em termos práticos, a implementação de uma orientação econômica em oposição àquela apontada pela reflexão teórica que o marxismo conseguira desenvolver para além dos passos iniciais de seus fundadores. Concluir-se-á, então, que, no plano da ação humana consciente, a recusa, ou a inobservância de procedimentos econômicos pautados na **dialética econômica da transição** apresenta-se como o elemento chave, ou a explicação mais plausível da inviabilização da primeira experiência socialista.

Esta dialética, presente nas condições concretas enfrentadas pela Rússia pós-revolucionária, indicava uma postura econômica de reconhecimento da inevitabilidade da participação da URSS no ambiente mercantil-capitalista, tanto interna como externamente. Em se tratando de um país atrasado que realizara a revolução proletária, e em função da sua não *ocidentalização* no curto prazo, a presença das relações mercantis apresentavam-se como inevitáveis, em determinadas condições, no processo da construção do socialismo da União Soviética. Entretanto, bem entendido, tais relações deveriam ser admitidas em caráter transicional, evidentemente concebendo-as como componentes de um mecanismo econômico que deveria ser empregado com o objetivo de viabilizar o socialismo e não com o interesse de perpetuar procedimentos próprios do mundo mercantil e, sobretudo, do capitalismo.

Considera-se, então, e como será melhor explicado adiante, que o próprio marxismo, não apenas em sua origem mas também em seu desenvolvimento já alcançando o século XX, inclusive quando do esforço realizado pelas suas principais cabeças acerca das alternativas que poderiam ser adotadas pela URSS em seu desenvolvimento, forneceu os argumentos justificadores do mercado (ou elementos mercantis) no socialismo. Assim, procurando resgatar tais elaborações como base teórica, com esta tese de doutoramento pretende o autor participar do debate acerca das motivações que levaram ao fracasso do regime soviético e, por conseguinte, da inviabilização do projeto socialista.

Torna-se pré-condição para a realização da citada discussão apresentar, à luz da realidade capitalista interpretada pelo marxismo, o socialismo como uma necessidade objetiva da sociedade humana no sentido não apenas de sua preservação como também de sua evolução. Para que tal projeto possa tornar-se realidade, em última instância, é requerida a supressão das leis econômicas do capitalismo que trazem em si elementos permanentes de desigualdade, desequilíbrio, instabilidade e destruição. Contudo, tais elementos, contraditoriamente, sob certas condições, apresentam-se como importantes e inevitáveis para que esse projeto seja viabilizado.

Logo, pode-se dizer que se deseja analisar teoricamente, respeitando-se certos recortes, as condições em que os mecanismos de mercado devem ser utilizados em países que abraçam o projeto socialista. Isto é, naqueles países em que o movimento histórico-político permite a transferência da propriedade dos meios de produção da burguesia para as classes sociais que trabalham.

Assim é que, tendo-se como referencial a teoria e a doutrina de Marx, reconhece-se que o mercado é uma categoria histórica que na maioria das vezes poderá ser utilizada como forma concreta na construção da organização econômica do socialismo como condição necessária mas não suficiente. Admitida essa possibilidade, se o objetivo é o socialismo, o mercado torna-se peça do seu mecanismo econômico no contexto da **transição**, devendo ser, entretanto, "desconstruído" como meta a ser alcançada, ou como elemento autônomo permanente.

Ao mesmo tempo, tomando-se a URSS como o "passado" histórico, deve-se ter em mente que a *dialética econômica da transição*, expressando a tradução prática do emprego do elemento mercantil na transição ao socialismo, teria que ser adaptada à situação de um país atrasado que se destacaria como o pioneiro a realizar a revolução desapropriadora da burguesia. A grande dificuldade para o

enfrentamento dessa difícil adaptação passava pela solução de uma questão para a qual o marxismo encontrara dificuldades em apresentar respostas precisas até a extinção do século XIX. Até então, o marxismo não dispunha dos argumentos convincentes para fazer a defesa da empreitada representada pela iniciativa revolucionária do proletariado rumo à implantação de seu próprio poder num país atrasado. Sobretudo, de acordo com a visão de seus representantes na Rússia e na Alemanha, tornara-se enrijecido por meio de uma ortodoxia que só admitia semelhante iniciativa no interior dos países capitalistas desenvolvidos.

Assim, a dialética econômica da transição teria que ser reformulada com base numa nova argumentação teórica, a qual estava associada à justificativa da deflagração da revolução socialista num país atrasado participante do universo dominado pelo capitalismo. Fazia-se mister, de tal modo, uma **atualização** teórica do marxismo correspondente à precisa caracterização do desenvolvimento do capitalismo na oportunidade em que este ganhara uma conotação que o distinguia profundamente daquela sua fase chamada concorrencial. E na medida em que foi possível ao marxismo avançar para um patamar mais elevado em sua trajetória teórica, foram criadas as condições solucionadoras das dúvidas que se apresentavam perante a alternativa revolucionária do país atrasado.

Reconhecida semelhante evolução com o aparecimento da *teoria da revolução permanente*, vinda à luz nos primeiros anos do século XX, argumenta-se aqui que a Revolução Russa pode ser centrada numa base teórica que justificaria sua efetivação como um evento completamente possível em face de sua lógica interna e do tratamento inovador que dava ao modo de produção capitalista e à *revolução proletária mundial*.

Mas, acredita-se, se a teoria da revolução permanente apresentava as razões para o início do socialismo a partir de um país atrasado como a Rússia, ao mesmo tempo definia a nova sociedade como um *sistema* mundial, o que por si só apontava para a impossibilidade de sua realização no espaço *nacional*. Desta forma, concomitantemente, fazia parte de seus dispositivos teóricos, permitir a interpretação do prosseguimento da tentativa socialista no país atrasado sob condições mais restritivas, como acabou se materializando com o não prosseguimento revolucionário para os países desenvolvidos da Europa no curto prazo.

De tal forma, com a verificação de uma *hipótese particular* implícita à teoria da revolução permanente, o não surgimento de novos espaços socialistas ao redor da Rússia, a dialética econômica da transição passava a ser identificada com a

adoção de mecanismos transitórios em cuja finalidade estava o ingresso do país na modernidade em condições mais propícias, em face da propriedade social dos meios de produção, do que aquela que se projetaria de uma trajetória capitalista ordinária. Ao mesmo tempo, como se depreende, essa modernização não poderia ser considerada como uma realização efetivamente socialista, já que a mesma seria impossível sem as amplas vantagens para a vida interna advindas do intercâmbio econômico com os países mais desenvolvidos em bases solidárias.

Ver-se-á, portanto, que mesmo diante da ausência das condições favoráveis ao erguimento pleno do socialismo, a teoria da revolução permanente possuía versatilidade suficiente para apontar uma orientação que, ao mesmo tempo em que criava perplexidade, se colocava em perfeita sintonia com a dialética econômica da transição inspirada no materialismo histórico: mesmo participando das relações econômicas comandadas pela lei do valor seria muito mais proveitoso estabelecer o processo de desenvolvimento interno da Rússia, tendo como referência a *lógica* da revolução socialista internacional, sem a sua exclusão do mercado mundial e sem o seu isolamento perante a divisão internacional do trabalho. Já o desenvolvimento econômico praticado com referência a uma suposta integridade socialista, de acordo com a justificativa ideológica do stalinismo, apenas poderia ser fundamentado na autonomia soviética, e, assim, basear-se-ia exclusivamente em seu enorme atraso econômico, ao qual se somava a devastadora destruição observada como consequência da luta pela retenção do poder entre 1917 e 1920. Desse modo, a via adotada antecipava desde logo um desfecho por meio de um tipo de desenvolvimento que conduziria à auto-destruição.

Do ponto de vista metodológico, como se pode depreender, este estudo reporta-se a um intervalo temporal preciso. Cobre o espaço de tempo que vai de 1905 aos primeiros anos da década de 30, período em se descortinou o surgimento da teoria da revolução permanente, a realização da Revolução Russa de 1917, as contribuições teóricas para uma organização econômica inerente à não *ocidentalização* da revolução; e também o surgimento e consolidação do fenômeno burocrático negador da dialética da transição que conduziu a URSS ao isolamento e a seu posterior fracasso sob o comando imperial de Stalin.

Justificar-se-á aqui que a URSS dispunha de elaborações econômicas, propostas pelos seus principais líderes, em consonância com a dialética econômica da transição proposta pela teoria da revolução permanente. Porém, elas seriam subvertidas em sua coerência por Stalin quando necessitou produzir uma ideologia condizente com sua ascensão ao poder como líder de uma casta social que

encontrava na propriedade estatal dos meios de produção seu habitat adequado para levantar-se como uma "classe" dominante.

A ideologia de Stalin, a *teoria do socialismo num só país*, pode ser descrita como uma ruptura com a dialética econômica da transição, pois em seu âmago encontra-se a exigência do isolamento nacional perante o exterior, que tem o mesmo significado do levantamento da **autarquia** econômica, mecanismo fundamentalmente responsável pela construção de um aparelho econômico rico em desproporcionalidades e deformações que levariam a URSS a um desfecho trágico para as aspirações socialistas da humanidade.

No Capítulo I, intitulado **A revolução socialista nos países atrasados: a superação de um viés determinista do marxismo**, em primeiro lugar, procurar-se-á comprovar que o marxismo, visando atualizar-se em consonância com a evolução do modo de produção capitalista, como uma evidência e uma *totalidade* mundial, justifica coerentemente a realização da revolução proletária num país atrasado, como era o caso da Rússia em 1917. Rompendo com um viés determinista que levava os marxistas a um impasse a respeito da deflagração do processo revolucionário, estes passariam a admitir que a revolução poderia iniciar-se não apenas nos países capitalistas desenvolvidos. Atingidas determinadas condições no desenvolvimento do capitalismo, um país atrasado estaria em condições, se sua objetividade e subjetividade interna o permitisse, de apresentar-se como pioneiro na experiência revolucionária proletária. Essa possibilidade emanava do esgotamento da revolução burguesa como um fenômeno mundial e da situação de incapacidade que daí era criada para as burguesias nacionais dos países atrasados em desenvolver as tarefas típicas de sua própria classe. Ao mesmo tempo, em função do espraiamento das relações capitalistas para estes países, o proletariado formava-se em condições de advogar o cumprimento do papel que caberia originalmente à burguesia, fato que, por sua vez, o conduzia a constituir-se enquanto uma classe *para si*, e, por conseguinte, levava-o a postular a realização do próprio socialismo.

Considera-se aqui que a evolução teórica realizada pelo marxismo incorporando tal justificativa acontece com a elaboração da *teoria da revolução permanente* de acordo com os desenvolvimentos e contornos que lhe foram dados por Leon Trotsky. Já quando da realização da revolução de 1905 na Rússia Trotsky dispunha de um prognóstico que apontava para a possibilidade de efetivação da realização proletária naquele país, evento que acabou se concretizando em outubro 1917 sob a liderança do Partido Bolchevique. Assim, avalia-se neste capítulo, o surgimento daquele arcabouço teórico estimulou a iniciativa decisiva dos

bolcheviques que se encontravam diante de um beco sem saída até o início daquele ano em função das confusões em que estavam mergulhados provenientes da dificuldade em assumirem aquela inovação teórica que se fazia presente entre eles há vários anos.

Em segundo lugar, neste primeiro capítulo, procura-se discutir teoricamente as condições necessárias ao desenvolvimento econômico de acordo com a perspectiva do socialismo diante das condições histórico-concretas que se apresentavam. De tal sorte que, supondo a realização revolucionária apoiada na explicação dada pela teoria da revolução permanente, também o desenvolvimento econômico socialista não poderia ser estabelecido sem considerar tal argumentação teórica. Admitindo a necessidade da constituição de um quadro de *transição* ao socialismo, esta deveria ser centrada numa *dialética econômica da transição* fundamentada na teoria da revolução permanente. Nesse sentido, o mecanismo econômico a ser implementado não poderia fugir ao emprego de instrumentos econômicos de estirpe mercantil-capitalista, obviamente associadas aos princípios da organização socialista da economia. Busca-se, como não poderia deixar de ser, a elaboração de um quadro teórico interpretativo do **desenvolvimento econômico socialista**, apropriado às particularidades inerentes à União Soviética na oportunidade de levantar o projeto pelo qual se batera quando da realização de sua grande revolução. E, assim, procurar justificar porque se fazia indispensável uma "etapa" de desenvolvimento capitalista para a URSS, mas com a grande diferença que a mesma seria conduzida pelo próprio proletariado.

Considerando-se esta realização em um contexto teórico pertinente à transição, esta etapa revela-se como um processo contraditório assinalado pela presença do mercado e por outras categorias econômicas do mundo burguês (salário, moeda, acumulação privada, etc) projetados ao socialismo. Tratar-se-ia de uma continuidade transitória, cuja duração não pode ser estabelecida previamente. Quer dizer, os prazos e ritmos em que o mercado será ultrapassado depende de uma série de condições presentes interna e externamente ao país (sociedade) que se propõe a empreender a via do socialismo.

Depreender-se-á, então, que o afastamento das relações mercantis fundamentais, mesmo que se admita que no socialismo, a longo-prazo ou não, o planejamento não possa ser total, está em direta consonância com a necessidade da propriedade social dos meios de produção. Esta é a condição primeira delimitadora da nova formação econômica. Ao mesmo tempo, ela é exigida para tornar possível a disposição integral destes meios visando a eliminação do jogo das forças motrizes do capitalismo e para assegurar um crescimento econômico de

acordo com **outras** leis, quer dizer, as leis econômicas de uma economia socializada e planejada.

A lógica implícita a esta concepção é a de que o mercado capitalista objetivamente exige a propriedade privada como instituição e induz à constituição e ao funcionamento de um aparelho econômico-político tendencialmente voltado para a acumulação privada e que lhe é inerente. Por essa razão, as leis do mercado utilizadas no socialismo deverão estar sob o controle (subordinação) de leis econômicas de caráter socialistas, o que não deixa de constituir um quadro contraditório e conflitivo, mas conscientemente concebido.

O capítulo II chama-se **A ruptura stalinista: a negação da dialética da transição**. Nele defende-se a tese de que condições materiais particulares e excepcionais contribuíram decisivamente para o fortalecimento de uma burocracia, a qual pouco tempo após a revolução empalmaria o poder tendo em Stalin seu principal representante. Atuando como uma fração social, que não pode ser caracterizada como uma classe, tal burocracia tratou de conduzir os rumos dos país de acordo com seus interesses de casta, o que significou o desvirtuamento do objetivo socialista da Revolução Russa.

Uma vez que se valera das condições materiais para disseminar seus tentáculos pelos poros da sociedade, por meio do aparelho estatal e partidário, a burocracia necessitava de uma formulação teórica capaz de credenciá-la junto à grande massa de operários e camponeses. É por essa razão que Stalin recorre a um arcabouço aparentemente teórico, mas que na verdade aproxima-se muito mais a uma ideologia. Surge então a *teoria do socialismo num só país*, o contraponto de enfrentamento da burocracia à teoria da revolução permanente da qual se valia Trotsky e a "oposição de esquerda", adversários de Stalin pelo controle do poder, mas que ao mesmo tempo se afirmara como a referência que permitira a inspiração para a realização da revolução e para a adoção das medidas econômicas da transição.

Neste capítulo, então, estar-se-á comprovando que a elaboração da teoria do socialismo num só país significou um retrocesso, uma postura reacionária de rompimento com a dialética econômica da transição por advogar que a URSS deveria construir o seu "próprio" socialismo. Representava na prática a justificação teórica para um isolamento que serviria de base para a afirmação da *autarquização* econômica, fenômeno que conduziria às inevitáveis deformações. Conceituando a autarquia como o próprio socialismo, Stalin tratou de argumentar espalhafatosamente que o país já ingressara no socialismo em meados da década

de 30. quando, na verdade, suas atitudes resultavam na perpetuação do atraso por negar a necessidade do envolvimento da URSS com o mercado mundial diante de uma situação de adversidade representada pelo adiamento da revolução proletária nos países capitalistas adiantados.

No capítulo III, por nós chamado de **Formulações econômicas mercantis para a URSS** ver-se-á as elaborações teóricas apresentadas pelos principais indivíduos que se preocuparam em pensar a respeito da necessidade do estabelecimento de uma economia "mista" para a URSS. Adota-se aqui uma postura metodológica particular: trata-se de formulações dadas a conhecer por dirigentes políticos de grande envergadura e ao mesmo tempo dotados de reconhecida capacidade de reflexão teórica a respeito da esfera econômica. Trata-se de Lenin, Trotsky, Bukharin e Preobrazhensky. Por isso, não serão consideradas as contribuições de outros importantes participantes do processo de discussão da questão do desenvolvimento econômico soviético, tais como Smilga, Strumillin, Feldman e Kondratiev, entre outros. Julga-se que foram as idéias daqueles dirigentes revolucionários que estiveram na ordem-do-dia quando dos debates travados para a definição dos rumos econômicos do país, o que justifica que o interesse sobre a questão nesta tese esteja centralizado sobre os mesmos.

Além disso, aplica-se para a discussão deste capítulo, um outro procedimento metodológico, que se apresenta por meio de um corte temporal: serão consideradas as posições dos autores mencionados apresentadas a partir de 1921, desdobrando-se até 1928. Isto porque foi com o reconhecimento do fracasso do Comunismo de Guerra em finais de 1920 que os bolcheviques voltaram-se para pensar a economia admitindo a necessidade de uma transição. Em 1921, para confirmar essa preocupação, veio à luz a Nova Política Econômica (NEP), que traduziria a utilização de princípios mercantis para o desenvolvimento econômico interno. E até 1928 ainda continuaram as opiniões pautadas num princípio de organização econômica reunindo mercado e planificação.

Com esse terceiro capítulo quer-se verificar e avaliar as contribuições daqueles autores em consonância com a teoria da revolução permanente, posto que, imediatamente após a tomada do poder em 1917, os bolcheviques voltaram-se, motivados pela necessidade, para um mecanismo econômico que negava a transição e admitia, equivocadamente, a possibilidade da passagem direta para um aparelho econômico amplamente socialista. Então, acredita-se, com a elucidação de tal equívoco diante da evidência dos fatos, a partir de 1921 impôs-se o repensar do desenvolvimento centrado no reconhecimento da transição. Procurar-se-á, então, constatar nas formulações analisadas as aproximações e os distaciamientos face a

dialética econômica da transição apoiada na teoria da revolução permanente. A importância deste capítulo ganha maior dimensão quando se sabe que a mudança de rumos decorrente da consolidação do poder de Stálin se fez em dissonância com a orientação teórica e econômica majoritária sugerida e, em parte, aplicada na década de 20 na URSS. Dessa maneira, poder-se-á avaliar no capítulo seguinte, como comprovação do rompimento operado por Stalin visando sua afirmação como dirigente máximo, a conseqüente construção de um regime econômico ao mesmo tempo inerente a esse objetivo e portador da gênese de sua própria destruição.

Por fim, no Capítulo IV, **A lógica econômica da autarquização: desproporcionalidades e deformações** estar-se-á avaliando de que maneira a teoria do socialismo num só país inspirou a construção de um mecanismo econômico que lhe é inerente, mas que, antes de tudo, é completamente coerente com as necessidades da burocracia em reproduzir-se enquanto segmento de classe que exerce o papel de dominação de classe.

Defende-se aqui a idéia de que a teoria do socialismo num só país não pode ter outra tradução no campo econômico que não aquela que implica a negação da transição e, portanto, a rejeição da importância das relações mercantis para, transitoriamente, o desenvolvimento econômico voltado para o socialismo. A conseqüência do prevalectimento da teoria de Stalin no campo econômico coincide com a supressão abrupta das relações mercantis internas como fonte importante da acumulação socialista, mas também com o rompimento das relações econômicas "normais" com o capitalismo no plano do mercado mundial num ambiente em que a URSS não poderia se furtar a exercer um determinado papel como membro da divisão internacional do trabalho como decorrência das adversidades provenientes do retardamento da revolução internacional.

A construção do socialismo por seus próprios meios, ou a lógica econômica da autarquia, resultaria na organização de um aparelho econômico interno deformado pelas enormes desproporções decorrentes de uma atividade econômica que exigia o superdimensionamento da indústria pesada. Resultaria isso na impossibilidade de criação das condições para a evolução e inovação tecnológica permanentes, as quais deveriam propiciar, em condições de relacionamento, sem subordinação, com o mercado internacional, a melhoria substancial das condições materiais de vida dos cidadãos da URSS e não a sua involução como acabou de fato ocorrendo.

CAPÍTULO I

A REVOLUÇÃO SOCIALISTA NOS PAÍSES ATRASADOS: A SUPERAÇÃO DE UM VIÉS DETERMINISTA DO MARXISMO

INTRODUÇÃO

No presente momento, procurando identificar as causas que possam explicar o fracasso da primeira experiência socialista, muitos, a começar pelos próprios socialistas, reforçam a tese de que a Revolução Russa ocorreu prematuramente. E tal impressão, o que é mais importante, se manifesta assentada numa suposta razão irremovível do marxismo: este teria sempre afirmado até às vésperas daquela revolução a impossibilidade de um país atrasado obter êxito no empreendimento socialista antes de conhecer uma experiência capitalista suficientemente desenvolvida para que as condições propícias ao surgimento do socialismo estivessem plenamente amadurecidas. Portanto, embora tardiamente, o tempo teria se encarregado de demonstrar a justeza dos prognósticos de Marx.

Como conseqüência de uma leitura que "congela" o marxismo como método de interpretação histórica, tal conclusão, na verdade, muito tempo depois, é apenas uma reprodução de afirmações que já estavam presentes desde quando se manifestaram na velha Rússia as possibilidades efetivas da ascensão do proletariado ao poder. De sorte que, os mesmos argumentos que insistem em desconhecer que o marxismo conseguira superar suas dúvidas quanto à localização correta da Revolução Russa no espectro do desenvolvimento histórico da humanidade, continuam a lançar mão de fórmulas que já estavam corroidas mesmo quando o capitalismo adquirira sua nova face na virada do século XIX. Hoje, a utilização de argumentos do tipo "a Rússia não tinha cumprido ainda sua fase

capitalista" soam muito mais como aforismos do que explicações com qualquer consistência aceitável à luz da história vista corretamente pelo método do marxismo. Aproxima-se mesmo de um anacronismo em face do perfil com o qual o capitalismo se apresentava à humanidade já nas duas primeiras décadas do século atual.

Em contrapartida, objetiva-se explicar no presente trabalho que o insucesso da construção do socialismo na ex-URSS não deveu-se somente ao atraso capitalista na Rússia quando do advento da revolução. Economicamente falando, paradoxalmente, argumenta-se aqui que a cristalização de uma posição que rejeitava a existência desse próprio atraso, como componente de uma determinada totalidade econômica, constitui-se numa raiz explicativa fundamental para o fracasso daquele projeto socialista. Em conseqüência, neste primeiro capítulo, como ponto de partida metodológico para o desenvolvimento deste estudo, pretende-se destacar que as condições objetivas particulares da Rússia em 1917, perante à interpretação marxista, não podem ser tomadas como justificadoras de uma suposta "incoerência" implícita à decisão dos bolcheviques em postular a implementação do projeto socialista naquele país.

As condições objetivas, associadas ao conceito de atraso, tendiam a impor aos marxistas uma postura deformadora, reducionista, no que respeita ao objeto de estudo. Dessa maneira, o "atraso" era, e ainda é, tomado como um objeto em "si próprio", isolado do contexto das relações que, ao cabo, eram (e são) as responsáveis pela "produção" do retardamento sócio-econômico.

A postulação bolchevique só poderia ter guarida do ponto de vista teórico se fosse elaborada em paralelo com uma indispensável "atualização" da interpretação marxista do modo de produção capitalista em seu desenvolvimento histórico. Uma atualização que se impunha pelo própria evolução do capitalismo, e que não pode ser vista como uma "artificialização" da teoria para justificar supostos paraísos oníricos.

Já no início do século XX o capitalismo apresentava seus traços fundamentais plenamente desenvolvidos: mesmo assim, o marxismo encontrava-se diante de um impasse relativamente à interpretação política de um regime que pudesse resultar da ação revolucionária do proletariado nos países relativamente atrasados da Europa. Impunha-se inapelavelmente a seguinte pergunta aos revolucionários: se por meio de sua força e organização o proletariado adquirisse condições para fazer desaparecer os regimes pré-capitalistas que perduravam após as vagas revolucionárias burguesas dos séculos XVIII e XIX, após tal ação de derrubada das forças monárquico-feudais, este mesmo proletariado deveria entre-

gar o poder à burguesia para que o país conhecesse seu período democrático-capitalista? Ou, em outras palavras, em que condições a possibilidade de efetivação de um poder do proletariado poderia se materializar?

Ao adentrar o século XX era opinião geral entre os marxistas que o proletariado deveria abrir mão do exercício do poder no sentido da implantação do socialismo mesmo que fosse o responsável direto pela superação do absolutismo. Porém, este mesmo século XX, ao trazer consigo as primeiras possibilidades de ação revolucionária independente do proletariado na Rússia, em 1905, possibilitou a evolução do marxismo para um novo patamar teórico-argumentativo a respeito da tomada do poder pelos trabalhadores nos países atrasados.

Até então insistia-se que o capitalismo, por seu próprio desenvolvimento, apontava como único caminho estratégico para o socialismo a deflagração da revolução proletária somente naqueles países onde as forças produtivas alcançavam um elevado grau de desenvolvimento, a revolução socialista deveria ocorrer pela primeira vez nestes países. A suposição de um desmentido a esta avaliação deveria ser encarada como uma heresia. Assim, negando essa possibilidade aos países atrasados, a partir do marxismo deveria concluir-se que uma revolução proletária em qualquer um desses países conduziria necessariamente a um regime econômico-político burguês que perduraria por um período de tempo indeterminado.

Entende-se que se tratava de uma compreensão determinista no que tange ao advento do socialismo, posto que seu conteúdo estava impregnado de uma concordância quanto a existência de um princípio de "inevitabilidade" da história. A interpretação dogmática e formalista das afirmações de Marx tornara-se uma barreira intransponível considerando a ausência de uma nova contextualização de suas análises a respeito do desenvolvimento do capitalismo.

Finalmente, a transposição dessa barreira foi efetuada quando a própria expansão do capitalismo, sob novas condições, para os países que ainda mantinham características fortemente feudais, permitiu que a situação russa clarificasse aos marxistas que o socialismo poderia iniciar-se indiferentemente tanto nos países atrasados quanto nos desenvolvidos. Esse discernimento possibilitou aos bolcheviques em 1917 o abandono de sua indefinição, que carregavam desde quando se constituíram enquanto organização revolucionária, assumindo o poder sem tergiversações e sem entregá-lo ou dividi-lo com a burguesia.

Neste capítulo inicial, como ponto de partida para as abordagens posteriores, que tratam da construção socialista, e em particular para a URSS, pretende-se discutir o conceito de transição ao socialismo nos países atrasados. Rompendo com uma certa tradição do marxismo que, se supõe, apresentava-se por meio de um *viés determinista*, qual seja, aquele que afirmava a impossibilidade da passagem ao socialismo a partir de um país economicamente atrasado, assume-se aqui que a *teoria da revolução permanente* surge como o elemento inovatório

Com essa teoria pode-se dizer que o marxismo passava a dispor de meios teóricos para superar sua dúvida. Poderia agora afirmar que, em determinadas condições, só o proletariado poderia implementar as condições para o desenvolvimento capitalista nos países atrasados. Mas, este desenvolvimento, pré-condição para a evolução das forças produtivas precursoras do socialismo, contraditoriamente, deveria acontecer sob controle e direção dos trabalhadores, o que implicaria a organização de um Estado operário. A concordância com tal ponto de vista tornou-se possível sob inspiração da *teoria da revolução permanente* que forneceu os meios teóricos justificadores do caráter proletário da Revolução Russa de 1917, a qual, iniciada na via de constituição de uma democracia liberal-burguesa, derivou rapidamente para a implantação de um Estado operário.

Com a discussão acima indicada ter-se-á o aporte sem o qual ficariam incompreensíveis as conclusões que aqui se pretende extrair, nos capítulos II e IV, a respeito do elevado equívoco cometido por Stalin ao formular sua *teoria do socialismo num só país* como fundamento de *ruptura* com este desenvolvimento teórico do marxismo, a qual aplicada mediante a forma de uma política particular de desenvolvimento econômico, contribuiria decisivamente para o fracasso do projeto socialista soviético. Simultaneamente, apresentar-se-á como elemento balizador das interpretações, realizadas no capítulo III, quanto à justeza e correção, assim como aos equívocos, das proposições atinentes ao emprego dos elementos econômicos próprios das economias de mercado num regime social fundado sob a égide do socialismo de acordo com as elaborações dos principais líderes da Revolução Russa. Estas contribuições para a composição da economia "mista" no regime político do proletariado, formuladas por alguns dos principais atores da cena política revolucionária proveniente de outubro de 1917, serão avaliadas e confrontadas, na primeira seção do capítulo IV, com as conclusões estabelecidas neste primeiro capítulo. Só assim, ter-se-á as condições para se proceder à avaliação, no mesmo capítulo IV, dos rumos tomados pela URSS no que concerne às decisões econômicas que acabaram por estatuir uma estrutura produtiva que se cristalizou como a fonte de sua própria crise terminal.

1.1 O MARXISMO E AS PREMISSAS DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

É bem conhecida a interpretação da evolução das sociedades humanas de acordo com a ótica do materialismo histórico. Com base nela argumenta-se que as fontes propulsoras do movimento histórico estão localizadas nas transformações operadas na organização social da atividade produtiva, ou, com maior precisão, devem ser identificadas como aquelas expressões econômicas que induzem as modificações ocorridas nas relações sociais que os seres humanos estabelecem entre si com o objetivo de garantir sua existência material.

Desde quando os homens passaram a utilizar o trabalho produtivo, isto é, se depararam com a possibilidade de transformação da natureza por meio do trabalho objetivando a obtenção dos meios materiais garantidores de sua existência, se separaram definitivamente da condição exclusivamente animal para adquirirem o status de *animal social* que organiza a atividade produtiva de forma minimamente racional. E essa organização exige procedimentos e atitudes segundo as quais os indivíduos passarão a desempenhar funções e papéis determinados para que o resultado produtivo aconteça sob certas condições. Quer dizer, ao produzirem, concomitantemente, os homens estabelecem laços entre si, os quais tem uma conotação eminentemente social. São as relações de produção, que refletindo o caráter dos meios de produção e das forças produtivas designam também as características gerais da própria sociedade.

Devido a isso, admitindo-se determinados cortes históricos, cada formação econômico-social que seja passível de localização ao longo da história pode ser interpretada em concordância com o conceito de *modo de produção*. O Modo de Produção, esta importante categoria da interpretação marxista da história, concentra, tendo a produção, isto é, a economia como sua base infraestrutural, todos os elementos próprios da sociedade, adquirindo, de acordo com o modo de produção isoladamente observado, características que lhe são particulares. Estas permitem, então, que se classifique os vários modos de produção, processando-se as distinções entre os mesmos e, por conseguinte, se perceba a trajetória da evolução histórica. Assim, para os marxistas, a uma determinada forma de produzir corresponde toda uma constelação de expressões ideológicas que podem ser

desdobradas, entre as mais importantes, em elementos jurídicos, manifestações políticas, práticas religiosas, concepções ético-morais e atitudes artístico-culturais.

Além disso, para que a compreensão metodológica do materialismo histórico fique bem sedimentada faz-se necessário verificar de que maneira o mesmo entende a *continuidade histórica*. A rigor, o modo de produção não deve ser visto como uma expressão estática. Isto decorre da evidência de que a própria atividade produtiva tem ao seu interior uma vocação para a transformação permanente, conferindo-lhe um conteúdo dinâmico em face da evolução tendencialmente progressiva das forças produtivas. Em certo sentido pode-se dizer que são estas que tem a "iniciativa" dentro do processo de transformação. Ao evoluírem, ou simplesmente se modificarem, elas exigem a necessidade do surgimento de novas relações de produção a ritmos previamente imprevisíveis, assim como o período de tempo em que as mesmas estarão plenamente constituídas. As relações de produção, assim transformadas, determinam, então, uma nova base econômica (infraestrutura) e, por conseguinte, em última instância, um novo modo de produção.

De acordo com o marxista e revolucionário russo Evgen Preobrazhensky, procurando sintetizar o significado desse método interpretativo da evolução histórica, "(...) O método do materialismo histórico é essencialmente um método de pesquisa altamente abstrato pois, no complexo indivisível do organismo social - onde as relações diretas do processo de produção se misturam muito estreitamente ao que se convencionou chamar, na terminologia marxista, 'de superestrutura' - o marxismo começa a análise a partir do centro evolutivo de todas as modificações e de todo o movimento, quer dizer, a partir da economia, separando-a de todo o resto, num momento determinado do estudo, pela força da abstração".³

E, antes de tudo, tomando o materialismo histórico por seu substrato estritamente teórico-abstrato, sem considerar diretamente as sociedades como concretes particulares, recorrendo-se ao historiador inglês contemporâneo Eric Hobsbawm, verificamos que "(...) A teoria geral do materialismo histórico requer apenas a existência de uma sucessão de modos de produção, e não a existência de modos específicos, nem que haja uma ordem pré-determinada para esta sucessão. (...)".⁴

Mas, no plano da existência histórica concreta, ao examinar-se a história realizada, conclui-se que **algumas** diferentes sociedades humanas, no que

³PREOBRAZHENSKY, Evgen. *A nova econômica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 52.

⁴HOBBSAWM, Eric, J. *Introdução*. In MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 22.

concerne às formas e os meios de produzir, estão "interligadas" entre si por meio de um processo de transformação no qual se destaca uma determinada "sucessão" de umas por outras. Quer dizer, a história realizada nos indica uma determinada linha de evolução com modos de produção particulares sucedendo outros que se apresentam como seus precursores.

Em vista disso deve ser observado com muito destaque que o traço fundamental desse processo é a *dialética* presente na transformação das relações de produção. Tendo em vista um modo de produção particular, este conhece sua existência, enquanto gênese, ainda quando o modo de produção precedente permanece existindo. Assim, as novas relações de produção não surgem unilateralmente e "exteriormente" a um determinado modo de produção, mas sim, elas só podem nascer dentro de um modo de produção que esteja em funcionamento.

Seria com base na constatação dessa dialética que Marx faria sua célebre argumentação a respeito da sucessão histórica no *Prefácio à Contribuição à crítica da economia política*, e que acabou tornando-se um clichê entre os marxistas:

"(...) na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.

*Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, esta relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, um época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mas ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. (...) **Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência (...).**"⁵*

⁵In MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos*. Alfa-Ômega, No. 3, s/d, pp. 301-302. Grifos meus

É muito importante para os propósitos deste estudo assinalar que estas últimas linhas desenvolvidas por Marx para, à guisa de síntese, explicar as condições que presidem o aparecimento e afirmação de um novo modo de produção, ou um novo tipo de sociedade, foram tomadas não poucas vezes pelos marxistas de forma generalizante e mecânica. Em que pese uma ausência de explicitude nestas palavras de Marx, na verdade, deve ser esclarecido que as mesmas não foram derivadas da observação "(...) *de um país considerado isoladamente, mas de uma seqüência de estruturas sociais universalizadas (escravidão, medievalismo, capitalismo)*".⁶ Então, constata-se muitas vezes a inversão do ponto de partida metodológico e, por conseguinte, verifica-se que o conceito de modo de produção, ou sua extensão analítica, o significado de formação social, foi, na maioria das vezes, confundido com o conceito de **nação/país**.

Assim, se a humanidade ingressara na ordem capitalista tendo como porta de entrada alguns países que se apresentaram como seus pioneiros, os demais deveriam obrigatoriamente seguir rigorosamente o mesmo caminho.

Enxergava-se uma lei de ferro independentemente dos fatos que apontavam que o novo modo de produção, enquanto forma organizativa da produção social, já se disseminara e predominava sobre o conjunto dos seres humanos a partir de determinada época.

Nesse sentido, para fazer juz às palavras de Marx, a formação social capitalista deveria ser identificada como um **sistema**, reunindo o conjunto das nações em seu interior, ainda que nem todas pudessem ser consideradas como países capitalistas. Procedendo-se dessa maneira evita-se o risco de vincular o conceito de modo de produção, sobretudo em se tratando da sociedade vinda à luz historicamente, às divisões geográficas estabelecidas entre os seres humanos. Explicando melhor, quer-se dizer que, uma vez que o capitalismo tenha se concretizado em seus traços definitivos em um determinado número de países até uma certa data, a partir daí o novo país que passasse a conhecer as novas relações de produção dentro de si próprio só estaria tomando conhecimento de algo já dominado historicamente. Não tratãr-se-ia, nesta situação, da reprodução da "construção" histórica do modo de produção, mas sim da inserção histórica deste país em um modo de produção já existente com todas as manifestações previsíveis relativas a um processo que se tornara universal.

⁶TROTSKY, Leon. *A história da revolução russa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, vol. 3, p. 1009.

A propósito, para precisar o *sistema capitalista de produção* seria necessário reconhecer que, atingidos determinados limites, as leis capitalistas de produção passaram a determinar a vida do conjunto dos países/nações. Não resta dúvida que, completada a primeira metade do século XIX, embora grande número de países ainda permanecesse sob condições pré-capitalistas, todas as transformações que ocorreriam na fisionomia e estrutura dos mesmos daí para a frente seriam determinadas pelas relações capitalistas de produção tendo como fonte irradiadora aquelas nações que se apresentavam como as novas potências mundiais. Vale lembrar a posição assumida pela Inglaterra como o novo centro do mundo e sua ação agressiva, chamada imperialista pelos marxistas, além fronteiras em busca de novos mercados e fontes de matérias-primas para viabilizar a concentração e centralização ampliada interna de seu capital.

Se o marxismo conceituara, já na segunda metade do século XIX, o capitalismo como um modo de produção de abrangência mundial, a vertiginosa expansão da sociedade burguesa até o final do século o obrigaria a caracterizá-lo sob outras condições. E partindo-se dos fatos, isto implicaria que ao iniciar-se o século XX tornara-se indispensável incorporar à atualização do marxismo o reconhecimento de que a formação social capitalista atingira sua plenitude, ou, em outras palavras, alcançara o desenvolvimento pleno de suas formas sociais determinantes, como, a saber, a propriedade privada dos meios de produção, o trabalho livre assalariado, o dinheiro e as relações de troca de valores-mercadorias na forma de um *mercado mundial*. A categoria *imperialismo* é definitivamente incorporada ao arcabouço marxista de caracterização do capitalismo, o que implicaria na afirmação de que o mesmo teria atingido sua *fase superior*.

Vistas dessa maneira, as condições que possibilitam o surgimento do socialismo a partir do modo de produção capitalista resultam no requisito de observar-se este último enquanto uma formação social plenamente presente e dominante entre os seres humanos, o que é possível não em termos de uma postura metodológica que vê os países isoladamente, já que o capitalismo manifesta-se, após cumpridas certas condições, enquanto uma *totalidade* e não como um somatório de diversos países. Se se concordasse que o capitalismo só poderia ser reconhecido em âmbito mundial quando um determinado requisito quantitativo estivesse cumprido, isto é, quando um determinado número de países adentrasse integralmente ao universo burguês, então seria forçoso admitir que nas primeiras décadas do século XX o mercado mundial capitalista ainda inexistiria, dado que um grande número de países permaneciam como colônias das grande potências e vários outros que tinham adquirido independência política formal ainda engatinhavam internamente no meio burguês.

Isto posto, é importante alertar que o materialismo histórico desdobra-se em duas facetas no estudo e interpretação do capitalismo. Por um lado, apresenta-se como ferramenta para o entendimento do longo processo que desaguou na sociedade burguesa, e por outro, orienta-nos para a compreensão desse modo de produção em si mesmo. De maneira que, no que concerne ao segundo aspecto, relativamente ao movimento econômico, como o faz em sua obra seminal *O capital*, Marx parte do plano abstrato construindo categorias que dão margem à elaboração de um modelo de capitalismo "puro". Depois progride para a análise do capitalismo concreto, procedimento que exige o reconhecimento da manifestação da *transmutação* daquelas categorias abstratas em categorias concretas. Por exemplo, o conceito de "preço" como expressão do valor de troca, do tempo de trabalho socialmente necessário: no capitalismo concreto este preço expressa-se como "preço de produção" que, como forma de manifestação da lei do valor, transforma-se no mecanismo que permite a distribuição da mais-valia pelo conjunto da economia com o propósito de garantir a reprodução do sistema.

Logo, ao interpretar o modo de produção capitalista no sentido de suas partes constitutivas, este arcabouço metodológico indica que, uma vez construído o modelo puro, deve-se derivar para a concretude constatando-se, então, a coexistência de relações de produção de tempos históricos distintos, capitalistas e pré-capitalistas, evidentemente com a predominância das primeiras.

De modo que, quer-se afirmar aqui, o advento do socialismo insere-se neste processo revelado pelo materialismo histórico, situando-se historicamente, porém, como uma sociedade que procede do capitalismo enquanto formação social que desenvolve as forças produtivas em um grau suficiente para colocar na ordem-do-dia, para toda a humanidade, o novo modo de produção:

"(...) As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução deste antagonismo. Dai que com esta formação social se encerra a pré-história da sociedade humana".⁷

A leitura que deve ser efetuada a partir dessas palavras de Marx indica a concordância com a interpretação de que as forças produtivas, em seu

⁷MARX, Karl. *Prefácio a Para a crítica da economia política*. In MARX, K. *Marx*. São Paulo: Nova Cultural, 1987, Vol. I, p. 30.

desenvolvimento a partir do capitalismo, ao tempo em que passam a exigir novas relações de produção que se adequem à sua vocação cada vez mais social, produzem também o fator social capaz de, no plano superestrutural, quer dizer, político, apresentar-se como a força revolucionária condutora dessa transformação. O proletariado, dadas certas condições, aparece como a pré-condição social mais importante para o advento do socialismo. Localizando-se como uma das duas grandes classes fundamentais no capitalismo, mas objetivamente em oposição à burguesia, encerra em si a "(...) *cooperação e a solidariedade generalizadas em lugar de todas as formas de comportamento e motivação associadas à propriedade privada e à competição.* (...)".⁸

Materialmente, um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e, relacionado a isso, socialmente, a formação do proletariado em igualdade de condições. São expressões, na esfera da objetividade, exigidas para a passagem ao socialismo que coincidem com o desenvolvimento do capitalismo industrial. Contudo, entendendo o capitalismo como um sistema constituído mundialmente, tendo a indústria altamente desenvolvida e o proletariado que lhe é inerente uma vez surgidos nos países centrais, torna-se automaticamente obrigatória a tendência à reprodução dessas características nos países onde as relações pré-capitalistas dominam.

Acontece que, bem entendido, avaliando-se que o capitalismo deva ser interpretado metodologicamente como um modo de produção que coincide com um sistema estabelecido de acordo com o movimento histórico acima descrito, deduz-se implicitamente que sua marca fundamental é a *desigualdade* entre as várias unidades nacionais que o compõe. *Desigualdade combinada* que se revela como um quadro capitalista permeado pela heterogeneidade determinada pela hierarquização entre forças nacionais dominantes e dominadas e por uma escala entre centros e periferias. Mesmo assim, são corpos de uma mesma estrutura, já que todos se interrelacionam obrigatoriamente dentro do mecanismo representado pelas leis do mercado operando internacionalmente. Isto é, no plano de um mercado mundial. De tal sorte que, mesmo se manifestando a enorme diferença entre o grau de desenvolvimento econômico entre os vários países, sem sombra de dúvidas trata-se de um *sistema completo*. Em outras palavras, apresenta-se como um sistema historicamente acabado, que se reproduz dentro de si mesmo preservando essa desigualdade indispensável a sua sobrevivência.

⁸MANDEL, Ernest. *Trotsky: um estudo da dinâmica do seu pensamento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, p. 22.

De sorte que a história mostrava com nitidez que aquela evolução pela qual tinha passado os países capitalistas pioneiros, conforme explicava o esquema marxista, tinha sido colocada de ponta-cabeça, podendo-se, portanto, extrair disso que aquela trajetória seguida pelos países avançados não mais poderia ser tomada pelos atrasados como a "imagem de seu próprio futuro". Com o imperialismo surgia um bloqueio de dimensões quase intransponíveis para uma ampla modernização e industrialização nos chamados países subdesenvolvidos.⁹ Neste novo período que se abria para o capitalismo uma dinâmica de desenvolvimento contraditória se instalava: os países imperialistas podiam crescer organicamente apenas em função de sua própria expansão nos países dependentes (colônias e semi-colônias). Ao mesmo tempo, a consolidação desse subdesenvolvimento passava a ser uma restrição para o desenvolvimento futuro desses países centrais. Então, chegado ao seu limite, a expansão de um país imperialista passaria a ter como norma a ocupação dos espaços pertencentes a outros países de natureza semelhante, procedimento que resultaria numa luta incessante pela divisão do mercado mundial cuja conseqüência trágica seria a transformação do século XX em um palco permanente de conflitos, guerras e revoluções.¹⁰

Ao contrário dessa leitura, predominou uma conclusão baseada num determinismo econômico que, negando a dialética do método de Marx, afirmava que o socialismo só poderia surgir de um misterioso "colapso final" do sistema capitalista. A fé inabalável no advento do colapso, evidentemente, estava associada a uma restrição fundamental, qual seja, a de que, partindo do pressuposto que o socialismo só poderia ter seu ponto de partida num país capitalista desenvolvido, se verificasse uma indispensável *homogeneização* entre todos os países que compunham o sistema, o que, certamente, negava a possibilidade de que o novo modo de produção pudesse iniciar-se num país relativamente atrasado. Faltava ao marxismo, no início do século XX, uma atualização de apreensão analítica da evolução alcançada pelo capitalismo até aquele momento. Só assim, inscritas na moldura representada pelo mapeamento do capitalismo em seu desenvolvimento pleno, as palavras de Marx passariam a ter sentido, ao tempo em que o processo da *revolução proletária (socialista) internacional* passaria a ser compreendido distintamente da natureza daquele processo que se consolidara como a *revolução burguesa mundial*.

⁹MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*. São Paulo, Xamã, 1995, p. 22.

¹⁰Idem, p. 22

1.2 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Quando Marx e Engels fixaram a meta imprescindível de fazerem do capitalismo seu objeto primordial de estudo, ao mesmo tempo, pelas observações que puderam efetuar como espectadores privilegiados de um processo ainda inacabado, já foi possível avançar em perspectiva o futuro, para eles, objetivamente necessário a ser perseguido pela humanidade. Em consequência, como parte inseparável daquele estudo, viram-se diante da contingência de refletirem a respeito da revolução proletária como condição obrigatória para a implantação do socialismo. E, também, integrando essa avaliação, considerando o mundo burguês ao final da primeira metade do século XIX, constataram que as premissas objetivas para o socialismo estavam colocadas, muito embora a burguesia não houvesse completado seus fins históricos e o proletariado ainda fosse incapaz de assegurar o poder em suas mãos como bem demonstraram os acontecimentos da Revolução de 1848 na Alemanha e, mais tarde, em 1871, quando da tentativa de consolidação da Comuna de Paris.

Mas, se avançarmos no tempo e procurarmos pontos de contato entre os fundadores do marxismo e seus seguidores a respeito da revolução proletária, pode-se observar que enquanto Marx e Engels empreenderam acerca da mesma sobretudo um esforço reflexivo, iniciativa ocorrida nos espaços políticos por eles vividos entre 1848 e o final do século XIX, por outro lado, para os revolucionários russos, no início do século XX, tratava-se de ultrapassar a etapa da reflexão para enfrentar a possibilidade concreta da mesma revolução. Ainda assim, a bem da verdade, em 1848 já era perceptível a antecipação de um quadro que se cristalizaria no futuro não muito longínquo. A burguesia se consolidava em um determinado núcleo de países ao mesmo tempo que em outros ela se mantinha relativamente incipiente e impotente para conduzir até o seu final as ações que confirmariam um regime econômico-político eminentemente capitalista. Era o caso particular e significativo da situação da Alemanha em 1848: a incapacidade revolucionária da burguesia alemã precipitava, mesmo em condições incompletas, a possibilidade de realização da revolução proletária como medida solucionadora das tarefas que esta burguesia procurava ainda levar adiante, embora, neste caso, de forma incompleta.

No início do século XX essas diferenciações acentuadas pela premência de realização das tarefas típicas da revolução burguesa e a ausência de uma burguesia capaz de realizá-las ressurgiram com grande ênfase na Rússia. Tratava-se, no caso russo, do aparecimento de condições "estruturais" semelhantes às da Alemanha de 1848. Esta semelhança consistia no fato de que nos dois países, em tempos distintos, suas "burguesias" nacionais viram-se em grande dificuldade para assumir definitivamente a condição de classe dominante diante de um proletariado que se alçava a uma ameaçadora posição de importância social e organização política. Todavia, na situação alemã, uma classe social, dominante por sua vocação histórica, representativa de um modo de produção que se assentava historicamente por intermédio do processo revolucionário burguês ainda em **ascensão** no plano mundial, encontrava dificuldades para conquistar o seu lugar estrutural no plano nacional, sem entretanto deixar de fazê-lo mais tarde, enquanto que na Rússia, nas duas primeiras décadas do século XX, a revolução burguesa mundial encontrava-se em seu **declínio**, implicando que agora, no plano internacional, a revolução proletária passava a reunir as condições para expandir-se. Assim, como parte desse novo cenário, havia simultaneamente uma grande diferença e esta resultava de uma situação em que "*(...) a atualidade mundial da revolução proletária devia impedir a burguesia russa de constituir-se em uma classe politicamente forte sobre a base de um desenvolvimento tardio, embora rápido e impressionante, das forças produtivas e criar um proletariado que, ao contrário da classe operária de 48, apresentava-se capaz de se adiantar à burguesia no cumprimento de suas tarefas históricas. (...)*"¹¹

Pode-se inferir, conseqüentemente, como será melhor discutido mais adiante, que participava intrinsecamente desse processo uma relação positiva entre o desenvolvimento material do capitalismo, o crescimento extensivo da acumulação do capital, e a expansão exponencial da revolução mundial burguesa. Uma vez estabelecidos os limites do mercado mundial e do sistema capitalista internacional, esta mesma relação trataria de reverter o curso revolucionário burguês, conduzindo-o numa inflexão para baixo ao tempo em que trazia à luz o amadurecimento das condições favoráveis à revolução proletária internacional.

Nesta altura do desenvolvimento histórico, ou seja, tendo-se em mente a trajetória das revoluções burguesas e a evolução econômica do capitalismo já constituído é possível argumentar que se consolidara no interior do marxismo uma ambigüidade referente à interpretação das posições teóricas e práticas quanto ao tempo histórico adequado para a realização da revolução proletária. Contribuiu para a perenidade desse posicionamento a presença de uma "desigualdade" no "modelo"

¹¹BROSSAT, Alain. *El pensamiento político del joven Trotsky en los orígenes de la revolución permanente*. México, Siglo Veintiuno, 1976. p. 9.

de Marx e Engels - a qual deve ser admitida como conscientemente inserida pelos próprios autores por consequência das exigências metodológicas analíticas - no tocante à transição entre a consolidação do capitalismo e o surgimento das perspectivas da revolução proletária. Essa desigualdade está presente, e resulta imprescindível, numa determinada instância da análise, a saber, naquela que se reporta ao posicionamento histórico, na linha sucessória, dos dois diferentes modos de produção em questão. Por outro lado, em outra instância da análise, dissecando o corpo do capitalismo como um modo de produção constituído, notadamente no que se refere às suas leis econômicas, Marx e Engels concluíram pela possibilidade de sua substituição prática pelo socialismo. Daí que, tendo isso em mente, para a teorização da passagem ao novo modo de produção a partir do capitalismo, um entendimento analítico preliminar advindo do materialismo histórico deveria enfatizar o movimento em si. Como não poderia deixar de ser, estaria de acordo com um modelo abstrato onde as etapas, **final do capitalismo e início do socialismo**, em suas componentes e requisitos históricos podem, mesmo que interligadas na realidade, ser definidas e separadas sem prejuízo da compreensão da lógica do movimento histórico.

Interpretando equivocadamente este modelo os próprios marxistas transportaram esta separação - concebida originariamente de forma deliberada para ser tratada na esfera teórica - para o terreno da prática, isto é, quando da transformação do modelo abstrato, puro, em um modelo concreto, portador dos critérios justificadores de realização da revolução socialista, onde os elementos políticos estariam presentes em posição de grande importância. As raízes desse equívoco, por sua vez, certamente estão relacionadas à insistência em igualar o modo de produção capitalista ao restrito conceito de "país", quando o mais adequado seria compreendê-lo conforme um sistema, na mesma linha da discussão estabelecida na seção anterior. Como uma componente, implicitamente, encontra-se aqui o ponto de vista reducionista que vislumbra a revolução socialista somente concernida ao espaço nacional, conclusão que conduz ao suposto pré-requisito de que esta condição só poderia ser atingida por um país capitalista desenvolvido. É um desconhecimento do significado da *revolução proletária* como fenômeno e evento prático estabelecedor do socialismo como um modo de produção revelador de uma nova etapa histórica a ser alcançada pela humanidade e não apenas por um ou outro país.

Com isto passara a prevalecer dois níveis relativamente desiguais, um correspondente ao discurso "teórico" e outro relativo ao discurso "político prático", implicando que este último seria aquele que se adequava à realidade. Provavelmente condicionados por uma análise insuficiente da evolução do

capitalismo, quando se apresentaram as primeiras possibilidades efetivas da revolução proletária com desfecho positivo, os marxistas ainda insistiam em separar aqueles dois discursos, dado que imperava um mecanicismo na interpretação da relação entre o político e o econômico.¹²

Esta leitura confusa, transformada em comportamento político, predominaria sem maiores objeções no período compreendido entre o surgimento da II Internacional (1889) e os primeiros anos do século XX, até que se tornou possível avaliar a realização da revolução proletária num patamar teórico, pode-se dizer, qualitativamente superior. A bem da verdade, porém, há que se reconhecer que a evolução teórica em questão só foi possível em consequência da revelação proporcionada pela própria evolução histórica do capitalismo, quando então se tornou premente para a atividade revolucionária, no plano da ação, a superação daquele verdadeiro ponto de estrangulamento. Por essa razão, se avalia que o marxismo teve que ir em busca de uma atualização teórica visando dirimir a ambiguidade acima discutida.

É neste lugar que deve ser inscrita a contribuição de Leon Trotsky e sua *teoria da revolução permanente*. Elaborada com o propósito de justificar a atribuição do caráter proletário à Revolução Russa em gestação desde os princípios dos anos 1900, acabou por responder positivamente a uma indagação que se tornava dramática para os marxistas naqueles anos, qual seja, a da possibilidade de realização da revolução proletária nos países marcados pelo atraso. Localizado o núcleo central da teoria de Trotsky, torna-se possível concordar com a argumentação de Baruch Knei-Paz que utiliza o sinônimo de *revolução do atraso* para caracterizá-la no interior do arcabouço marxista: "(...) somente a Trotski - pelo menos a posteriori - pode ser reconhecido o mérito de ter desenvolvido aquela que é a mais aprofundada e (sob muitos aspectos) convincente análise teórica, e fornecido a explicação, de um fenômeno histórico contemporâneo. Trata-se da 'revolução do atraso' (...). Neste seu trabalho, ele conseguiu mais do que qualquer outro, reelaborar e ampliar alguns axiomas do pensamento marxista, de modo a formular uma teoria da revolução socialista aplicável, de modo específico, às sociedades atrasadas. (...)".¹³

2

O ponto de partida da inovação teórica tem por base, obrigatoriamente, uma necessária mudança de perspectiva relativamente ao conceito de *revolução mundial*, o qual, por conseguinte, no início do século XX, resulta da atualização da

¹²Idem, pp. 10-11.

¹³KNEI-PAZ, Baruch. *Trotsky: revolução permanente e revolução do atraso*. In HOBBSAWM, Eric, J. et alii. *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Vol. V, 1985, pp. 159-196.

qualidade do capitalismo enquanto uma totalidade. Neste sentido, se a realidade imediata que inspirava Trotsky aparecia por intermédio das características inerentes à situação russa, ao mesmo tempo deve-se ter em conta que não foram essas particularidades, mas sim "o ponto de vista da totalidade do modo de produção capitalista mundial e do campo político burguês" que permitiu a ele "compreender a particularidade do paradoxo russo".¹⁴

Comentando a respeito das posições predominantes entre os revolucionários russos e as novas elaborações introduzidas por Trotsky, Brossat faz as seguintes observações de grande relevância para o estudo que ora se realiza:

*"(...) Desfazendo a concepção marxista 'preguiçosa' - mecanicista 'darwiniana', diria Labriola -, cujo porta-voz mais destacado em sua época era Plekhanov (segundo o qual a Rússia dos princípios do século XX, devido ao nível de desenvolvimento de suas forças produtivas, não podia propor mais que os problemas que estava em condições de resolver, quer dizer, os da revolução burguesa), Trotsky mostrou como, ao contrário, a revolução proletária era possível na Rússia, situando-se desde o ponto de vista da totalidade do sistema burguês mundial. Assim, punha em relêvo como - em uma época em que a revolução burguesa tinha realizado globalmente seus fins históricos - e o sistema burguês tal como estava estruturado politicamente a escala internacional constituía uma trava ao crescimento das forças produtivas - se instaura uma **relativa autonomia do campo político** a nível do planeta, que invalida para sempre a maneira marxista vulgar de raciocinar mecanicamente sobre o curso da revolução em termos de totalidades isoladas, no marco dos Estados nacionais, pela simples aplicação de um modelo histórico universal supostamente infalível (...)."*¹⁵

Em vista da constatação de que só ao iniciar-se o século XX a revolução burguesa tinha cumprido integralmente seus objetivos históricos, pode-se argumentar que Marx e Engels não dispunham dos elementos que permitiriam-lhes a elaboração da estratégia da revolução proletária mundial. Em face dos desdobramentos históricos à sua época eles se preocuparam primordialmente em compreender e analisar as conseqüências da revolução mundial **burguesa**. Em consonância com isso, se justificava, então, a impossibilidade de unificação de um campo político de sustentação da revolução proletária. Este campo concretizar-se-ia quando, sob certas circunstâncias, se consolidasse um determinado número de países que tivessem adentrado ao capitalismo; e, simultaneamente, diante desta consolidação, novos países que começassem a enfrentar a experiência burguesa

¹⁴Brossat, 1976, op. cit., pp. 11-12.

¹⁵idem, p. 11. Grifos no original.

não veriam despontar uma burguesia nacional em condições de empalmar a direção do processo tal qual acontecera nos chamados países pioneiros.

A despeito da ausência dos elementos históricos suficientes relativamente ao desenvolvimento do capitalismo que teriam permitido a Marx e Engels se preocuparem mais diretamente com a estratégia da revolução proletária, é da maior relevância indicar que os mesmos tiveram a oportunidade de discutir e considerar embrionariamente o desfecho teórico a que chegaria Trotsky vários anos depois. E esta oportunidade, coincidentemente ou não, surgiu quando se depararam com a questão particular da Rússia na segunda metade do século XIX.

Pela primeira vez, com o aparecimento de um importante movimento revolucionário na Rússia a partir de meados de 1850, os *narodniks*, ou os também chamados *populistas russos*, foi colocada concretamente a questão da possibilidade de um país atrasado chegar ao socialismo. Os *narodniks* discutiram exaustivamente, e militaram romanticamente por sua aplicação, durante as últimas cinco décadas do século XIX o projeto de um "socialismo russo" centrado nas comunas rurais de origem feudal que prevaleciam no país naquele período. Esta alternativa, por certo, representava a negação da passagem do país pela via capitalista antes de alcançar o socialismo. Em suas muitas discussões que travaram com os *narodniks*, Marx e Engels tiveram posições ambíguas a esse respeito, mas em algumas delas explicitaram claramente que a possibilidade da passagem direta ao socialismo seria possível desde que fossem observadas determinadas ressalvas, sendo a mais importante a eclosão simultânea da revolução na Europa Ocidental.¹⁶ A esse respeito, em 1885, portanto 2 anos após a morte de Marx, Engels diria numa carta a Vera Zasulitch, antiga *narodnik* e uma das primeiras integrantes do pioneiro núcleo marxista russo, duvidando da possibilidade de sustentação de uma revolução socialista na Rússia, postulando por uma continuidade no exterior, que "(...) para mim o importante é que o impulso seja dado na Rússia, que estoure a revolução. Se é esta ou aquela fração que dá o sinal, se ocorre esta ou aquela bandeira, para mim é de pouca relevância (...)".¹⁷

No entanto, essa posição não seria sustentada mais tarde, entre 1890 e 1895, quando se consolidou a formação do grupo de marxistas russos e a consequente cisão com os *narodniks* em torno das possibilidades revolucionárias

¹⁶Uma visão abrangente e de excelente qualidade a respeito da história do movimento revolucionário russo em seus primórdios e das polêmicas e controvérsias entre os *narodniks* e os fundadores do marxismo é apresentada na *Introdução da coletânea Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos* por Rubem César Fernandes (org.). Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982. Ver neste mesmo livro a posição de Marx e Engels corroborando a possibilidade acima descrita no *Prefácio* da edição russa de 1882 do *Manifesto comunista*.

¹⁷In FERNANDES, Rubem C., 1982, op. cit., p. 203.

para o país. Nesta nova oportunidade Engels passaria a desconhecer condições na comuna rural de transformar-se em base social da revolução socialista e apontaria que apenas o caminho inverso, isto é, a revolução deflagrada pioneiramente no ocidente poderia conferir este estatuto à comuna russa.¹⁸

Vê-se assim que restando pouco anos para o final do século XIX as "confusões" dos fundadores do socialismo científico perduravam, da mesma maneira que permanecia a ausência de definição no que respeita à elaboração integral da teoria da revolução socialista. Em concordância com a avaliação que credita à evolução incompleta dos fatos históricos semelhante ambiguidade Fernandes nos diz "*(...) como avaliar esta variação nas opiniões de Marx e Engels sobre as perspectivas do movimento socialista na Rússia? Não se pode evitar uma certa curiosidade pelas previsões futuristas dos fundadores do marxismo. Mas a menos que se confunda a ciência política com uma bola de cristal, pouco se pode concluir deste tipo de questionamento. Se o que está em jogo é uma alteração das opiniões à medida em que novos acontecimentos modificam o quadro político ao longo do tempo, como cobrar de Marx e Engels a consideração de acontecimentos que vieram a acontecer depois do seu tempo? (...)*".¹⁹

A consolidação do marxismo russo, porém, foi acompanhada pela generalização da opinião que pregava a impossibilidade da passagem direta ao socialismo. Entretanto, este ponto de vista era reforçado pela argumentação de que mesmo com a revolução no ocidente seria indispensável preservar o desenvolvimento etapista. Também passava a ser colocada como condição necessária e suficiente, em qualquer circunstância, o estabelecimento do capitalismo russo como etapa preliminar ao advento do socialismo. Constatava-se dessa maneira que no início do novo século, mesmo diante da rápida introdução do capitalismo naquele país, configurando, então, em poucos anos, uma nova situação concreta e particular do desenvolvimento do capitalismo, isto é, a reunião do grande atraso com novos ramos econômicos dos mais modernos, o marxismo russo (e o da II Internacional) tinha dificuldade de mover-se além de sua posição ortodoxa. Qual seja, o capitalismo russo deveria ser desenvolvido até o fim como pré-condição para a realização da revolução proletária.

No apagar das luzes do século XIX o capitalismo dava evidentes sinais de que atingira um patamar superior. Pode-se dizer que naquela altura se completara a formação do mercado mundial e as categorias do capital estavam definitivamente constituídas. Mas, a finalização da constituição das mesmas ao mesmo tempo

¹⁸Idem, p. 47.

¹⁹Ibidem, p. 48.

implicava o entrelaçamento indispensável, num plano mais elevado, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial. Em vista disso, a centralização do capital passava a exigir a conformação de unidades produtivas em escala bem mais elevada, impulsionadas por grupos econômicos que traduziam de maneira prática o requisito da união das categorias do capital também no plano da propriedade. No processo da reprodução ampliada a concorrência atomizada clássica perdia espaço rapidamente para o monopólio. Surgiam as grandes empresas transnacionais e a intervenção estatal tornava-se mais intensa no sentido da viabilização da acumulação interna. Para os países centrais, mais do que nunca, o espaço econômico internacional torna-se de vital importância para a reprodução do seu capital nacional.

Dentro deste processo, a introdução acelerada do capitalismo na Rússia, conformando, então, determinadas especificidades, era uma comprovação de que a expansão capitalista daí para frente poderia muito bem realizar-se sem o recurso à revolução burguesa como evento indispensável ao assentamento da modernidade capitalista em escala mais ampla. Como resultado do esgotamento da revolução burguesa clássica, a Rússia veria surgir, com a introdução do capitalismo, o nascimento de um proletariado relativamente muito mais conseqüente, ao invés de uma burguesia forte, quanto à possibilidade de postular e reter o poder político. O caráter *permanente* da revolução russa estava situado nesta combinação da revolução burguesa com a revolução proletária na medida em que o proletariado poderia assumir as tarefas da burguesia, não se detendo na satisfação destas, mas, pelo contrário, avançando na satisfação das tarefas socialistas. Contudo, no plano da teorização, essa condição ainda seria insuficiente para que o socialismo de fato se realizasse naquele país de capitalismo atrasado. Seria ainda necessário observar a ocorrência de outras variáveis.

Se reafirmarmos que até o século XIX aconteceram as revoluções burguesas nacionais isoladas, torna-se possível concordar com a afirmação de Brossat de que Marx e Engels não teriam incorrido em erro se raciocinassem, concebendo estrategicamente a revolução burguesa, em termos de "etapas". Observando que a revolução burguesa não tinha esgotado todas as suas possibilidades, então, seria correto esperar que outros países devessem passar por uma etapa capitalista antes que as condições adequadas ao socialismo se apresentassem. Todavia, a finalização da revolução burguesa seguida pelo ingresso do capitalismo na era imperialista trouxe ao mesmo tempo o amadurecimento das primeiras possibilidades da revolução proletária em escala mundial, questão que, em termos temporais, não poderia ser antecipada por Marx e Engels quando raciocinavam a revolução burguesa e a consolidação do capitalismo como premissa para o socialismo.

Mesmo assim, Trotsky desenvolve sua teoria da revolução permanente a partir da formulação pioneira apresentada por Marx e Engels contida na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*. Escrito em 1850, este documento contém uma análise da situação revolucionária da Alemanha em 1848.²⁰ Naquele ano o centro revolucionário burguês encontrava-se no país germânico depois de permanecer localizado por largo tempo na França a partir de 1789. Entretanto, diferentemente do que ocorrera entre os franceses, a burguesia alemã não conseguiu reunir forças suficientes para complementar a instalação de seu regime. Ao contrário, porém, as chamadas massas plebéias já não eram mais tão difusas e amorfas, observando-se o delineamento das verdadeiras classes trabalhadoras assalariadas. Embora se opusesse ao patronato naquela oportunidade, assim como à monarquia, esses trabalhadores, no entanto, também não tinham força suficiente para se imporem como poder político dominante. Assim, nas esferas distintas das duas classes, burguesia e proletariado, não se constituiu a direção política necessária para a realização da revolução burguesa, por um lado, e da revolução proletária por outro lado.²¹

Naquele documento a preocupação central era a de exortar os trabalhadores alemães a constituírem suas formas de organização - partido, milícias e comitês - com o objetivo de transformarem a revolução contra a monarquia prussiana, que a princípio caracterizava-se como uma revolução burguesa, em uma revolução em cujo desfecho deveria estar a conquista do poder pelas classes trabalhadoras e, conseqüentemente, a instalação de um poder proletário. Além do mais, era inscrita ali uma consigna que apareceria de maneira errática em posicionamentos posteriores, qual seja, o conceito da revolução proletária mundial. Os dois dirigentes da I Internacional afirmavam que a revolução alemã deveria ser tomada como o ponto de partida de uma revolução proletária internacional. Na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* Marx e Engels diriam que:

*"(...) enquanto os pequenos burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível () os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o Poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado. (...)"*²²

²⁰In MARX & ENGELS, s/d, pp. 83-92.

²¹DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, o profeta armado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984, pp. 169-170.

²²MARX & ENGELS, s/d, op. cit. p. 86. Grifo meu.

Conjugadamente a esse ponto de partida, outra fonte de inspiração bastante importante para Trotsky seria a decisiva influência de um intelectual marxista russo emigrado conhecido como Parvus (Alexander Israel Helphander), a quem conheceu em Munique em 1904. Escritor político brilhante, nesta época Parvus empreendia uma polêmica contra o revisionismo de Bernstein e neste ínterim fez ver a Trotsky a grande importância da categoria metodológica da *totalidade*.²³ Naquela oportunidade, motivado pela guerra russo-japonesa, Parvus adotaria uma posição inovadora dentro do marxismo ao concluir que o Estado-nação perdera seu brilho de forma acentuada. Incitava com isso os socialistas a ajustarem suas atitudes e políticas afirmando que uma excepcional interdependência se estabelecera entre as nações dentro de uma abrangência ampla, quer dizer, mundial. Para ele a guerra russo-japonesa surgia como o estopim de uma série de conflitos que estariam por vir em função do acirramento da concorrência entre os países capitalistas. Cada uma das nações isoladamente solicitava a maior abertura econômica possível nos outros países, mas para si próprias o protecionismo era um expediente defensivo contra a força dos fluxos econômicos que se movimentavam de fora para dentro orientados pela interdependência dentro de um mercado mundial: "(...) *as muralhas aduaneiras transformaram-se numa barreira econômica ao processo histórico de unificação das nações; aumentaram os conflitos entre os Estados... e aumentou o poder dos Estados e governos.... - quanto mais forte o poder dos governos, mais fácil é o choque armado entre os Estados*".

Como parte inerente desse processo novas características seriam adquiridas pelos países atrasados no contexto do desenvolvimento capitalista visto em sua nova integração mundial. E para a situação particular da Rússia, em vista do desenvolvimento específico das classes naquele país, Parvus afirmaria que o proletariado assumiria a condição de principal força política daquela sociedade "o processo mundial do desenvolvimento capitalista leva a uma **transformação política** na Rússia. Isso, por sua vez, deve ter seu impacto sobre o desenvolvimento de todos os países capitalistas. A Revolução Russa abalará o mundo burguês... E o proletariado russo bem pode desempenhar o papel de vanguarda da revolução social".²⁴

A situação prognosticada por Parvus em consequência dessas peculiaridades do desenvolvimento histórico russo - por um lado, fraqueza da burguesia diante da tentativa de construir um projeto de um capitalismo nacional e,

²³ TRAVERSO, ENZO, *Le "prophète muet": Trotsky aujourd'hui*, In *Actuel Marx*, Nanterre, No 17, primeiro semestre 1995, p. 181.

²⁴ Apud DEUTSCHER, 1984, op. cit., pp. 117-118.

por outro lado, a projeção da classe operária a uma posição de força inédita - seria, como se vê, a transformação do proletariado em principal ameaça ao absolutismo czarista. A resultante de tal quadro político deveria ser a constituição de um governo operário em uma sociedade pré-capitalista. Contudo, também Parvus não conseguiu manter-se, apesar de sua inovação ousada, no campo da revolução proletária para a Rússia, ao desconsiderar, por fim, a instauração do socialismo afirmando que pensava somente "*na liquidação da autocracia e na instauração de uma república democrática*".²⁵ Aqui deve ser observado que inclusive Parvus, um dos principais inspiradores de Trotsky na elaboração da teoria da revolução permanente, não foge ao modelo etapista. De acordo com Mandel a grande diferença entre Trotsky e Parvus residia em que "*para Parvus, o 'governo dos trabalhadores' projetado para a Rússia permaneceria completamente confinado em um regime parlamentar burguês, similar ao governo trabalhista australiano deste período*".²⁶

Para dar sentido e consistência a uma inovação e se permitir contribuir para a ampliação dos tradicionais horizontes teóricos e políticos do marxismo, relativamente aos habituais diagnósticos histórico-políticos, vê-se, tratava-se ainda de uma concepção incompleta. Logo, ela seria retomada e desenvolvida por Trotsky imediatamente a seguir seguindo a trilha de um desfecho positivo nos marcos do socialismo. Ele não se deteria no estágio do período burguês ao se propor a desenvolver uma teoria que, por seu caráter *heterodoxo*,²⁷ poderia ser também chamada de *teoria do atraso*, visto ter em seu conteúdo uma argumentação coerente em favor da deflagração da revolução socialista nos países subdesenvolvidos.

Ao conformar-se a situação revolucionária de 1905 na Rússia, Trotsky extrai todas suas conclusões a respeito da certeza de que a revolução naquele país não ficaria circunscrita ao advento da etapa burguesa, mas se consolidaria, de fato, como uma revolução proletária, diferenciando-se assim, da maioria dos revolucionários marxistas russos que naquela época já se dividiam entre bolcheviques e mencheviques. Ao mesmo tempo os marxistas russos em seu conjunto retiraram poucas lições da fracassada revolução de 1905. Não ocorreu renovação significativa. A despeito das diferenças profundas entre estes dois agrupamentos no que diz respeito à interpretação da situação russa e à tática e estratégia revolucionárias, pode-se afirmar que havia uma concordância generalizada em torno do modelo de "duas fases", implicando necessariamente uma primeira "etapa" burguesa, a qual, segundo diferentes maneiras, deveria se seguir à iniciativa do

²⁵ Apud Knei-Paz, 1985, op. cit., p. 172.

²⁶ In MANDEL, 1995, op. cit., p. 33.

²⁷ LÖWY, Michael. *A revolução permanente: teoria ou profissão de fé?* In COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Trotsky/hoje*. São Paulo, Ensaio, 1994, pp. 73-82.

proletariado em romper com a inaptidão da burguesia perante o projeto de expropriar o poder da monarquia e transformação da sociedade russa numa república liberal de acordo com o modelo clássico. E, ainda mais, esta avaliação cristalizou-se até 1917.

A implantação da democracia liberal como uma etapa capitalista a ser cumprida rigorosamente era explicitamente defendida pelos mencheviques. Segundo eles, podendo-se destacar entres seus líderes Plekhanov, Axelrod e Martov, a burguesia deveria ser considerada como pretendente natural do poder, cabendo ao partido do proletariado o papel de ala esquerda de uma frente democrática. Por outro lado, os bolcheviques, tendo em Lenin já o seu principal líder quando dos acontecimentos de 1905, formulavam a questão de forma diversa. Lenin enfatizava o problema agrário afirmando que sobre este radicava a questão da opressão da maioria da população, a qual estava situada no campo. Dessa maneira, a solução da questão da democratização da terra exigia a ação conjunta do campesinato e do proletariado no interior de uma fórmula democrático-burguesa. Ficava evidente que o desfecho revolucionário passaria por uma primeira etapa, devendo a mesma ocorrer no campo do capitalismo, pois essas duas forças revolucionárias, em que pese substituírem a burguesia e esmagarem o absolutismo, deveriam conduzir o país a um desenvolvimento *capitalista* dentro de um modelo particular de economia capitalista.

Só posteriormente, uma vez que a "revolução democrática" estivesse consolidada, se abririam as condições de luta por uma revolução socialista. Sendo a burguesia opositora do campesinato por não se dispor a resolver a tarefa da democratização da terra e, ao mesmo tempo, do proletariado, as duas classes deveriam se unir contra a burguesia com a finalidade de retirar o poder daquela, abrindo dessa maneira as portas da segunda etapa revolucionária. Mas, revelando uma aproximação parcial à teoria da revolução permanente, considerava que a união vitoriosa entre proletariado e camponeses só seria possível diante de uma pré-condição que Lenin julgava indispensável, qual seja, a realização da revolução socialista no ocidente.²⁸

A despeito desta indicação, esta fórmula de Lenin pode ser considerada ambígua por não explicitar a qual das duas classes caberia o papel dirigente dentro da aliança, deixando, portanto, fragilizada a iniciativa revolucionária organizada do proletariado em face, de acordo com a tradição marxista, da indefinida vocação histórica revolucionária do campesinato.

²⁸TROTSKY, 1977, op. cit. pp. 1013-1014.

Em 1904 Trotsky já formulara os pontos essenciais da teoria da revolução permanente, mas só os publicaria em 1906 na sua conhecida obra *Resultados y perspectivas*²⁹ A outra obra de sua autoria conhecida como complementadora do desenvolvimento da teoria da revolução permanente é *A revolução de 1905* e foi publicada em pela primeira vez em 1909 na Alemanha.³⁰ Mesmo assim, por vários anos a seguir ele pouco conseguiu socializar de suas novas idéias. A bem da verdade, deve ser esclarecido que Trotsky permaneceu relativamente isolado como força política expressiva entre 1905 e o início de 1917, afastando-se neste período dos agrupamentos marxistas principais, influenciando-os minimamente a respeito das posições adotadas pelo movimento marxista organizado. Somente às vésperas de outubro de 1917, na revolução de fevereiro do mesmo ano, que derrubou o czarismo, conseguindo colocar-se no centro de uma nova situação revolucionária, Trotsky passou a ter suas opiniões ouvidas. Enquanto aderira aos bolcheviques no calor da luta, estes moveram-se para a posição que caracterizava a revolução como eminentemente proletária.

No capítulo 4 de *Resultados y perspectivas* intitulado "Revolución y proletariado", Trotsky apresenta as razões que justificavam ao proletariado a atribuição de aspirante imediato do poder num país atrasado. Argumenta aí que a concepção que formula a ditadura do proletariado como dependente automaticamente de algum modo das forças e meios de um país é um prejuízo, posto que se trata de uma simplificação desenvolvida por um equivocado materialismo "econômico". Trata-se de uma crítica àqueles marxistas que tomando os textos de Marx ao pé da letra rejeitavam a idéia de um governo proletário na Rússia:

"(...) no periódico americano The Tribune Marx escreveu resumindo os resultados da revolução e da contra-revolução de 1848-1849: 'A classe operária alemã está, em comparação com a inglesa ou a francesa, igualmente atrasada em sua evolução sociopolítica da mesma maneira que a burguesia alemã em comparação com a burguesia desses países. Para tal amo, tal servo. O desenvolvimento das condições necessárias para a existência de um proletariado numeroso, forte, concentrado e inteligente acontece passo a passo com o desenvolvimento das condições necessárias de existência de uma burguesia numerosa, acomodada, concentrada e poderosa. O movimento operário mesmo nunca é independente, nunca compreende exclusivamente um

²⁹TROTSKY, Leon. *Resultados y perspicivas / Tres concepciones de la revolucion rusa*. Argentina, El Yunque Editora, s/d.

³⁰TROTSKY, Leon. *A revolução de 1905*. São Paulo, Global, s/d.

caráter político até que todas as diferentes partes da burguesia, sobretudo sua parte mais progressista, os grandes proprietários de fábricas, não tenham conquistado o poder político transformando o Estado segundo suas necessidades. Então, terá chegado o momento em que o conflito inevitável entre os senhores das fábricas e os operários assalariados se aproxima ameaçadoramente e já não pode ser evitado por mais tempo'.

*O leitor conhece provavelmente esta citação que, nos últimos tempos, os marxistas livrescos dela tem abusado frequentemente. Ela tem sido posta em relêvo como argumento irrefutável contra a idéia do governo operário na Rússia. **Para tal amo, tal servo** Se a burguesia russa não é suficientemente forte para apresentar-se como autoridade pública, então menos ainda se pode falar de uma democracia operária; quer dizer, o domínio político do proletariado.*

O marxismo é sobretudo um método de análise - não de análise de textos, mas sim das relações sociais. É justo que na Rússia a debilidade do liberalismo capitalista signifique a qualquer custo a debilidade do movimento operário? É justo, na Rússia, que um movimento operário independente não seja possível antes que a burguesia tenha conquistado autoridade pública? Basta colocar estas perguntas para se reconhecer o desesperado formalismo de pensamento contido no intento de converter um comentário histórico relativo de Marx em um teorema secular. (...)"³¹

Trotsky procurava esclarecer que a Rússia encerrava condições particulares em seu desenvolvimento mediante as quais o liberalismo aparece numa posição relativamente débil. Porém, fugindo daquilo que era adotado como uma regra, norma ou lugar comum, passaria a afirmar que o proletariado disassocia-se de seu antípoda atingindo um nível de desenvolvimento qualitativamente superior. Com isso, não seria correta a atribuição de debilidade também ao proletariado. Contraditoriamente, o proletariado russo adquiria a identidade da força social que apontaria o caminho futuro a ser seguido, e parecia desmentir ou empanar a afirmação "clássica" do materialismo histórico de que, invariavelmente, o desenvolvimento econômico projeta-se como a base do político.

A leitura mecânica do materialismo histórico não permitia visualizar que na Rússia a relação entre infra e superestrutura estava condicionada pelo elemento econômico proveniente de fora das fronteiras nacionais, exógeneamente à formação social capitalista interna. Assim, na superestrutura nacional, o elemento político, no que concerne ao cenário das classes sociais, estava "deformadamente" condicionado pelas forças econômicas. As novas forças produtivas capitalistas, de acordo com as especificidades com que surgiram na Rússia, criaram um proletariado mas não uma burguesia na verdadeira acepção do termo.

³¹TROTSKY, L. *Resultados y perspectivas...*, op. cit., pp. 39-40.

As particularidades russas, fortemente marcadas pelos elementos feudais, obstaculizavam a gestação e desenvolvimento da burguesia, enquanto o trabalho assalariado industrial conhecia menos dificuldades ao seu desenvolvimento dado que as forças produtivas mais modernas eram diretamente trazidas do exterior pelo capital estrangeiro e pelo Estado. Num país capitalista relativamente pouco desenvolvido, portanto, a luta pelo fim do jugo absolutista seria travado entre este e a classe dos operários industriais tendo o campesinato como seu aliado indispensável. Neste país que procurava apresentar-se como um novo espaço capitalista, a burguesia comparecia muito mais como espectadora.

Ao descrever as particularidades do desenvolvimento russo Trotsky o faz em termos de suas características sócio-econômicas, elaborando uma verdadeira "sociologia" da história russa, destacando a distinção entre esse desenvolvimento e aquele que conduziu determinados países europeus plenamente ao capitalismo. O traço fundamental determinante da introdução do capitalismo na Rússia deve ser localizado na ação do Estado absolutista. Este toma para si tão importante tarefa visto que na Rússia não ocorrera uma homogeneização das formas produtivas no sentido de estimular o florescimento das classes sociais. Por conseguinte, é lícito afirmar-se que, até certo ponto, as classes sociais na Rússia foram "criadas" pelo Estado. Assim, sob influência externa, do grande capital oriundo dos países desenvolvidos e da cultura ocidental já impregnada dos matizes burgueses inerentes ao pragmatismo produtivista, o Estado autocrático empreende a iniciativa de fundar os ramos industriais e outras atividades econômicas que naturalmente estariam sob responsabilidade das classes médias nacionais se a mesmas existissem, ou, em outras palavras, tivessem autoridade e força suficiente para levar a cabo tal objetivo. A Revolução Burguesa tornava-se ficção na Rússia e as soluções de ordem burguesa passavam a ser colocadas no horizonte da única classe revolucionária que se forma internamente, a saber, o proletariado.³²

Os elementos que explicam o surgimento na Rússia de um proletariado forte, moderno e com grande capacidade revolucionária devem ser encontrados nos fatos que demonstram o acelerado desenvolvimento industrial russo num espaço de tempo relativamente curto. Forma-se, então, um quadro extremamente contraditório marcado pelo atraso feudal nas atividades agrárias, comerciais e artesanais por um lado, e pela industrialização tão moderna quanto aquela encontrada em grau mais avançado nos países centrais, por outro lado. A maior demonstração disso é dada pelo vertiginoso crescimento das cidades russas. Até meados do século XIX a vida

³²Idem, pp. 7-17.

urbana era insignificante e exclusivamente relacionada com as atividades administrativas e militares. A indústria existente vinculava-se à agricultura em decorrência da desimportância do artesanato e da particularidade da formação das classes sociais internas. Com a entrada maciça do capital externo uma rápida modernização urbana se consumou. Surgiram grandes cidades e, o que é mais importante, atreladas a elas, seus habitantes naturais na modernidade, o proletariado, com a grande diferença de que na Rússia este surgia fora do processo que o constituía na Europa ocidental.

Implantava-se um sistema fabril que teria como grande originalidade a formação de um proletariado na vanguarda dos acontecimentos e sua antítese, a burguesia, na retaguarda. A burguesia que ao surgir na Europa arrastara consigo, apoiando-a em sua aspiração de consolidação do poder, a pequena burguesia urbana (artesãos, pequenos comerciantes, etc.), na Rússia estava confinada a um pequeno círculo isolado. A configuração deste papel político desproporcionalmente elevado do proletariado russo é reforçado "(...) pelo fato de que uma parte considerável do capital russo era imigrado. Isto conduziu - segundo Kautsky - a que o proletariado tenha aumentado em número, força e influência de uma maneira que não guardava a mais mínima proporção com o crescimento do liberalismo burguês (...)"³³

O absolutismo, sob pressão direta dos Estados ocidentais, se apoderou dos métodos administrativos muito antes que a burguesia adquirisse uma identidade e constituição nacional. O capital que conta no desenvolvimento industrial russo liga-se e origina-se do ocidente ajudado providencialmente pelo absolutismo. Ao final do século XIX as velhas cidades arcáicas já haviam sido transformadas em importantes centros industriais e comerciais. E, não mais que de repente, o proletariado apresentava-se concentradamente em grandes aglomerados urbanos. Simultaneamente, a burguesia colocava-se entre o proletariado e a autocracia de maneira débil e isolada da população. Essa burguesia, em média, era de origem estrangeira e sem tradições históricas, praticamente orientando-se apenas em função de uma grande cobiça.³⁴

A incorporação às teses do marxismo da possibilidade da deflagração da revolução socialista num país atrasado torna-se possível em face da introdução ao seu escopo das condições radicalmente novas proporcionadas pelo capitalismo em sua era imperialista. Pode-se dizer que o marxismo passava a contar com um reforçamento que o ajudava a superar aquela visão reducionista que insistia na

³³Ibidem, p. 22.

³⁴Ibid. pp. 24-25.

impossibilidade de "saltar" a etapa capitalista e na necessidade de uma Revolução Burguesa formal como premissa ao socialismo. Com a teoria da revolução permanente seria possível considerar fortemente a impossibilidade da Revolução Burguesa na Rússia em decorrência da mundialização das forças produtivas capitalistas.

A interpretação marxista do capitalismo seria atualizada pela teoria da revolução permanente no âmbito das contradições imanentes à relação entre as forças produtivas tornadas mundiais e os Estados que permanecem enquanto entidades de expressão nacional. Ainda mais, neste contexto, tomando-se as particularidades e anomalias de cada nação *vis a vis* o mercado mundial, passaria a ter maior reconhecimento a vigência implícita da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* perpassando-as internamente assim como demarcando as relações entre as mesmas:

*"As leis da história nada tem em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do **processus** histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de **lei do desenvolvimento combinado**, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha".*³⁵

Chamando a atenção em sua análise para o princípio metodológico de *totalidade*, Trotsky toma o modo de produção capitalista não em termos de sua manifestação isolada conformando um determinado país. Pelo contrário, sua preocupação volta-se, antes de tudo, para o capitalismo histórico, enquanto um sistema, que conhece sua gênese e desenvolvimento e cuja qualidade atingia diferentes graus à medida que evoluía. Se o emprego do princípio da totalidade pode ser abrandado para a análise do capitalismo em seu período de gestação, sua utilização torna-se completamente indispensável quando quer-se estudá-lo num estágio em que o mesmo já percorrerá alguns séculos após o aparecimento de seus principais elementos gestadores e quando seus traços definidores já tinham se consolidado.

³⁵TROTSKY, Leon. *A história da revolução russa*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1977. Vol. I, p. 25. Grifos no original.

Isto porque seria inaceitável, na perspectiva do socialismo, interpretar o capitalismo tão-somente como um modo de produção representando um conjunto de relações de produção cuja identidade tem um perfil nacional, específico de um determinado espaço geográfico. Assim que a humanidade adentra a era burguesa ela passa a conhecer novas formas e meios da organização social da produção e, conjugadamente a isso, novas estruturas políticas e estatais. O próprio Estado, enquanto instituição associada ao conceito de país-nação, se consolida com o aparecimento do capitalismo. À medida que este se impõe, a instituição estatal/nacional adquire seus contornos definitivos. Foi necessário o espraiamento do capitalismo para que se conformasse um mosaico de nações com perfis próprios e substancialmente distintas entre si quanto ao grau de incorporação das novas relações de produção. Não obstante, sendo verdade que o desenvolvimento do capitalismo ao longo de séculos colaborou decisivamente para a consolidação do universo das nações, ao mesmo tempo, dialeticamente, a continuidade desse desenvolvimento trouxe consigo uma diminuição da importância e da força relativa de cada uma delas vistas como expressões eminentemente nacionais.

Depois de certo tempo, apenas em determinadas condições as fronteiras nacionais apresentam-se como instrumentos garantidores da soberania nacional. Tendencialmente a soberania nacional diminui de forma inversamente proporcional ao desenvolvimento do capitalismo visto como um sistema. E com isso, cada vez mais, o conceito de nação, tomado como concretude, torna-se uma ficção. Já no final do século XIX passaram a prevalecer as leis econômicas do capitalismo que atuam de acordo com um mercado mundial unificado e sua lei do valor. Em vista disso, passariam a afirmar os marxistas, considerando as condições objetivas, a economia mundial já estava preparada, madura, para o socialismo.

É notável a descoberta de Trotsky ao insistir na análise do capitalismo segundo o método da totalidade. Tendo o capitalismo amadurecido seus traços fundamentais e estabelecido seus espaços originários recorrendo à alavanca revolucionária, esta esgota suas possibilidades desde quando os chamados países centrais e novos senhores do mundo ficam definidos. Ao ingressar o século XX o capitalismo continua sua expansão para novos países não a partir da iniciativa de classes sociais internas com vocação burguesa, mas, principalmente, por intermédio da subversão das relações pré-capitalistas por iniciativa da burguesia estrangeira apoiada nos mecanismos políticos-militares de seus Estados nacionais, cuja expressão mais representativa foi o imperialismo colonialista.

A era das revoluções burguesas estava encerrada e se colocava concomitantemente as possibilidades para a abertura das revoluções proletárias.

Ou seja, a formação social burguesa esgotara suas possibilidades de desenvolvimento abrindo caminho para o surgimento da nova formação social, a socialista, fato que poderia iniciar-se independentemente do grau de desenvolvimento nacional-capitalista do país que conheceria a revolução proletária considerada como um ponto de partida.

Mas, consoante com esse desenvolvimento teórico, é muito importante fazer a seguinte advertência: a teoria de Trotsky não afirmava de modo algum que a Rússia poderia chegar ao socialismo diretamente por seus próprios meios. Esta possibilidade deveria ser descartada em virtude daquele país apresentar-se como uma nação atrasada. O que deve ser apreendido é a importância dela **dirigir-se** ao socialismo, mostrar-se como ponto de partida em face das condições internas particulares que demonstravam a impossibilidade da burguesia nacional russa tomar para si as tarefas que caberia historicamente a ela própria. Isto fica esclarecido quando se verifica que Trotsky havia elaborado um embasamento econômico para o internacionalismo político. Na opinião de Scharlau "(...) a teoria da revolução permanente não constituía uma visão da história russa, mas sim o primeiro esboço de uma **história mundi socialista**".³⁶ E para Brossat, "(...) por isso se compreende em que medida as escassas críticas que Lenin fez a Trotsky sobre esta questão antes de 1917 resultavam sem sentido, porque giravam em torno da idéia de que, **desde o ponto de vista nacional**, a Rússia não se encontrava madura para a revolução socialista. De certo modo, Trotsky não negava este fato; ele simplesmente afirmava que, desde o ponto de vista das condições mundiais, a Rússia não se encontrava em condições de realizar uma revolução burguesa. (...)"³⁷

Examinando mais de perto a Rússia no *locus* da economia mundial ver-se-á que, mesmo sob iniciativa do proletariado, num primeiro momento, a revolução tem um caráter burguês. No entanto o caráter burguês está concernido às tarefas imediatas. Evidentemente, o capitalismo implantara-se de forma incompleta na Rússia quando o proletariado erigira-se como força política revolucionária na primeira revolução, em 1905, e assim permanecera quando este assumiu o poder com a revolução de 1917. O fundamental do mundo burguês, econômica e politicamente, estava por ser realizado na Rússia. Se fora possível constatar já em 1905 e, mais acentuadamente, em 1917, a instalação de ramos econômicos industriais modernos, ao mesmo tempo, por outro lado, a terra permanecia nas mãos de um número relativamente pequeno de grandes proprietários ainda com fortes resquícios feudais e, no terreno político, por exemplo, inexistiam as liberdades

³⁶ Apud BROSSAT, 1976, op. cit., p. 83. Grifos no original.

³⁷ Idem, p. 83. Grifos no original.

democráticas representativas do sufrágio universal, da República e do direito de greve e de organização sindical e política.

Contudo, de acordo com a teoria da revolução permanente, não se tratava, para o proletariado, de substituir a burguesia para realizar tais tarefas visando a integralização do modo capitalista de produção na Rússia. Constituindo-se nas forças motrizes dessa Revolução Burguesa, o proletariado, apresentando-se já como uma classe social *para si*, de acordo com sua perspectiva histórica, unia organicamente o conteúdo da revolução burguesa com a primeira etapa da revolução socialista.

Em paralelo, esta primeira etapa socialista da revolução proletária num país atrasado, assim poderia ser reconhecida desde que confrontada com a totalidade capitalista mundial. Certamente, ao tempo em que seria a primeira etapa do socialismo na Rússia apresentar-se-ia como elemento deflagrador da revolução proletária nos países desenvolvidos em face da vinculação e do caráter organicamente internacional da classe operária. Realizadas as tarefas para a construção do socialismo na Rússia, este só seria de fato levantado em consonância com o advento da revolução mundial, sem o que não se poderia falar categoricamente em implantação socialista. Daí, depreende-se que, no contexto da revolução permanente, o socialismo é uma realização mundial, internacional

Em 1928 Trotsky faria uma síntese de sua teoria, a qual pode ser aqui utilizada para elucidação dos comentários aqui efetuados:

"(...) tantos uns como outros, consideravam a democracia e o socialismo, em todos os povos e em todos os países, como duas etapas não somente distintas, mas também muito distantes uma da outra na evolução social. Esta idéia predominava, de igual modo, entre os marxistas russos que, em 1905, pertenciam quase todos à ala esquerda da Segunda Internacional. Plekhánov, o brilhante fundador do marxismo russo, considerava como louca a idéia da possibilidade de uma ditadura proletária na Rússia contemporânea. Este ponto de vista era compartilhado não somente pelos mencheviques, mas também pela esmagadora maioria dos dirigentes bolcheviques, em particular pelos atuais condutores do partido. Eles eram então democratas revolucionários convictos, mas os problemas da revolução socialista lhes pareciam, tanto em 1905 como em véspera de 1917, o prelúdio obscuro de um futuro ainda longínquo.

A teoria da revolução permanente, renascendo em 1905, declarou guerra a esta ordem de idéias e a essa disposição de espírito. Ela demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas, proposto pelos países burgueses atrasados,

conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que colocava as idéias socialistas na ordem do dia. Nisto consistia a idéia fundamental da teoria. Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passa por um longo período de democracia, a teoria da revolução permanente proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passa pela ditadura do proletariado. Por conseguinte, a democracia era considerada não como um fim em si, que deveria durar dezenas de anos, mas como o prólogo imediato da revolução socialista, à qual se ligava por vínculo indissolúvel. Desta maneira, tornava-se permanente o desenvolvimento revolucionário que ia da revolução democrática à transformação socialista da sociedade.

Em seu segundo aspecto, a 'teoria da revolução permanente' caracteriza a própria revolução socialista. Durante um período, cuja duração é indeterminada, todas as relações sociais se transformam no transcurso de uma luta interior contínua. A sociedade não faz senão mudar de pele, sem cessar. Cada fase de reconstrução decorre diretamente da precedente. Os acontecimentos que se desenrolam guardam, necessariamente, caráter político, dado que assumem a forma de choques entre os diferentes grupos da sociedade em transformação. As explosões da guerra civil e das guerras externas se alteram com os períodos de reformas "pacíficas". As profundas transformações na economia, na técnica, na ciência, na família, nos hábitos e nos costumes, completando-se, formam combinações e relações recíprocas de tal modo complexas que a sociedade não pode chegar a um estado de equilíbrio. Nisso se revela o caráter permanente da própria revolução socialista.

Em seu terceiro aspecto, a teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como demonstra o exemplo da União Soviética. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Deste ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente. (...)"³⁸

³⁸TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979, pp. 23-25.

Mais uma vez lançando mão das palavras de Brossat, podemos observar uma condensação desses comentários precedentes em termos de sua interpretação metodológica no campo do marxismo: "(...) *com isto Trotsky não impugna o determinismo marxista que afirma que o horizonte social e político mundial está determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas mundiais, mas sim o determinismo economicista, mecanicista, analítico, que, ao raciocinar em um marco estritamente nacional, deduz da situação das forças produtivas e do desenvolvimento orgânico das classes sociais a forma da revolução.* (...)".³⁹

A possibilidade de clarificação trazida pela teoria da revolução permanente tornava bem menos paradoxal a postulação da revolução proletária para um país atrasado. O espoucar da revolução num país com semelhantes características nada mais seria do que uma confirmação das possibilidades colocadas pela situação mundial da luta de classes em seus aspectos econômico-políticos. Por outro lado, isto quer dizer que a hipótese supostamente mais coerente também permanecia válida. Em outras palavras, a iniciativa revolucionária do proletariado num país adiantado seria não mais do que a confirmação desta "lógica" e de maneira nenhuma se constituiria num desmentido da teoria da revolução permanente; seria tão-somente a confirmação de seus prognósticos.

Então, se se considera que situações "ideais" são aquelas mais desejadas por serem as mais eficientes em termos das possibilidades de concretização de seus objetivos, ter-se-ia que concordar que o ótimo seria esperar que a revolução socialista se iniciasse pelos países capitalistas mais desenvolvidos. Mas, conquanto este quadro esteja colocado no horizonte das possibilidades ideais ou preferenciais, seria profundamente a-histórico rejeitar a revolução proletária num país atrasado quando a burguesia, a escala mundial, já tinha se passado para o campo da reação. E, em virtude da organicidade mundial do capitalismo, esta posição seria ainda mais condenável.

Evidentemente, como já se frisou aqui, tendo como elemento argumentativo os critérios metodológicos da teoria da revolução permanente, seria incorreto traçar um paralelo entre o desenvolvimento histórico dos países pioneiros do capitalismo, como, por exemplo, a Inglaterra, e o daqueles que surgiram na esteira do amadurecimento do capitalismo nas metrópoles. Nestas, as formas sociais e a criação de uma burguesia poderosa foi possível durante um processo particular que demandou séculos. De outro lado, as colônias e semi-colônias conheceram seu ingresso na civilização capitalista mediante uma condução encetada pelas

³⁹BROSSAT, 1976. op. cit., p. 89.

metrópoles desde quando estas já contavam com os meios materiais adequados para tanto. Conquanto isto seja verdadeiro, quer dizer, se é muito difícil encontrar analogia no desenvolvimento destes tipos distintos de países considerados, ao mesmo tempo não é menos verdadeiro afirmar que existe uma *"profunda conexão interna entre ambos"*.

Para finalizar, tomando-se essa percepção como perspectiva, veja-se a caracterização da natureza da revolução russa como efetuada por Trotsky em seu livro *A revolução de 1905*: "(...) no que diz respeito às suas tarefas diretas e indiretas, a revolução russa é uma revolução "burguesa" porque se propõe libertar a sociedade burguesa das correntes e grilhões do absolutismo e da propriedade feudal. Mas a principal força condutora da revolução russa é a classe operária e por isso é uma revolução proletária no que diz respeito a seu método. Muitos pedantes que insistem em determinar o papel histórico do proletariado por meio de cálculos aritméticos ou estatísticos, ou em estabelecê-lo mediante analogias históricas formais, mostraram-se incapazes de digerir essa contradição. Enxergam a burguesia como o líder da revolução russa enviado pela providência. Tentam envolver o proletariado - que de fato marchou à frente dos acontecimentos em todos os estágios dos levantes revolucionários - nas fraldas de sua própria imaturidade teórica. Para esses pedantes, a história de uma nação capitalista repete a história de outra com algumas divergências mais ou menos importantes. Hoje são incapazes de enxergar o processo unificado de desenvolvimento do mundo capitalista, que engole todos os países que encontra no seu caminho, que cria, das exigências nacionais e gerais do capitalismo, um amálgama cuja natureza não pode ser entendida mediante a aplicação de clichês, mas unicamente através da análise materialista. (...)"⁴⁰

⁴⁰TROTSKY, L. *A revolução de 1905*, op. cit., pp. 66-67.

Com certeza, não seria errôneo chegar-se à conclusão que a elaboração da teoria da revolução permanente foi, em grande parte, uma consequência, na esfera da reflexão intelectual e científica, dos rumos seguidos pelo desenvolvimento histórico russo. Mesmo assim, não seria correto deduzir que os prognósticos revolucionários formulados para a Rússia orientados por essa interpretação teórica tenham partido de uma teoria somente aplicável àquele país. A elaboração de Trotsky não foi concebida como um caso especial, o que torna perfeitamente aceitável afirmar-se que a mesma deve ser rejeitada como uma "teoria da revolução permanente da Rússia". E para que seja melhor localizada sua posição no escopo do marxismo seria lícito afirmar que se trata de uma atualização, de uma inovação teórica que o adequa ao desenvolvimento contemporâneo do capitalismo permitindo-lhe apontar convincentemente algumas variáveis que devem ser observadas dentro do quadro interpretativo da dinâmica da revolução proletária mundial. Neste contexto, adquire o estatuto de um estudo teórico que extrai conclusões gerais a respeito do fenômeno do atraso e do processo de transformações ocorridas nas sociedades atrasadas. Ao mesmo tempo, então, representam conclusões importantes para a análise da Revolução Russa e de seus desdobramentos, tanto no campo de suas possibilidades *ex ante*, quanto no de seus resultados *ex post*.

À guisa de sistematização, e para que se tenha uma visão panorâmica e condensada do que foi apresentado, interpretado e discutido até aqui, é possível falar-se de um "modelo" representativo da teoria da revolução permanente, abrangente o suficiente para abarcar todo o campo de pesquisa pretendido por Trotsky. Neste sentido seguir-se-á parcialmente um roteiro fixado por Knei-Paz em seu texto já referido:⁴¹

Com o desenvolvimento do capitalismo e sua consolidação como um *sistema* de abrangência mundial, sociedades "atrasadas" adentradas neste universo sofreram o impacto do contato com as mais "avançadas" e, como consequência, a mudança presenciada nas primeiras adquire uma *característica do atraso*. Assim, para que se possa compreender o desenvolvimento das sociedades atrasadas e a possibilidade de realização da revolução proletária nas mesmas torna-se indispensável estabelecer como ponto de partida analítico a relação recíproca entre estes dois tipos de sociedade:

⁴¹ Knei-Paz, 1985, op. cit., pp 176-190

1) Supõe-se que da ação da sociedade avançada sobre a atrasada resulta traumáticos resultados nesta última. Novas formas de produção econômica lhe são impostas fragilizando, com isso, sua tradicional hierarquia social, ao tempo em que introduz profundas transformações nas estruturas de pensamento das elites dominantes. Isto é possível tanto nos espaços coloniais assim como naqueles países que já tenham conquistado formalmente sua independência política. Contraditoriamente, a tentativa de manutenção desta, por sua vez, estimula a adoção a mais extensiva possível dos novos métodos de organização econômica e social, o que permite concluir que cada vez mais maiores pressões estarão dirigidas para a desagregação dos costumes e hábitos tradicionais.

2) Do choque entre tais tipos de sociedades, as atrasadas, ao organizarem sua resistência contra as forças externas, lançam mão, pelo menos parcialmente, dos mesmos procedimentos econômicos utilizados pelas mais avançadas. Não obstante, para a implantação das novas relações sociais exigidas pelos novos métodos relativos à produção, o Estado comparece com uma atitude completamente contraditória. Ao mesmo tempo em que procura abrir espaço para as novas relações, não pode aprofundá-las excessivamente sem perturbar a base social, acentada nas velhas relações, sobre a qual se apoia. Uma tentativa de amenização dos efeitos deletérios para si próprio decorrentes da concretização dessa contradição manifesta-se na iniciativa do Estado (a autoridade política) em estabelecer um maior controle sobre estas relações sociais novas, aplicadas visando a transformação da organização econômica almejada, mediante "() *um sistema de interferências burocráticas, do completo controle da economia e, sobretudo, da formação dos capitais, da colocação de obstáculos ao desenvolvimento das forças econômicas independentes, e enfim, do uso da força e da opressão* Na realidade, todavia, as novas relações sociais não podem ser inteiramente suprimidas e nem ao menos controladas; e elas se desenvolvem, embora imperfeitamente, apesar das dificuldades criadas pelo Estado. (...)".⁴²

3) Seria impossível à sociedade atrasada utilizar a sociedade avançada como um modelo histórico já acabado a ser seguido integralmente. Mas, em que pese a impossibilidade de reproduzir o caminho percorrido pela segunda, as primeiras, por se desenvolverem a posteriori dos; "pioneiros", deparam-se com determinadas vantagens quando perseguem o objetivo final. Estas se apresentam na forma de "saltos", que fazem abreviar ou superar várias etapas, implicando isso numa redução do longo processo do desenvolvimento, ou na sua simples substituição pelo resultado evitando assim o tempo histórico exigido para sua construção. A

⁴²idem, p. 177.

redução do tempo de desenvolvimento, na verdade, expressa um processo *diferente* e uma maneira *particular* de desenvolvimento das sociedades atrasadas. O resultado é a revelação prática de um modelo cuja marca fundamental é a heterogeneidade materializada por uma integração entre as formas da sociedade avançada, permitidas pela ruptura com as formas arcaicas, e as formas antigas que seguem existindo em escala apreciável. Conforma-se uma desigualdade latente, ou o produto histórico da atuação da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.

4) Este parâmetro do modelo em constituição diz respeito às conseqüências da desigualdade combinada. A possibilidade de saltar etapas cria uma linha de desenvolvimento capitalista não linear, o que significa deixar de lado algumas formas de produção e evitar certas formas sociais. Agrupamentos sociais não são constituídos, enquanto outros característicos de modelos mais recentes são cristalizados, ao tempo em que manifestações principais da sociedade tradicional perduram, resistem ou seguem dominando: "(...) *a velha autoridade política, por causa do poder por ela acumulado e do controle que detém sobre a economia; a velha agricultura ainda em grande medida primitiva, na medida em que é necessário transformá-la somente de modo parcial e limitado, para tornar vital em pouco tempo o novo setor industrial. De tal modo, como no caso da Rússia, o quadro global que disso decorre é singular: absolutismo político, privilégios da aristocracia, uma vasta população camponesa, ao lado de uma indústria avançada, de uma urbanização, de uma classe operária, sem que de resto exista uma classe média com alguma importância econômica ou política. (...)*".⁴³

5) Implicitamente ao desenvolvimento não uniforme conhecido pelos países atrasados surge a formação de uma consciência do atraso e das alternativas que podem ser colocadas em ação. A captação no plano da subjetividade do caráter do atraso resulta em termos práticos em contradições expressas por desarmonias, instabilidades e por situações políticas potencialmente explosivas. São manifestações perenes que fazem da revolução a dinâmica e a natureza do atraso. Agitações sociais e situações revolucionárias tornam a revolução inevitável e a única saída para as contradições e dilemas.

6) O "amalgama" que denota o desenvolvimento dos países atrasados impõe à revolução o mesmo caráter, qual seja, um fundamento inédito, posto que contém também formas ao mesmo tempo "arcaicas" e "contemporâneas". Trotsky afirmava ser impossível o desenvolvimento da Rússia para o capitalismo assim como rejeitava o esquematismo marxista que afirmava ser isso possível. Se a

⁴³Ibidem, p. 179.

industrialização russa não tinha sido fixada por uma classe média e nem aquela criara uma classe média, se esta industrialização não tinha transformado a agricultura e nem solucionado o problema da população do campo, se a industrialização tinha sido imposta pelo alto coexistindo com a agricultura de caráter semi-feudal e se o advento da industrialização se fizera com a manutenção da antiga estrutura política, implicando que a autocracia passaria a controlar ainda mais recursos econômicos, ficava claro a impossibilidade de solução desta contradição no espaço da revolução burguesa.

7) Na ótica de Trotsky o novo caráter da revolução a acontecer na Rússia seria a única possibilidade de realizar a modernização do país por ser também a única consequência possível em face do caráter particular do desenvolvimento que ocorria internamente. Sabido que a autocracia não queria realizar a revolução, que a classe média não dispunha de condições para fazê-la, que o campesinato não tinha a menor idéia de como encaminhá-la, restaria - como elemento fundamental da particularidade - ao proletariado russo o papel de dirigi-la e aprofundar a transformação em curso em outros marcos. Haveria assim, como única alternativa para resolver os problemas fundamentais do país, uma combinação de forças provenientes de duas eras históricas diferentes, mas que se ligavam no tempo presente, resultando simultaneamente numa "revolução agrário-burguesa" e numa "revolução industrial-socialista".

8) Todavia Trotsky não acreditava que a simples realização revolucionária traria consigo implicitamente a possibilidade de uma modernização mais ou menos socialista em se partindo de condições econômicas predominantemente primitivas e miseráveis. O objetivo socialista seria impossível mesmo que se estabelecesse inovações institucionais apropriadas. Por essa razão, a revolução interna, no contexto teórico, era acompanhada de um necessário dispositivo internacionalista, que não deveria se apresentar como uma moldura idealista, mas antes de tudo como parte integrante do mecanismo de garantia das necessidades materiais da Revolução Russa. Dessa maneira se justificava a extensão da revolução, transformando-se numa revolução européia e mundial: "*(...) neste sentido, a Rússia, quaisquer que tivessem sido as transformações industriais dos últimos decênios do século XIX, estava somente no início e, no período pós-revolucionário, qualquer tentativa pessoal de basear-se unicamente nos próprios recursos internos acabaria - pensava Trotsky - num completo desastre: vale dizer, ou o caos total ou uma tirania burocrática. (...)*"⁴⁴

⁴⁴ibidem, p. 182.

1.3 A DIALÉTICA ECONÔMICA DA TRANSIÇÃO I: A INEVITABILIDADE DO MERCADO E DO DIREITO BURGUÊS

Tomando-se a teoria do materialismo histórico, e considerando-se as categorias do modo de produção no plano estritamente abstrato, seria possível delinear as formas constitutivas do modelo "puro" da sociedade socialista (comunista). Nesta, dificilmente seria deixado de lado a propriedade social (coletiva) dos meios de produção, a noção, mesmo que indefinida, de salário coletivo, a distribuição social da produção de acordo com as necessidades individuais, a circulação da produção mediante processos não monetários e a organização da produção por intermédio de mecanismos não espontâneos que sugerem o emprego dos métodos de planificação. Além disso, no plano político seria constatada a inexistência do Estado, os processos coletivos de decisão, a democracia direta, etc. Evidentemente, para que tal sociedade fosse estabelecida seria necessário que o próprio modo de produção socialista abarcasse o conjunto da humanidade, desaparecendo, portanto, a divisão que se perpetua entre os seres humanos em termos geográfico-políticos e que permitem a existência dos Estados/nações.

No entanto, se este modelo for confrontado com a famosa frase clássica de Marx, "*nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém*", aqui já citada, pode-se concluir que, enquanto inexistirem as condições para a observância do socialismo "puro", qualquer país que entrasse na via do socialismo, começando pela expropriação da burguesia, o faria em condições provisórias, em termos mais rigorosos, estaria ainda em transição para o socialismo.

E isto é tanto mais verdadeiro quanto mais se sabe que a aspiração socialista exige que o capitalismo seja interpretado como um modo de produção universal. Não é possível pretender a construção do socialismo considerando-se apenas o universo particular das unidades geo-políticas habitadas pelos seres humanos, mesmo que, em meio a uma enorme diversidade, todas elas estejam perpassadas por características unificadoras e funcionem de forma inevitavelmente interligada. Aliás, são estas próprias características universais a unir os diversos países que

indicam para a impropriedade da concepção do socialismo em termos nacionais, segundo a ótica dos países tomados isoladamente.

Esta concepção da transição ao socialismo pode ser localizada como uma componente basilar do modelo que expressa a fórmula da teoria da revolução permanente. Desta maneira, a transição ao socialismo encerraria duas perspectivas. A primeira delas está remetida ao espaço interno da unidade (país) onde os trabalhadores ascendem ao poder. Neste país, mesmo que se considere uma nação capitalista desenvolvida, seria necessário combinar determinados mecanismos de organização econômica que refletiriam ainda a necessidade de manutenção de procedimentos que seriam próprios de uma economia de mercado, ou, mais precisamente, de uma economia capitalista. E de acordo com a segunda perspectiva, estes procedimentos econômicos internos, a partir do grau de desenvolvimento capitalista do país que efetua a revolução socialista, se inscrevem num processo qualitativo e temporal que depende da forma e da qualidade das relações com os demais países. Assim, ritmos e prazos da evolução interna da transição ao socialismo dependem, concomitantemente, da evolução com que o conjunto do sistema capitalista mundial transita para o socialismo.

Em conseqüência, por exemplo, um país atrasado poderia seguir muito mais rapidamente ao socialismo se outros países adiantados também estivessem experimentando o mesmo processo de transição. Contudo, também poderia ser afirmado que, sob determinadas condições, um país atrasado poderia avançar relativamente mais rápido nesta transição se mantivesse laços econômicos com os demais mesmo que nenhum destes outros tivesse ainda ingressado ao socialismo, quer dizer, se permanecessem ainda no terreno do capitalismo. Por outro lado, o grande desenvolvimento interno de suas forças produtivas não garantiria a um país desenvolvido um trânsito tranqüilo ao socialismo se ficasse isolado dos demais em qualquer situação destes.

Esta interpretação, todavia, solicita melhor desenvolvimento desde quando se reafirme a análise representativa da superação do viés determinista do marxismo tal qual se discutiu nas seções anteriores deste capítulo. Mais uma vez, portanto, é interessante referir-se a uma aplicação da categoria da totalidade capitalista compreendida por Trotsky no sentido de corroborar a avaliação precedente:

"(...)todo país atrasado, incorporando-se ao capitalismo, passou por diferentes fases de dependência para com outros países capitalistas: essa dependência podia aumentar ou diminuir, mas a tendência geral da evolução capitalista foi sempre no sentido de um enorme desenvolvimento das relações mundiais, manifestando-se

no crescimento do comércio exterior, no qual se acha incluído, naturalmente, o comércio de capitais. A dependência da Inglaterra em relação à Índia possui, certamente, um caráter qualitativo diverso do que possui a dependência da Índia para com a Inglaterra. Mas, essa diferença é determinada, em última análise, pela diversidade de suas forças produtivas, e não por seu grau de autonomia econômica. A Índia é uma colônia e a Inglaterra uma metrópole. Se, porém, a Inglaterra fosse, hoje, submetida a um bloqueio econômico, pereceria mais depressa do que a Índia. Aí temos, de passagem, uma ilustração demonstrativa da realidade da economia mundial.

*Por uma extensão sistemática de sua base, a evolução do capitalismo, considerada em sua realidade histórica e não nas fórmulas abstratas do segundo livro d'"O Capital", que não perdem, por isso, sua importância como **fase da análise**, se torna de absoluta necessidade. No curso do seu desenvolvimento e, por conseguinte, no curso da luta contra as suas próprias contradições internas, cada capitalismo nacional se volta, cada vez mais, para as reservas do "mercado exterior", isto é, da economia mundial. (...)"*⁴⁵

Tomando-se a unidade nacional isoladamente, tratando-se de um país atrasado, conclui-se certamente que o mesmo tem incorporado ao seu cabedal econômico, ainda, um nível relativamente baixo das forças produtivas conhecidas no universo geral do capitalismo. Este país deveria enfrentar, sob condições normais de desenvolvimento capitalista, um período de tempo ao final do qual **poderia** firmar-se enquanto um país desenvolvido. De modo que, ainda ressaltando a vigência das condições normais do desenvolvimento capitalista, as pré-condições exigidas para a implantação do socialismo estariam admitidas quando este desenvolvimento estivesse completo; quer dizer, quando as forças produtivas tivessem atribuído a qualificação necessária para a passagem ao socialismo.

Por sua vez, as condições exigidas para o desenvolvimento "normal" ao capitalismo não estão reduzidas apenas ao plano econômico. Como se sabe, em paralelo com a geração e evolução do elemento econômico, o fator político decisivo tem que se fazer presente em consonância com a formação de instituições superestruturais que revele a constituição daquela classe social, dominante, que, por intermédio de sua iniciativa revolucionária, cria as condições para que as forças produtivas evoluam no sentido da generalização do modo capitalista de produção no interior da sociedade. A burguesia deveria, então, surgir como a classe capaz de realizar as "tarefas burguesas" como exigência natural para o desenvolvimento capitalista. A história revelou, porém, que esta associação simultânea entre o econômico e o político estiveram presentes apenas parcialmente no conjunto dos

⁴⁵TROTSKY, 1979, op. cit., p. 10.

países que conheceram o surgimento das relações econômicas capitalistas no interior de suas fronteiras.

Como pode se observar, o marxismo, passando a refletir a evolução mundial do capitalismo, poderia afirmar que países atrasados estavam em condições de realizar a revolução proletária, posto que nos mesmos a burguesia ficara impossibilitada de praticar o mesmo papel que cumprira nos países pioneiros. Em face do esgotamento das revolução burguesa mundial, esse papel passara para as mãos do proletariado. Assim, se o proletariado assume o poder nos países relativamente atrasados, por conseguinte, coloca imediatamente a questão da implantação do socialismo. Ora, como se discutiu preliminarmente, a implantação do socialismo, neste contexto, está colocado em perspectiva, o que não implica, mesmo assim, o abandono da exigência de que as forças produtivas se desenvolvam até determinados níveis. Contraditoriamente, o desenvolvimento "capitalista" não poderia ser abandonado, e este deveria ser empreendido sob iniciativa dos trabalhadores. Todavia, este desenvolvimento capitalista está concernido exclusivamente à esfera econômica.

A teoria da revolução permanente, como se observou, permite uma flexibilização da interpretação da evolução histórica, a qual não necessariamente, no que respeita sobretudo ao país atrasado, implica a conclusão de que o desenvolvimento das relações econômicas de produção devam criar expressões políticas equivalentes. É bem conhecido o processo que desembocou nas revoluções burguesas clássicas: a longa gestação das relações econômicas burguesas induziu a formação das classes econômicas fundamentais do modo de produção capitalista e, portanto, na impulsão da burguesia à situação de classe dominante na sociedade. Esta, então, empreendeu a tarefa de criação das condições para que o capitalismo adquirisse sua plenitude.

Antes disso, se por um determinado tempo, mesmo sob a vigência relativamente ampla do capital e do trabalho assalariado, ela manteve-se subordinadamente como força política, depois de estabelecidas certas condições as relações jurídicas e políticas inerentes ao absolutismo passaram a emperrrar a generalização burguesa e, por conseguinte, a nova classe, que no plano econômico já dominava, também na esfera político-jurídica imporia sua hegemonia com o objetivo imprescindível de tornar completo o modo de produção capitalista. A mais clássica das revoluções burguesas, a francesa de 1789, representou a legitimação dos fenômenos da base econômica capitalista de acordo com expressões superestruturais que dariam formatura à República liberal: "(...) a propriedade burguesa capitalista deixa, conseqüentemente, de ser uma posse flutuante e

instável, uma posse puramente de fato, passível de ser contestada a todo momento, e também de ser defendida a mão armada. Ela transforma-se num direito absoluto, estável, que segue a coisa por todo lado e que, desde que a civilização burguesa espalhou seu domínio por todo o globo, é protegida em todo o mundo pelas leis, pela polícia e pelos tribunais. (...)".⁴⁶

Diferentemente desse processo normativo, já em pleno século XX se revelaria uma separação dos ritmos relativos à concretização dos tempos econômico e político em pelo menos um país que permaneceria atrasado no espaço do sistema capitalista mundial. A separação em questão mostraria que, enquanto as relações de produção mercantis-capitalistas eram introduzidas em meio a um Estado portador de uma superestrutura que, por sua natureza, se opunha a elas, na esfera política de extração eminentemente burguesa apenas a classe operária tendia a se constituir de forma completa. Por essa razão, uma suprema contradição se manifestaria: a antiga superestrutura pré-capitalista seria questionada e substituída pela iniciativa dos *não proprietários* que se vinculavam à nova base econômica em formação.

Conquanto se configurasse a oportunidade de substituição da antiga superestrutura, ela não seria seguida pela implantação dos caracteres jurídico-políticos inerentes ao mundo do capital, mas, pelo contrário, estaria relacionada ao mundo do trabalho e à sociedade que o libertaria. Trata-se de uma notável inversão de sinais: o capital amadureceria muito mais em seu conteúdo expressamente econômico; em virtude de sua condição originária particular, de caráter forâneo, não passaria por um processo de gestação interna criando em paralelo a burguesia em sua correspondência superestrutural. Poder-se-ia dizer que a atuação da burguesia "proprietária" deste capital estaria condicionada a administrá-lo em meio às condições de um Estado burguês muito embrionário, quase completamente inacabado:

"(...) era mais do que questionável, dado o enorme peso do capital estrangeiro (então essencialmente britânico, alemão, francês, italiano, holandês, belga e austríaco, mas também, em proporções menores, já americano e japonês) e a grande superioridade da indústria estrangeira no mercado mundial, que ainda houvesse espaço nesse mercado, na época imperialista, para que a indústria capitalista em plena escala se desenvolvesse em países como a Rússia, Polônia e Turquia, para não falarmos do Brasil Índia ou China. Não poderia haver possibilidades de uma industrialização e modernização completa desses países, enquanto continuassem dentro da estrutura capitalista - uma estrutura que, na época do

⁴⁶PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo, Acadêmica, 1988, p. 73.

imperialismo, envolvia a pressão do capital estrangeiro e a competição das mercadorias produzidas nos países adiantados. A falta de uma revolução agrária radical e a subordinação a um mercado mundial dominado pelo estrangeiro se combinavam, dessa forma, para restringir severamente, e talvez mesmo condenar ao fracasso, qualquer tentativa de uma industrialização em profundidade. Rússia, Brasil, China e Índia não repetiriam o caminho capitalista da Alemanha, Itália, Áustria ou mesmo Japão, porque não havia mais espaço para novas grandes potências industriais no mercado capitalista do mundo. (...)".⁴⁷

Concretizada, portanto, a revolução proletária no país atrasado, no caso, a Rússia, e em seu bojo realizadas as tarefas que caberia à burguesia, o proletariado e seus aliados ligariam imediatamente essa revolução burguesa *sui generis* às medidas que tinham o socialismo como sinônimo. Em sendo assim, pois, ao proletariado deveria caber a tarefa de conduzir o país à modernidade. Para tanto, a referência a um período de "desenvolvimento capitalista" não poderia ser ignorado sob pena de tornar impossível a própria tarefa de erguer o socialismo.

Como já foi aqui observado, e nunca torna-se desnecessário acentuar, quando da eclosão da inadiável revolução socialista, o país atrasado contava com forças produtivas internas ainda muito baixas apesar do surgimento de um proletariado relativamente moderno, fato propiciado pela implantação de esferas industriais avançadas. Acontece que, relativamente ao socialismo, um período "prévio", específico, de *acumulação socialista* deveria ocorrer. Esta acumulação poderia muito bem, sem questionar o objetivo socialista, assemelhar-se a uma fase da acumulação capitalista. Porém, com uma grande e decisiva diferença: deveria ser uma acumulação de capital efetuada sem a presença da burguesia como classe política intrinsecamente dominante.

Do ponto de vista econômico a passagem ao socialismo seria impossível através de um "salto", deixando-se de lado uma "continuidade" positiva que o capitalismo oferecia em termos do desenvolvimento das forças produtivas. Ainda mais, isso se impunha pelo simples fato que essas forças produtivas representavam em seu desenvolvimento a condição material mais avançada para a produção que a humanidade conhecia. Assim, se seria possível, no plano político, saltar a etapa capitalista, no campo econômico o mesmo não poderia ser realizado completamente. Restaria ao proletariado conduzir o país ao socialismo por meio de uma via que não poderia ignorar, ao menos parcialmente, o capitalismo:

"(...) o capitalismo é um mal em relação ao socialismo. O capitalismo é um bem em relação ao feudalismo, em relação à

⁴⁷MANDEL, 1980, op. cit., p. 13.

*pequena produção, em relação ao burocratismo inerente à dispersão dos pequenos produtores. Portanto, já que não temos forças para realizar a passagem direta da pequena produção para o socialismo, o capitalismo é, em certa medida, inevitável, como produto espontâneo da pequena produção e da troca, e por isso mesmo devemos aprovieta-lo (...) como um grau intermediário entre a pequena produção e o socialismo, como recurso, caminho, procedimento ou método para aumentar as forças produtivas. (...)"*⁴⁸

Conscientemente, quando da revolução, o proletariado empreenderia a supressão imediata, em termos dos poderes do Estado burguês, daquilo que se refere ao político. Paradoxalmente, contudo, o socialismo herdará do capitalismo, considerando a contemporaneidade deste, em diferentes graus de desenvolvimento, a depender do país onde a burguesia é expropriada, uma determinada forma organizativa da atividade econômica, como, por exemplo, um "aparelho técnico e econômico racional" indispensável. Lênin, ainda antes de 1917, destacaria esta questão do seguinte modo: "(...) para além do aparelho 'opressor' por excelência, representado pelo exército permanente, pela polícia e funcionários, existe no Estado contemporâneo um aparelho intimamente ligado aos bancos e aos cartéis, um aparelho que leva a cabo um largo trabalho estatístico e de registro, se assim podemos falar. Este aparelho não pode e nem deve ser quebrado. É preciso arrancá-lo da sua submissão aos capitalistas, **cortá-lo, separá-lo, cindí-lo**, dos capitalistas e de todos os seus meios de acção (...) O capitalismo criou **aparelhos** de controlo sob a forma de bancos, de cartéis, serviço postal, cooperativas de consumo, associações de empregados. **Sem os grandes bancos o socialismo seria irrealizável** (...). O capitalismo simplificou as funções de controlo e registro, reduzindo-as a operações pouco complicadas e acessíveis a quem que saiba ler e escrever".⁴⁹

Sem dúvida, essa compreensão reflete conceitualmente a teoria da revolução permanente:

"(...)podemos dizer que a passagem do poder às mãos do proletariado russo seja o começo de uma adaptação de nossa economia nacional aos princípios socialistas? Há uma ano atrás respondíamos a esta pergunta em um artigo que foi submetido a um violento fogo cruzado procedente das duas frações do nosso partido: 'Os operários parisienses - disse Marx - não esperavam que sua comuna fizesse milagres'. Tampouco hoje devemos esperar milagres políticos da ditadura do proletariado. O poder político não é todo poderoso. Seria absurdo supor que o proletariado, uma vez

⁴⁸ LENIN, W. I. *Sobre o imposto em espécie. O significado da Nova Política Econômica e suas condições*. In BERTELLI, Antonio Roberto (org.). *A Nova Política Econômica*. São Paulo, Global, 1987, p. 165.

⁴⁹ Apud LECLERQ, Y. *Teorias do Estado*. Lisboa, Edições 70, 1981, p. 101.

chegado ao poder, poderá, com ajuda de alguns decretos, substituir o capitalismo pelo socialismo.

Um sistema econômico não é o produto da atividade do Estado. O proletariado unicamente pode utilizar o poder político com toda sua energia com o fim de facilitar e abreviar o caminho da evolução econômica até o coletivismo. (...) A socialização da produção começa com as indústrias que apresentam menos dificuldades. A produção socializada, em sua primeira fase, aparecerá sob a forma de uns poucos oásis entrelaçados com as empresas privadas dentro do marco das leis de circulação de mercadorias.

Quanto mais amplo for o campo compreendido pela economia socializada, tanto mais óbvias serão as vantagens, tanto mais seguro se sentirá o novo regime político e tanto mais audazes serão as medidas econômicas seguintes do proletariado. Ao tomar estas medidas, não somente se apoiará nas forças produtivas nacionais, mas também na técnica internacional, assim como sua política revolucionária não se apoia exclusivamente nas experiências das condições de classe nacionais, e sim também em toda experiência histórica do proletariado internacional.' (...)"⁵⁰

Estas palavras de Trotsky dão bem uma idéia da problemática da organização econômica da transição. A possibilidade de ultrapassagem de um regime político democrático-burguês não assegura de modo algum que o desenvolvimento econômico característico da "etapa" burguesa deva ser desnecessário. Se assim fosse, as bases econômicas do socialismo, num país atrasado, deveriam ser assentadas sobre o primitivismo, o que, a bem da verdade, representaria puro idealismo. O desenvolvimento das forças produtivas em seu estágio histórico capitalista teria que conhecer sua existência no espaço do aparelho produtivo do Estado operário para que ganhassem a condição de pré-condição para o erguimento do socialismo: "(...) nenhuma formação econômica pode desenvolver-se sob forma pura, baseando-se unicamente na leis imanentes de sua própria formação. Isto estaria em contradição com a própria idéia de desenvolvimento. A expansão de qualquer forma econômica implica o afastamento de outras formas, que se submetem e desaparecem progressivamente. (...)"⁵¹

A tradução econômica inerente a esta conclusão remete à questão essencial de que o socialismo, construído a partir das condições de um país atrasado, em seu primeiro estágio, ou seja, aquele correspondente ao lançamento de suas bases, demandaria mecanismos econômicos pertinentes, ainda, à economia de mercado e seus desdobramentos capitalistas. Mercado, livre iniciativa, acumulação privada e dinheiro são expressões econômicas das sociedades mercantis-capitalistas que

⁵⁰TROTSKY, *Resultados y perspectivas...*, op. cit., pp. 82-84.

⁵¹PREOBRAZHENSKY, 1979, op. cit., pp. 87-88.

perdurariam por um tempo indeterminado no espaço do país que ingressa na era socialista. Mas, se representam categorias econômicas mercantis, elas estarão sob condução e vinculadas diretamente à burguesia por meio do princípio da propriedade?

Aqui reside a distinção primordial entre a existência dessas categorias na sociedade capitalista e a manifestação das mesmas no regime político do proletariado. Na sociedade do proletariado essas categorias deveriam estar subordinadas aos objetivos primordiais da classe social revolucionária e, por princípio, a propriedade dos meios de produção deveria pertencer à sociedade. A passagem ao socialismo, então, deveria ser entendida como reveladora de um quadro no qual estão presentes relações de produção próprias de modos produção distintos. Por conseguinte, essas relações denotam a participação da planificação e do mercado, destacando-se que o assentamento da **planificação** é o objetivo a ser perseguido e, nesse sentido, o mercado, ou a **lei do valor** é elemento que se "incorpora" à mesma, quer dizer, sujeita-se a ela.

Mas, antes de tudo, o que se deve ter em mente é que a percepção de que a organização dessa economia "mista" está implícita na análise sistêmica do capitalismo mundial efetuada pela teoria da revolução permanente. Nesse sentido, o funcionamento da economia no Estado proletário, em que estão presentes requisitos da economia de mercado, deve compreender esta última simultaneamente no sentido interno e externo. Assim como a consolidação do capitalismo enquanto um sistema mundial permitiu o florescimento de uma classe operária internamente ao país atrasado em condições de assumir o poder, o desenvolvimento desse mesmo país em direção ao socialismo não poderia ser efetuado sem considerar os vínculos com este sistema.

Decorre disto que, em primeiro lugar, o país atrasado em sua mobilização pela constituição interna do socialismo, teria esse trabalho extremamente favorecido diante do surgimento de revoluções proletárias nos países desenvolvidos. A consequência imanente à conformação de semelhante situação seria que, para o país atrasado, internamente, os mecanismos econômicos de mercado poderiam conhecer uma existência muito mais breve para a consolidação socialista, ou, seriam bem menos importantes. Posto que, em consequência dos laços econômicos estabelecidos entre os países quando da vigência do mercado mundial, estariam já criadas as condições para que esta ligação adquirisse outra qualidade, transformando-se de relações de exploração entre países para relações de solidariedade e complementação.

Em segundo lugar, o postergamento, mesmo que por prazo indeterminado, da revolução nos países adiantados não implicaria que as relações de mercado na constituição da atividade econômica interna negassem a sua contrapartida referente ao mundo capitalista exterior. A economia mista, evidentemente sob determinadas condições, que expressariam a determinação de implantação do socialismo como prioridade, bem entendido, deveria conter procedimentos que assegurassem a possibilidade de imprimir às relações com o próprio mercado mundial um caráter de positividade orientadas, mesmo que parcialmente, para o socialismo num contexto em que o Estado proletário prosseguiria, por um tempo indeterminado, "isolado" como uma ilha do projeto socialista universal.

A conclusão a que se pode chegar a respeito da dialética econômica transicional para o socialismo a partir da elaboração teórica de Trotsky implica um entendimento dual a respeito do "salto" para o socialismo permitido pela revolução proletária inaugural num país atrasado. Enquanto a tomada do poder pelo proletariado, apoiado em seus aliados de classe, no plano político, deva ser considerada como a ultrapassagem da etapa capitalista, sendo, portanto, indispensável, no plano econômico a configuração desta queima de etapa estaria em incompatibilidade com a dialética da revolução proletária mundial. Por conseqüência, resultaria num processo de transição econômica ao socialismo que poderia ser interpretada como um "salto não dialético", de potenciais graves conseqüências futuras para o próprio projeto socialista.

A esta altura do estudo é possível delinear-se por aproximação um "modelo" conceitual e genérico que pode reproduzir a organização da sociedade, em seus grandes traços econômicos, políticos e jurídicos, na tentativa socialista para os países atrasados em seu período transicional. Evidentemente, ele é uma consequência do que foi observado até aqui a partir da interpretação do movimento histórico para o socialismo de acordo com a teoria da revolução permanente. O que pode ser extraído configura-se como o que se segue:

Em primeiro lugar, parece explícito que a sociedade socialista objetivada é representada por um conjunto de relações de produção onde a propriedade privada dos grandes meios de produção é suprimida, isto é, socializada, e passada ao controle estatal como representante da maioria (os trabalhadores em todos os seus matizes).

Em segundo lugar, nesta mesma sociedade coexistem, por um período finito, a atividade econômica planejada e atividades exercidas pela livre iniciativa, com a observação de que esta última atua através de concessões decididas pelo Estado e sujeitas aos ditames de um **Plano**. De outra maneira, pode-se dizer que coexistem uma lei da acumulação socialista (planificação) e a lei do valor (mercado e acumulação privada).

Em terceiro lugar, impõe-se que o poder político seja exercido exclusivamente pelos trabalhadores, conforme sua decisão, através de suas organizações, partidos, sindicatos, etc. Esta terceira suposição é necessária para a "viabilização" do modelo sugerido e, por isso, entendida como uma "ditadura do proletariado" ou qualquer outro termo similar, mesmo que se admita que esta forma de organização do Estado represente "opressão" de uma classe sobre outras.

Em consequência, poder-se-ia afirmar que neste Estado da transição ao socialismo, o direito positivo, em parte, reproduz a implementação de mecanismos que representam a experiência capitalista. Como o universo burguês não é suprimido de imediato na instalação da nova sociedade, depreende-se que relações econômicas daquele permanecerão transitoriamente preservadas como, por exemplo, o salário individual como expressão do valor da força de trabalho. Mas, a "continuidade" dessas relações, no entanto, a rigor, antes de tudo deve ser vista como uma "recriação" das mesmas. É o direito burguês empregado inevitavelmente nesta "etapa inferior do comunismo". Mas, se o socialismo (comunismo) é o resultado a ser obtido, o Estado deverá ser organizado com mecanismos que impeçam este direito de elevar-se acima do regime econômico dominante.

Diria-se que, em face das exigências imediatas do consumo, da produção e da distribuição, há a necessidade do *Estado burguês*, o qual é posto pelo Estado socialista, o que implica considerar-se que o primeiro pode subsistir mesmo com a ausência da burguesia:

"(...) *As normas burguesas de repartição, quando incitam o crescimento da força material, devem servir a fins socialistas. Mas o Estado adquire imediatamente um duplo caráter socialista, na medida em que defende a propriedade coletiva dos meios de produção; burguês, na medida em que a repartição dos bens tem lugar segundo padrões de valor capitalistas, com todas as consequências que decorrem deste fato. (...) A fisionomia definitiva do Estado operário deve definir-se pela modificação da relação entre as suas tendências burguesas e socialistas (...)*"⁵²

Tendo como pano de fundo a teoria da revolução permanente e com o propósito de "derivar" a constituição do Estado na transição ao socialismo a partir da teoria do modo de produção e, conseqüentemente, da teoria marxista do Estado burguês, uma questão substantiva é sugerida: como se compõe o caráter da nova sociedade? Ou, em outras palavras, como é composta esta sociedade civil em termos das categorias discutidas anteriormente, a saber, o conjunto das relações de produção e relações jurídicas pressupostas que emanam dos indivíduos produtores e que possibilitam o estabelecimento do direito positivo deste Estado e a legalização dessas relações jurídicas? Dir-se-ia inicialmente, tendo como base o pré-requisito da propriedade social dos meios de produção, que aqui a contradição entre essência e aparência concernente ao caráter das relações de produção não toma a forma de uma transmutação na qual a aparência prevalece e é institucionalizada através do corpo de leis tal como a que vigora na sociedade capitalista no sentido da afirmação da dominação burguesa⁵³

E não poderia ser de outra maneira, pois no socialismo (*stricto sensu*) não há o intercâmbio de valores (mercadorias) que opõem proprietários e produtores tornados iguais somente perante a lei do Estado. O fundamento sobre o qual se constitui a relação jurídica legalizada é a *propriedade coletiva* dos meios de

⁵²TROTSKY, Leon. *A revolução traída*. São Paulo, Global, 1980, p. 41.

⁵³Para esta discussão que tem como base a teoria marxista do Estado lançou-se mãos dos seguintes textos: ALTVATER, E. *Some problems of state interventionism: the "particularizacion" of the State in bourgeois society* In HOLLOWAY, J. e PICCIOTTO, S. (eds.) *State and capital: a marxist debate*. Austin, University of Texas Press, 1979. HOLLOWAY, J. e PICCIOTTO, S. *Introduction, towards a materialist theory of state* In HOLLOWAY e PICCIOTTO, 1979, op. cit. FAUSTO, R. *Marx lógica e política*. São Paulo, Brasiliense, Tomo II, 1987. HIRSCH, J. *Elementos para uma teoria materialista del Estado* In *Críticas de la economía política*. México, D. F., Nos. 16 e 17, 1979. LECLERCQ, Y. *Teorias do Estado*. Lisboa, Edições 70, 1981. LENIN, W. I. *A sociedade de classes e o Estado* In LENIN, W. I. *Lenin*. São Paulo, Ática, 1978. LENIN, W. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo, Hucitec, 1979.

produção. Neste sentido, o Estado "conscientemente" espelha a realidade (concretude) da relação social fundamental (a propriedade coletiva) que se apresenta como princípio desta sociedade. O Estado não será chamado a exercer papéis que representem a obliteração da realidade econômica aos olhos da maioria. Com isso, pode-se afirmar que a infraestrutura da sociedade está explicitada na superestrutura sem o véu da fetichização.

Entretanto, temos que considerar que o socialismo (*lato sensu*), ou seja, na fase de transição, não comporta apenas os trabalhadores como classe social única e homogênea. Estão presentes também outras expressões de classe, entre as quais, sobretudo, a burguesia. Além da sua presença em termos ideológicos, verificada inclusive em indivíduos não burgueses, tomando-se como referência a segunda suposição do modelo acima descrito, verifica-se a existência, ainda que por concessão da classe dominante, do princípio da acumulação privada que continua produzindo a troca "desigual" entre indivíduos. Esta é uma contradição inevitável em face da "necessidade" de conciliar o planejamento e o mercado nesta fase do socialismo, porém com a notável distinção de que ela (a contradição) não se apresenta com o conteúdo da oposição essência *versus* aparência, dado que, no seu princípio, quer dizer, ao se constituir, a maioria opta por organizar a sociedade a partir de um "desejo" explícito, conscientemente premeditado, qual seja, a supressão jurídica e formal dos elementos estruturais constitutivos da desigualdade, parte dos quais será *temporariamente mantida* como componente de um modo de produção cujo regime de propriedade se distingue - e está em oposição - daquele que o precedeu.

Tratando-se agora mais de perto das funções econômicas do Estado na transição ao socialismo, dizer-se-ia que, em função dos pressupostos colocados e pelo desenvolvimento teórico que foi exercitado até o presente momento, coloca-se abertamente a idéia de *racionalidade*. Esta racionalidade tem caráter duplo por implicar uma acumulação socialista que recorre ao cálculo capitalista. Esta concepção pode ser traduzida na forma dos mecanismos e procedimentos econômicos que devem ser utilizados com o Estado cumprindo um papel indispensável na sua condução e implementação. À semelhança das funções econômicas do Estado capitalista, ão que se refere à sua intervenção sobre o mercado livre no sentido de neutralizar os efeitos negativos das leis de tendência, neste estágio do socialismo uma das funções primordiais do Estado será o de conduzir a bom termo, no sentido da consolidação socialista, o conflito operado entre, como será visto no capítulo III, a acumulação socialista e a lei do valor. Para tanto, coloca-se a exigência da montagem do aparelho econômico na transição por se reconhecer que a planificação, deixada sua condução a cargo dos "agentes"

socialistas, isto é, sem a mediação estatal, tende a ser neutralizada pela lei do valor, também se esta é deixada, em sua atuação, a cargo dos "capitais individuais".

Torna-se admissível o estabelecimento de mecanismos econômicos que configuram a intervenção estatal enquanto um aparelho produtivo voltado para a realização da acumulação primitiva exigida para a edificação do socialismo. A atividade do Estado socialista se revestirá, então, de determinadas funções que encaminharão a realização prática de tal objetivo. Esta pode ser identificada na forma da administração de um sobreproduto que será repartido entre os agentes da produção, quer sejam socialistas ou capitalistas que aí atuem, mas de tal forma, isto sim, a garantir seu direcionamento à criação das condições para a reprodução ampliada socialista. A título de exemplo, para descrever um possível arranjo que expresse a atuação do Estado operário segundo pressupostos da acumulação primitiva socialista, poder-se-ia ter o setor estatal constituído pela grande indústria, a rede bancária e o comércio exterior, e o setor privado comandando a agricultura e o comércio interno. Evidentemente todas as alternativas de arranjos deveriam permitir a modificação e o desaparecimento da lei do valor e das leis da economia mercantil-capitalista segundo prazos e ritmos que não podem ser determinados a priori.

O *dingismo econômico* é a marca notória da função econômica do Estado nesta fase da transição socialista: sua principal finalidade é a de impor *correções* e *orientação* às atividades do mercado. Este, neste sentido, é o ponto de partida para a ação econômica estatal, a qual, então, pode ser traduzida como uma "regulação" das atividades mercantis.

Como conclusão, pode-se ainda acrescentar, à guisa de ilustração, que a intervenção estatal, levando em conta os traços gerais de suas funções, acima explicitadas, pode ser desdobrada em algumas linhas, que carecem de outros desenvolvimentos: 1) Organização dos quadros sócio-econômicos e da planificação social (considerando: as categorias mercantis dentro do setor econômico estatal e a estatização, socialização e posse social dos meios de produção); 2) Estabelecimento de formas e métodos da planificação socialista e nível de desenvolvimento das forças produtivas (considerando: a delimitação do setor socialista e do setor privado, a organização do setor socialista e a organização das trocas no plano interno quanto no plano externo); 3) Enfrentamento da problemática dos preços (considerando: a teoria do valor e a planificação dos preços e a especificidade do problema dos preços na economia de transição).⁵⁴

⁵⁴A respeito das funções econômicas do Estado na transição ao socialismo ver BETTELHEIM, Charles. *A transição para a economia socialista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969, caps. 2, 3 e 6.

CAPÍTULO II

A RUPTURA STALINISTA: A NEGAÇÃO DA DIALÉTICA DA TRANSIÇÃO

INTRODUÇÃO

O estudo das causas e conseqüências da Revolução Russa, assim como o de outros eventos históricos, pode assentar-se em perspectivas metodológicas diversas. A partir delas, diferentes explicações podem ser adotadas para justificar os resultados e fenômenos observados no que concerne a este objeto de investigação científica. E em que pese o sagrado direito de escolha metodológica seria difícil abandonar o critério econômico-social como o ponto basilar da análise, e assim estabelecer a via através da qual ela se espraiaria molecularmente. Em outras palavras, provavelmente padeceria de rigor, e estaria bastante fragilizada, uma tentativa de interpretação a esse respeito que adotasse o caminho inverso.

Como poucas vezes foi salientado, o fenômeno da stalinização da União Soviética não pode ser entendido em seus fatores determinantes sem que se recorra primordialmente às manifestações econômico-sociais que espelham determinadas situações históricas. Isto remete às diversas tentativas que procuraram explicar o stalinismo, por exemplo, como uma derivação de uma suposta variável de autonomismo autoritário implícita no marxismo ou no chamado leninismo. Além das suposições que realçam a primazia dos elementos "psicológicos" próprios da "natureza" humana, para não falar dos argumentos favoráveis à teses da tendência compulsiva dos indivíduos à adoração do poder e

da inevitabilidade do Leviatã, assim como as teorizações que se preocupam em principalizar o papel exercido pelos grandes líderes nas transformações históricas⁵⁵

Com efeito, quanto ao movimento histórico, observa-se sem surpresas que as condições materiais de uma sociedade resistem em desaparecer diante da natureza das relações sociais projetadas no sentido de definir-lhe seu novo destino. Mesmo assim, muitos poderão acreditar que se um país opera o gigantesco esforço revolucionário que resulta na destituição da classe dominante que prevalecia até então como possuidora dos meios de produção, este passo político fundamental apresentar-se-ia como condição necessária e suficiente para a consolidação da nova sociedade que se colocara em projeto quando da deflagração do evento histórico transformador.

Essa interpretação aplica-se de forma exemplar ao caso particular da Rússia. Tratava-se, quando da realização revolucionária, de um país que conhecia profundas transformações apontando para o predomínio das relações capitalistas, sem que, entretanto, pudesse ser afirmado que as mesmas já detinham uma posição tão importante da qual pudesse ser constatada uma acentuada perda de espaço das relações pré-capitalistas e das expressões políticas e de classe que delas emanavam. Acrescentando-se a esse quadro uma avassaladora sucessão linear de eventos portentosos - a primeira guerra mundial, a guerra civil e a "virada" de Stalin no final da década de 20 - não seria difícil concluir que enormes barreiras retardavam a superação das relações capitalistas e pré-capitalistas na via do socialismo. Frente a essa estrutura de relações sociais bastante heterogênea, a qual se agregava os efeitos limitadores dos eventos históricos mencionados, poderia ser afirmado que o movimento de passagem ao socialismo tendia a ser neutralizado pela perpetuação potencial do ambiente social correspondente ao estágio pré-revolucionário, em que pese a constatação, como princípio geral, da presença da propriedade coletiva dos meios de produção.

Procurando-se detectar elementos de paralelismo entre o processo de despontamento e desenvolvimento do capitalismo e o processo que converge para o nascimento e evolução do socialismo - e reafirmando-se o pressuposto que o socialismo não pode ser inteligível como uma realização nacional - é possível verificar que as transformações históricas que desaguaram no modo de produção burguês apareceram pela primeira vez em todas suas dimensões num determinado país, mas, na verdade, a consolidação capitalista neste espaço geográfico nada

⁵⁵Uma consistente tentativa de conceituação do stalinismo poder ser vista em LEWIN, Moshe. *Para uma conceituação do stalinismo*. In HOBSBAWN, Eric, et. alli. *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Vol. VII, 1986, pp. 203-240

mais representava do que a síntese de muitas determinações que abarcavam um conjunto considerável de povos e nações de todo o mundo simultaneamente. De tal sorte que, se a Inglaterra implantara em primeiro lugar a democracia liberal-burguesa e a industrialização abrangente, este resultado não poderia ser considerado como uma conseqüência de um fenômeno exclusivamente inglês. Uma "economia mundial" era exigida e surgia, antes de tudo, para que aquele país, por diversas razões, adquirisse a condição de depositário privilegiado da experiência burguesa.

Analogamente, ao analisar-se em perspectiva a possibilidade do socialismo, seria completamente infundado afirmar-se que, desde que a burguesia fosse substituída pelo proletariado num determinado país, este automaticamente teria assegurado seu ingresso no socialismo. Quer dizer, as novas de relações de produção, que num primeiro momento tem uma conotação mais legal do que econômica, não constituem condição suficiente para que o socialismo seja aí implementado de forma conclusiva. Segundo a lógica dialética implícita ao modelo marxista, desenvolvido até as duas primeiras décadas do século XX, a implantação da ditadura do proletariado não pode ser igualada à obtenção dos requisitos básicos para a construção definitiva do socialismo, e essa afirmação é válida para qualquer país que venha a realizar a revolução proletária.

Ainda de acordo com o marxismo, o socialismo procede do capitalismo e como tal a nova sociedade deve ser vista como desaguadora de um processo em que o capitalismo, aparecendo como pressuposto, é tomado como uma *totalidade*. Assim, obrigatoriamente, a *economia mundial* é uma categoria de análise indispensável para se entender o capitalismo do século XX e, por extensão, os processos revolucionários que conduzem ao socialismo. E como já foi aqui observado, apenas esta configuração metodológica permite justificar no contexto da interpretação marxista o início da experiência socialista a partir de um país capitalista atrasado.

O atraso russo, situado no conjunto do mundo capitalista, por um lado, criava as próprias condições para que o processo revolucionário socialista conhecesse sua aurora ao seu interior. Contudo, por outro lado, este mesmo atraso, ainda no terreno da economia mundial, exigia outros desdobramentos no sentido do desfecho positivo do socialismo no espaço particular da Rússia. Tais desdobramentos representavam o estabelecimento de relações de intercâmbio econômico que espelhassem o carreamento para o interior das fronteiras do país atrasado das forças produtivas desenvolvidas encontráveis nos países capitalistas avançados. Evidentemente, a construção do socialismo seria uma possibilidade muito mais

concreta na Rússia se estas relações econômicas, de parte a parte, acontecessem sob a égide do socialismo.

Advogando-se que o socialismo é um fenômeno objetivamente internacional e materialmente positivo, a situação concreta enfrentada pela URSS após 1917 apontava para o sentido oposto. As condições materiais internas degradantes, o desenvolvimento econômico atrasado e o relativo isolamento perante o mundo capitalista, antepostos à inexorabilidade da luta pela necessidade, apresentaram-se como o caldo de cultura para o surgimento das deformações que o projeto socialista conheceria em um espaço de tempo muito curto. A degenerescência burocrática, mesmo não significando o retorno ao antigo capitalismo, aconteceu em concomitância com a formação de um segmento social particular.

Esta inédita resultante histórica, a burocracia, assumindo a condição de condutora dos rumos da sociedade originada da revolução de outubro a partir de circunstâncias materiais extremamente propícias, para legitimar-se como continuadora natural do projeto socialista de inspiração marxista, teria que desenvolver uma nova e indispensável formulação teórica. Ela teria como fundamento a negação dos supostos da teoria que orientara as atitudes decisivas daqueles que comandaram a derrubada da burguesia e seu regime monárquico na antiga Rússia.

O interesse neste capítulo é o de discutir a *teoria do socialismo num só país*, antes de tudo, localizando-a como uma construção *ideológica*, posto que surge não como uma contribuição alinhada com o desenvolvimento do marxismo, mas, sobretudo, como o envoltório "teórico" de atitudes político-econômicas voltadas para retenção do poder por parte de uma determinada camada social. Colocada de acordo com esta orientação metodológica ver-se-á que a teoria do socialismo num só país, em oposição à teoria da revolução permanente, significou um rompimento com a lógica dialética da transição ao socialismo. Com sua aplicação a URSS ficou exposta a um processo degenerativo que a levaria ao fracasso como projeto de inspiração socialista em face das medidas adotadas em consonância com a lógica utópica e reacionária da *autarquia* econômica, as quais serão analisadas mais detalhadamente no último capítulo. ↵

Longe de representar a justificativa teórica adequada para a suposta única alternativa "socialista" possível diante do atraso, quer-se afirmar aqui que a teoria do socialismo num só país representou, em virtude do próprio atraso, sob determinadas condições, a negação da transição ao socialismo. Trata-se, de fato, do aporte doutrinário adequado ao provimento das medidas econômicas consoantes

com a consolidação da burocracia enquanto camada dirigente em oposição ao objetivo primordial propugnado pela revolução de outubro.

2.1 ATRASO ECONÔMICO, LIMITAÇÃO MATERIAL E GESTAÇÃO BUROCRÁTICA

O grande "salto para a frente" determinado por Stalin no final da década de 20, que transfigurou completamente a sociedade soviética, não pode ser admitido como um conjunto de medidas improvisadas adotadas numa situação de desespero, portanto, fruto do raciocínio operando apressadamente frente a pressões impostas pela situação objetiva. Não. A partir de 1929 as medidas econômicas que passaram a ser implementadas a toque de caixa, a "coletivização forçada" e a "industrialização acelerada", representaram a escolha entre diferentes alternativas logicamente consistentes com a "teoria do socialismo num só país".

A estratégia do "isolamento", porém, já se definira entre os anos 1924 e 1925, do que se seguiria uma política econômica de trajetória conscientemente errática, assumindo diferentes formas à medida que a situação concreta requisitasse procedimentos e atitudes necessárias à manutenção do poder. É em consonância com essa lógica que deve ser interpretada, por exemplo, a importante questão da política da burocracia com relação ao campesinato, o qual em momentos distintos, foi eleito como o aliado indispensável ou como o inimigo a ser combatido vigorosamente.

Entretanto, deve ser observado preliminarmente que a teoria utilizada pela burocracia como uma concepção de sociedade e de estratégia surgiu depois que o fenômeno da burocratização soviética conheceu sua gênese. Esta última coincide muito mais com uma manifestação espontânea radicada nas condições materiais e menos como um produto previamente concebido segundo formulações de teoria ou de doutrina. Evidentemente, ninguém inventaria o stalinismo como um resultado previsível e, provavelmente, nem o próprio Stalin, antes que as condições propícias se apresentassem, teria sonhado em se transformar na personalidade histórica que o mundo viria a conhecer em pouco tempo.

Semelhante interpretação é admitida ao considerar-se que, em um momento determinado, aquele segmento que mais tarde viria a reter o poder definitivamente, uma vez vislumbrada tal potencialidade, passaria a colocar a necessidade absoluta

de valer-se de um recurso teórico-doutrinário com o objetivo de transformar esta potencialidade em realidade. Na altura de 1923-24, contudo, o passo definitivo para a consolidação do poder, esbarrava num obstáculo de difícil transposição, posto que implicava uma passagem da esfera do pragmatismo para o plano da elaboração teórica. Ao mesmo tempo representava uma exposição pública que obrigaria, em parte, o abandono da obscuridade denotada pelos movimentos executados exclusivamente no interior do aparelho.

Sobremaneira, então, a elaboração doutrinária pretendida pela burocracia deveria municiá-la para fazer frente aos seus adversários políticos, em especial o agrupamento que se formara em torno de Trotsky em 1923 e com o qual disputava diretamente o poder. Provavelmente porque a "oposição de esquerda", minoria nos principais órgãos decisórios do Estado e do Partido Bolchevique já antes da morte de Lenin, não obstante, dispunha de uma base teórica consistente a partir da qual poderia fazer proposições relacionadas aos procedimentos inerentes à transição e simultaneamente credenciar-se para ocupar a posição de maioria. Era uma bagagem política que vinha desde a revolução de 1917, para não mencionar uma data precedente, o que não fugiria a verdade, e representava um dispositivo teórico relativamente bem incorporado à cultura da sociedade, portanto, dispo de razoável penetração popular por ter sido testado na prática.

Logo, vale dizer que se tornou indispensável para Stalin empreender uma "teorização" alternativa, a qual deveria prestar-se ao cumprimento da função de doutrina justificadora de uma posição de domínio político que se tornava realidade, antes de tudo, por meios práticos e movimentos pragmáticos encetados através dos canais e estruturas estatais e partidárias. Este gesto representava uma procura de legitimidade que não poderia ser obtida interna e externamente apoiada somente na representatividade pública de dirigente partidário, a qual, a bem da verdade, situava-se num patamar de credibilidade reduzida relativamente aos principais dirigentes que conduziram a revolução e a mobilização de resistência durante a guerra civil. Com isso, quer-se afirmar que a teoria de Stalin conheceu um processo de gestação e desenvolvimento, o que justifica a afirmação de que o "giro espetacular" operado em 1929-30, que visava "eliminar os kulaks como classe", substancialmente estabelecido em 1934 e completado como modelo no final dos anos 30,⁵⁶ apoiou-se não sobre uma base teórica nascida ao acaso, mas orientou-se através de uma diretriz doutrinária adrede formulada.

⁵⁶HOWARD, M. C. and KING, J. E. *A history of marxian economics*. New Jersey, Princeton University Press, 1992, volume II, 1929-1990, p. 24.

Em meio à situação material precária e adversa que o país enfrentava após a consolidação da tomada do poder com o final da guerra civil, a presença pública de Stalin como comentador das questões econômicas mais importantes começou a ser notada mais enfaticamente ao longo do ano de 1924. Não por acaso, acontecia na esteira do vazio provocado pela derradeira crise de saúde de Lenin, que o retirou definitivamente de cena, e depois do fortalecimento prático obtido em função de energias obtidas com a degenerescência material, assim, facilitando sobremaneira sua ascensão. Decididamente, portanto, já antes de 1924, nos bastidores, suas ações já podiam ser observadas em adiantado estágio de desenvoltura, em que pese suas características contrárias às normas éticas adotadas pelos bolcheviques na luta política interna, e mesmo quando o principal líder ainda detinha sua conhecida lucidez e influência sobre o Partido.

Atualmente já não é mais possível ignorar que as distorções que caracterizavam o fenômeno da burocratização encontravam-se em adiantado estágio de evolução bem mais cedo do que supunha a maioria daqueles que opinaram a respeito do assunto, o que confere maior credibilidade à tese de que a construção ideológica stalinista foi iniciada a partir de uma posição material e política razoavelmente avançada:

*"(...) O período do stalinismo foi uma tragédia para todos os povos que habitam a URSS. Nosso interesse profissional está justamente nas origens deste fenômeno, nas suas raízes, porque a historiografia habitualmente determinava que o stalinismo, ou a chamada sociedade stalinista como tal começou a desenvolver-se a partir do ano de 1929, com a chamada coletivização. Para nós, as raízes são mais profundas e os acontecimentos são anteriores. Por isso investigamos o período de 1921-24, período que consideramos o mais importante para que se possa entender o que se passou no nosso país. Hoje se fala muito (...) sobre a chamada 'alternativa de Bukharin' em 1929 e de outras alternativas também. Do nosso modo de ver, em 1929 já não existia mais nenhuma alternativa, pois tudo já havia sido decidido anteriormente entre os anos de 1923 e 1924. (...) O estudo objetivo e aprofundado dos arquivos do Partido, que foram recentemente liberados, permite ao pesquisador descobrir progressivamente o verdadeiro encadeamento dos fatos históricos. Neste processo, o período de 1922 a 1924 é de interesse primordial para a história do stalinismo: é o período no curso do qual foram estabelecidas as bases do futuro modelo stalinista da sociedade, como consequência de amargas lutas internas no Partido, onde se decidiam alternativas reais. (...)"*⁵⁷

⁵⁷PODTCHEKOLDIN, Aleksandr. *Origens dos privilégios dos apparatchiks na URSS: os novos dados da investigação histórica*. In NÓVOA, 1993, op. cit., pp. 64-65.

Com efeito, antes do tratamento analítico a respeito do conteúdo da teoria do socialismo num só país cabe investigar as manifestações pré-ideológicas que contribuíram para a gênese da burocracia. Para esse fim, ao se enfatizar o elemento material como variável motivadora decisiva das transformações, faz-se necessário considerar a história russa no período pré e pós revolução de outubro para ter-se ciência do quão regressivos, do ponto de vista do desenvolvimento econômico e cultural, apresentaram-se os acontecimentos relacionados ao período que se inicia com a primeira guerra mundial e finaliza com a guerra civil.

A progressiva curva da modernização russa conheceu uma inflexão positiva até o início da primeira grande guerra. Significou, como se sabe, uma expressiva ampliação das atividades industriais, muito embora, apesar dos decretos anti-feudais relacionados à questão fundiária datados de 1861, a agricultura tenha progredido de forma insuficiente em direção a uma composição do mercado capitalista. Sobretudo a indústria, e com ela uma acentuada urbanização, apresentava-se com maior importância quanto ao desenvolvimento das forças produtivas para o provimento de uma base de continuidade do desenvolvimento econômico com preocupações socialistas. Contrariamente, a combinação dos eventos do pós guerra ao mesmo tempo em que contribuiu para a destruição da indústria, simultaneamente, no que respeita ao campo, por conta da revolução em seus próprios objetivos programáticos de democratização da propriedade da terra, ironicamente, conduziu, por força das circunstâncias, ao retorno a uma forma de coletivismo pré-capitalista (O *mir*, comuna rural) no qual o campesinato, fechando-se em si mesmo, resgata antigas práticas econômicas e, associadas a elas, valores culturais e religiosos conservadores na contra-mão das transformações progressistas. Involução industrial e fortalecimento de um coletivismo agrícola conservador trouxeram juntos uma alteração do cenário da iniciativa das classes sociais presente no imediato pré-revolução, reduzindo na perspectiva do socialismo, já em meio ao evento final, a guerra civil, a força da classe revolucionária e dinâmica, o proletariado, embora minoritária, e ampliando a capacidade de influência da classe mais retrógrada e majoritária, o campesinato:

"(...) Para resumir os resultados da revolução e da guerra civil, pode-se afirmar que, embora os dirigentes revolucionários soubessem muito bem que o país não estava maduro para o socialismo (e, por isso, alimentou-se freqüentemente a esperança de que seriam resgatados por uma revolução no Ocidente), não se deram conta do fato de que, no final, iriam se encontrar diante de uma situação bem mais atrasada do que a da Rússia czarista. Como dissemos, muitos importantes resultados para o desenvolvimento de uma sociedade mais moderna, alcançados pela Rússia czarista, foram destruídos pelos eventos; o novo regime iria começar sua atuação num quadro

*social que nem mesmo com o maior esforço de imaginação podia ser considerado como orientado para objetivos socialistas. Enquanto tanto o setor urbano quanto o agrícola, cada um a seu modo, regrediam ou alteravam sua fisionomia social e política, a sociedade russa não estava de modo algum em ascensão, mas era atravessada, ao contrário, por duas curvas regressivas que limitavam sua possibilidade de escolha, impondo dolorosos dilemas e limitações. O grosso da nação - os camponeses - não constituía uma força dinâmica e não se podia pretender que oferecesse ao país uma saída. A única força dinâmica, nessa fase, era representada pelo novo Estado. (...) O novo Estado, encontrando-se diante de um corpo social menos articulado e menos capaz de ação, mudou seu papel: encarregava-se crescentemente das organizações - o Partido, a burocracia, o exército - , até o momento em que, mais tarde, esse se tornou o único método possível. (...)"*⁵⁸

O novo Estado passou a conhecer sua existência logo após outubro de 1917 e imediatamente teria que se preocupar quase exclusivamente com a manutenção do poder, naquela altura já fustigado tenazmente pelas classes dominantes do antigo regime. Sobressaía ao novo regime a urgência da organização e da mobilização militar, fato que resultaria na constituição do Exército Vermelho e o recurso a expedientes excepcionais de regulação, distribuição e circulação econômica, questões que implicariam na implantação do Comunismo de Guerra.

Um primeiro impulso para a ascensão ao controle político do aparelho estatal e partidário por parte de um agrupamento espúrio aos interesses dos fundadores do novo regime, apoiada nos elementos materiais e políticos adversos à progressão do projeto socialista, encontrou ambiente propício em virtude da implementação inevitável de dispositivos especiais voltados para a regulação econômica e para a tomada de decisões de ordem política numa situação de extrema excepcionalidade. A configuração dos elementos de excepcionalidade deu oportunidade ao surgimento da estrutura regulatória e decisória conhecida como o Comunismo de Guerra, a qual, é necessário reconhecer, transformou-se em força estimuladora de uma insólita construção superestrutural cujo traço decisivo indicava a fusão da estrutura do Partido Bolchevique com o organismo estatal.

Dentre as componentes do Comunismo de Guerra que traduziam a ultracentralização das decisões políticas e econômicas encontrava-se a desqualificação dos mecanismos da democracia operária, evidentemente não prevista no programa do bolchevismo para cumprimento após a tomada do poder. O enfraquecimento do

⁵⁸ In Lewin, 1986, op. cit., pp. 220-221.

processo deliberativo e decisório baseado na participação direta das classes trabalhadoras, em particular dos operários, assume a condição de pré-requisito para a gestação do fenômeno da burocratização. Por conseguinte, os mecanismos legais e institucionais que se formaram ao sabor da necessidade e da improvisação tomaram a forma do *meio* adequado ao engendramento de "(...) *um estrato ou camada burocrática que preservara as bases econômicas do socialismo (coletivização dos meios de produção), mas colocando-as a serviço de seus interesses particulares de categoria social privilegiada (...)*".⁵⁹

Como não poderia deixar de ser, expressa as dificuldades materiais próprias de um Estado que enfrentara por um período relativamente prolongado as adversidades do conflito militar tanto interna como externamente. A prioridade do recrutamento de homens para a recomposição do corpo militar e o acentuado decréscimo da atividade econômica conduziu à uma redução drástica do tamanho e da importância do proletariado dentro do espectro interno das classes sociais:

*"(...) A guerra civil de 1918-1920 provocou uma dramática inflexão no desenvolvimento do país. No início da Nova Política Econômica, em 1921, não somente a economia soviética estava tomada pelo caos, mas as cidades se haviam despovoadas, a burguesia fora destruída, e, com ela se perdera boa parte do talento profissional, administrativo, cultural e intelectual da nação. Ainda mais grave, do ponto de vista do regime, foi intenso o enfraquecimento da classe operária, se se considera o fato de que a morte, as mobilizações, as promoções e a marginalização haviam devorado quase a metade da força de trabalho industrial especializada. Ainda hoje os estudiosos não captaram plenamente os resultados desses ruinosos abalos. Foi como se grande parte do desenvolvimento social e econômico experimentado pela Rússia depois de 1861 tivesse sido varrida, e a cultura - espiritual e política - houvesse regredido a uma fase anterior, primitiva, difícil de definir e datar. (...)"*⁶⁰

Instalara-se uma situação extremamente precária para que decisões, alinhadas com intervenções rápidas e emergenciais, fossem adotadas em condições minimamente condizentes com a prática da democracia operária. Esta, que fora posta imediatamente em ação através dos Conselhos Populares (soviets) no bojo da derrubada do czarismo em 1917, transformando-se nos organismos legislativos e fiscalizadores decisivos, foi rapidamente substituída pela ação deliberativo-executiva exclusiva dos dirigentes partidários e funcionários estatais nos vários níveis hierárquicos. Este substituísmo, mesmo que admitido a princípio em condições improvisadas e transitórias, foi colocado em prática por meio de medidas

⁵⁹COGGIOLA, Osvaldo. *O colapso da União Soviética e os prognósticos do marxismo*. In COGGIOLA, O. (org.). *História e crise contemporânea*. São Paulo, FFLCH-USP, Pulsar, 1994, p. 30.

⁶⁰In Lewin, 1986, op. cit., p. 217.

de exceção que "(...) configuram sem dúvida um desvio de rota relativamente ao paradigma da Comuna de Paris e ao próprio conceito de ditadura do proletariado, já que em vez da direção política da sociedade pela classe operária organizada, isto é, em vez de ditadura de classe, havia na Rússia soviética a ditadura do Partido Bolchevique (...)".⁶¹

Em face do caos, configurava-se a premência de elementos organizativos à disposição do novo regime. Estes, poderiam ser encontrados no aparelho de Estado herdado do antigo regime e que se mantivera praticamente intacto, pois, em virtude da própria guerra civil, tornara-se impossível dispor de tempo hábil para efetuar a sua substituição por formas estatais próprias da ditadura do proletariado. Sendo assim, só restava recorrer ao corpo de funcionários moldado pelas velhas estruturas estatais para fazer funcionar precariamente um dispositivo emergencial de sobrevivência econômica. Por sua vez, sabe-se que parte considerável da elite profissional que conduzia administrativamente e militarmente o Estado autocrático era recrutada das classes proprietárias, aquelas mesmas que ao serem sufocadas pelo Estado ficavam impedidas de se desenvolverem economicamente e de se diferenciarem socialmente.⁶² Mas, não somente este recurso organizativo foi utilizado; o Partido Bolchevique dispunha igualmente de uma estrutura que funcionava relativamente bem em todo o país. Contudo, nas condições da guerra civil fora igualmente esvaziado de seus elementos operários e ocupada por um enorme massa de indivíduos incultos e despreparados, mas ao mesmo passara a ser objeto de atenção por parte daqueles elementos também originados das antigas classes proprietárias, que, sob pretexto de adesão ao socialismo, acorriam ao Partido e passavam a ocupar postos de importância: também o Partido refletia o declínio geral do país.

Esta era a composição social da burocracia estatal e partidária: formada em sua elite por elementos pequeno-burgueses, recrutados nas classes proprietárias que encontravam dificuldades extraordinárias para ascenderem socialmente à posição da livre acumulação capitalista, que se voltavam para oportunidades aptas a granjear-lhes distinção pública e privilégios materiais. Poderiam fazer tudo o que fosse necessário para não ter sua ambição frustrada. Apresentavam-se, como se vê, enquanto uma verdadeira matéria prima a disposição de um autocrata que pretendesse organizar um dispositivo visando a conquista do poder.

⁶¹ QUARTIM DE MORAES, João. *A difícil supressão das relações mercantis*. In Critica Marxista. São Paulo, Brasiliense, Vol. 1, No. 1, 1994, p. 68.

⁶² In KNEI-PAZ, 1985, op. cit.

O terreno difícil da economia criou a possibilidade de reprodução e desenvolvimento, e ao mesmo tempo de utilização, de estruturas propensas a auto existência. aqui deve ser localizado um elemento explicativo fundamental para o fortalecimento da burocracia em direção à posição de poder de Estado. O esforço militar obrigara a concentração da atividade produtiva na elaboração daqueles bens destinados ao front. Ao mesmo tempo, essa atividade se fazia em um volume extraordinariamente reduzido em consequência da destruição avassaladora das forças produtivas que a Rússia possuía antes de eclodir a primeira guerra mundial. Não é preciso muita perspicácia para deduzir que uma enorme escassez de gêneros vitais à sobrevivência da população se instalou inexoravelmente. Nesse ambiente de extrema adversidade a burocracia tem sua importância substantivamente elevada para além de suas funções tradicionais. Assume funções de regulação e distribuição da produção, adquirindo com isso um papel indispensável que, naquelas circunstâncias, não poderia ser atribuído a qualquer outra instituição presente no espaço da velha Rússia pela simples razão de que a mesma não existia. Reinando absoluta na administração da escassez. "(...) a burocracia surge onde a luta pela existência individual ocupa um lugar dominante nas energias da sociedade. Sua função é aliviar os conflitos que essa luta origina, tirando privilégios dessa função. A burocracia tem como base da sua autoridade a ausência de artigos de consumo, e a luta de todos contra todos que resulta dessa ausência (...)".⁶³

Um outro elemento que deve ser citado como reforçador da gênese do fenômeno burocrático situa-se no plano internacional. Desde o primeiro momento, como é bem sabido, constava das formulações teóricas e estratégicas que ensejaram a Revolução Russa o seu caráter internacionalista, como assim o concebera a teoria da revolução permanente. Também não é de desconhecimento público que a revolução proletária, subjetiva e objetivamente preparada, sobretudo na Alemanha, teve seu desfecho positivo abortado pela iniciativa da social-democracia germânica que aliou-se a sua própria burguesia. Como resultado, a ausência da esperada solidariedade internacional para a Rússia a partir do proletariado de um país industrialmente avançado implicou no agravamento da escassez de bens de consumo e de produção e, por consequência, conferiu maior importância ao papel regulador da burocracia.

Terminada a guerra civil, no final de 1920 o Comunismo de Guerra foi substituído pela NEP, mas este fato não implicaria numa imediata regeneração estatal em conformidade com a ditadura do proletariado e nem no retorno a curto

⁶³In COGGIOLA, 1994, op. cit., p. 69.

prazo a uma atividade partidária mais aberta e democrática que refletisse minimamente a recuperação da função primordial dos soviets; sem dúvida, estes eram requisitos indispensáveis para a recondução da burocracia ao exercício de seu papel natural dentro do aparelho de Estado. Infelizmente, as raízes da degeneração burocrática estavam lançadas em virtude dos acontecimentos anteriores e, por isso, somente medidas excepcionais poderiam mudar os rumos das coisas. Mas, por conta da perduração de manifestações adversas, sobretudo no campo político registrava-se a permanência de normas restritivas. Estas, evidentemente, incentivavam a desenvoltura burocrática.

Assim, um segundo impulso estimulador da ascensão da burocracia apareceu revestida de uma formalidade que visava a melhoria do funcionamento orgânico do Partido Bolchevique em meio a restrição da democracia dentro do próprio partido dominante e a interdição da mesma para os demais partidos socialistas presentes na sociedade. Em 3 de abril de 1922, com a concordância de Lenin, Josef Stalin foi nomeado para o recém criado e pouco importante cargo de Secretário Geral do Comitê Central do Partido. Quase imediatamente, porém, com base neste dispositivo organizativo, em face das transformações regressivas que se operavam no seio da sociedade soviética, Stalin viu-se diante de uma situação extremamente privilegiada para erguer-se como força política de grande envergadura. Amparado, então, nas expressões sociais e políticas em estado de degeneração em ebulição, soube disso se aproveitar para construir e fortalecer extraordinariamente sua influência e poder sobre o aparelho partidário e estatal e, por extensão, sobre toda a sociedade:

"Lenin não considerou que a função de secretário era uma possibilidade de concentração de todo o poder nas mãos de uma só pessoa. O Secretariado, no entanto, podia influenciar sobre a ordem dos debates, sobre a direção política, e isto lhe permitiu ter uma posição estratégica importante em relação às ordens da direção, assim como o direito de nomear cargos, o que fazia do Secretariado um instrumento ideal de manipulações políticas".⁶⁴

Dentro desse *habitat* localizava-se o terreno fértil que permitiu à burocracia levantar-se como força política equivalente ao *status* de uma classe social, sem, contudo, apresentar-se socialmente como tal. Vê-se, então, que imediatamente após a tomada do poder a gestação burocrática se iniciara pela simples razão de que o país mergulhara numa guerra civil provocada pela contra-revolução, o que, conseqüentemente, levaria à escassez, à penúria e às restrições democráticas já mencionadas.

⁶⁴In TUCKER, Robert. *Stalin caminha para o poder: 1879-1929*. Apud PODTCHERKOLDIN, op. cit., pp. 65-66.

Após a nomeação de Stalin para a Secretaria Geral a expansão burocrática foi tão acelerada que Lenin viu-se na contingência de, transcorridos apenas nove meses depois de tomada aquela decisão, propor a destituição do mesmo argumentando que ele tinha concentrado em suas mãos um grande poder: "(...) *A construção deste poder exorbitante, sua concentração nas mãos de Stalin e de seus colaboradores circunstanciais que lhe eram pessoalmente devotados e que constituiriam mais tarde o cimo da partidocracia no poder, se projetaram em três direções fundamentais:*

1. *Crescimento do aparelho do Partido e dos Sovietes, que passaram a ser a mesma coisa, crescendo com ele.*

2. *Criação de um mecanismo rígido de submissão do aparelho ao seu centro constituído não pelo Comitê Central ou pelo **Bureau** de Organização, mas diretamente pelo Secretariado do Comitê Central.*

3. *Aumento dos poderes e privilégios dos **apparatchks** e, por conseguinte, a transformação burocrática de sua maioria (...)"*⁶⁵

Estas pesquisas recentes efetuadas pelo historiador russo Podtchekoldin após a liberação dos arquivos secretos, como consequência da "liberalização" da *Glasnost*, ajudam a comprovar que no período 1922-1924 uma série de medidas discricionárias foi adotada em favor dos membros do aparato e que estão na raiz da constituição do fenômeno do stalinismo. Trata-se, entre outras, da adoção de mecanismos de nomeação para cargos exclusivamente por meio do Secretariado em detrimento de procedimentos eletivos, a criação de gratificações pecuniárias para funcionários e o estabelecimento de uma diferenciação salarial extremamente favorável aos membros do aparelho em comparação ao salário médio dos trabalhadores da produção.

Em seus levantamentos dos documentos internos, antes de obtenção impossível, Podtchekoldin pode observar que em 31 de julho de 1922

*(...) o **Bureau** de Organização adotou uma medida para 'o melhoramento do nível de vida dos empregados do Partido'. Este documento merece especial atenção.*

Ele fixava de forma estrita os salários dos funcionários das células do Partido, das empresas ou de células rurais: trinta rublos, fixando-se no nível da 12a. qualificação. Para os membros do Comitê Central, para os da Comissão Central de Controle e para os

⁶⁵PODTCHEKOLDIN, 1993, op. cit., p. 66.

secretários de comitês regionais, o salário se fixava em quarenta e dois rublos por mês. Os salários dos altos funcionários dos órgãos econômicos e dos comunistas do governo eram da mesma ordem.

*Se um funcionário do Partido tinha família de três pessoas, recebia um suplemento de 50% por 'trabalhos efetuados fora das horas do **Bureau**'.*

Os impostos sobre os altos salários, sobre o que era costume se chamar 'os salários máximos do seio do Partido' eram completamente simbólicos e se aplicavam aos salários a partir de 64 rublos. Para dar uma medida de comparação, no verão de 1922, o salário médio na indústria era de aproximadamente 10 rublos por mês, baixando até 6 rublos e 88 kopeks (.)"⁶⁶

São essas evidências concretas que autorizam a conclusão de que ao final do ano de 1922 já se constituía parte considerável do mecanismo através do qual Stalin ascenderia à posição de ditador da URSS e líder incontestável da fração burocrática.

A consolidação do poder burocrático se tornaria praticamente irreversível a partir de 1924. Contudo, seus alicerces se encontravam em tão avançado estágio de desenvolvimento nos dois primeiros anos após o fim da guerra civil, que tornou-se inevitável aos seus adversários na luta interna organizarem-se com a preocupação de reverterem o quadro já profundamente deformado, pois tornara-se evidente que Stalin e seus aliados agiam na prática como uma verdadeira "fração", obviamente não autorizada pelas instâncias partidárias. Como resposta à ação deletéria da burocracia em formação, no ano de 1923 é organizada a "oposição de esquerda". Em outubro do mesmo ano ela emitiria um manifesto ao Comitê Central do Partido Comunista Russo procurando abrir o debate político e sensibilizar os membros da agremiação que comandara a revolução. Ela propunha um "novo curso" ao Partido que acabou não se verificando. A chamada "Plataforma dos 46" apontava sinteticamente os elementos contrários ao caráter democrático e socialista decorrentes da imposição burocrática, ao tempo em que prognosticava os desastres que estavam por vir:

"(...)A extrema gravidade da situação nos obriga (no interesse do nosso partido e no interesse da classe operária) a declarar abertamente que a continuidade da política da maioria do Politburo acarretaria graves desastres para todo o partido. A crise econômica e financeira iniciada no final de julho deste ano, com todas as conseqüências políticas, compreendidas aquelas internas ao partido, mostrou implacavelmente a ineficiência da direção do partido no

⁶⁶idem, p. 67.

campo econômico e sobretudo no campo das relações internas do partido (...).

(...) Não acreditamos que tudo se deva à ineficiência política dos atuais dirigentes do partido; pelo contrário, ainda que divergimos deles na apreciação da situação e na adoção dos meios adequados para modificá-las, consideramos que os atuais dirigentes não poderiam deixar de ser designados pelo partido para os postos mais importantes na ditadura proletária. Nós explicamos os erros pelo fato de que por detrás da aparência externa da unidade oficial está em prática um recrutamento unilateral de indivíduos e uma condução dos assuntos que é unilateral e adaptada às opiniões e simpatias de um grupo restrito.

Como consequência de uma condução do partido distorcida por tais considerações estreitas, o partido está deixando em grande medida de ser aquela viva coletividade independente que, com sensibilidade, se agarrava à realidade das coisas porque estava ligada a esta realidade mediante grande fibra. Comprovamos, ao contrário, a sempre crescente, e hoje apenas oculta divisão do partido entre uma hierarquia secretarial e as "pessoas caladas", entre funcionários profissionais do partido designados desde cima e a massa geral do partido que não participa da atividade comum

Este é um fato conhecido dos filiados do partido. Membros do partido estão insatisfeitos por esta ou aquela decisão do Comitê Central ou de um comitê provincial, tem esta ou aquela dúvida em sua mente, que reservadamente enfatizam este ou aquele erro, irregularidade ou desordem, tem medo de falar deles nas reuniões partidárias, ou às vezes até nem conversam sobre tais problemas, a menos que o interlocutor seja absolutamente de confiança desde o ponto de vista da "discrição"; a livre discussão no interior do partido praticamente desapareceu, a opinião pública do partido está sufocada. Na atualidade, não é o partido, não é o conjunto de seus filiados que promove e escolhe os membros dos comitês provinciais e do Comitê Central do PCR (b). Pelo contrário, a hierarquia secretarial do partido elege cada vez mais com maior frequência os participantes das conferências e congressos, que estão cada vez mais se convertendo em assembléias executivas desta hierarquia.

O regime instituído no interior do partido é absolutamente intolerável; destrói a independência do partido, substituindo-o por um aparato burocrático recrutado que atua sem oposição em períodos de normalidade, mas, que inevitavelmente a suscita nos momentos de crise e ameaça tornar-se completamente ineficiente frente aos sérios acontecimentos provocados pela crise. (...).⁶⁷

⁶⁷In TROTSKY, Leon. *El nuevo curso/Problemas de la vida cotidiana*. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, No. 27, 1974, pp. 110-113

Na verdade, com a tentativa de desmontagem do poder de Stalin adquirido até o XII Congresso do Partido, no início de 1923, quando Lenin propusera sua destituição do posto de Secretário Geral, ficara evidente as relações de poder já estabelecidas na época. Nem a iniciativa da principal autoridade partidária foi suficiente para enfraquecer o aparato burocrático e o politburo "secreto". A absorção da tentativa de golpe foi tão eficiente por parte de Stalin que em 1926 a viúva de Lenin, Krupskaja, declararia que "*se Lenin ainda estivesse vivo hoje estaria na cadeia*".⁶⁸

Acontece que Lenin retirou-se da cena política um ano depois da realização do XII Congresso, portanto, inviabilizando a comprovação da declaração de sua esposa. E mesmo que se admita um tom alarmista nas preocupações de Krupskaja, não resta dúvida que a morte de Lenin facilitou imensamente a desenvoltura de Stalin. No próprio funeral de Lenin ele já discursava publicamente projetando-se como seu sucessor. Pouco depois, apresentando-se como o principal representante não confesso de uma "hierarquia dos secretários", em cujo topo ele se encontrava absoluto, faltava proceder à elaboração teórica que o credenciasse à condição de condutor inquestionável do "socialismo" soviético e das aspirações socialistas do restante da humanidade.

⁶⁸ Apud MANDEL, 1995, op. cit., p. 61.

2.2 A DIALÉTICA ECONÔMICA DA TRANSIÇÃO II: A PRÉ-CONDIÇÃO EXTERNA PARA A REALIZAÇÃO DO SOCIALISMO

A pretensão de Stalin de elevar-se publicamente à condição de continuador do marxismo e de legítimo herdeiro da posição de principal líder bolchevista condicionou sua inserção nos debates internos que se processavam tradicionalmente dentro do Partido Bolchevique. Os debates ocorriam intensamente em torno das questões que exigiam respostas efetivas no sentido de superação dos inúmeros e graves problemas que afligiam a Rússia soviética nos primeiros anos da década de 20. Nesse sentido, para a vitória política de Stalin concorreram também, em que pese sua propalada indigência intelectual, suas intervenções nessas discussões e não apenas sua influência e poder amealhados em consequência da aplicação de seus conhecidos métodos tidos como desleais, torpes e astutos.⁶⁹

Todavia, para que se tenha uma noção da trajetória do desenvolvimento teórico de Stalin se faz necessário compreender, antes de tudo, seu caráter de ruptura com o paradigma que o marxismo desenvolvera até então acerca das diretrizes que deveriam ser seguidas na via da consolidação do socialismo. Esta ruptura vincula-se explicitamente àquela variável do *modelo* da teoria da revolução permanente que foi discutido mais detidamente na seção 1.2 deste trabalho. Refere-se ao pré-requisito representado pela concretização da revolução em escala internacional, abarcando sobretudo os países desenvolvidos. Num outro plano, trata-se de discutir quão necessário apresenta-se, para a construção socialista no país atrasado, o estabelecimento de relações com o mundo exterior. Isto porque a linha teórica perseguida por Stalin dizia respeito à questão fundamental da possibilidade de erguimento do socialismo exclusivamente ao interior de um país particular, uma vez que as condições históricas da Rússia resultantes das adversidades inerentes aos elementos materiais impunham obrigatoriamente semelhante reflexão. Evidentemente, Stalin não pinçou do nada o mote que lhe daria oportunidade para participar do debate teórico, mas localizou-o nas condições sócio-econômicas concretas.

⁶⁹MEDVEDEV, Roi A. *O socialismo num só país*. In HOBBSAWM, Eric J. et al. (orgs.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. VII, 1986, p. 45.

É por essa razão que assume lugar de importância para a compreensão da discussão aqui proposta tomar conhecimento das questões de método implícitas nas visões concebidas pelos próprios fundadores do socialismo científico a respeito das formas de relações externas a ser praticadas pela organização social que deveria substituir o capitalismo e do posicionamento dos dois principais líderes da Revolução Russa no que concerne à mesma questão para a futura Rússia proletária.

Num primeiro momento, não seria equivocado afirmar que os requisitos definidos por Marx e Engels ganham a condição de princípios que não seriam revogados pela evolução histórica ulterior. Desde o início de sua conversão ao socialismo Marx e Engels tinham claro que a possibilidade de efetivação do socialismo num país isolado estava em dissonância com os fundamentos da sociedade que se estabelecera como sua precedente, os quais impunham determinada qualidade nas relações econômicas constituídas entre os povos e nações presentes no quadro da sociedade humana sob o capitalismo

Relações mercantis elevadas a um patamar jamais alcançado entre os seres humanos localizados em seus espaços geográficos particulares, o que não impedia a configuração de especificidades em virtude do registro de múltiplas circunstâncias de ordem econômica, étnica, religiosa, cultural, etc. Conquanto as especificidades, neste sentido, próprias a cada povo/nação/Estado não devam ser menosprezadas, a consolidação do "Estado nacional" é um produto direto do próprio processo de gênese e desenvolvimento da sociedade capitalista. Dessa maneira, o capitalismo, em seu surgimento na Europa no final da idade média, também tem como sinônimo "(...) *uma convergência singular de diversos fatores históricos, desfavoráveis simultaneamente à manutenção da coesão étnica e ao predomínio de uma entidade religiosa globalizante (...)*".⁷⁰

Vale dizer, aquelas especificidades se esmaeciam enquanto individualidades no conjunto humano relativamente homogêneo das relações de produção burguesas que, já no século XIX, as perpassavam inapelavelmente. A individualidade é arrastada para o âmbito de um *mercado mundial* e de uma *divisão internacional do trabalho*.

Embora rejeitando a idéia do prevaecimento do socialismo num só país, Marx e Engels, evidentemente, não poderiam furtar-se a discuti-la argumentando contra tal possibilidade diante da colocação inevitável da questão pelos seus seguidores.

⁷⁰In COGGIOLA, Osvaldo. *Engels, o segundo violino*. São Paulo, Xamã, 1995, p. 67.

Estes eram constantemente premidos a considerá-la em face às circunstâncias e particularidades inerentes à luta revolucionária pelo socialismo em diferentes países. Num determinado momento, quando os comunistas tentavam dar forma ao primeiro programa de uma organização proletária internacionalista, Friedrich Engels escreveu a seguinte passagem, que merece atenção detida, num texto intitulado *Princípios do comunismo*:

*"Poderá esta revolução (comunista) acontecer somente num único país? Não. A grande indústria, criando o mercado mundial, já ligou todos os povos da terra, especialmente os civilizados, a tal ponto que cada povo depende do que ocorre com o outro. Além disso, ela nivelou o desenvolvimento social em todos os países civilizados, de sorte que em todos estes países burguesia e proletariado tornaram-se as duas classes decisivas da sociedade, e a luta entre estas duas classes tornou-se a luta principal de nossos dias. Assim, a revolução comunista não será somente uma revolução nacional, será uma revolução que ocorrerá **simultaneamente em todos os países civilizados, ou seja, pelo menos na Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha**".⁷¹*

Sendo este um texto pioneiro, uma questão nele presente foi reformulada posteriormente, provavelmente em conseqüência do acelerado desenvolvimento que o capitalismo conheceria nos anos seguintes. Trata-se da exigência que equiparava a realização da revolução socialista à *simultaneidade* da revolução em vários países. É possível concluir pela leitura do texto acima que havia um rigor excessivo relativamente ao mecanismo da revolução. Uma explicação aceitável para semelhante interpretação distorcida da dialética da totalidade advém do fato de que Marx e Engels, por perceberem a inevitável interdependência econômica que se formara entre os países, fizeram uma ilação inapropriada no que concerne ao processo revolucionário.

Por conseguinte, no teor da reformulação passa a estar presente a possibilidade da "revolução nacional", entretanto, com a importante ressalva de que a mesma ganharia a condição de "ponto de partida" ou "adesão" a um processo em generalização. De maneira que a implantação do socialismo passa a ser vista como um processo que deveria atingir o conjunto da humanidade compreendida pela Europa, pois se encontravam naquele continente a imensa maioria dos países capitalistas adiantados.

Este processo, se depreende, é conceituado como representativo da formulação de um novo requisito, isto é, adquiria o conteúdo daquele que

⁷¹ Apud MEDVEDEV, 1986, op. cit., p. 46. Grifos de R. Medvedev.

substituiria a lógica da *simultaneidade*. Ele é representado pela avaliação que compreendia a finalização do processo de construção do socialismo de acordo com uma lógica de *gradualismo*, sem, no entanto, negar um necessário *moto-contínuo*. Encontra-se, novamente em Engels, em afirmações escritas próximo do final do século XIX, uma síntese da fórmula da "revolução socialista europeia":

"O desenvolvimento industrial da França restou inferior ao da Inglaterra, neste momento, é inferior ao da Alemanha, que fez passos de gigante depois de 1860; no dia de hoje o movimento operário na França não é comparável ao da Alemanha. Mas nem os franceses nem os alemães nem os ingleses terão sozinhos a glória de esmagar o capitalismo; se a França - talvez - der o sinal, será na Alemanha, o país que mais profundamente foi permeado pelo socialismo e em que mais profundamente a teoria penetrou nas massas, que a luta se decidirá; no entanto, nem a França nem a Alemanha terão a vitória definitivamente assegurada enquanto a Inglaterra estiver nas mãos da burguesia. A emancipação proletária só pode ser um fato internacional, e se quiserem fazer dela um fato simplesmente francês os senhores a tornarão impossível".⁷²

Ao contrário do que afirma Medvedev ao interpretar estas palavras, não há a insistência na defesa da tese que postulava a simultaneidade na deflagração e realização da revolução europeia. O que, sim, deve ser observado é a necessidade de uma linearidade, um fio condutor, sem, contudo, descuidar-se da possibilidade de retrocessos, posto que Marx e Engels tinham perfeita clareza da manifestação dialética presente nos diferentes graus de desenvolvimento entre aqueles países imposta pela *lei do desenvolvimento desigual*.

Por outro lado, a grande ausência a ser notada nos desenvolvimentos teóricos efetuados pelos criadores do materialismo histórico diz respeito, como já foi discutido no capítulo I deste trabalho, à possibilidade do "ponto de partida" estar situado num país atrasado do mundo capitalista. E da mesma maneira que foi necessário esperar por uma melhor definição da totalidade chamada modo capitalista de produção para rejeitarem a hipótese da simultaneidade, Marx e Engels, no final de suas vidas, ainda mantinham suas atenções para a compreensão das possibilidades definitivas da *revolução burguesa mundial*, enquanto a *revolução proletária* continuava ocupando um lugar secundário em suas avaliações. Entretanto, como bem se sabe, a categoria da *totalidade* capitalista caracterizada em concordância com a categoria do *imperialismo* só passou a ser possível quando da conclusão do século XIX.

⁷²Apud MEDVEDEV, *idem*, pp. 47-48.

A generalização capitalista, sobretudo sobre solo europeu, levou à introdução das relações burguesas naqueles países onde o processo de transição a partir do feudalismo era extremamente lento e penoso e, portanto, retardatário, *vis a vis* aqueles que já se tinham constituído em potência econômica e política. Ao mesmo tempo, a burguesia, enquanto classe revolucionária, nesses novos países que conheciam o capitalismo, não era mais do que uma pálida lembrança do papel desempenhado pela sua antecedente nos principais países da Europa quando das grandes vagas que transformaram aquele continente.

Foi a consolidação dessa nova desigualdade no desenvolvimento dos países capitalistas que estimulou novos estudos marxistas e que resultaram nas contribuições, por exemplo, de Lenin, Bukharin, Hilferding e Rosa Luxemburgo para a teoria do imperialismo. Sem dúvida, estas novas análises aparecidas entre o final do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX, foram de inestimável importância para o passo importante que seria dado pelo marxismo no sentido de abraçar a tese de que a revolução proletária poderia ser iniciada num país relativamente atrasado.

Por isso, não pode ser admitida como correta a avaliação de alguns autores, entre os quais mais uma vez se inclui Roi Medvedev, de que Lenin e Trotsky, quando da formulação de suas análises relativas, respectivamente, ao imperialismo e à teoria da revolução permanente, entraram em rota de colisão com a tese de Marx e Engels de que o socialismo não seria possível num país isoladamente. Mesmo assim, acredita-se, o erro de Medvedev está em não definir rigorosamente os conceitos relativos ao *socialismo* e à *revolução proletária*. A igualação destes dois conceitos implica em confusão na interpretação das idéias dos principais autores do marxismo e, ao mesmo tempo, contribui para o enfraquecimento da crítica à teoria do socialismo num só país, pois a técnica da confusão foi um expediente particularmente útil a Stalin na produção de sua ideologia.

A construção da objetividade socialista, vista enquanto sociedade "final", para Marx e Engels exigiria uma vitória *definitiva* do proletariado num determinado número de países, entre os quais *necessariamente* deveriam estar presentes aqueles onde o capitalismo lograra alcançar seu maior grau de desenvolvimento. Quer dizer, tendo as forças produtivas alcançado certo nível de evolução, o que justificava e exigia o advento do socialismo, este só poderia ser reconhecido enquanto tal se um processo de trocas, de qualidade diferente relativamente àquelas encontradas nas relações mercantis internacionais, pudesse ser estabelecido no sentido do aproveitamento de todas as potencialidades inerentes às condições materiais de cada país tomado isoladamente. Assim, o socialismo só

seria concretizado se o mesmo se definisse como uma *totalidade* caracterizada pelo intercâmbio econômico em bases solidárias entre as nações. mas ainda antes que fosse colocada em questão a permanência do Estado e das fronteiras nacionais. Dai, não resta dúvida quanto a impossibilidade de um único país, por conta própria, elevar-se ao socialismo, mesmo que se apresentasse como o mais desenvolvido dos países capitalistas.

Com efeito, via de regra, o termo "revolução socialista", fartamente encontrado nos textos das principais cabeças pensantes do marxismo, deve ser associado ao termo que se refere à "revolução proletária" e não ao "socialismo" entendido como sociedade final, aquela a que Marx chamou de "a primeira etapa do comunismo". Feito este esclarecimento, deduz-se que não é possível concordar com Medvedev quando afirma que Lenin diverge de Engels quanto à possibilidade de efetivação do socialismo num só país. Na verdade, no texto de Lenin de 1915, citado por Medvedev, ele é claro na explicação de que, isto sim, a *revolução socialista* poderia acontecer pela primeira vez num só país, mas o faz dentro da norma metodológica rigorosa, isto é, dentro da exigência de que tal evento deveria situar-se na condição de "momento inicial":

*"A desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo. Disto resulta que é possível o triunfo do socialismo, inicialmente, em alguns países ou mesmo num só país capitalista, tomado separadamente. O proletariado vitorioso deste país, expropriados os capitalistas e organizada no próprio país a produção socialista, se poria **contra** o resto do mundo capitalista, atraindo para si as classes oprimidas dos outros países, inflamando-os para que se insurjam contra os capitalistas, intervindo em caso de necessidade até com a força armada contra as classes exploradoras e seus Estados".⁷³*

Não obstante, essa formulação de Lenin, elaborada após a deflagração da primeira guerra mundial, ainda não incorporava a norma teórica da possibilidade de deflagração da revolução proletária num país atrasado conforme a inovação desenvolvida por Trotsky. Sem dúvida, o texto de Lenin acima referido, embora admita a possibilidade de, inclusive, um único país comportar-se como ponto de partida, naquela oportunidade ainda revelava o ceticismo do autor quanto à possibilidade de que o sucesso revolucionário num determinado país atrasado, mesmo sob condução da classe operária, pudesse ser caracterizado como uma "revolução proletária". Na situação em questão o principal líder bolchevique acreditava que, quando muito, a iniciativa do proletariado deveria convergir para o desdobramento da democracia liberal e do capitalismo, cujo desabrochar seguia

⁷³Apud MEDVEDEV, *ibidem*, p. 49.

"socialismo aldeão" para a Rússia e, mais ainda, a perspectiva de implantação de uma "sociedade socialista independente" naquele país.⁷⁵

O caráter internacional da transformação socialista da sociedade russa foi admitido como insubstituível pelos bolcheviques quando decidiram pela tomada do poder na famosa Conferência de abril de 1917 cuja resolução, sob influência decisiva de Lenin, rezava o seguinte: "*o proletariado russo entrando em ação num dos mais atrasados países da Europa entre a massa de uma população de pequenos camponeses, não pode fixar sozinho a meta de uma realização imediata da transformação socialista*"⁷⁶ Contida nesta resolução se encontrava também o entendimento de que, embora o proletariado devesse prosseguir após a tomada do poder na consecução de tarefas de caráter eminentemente socialistas, tais como a nacionalização da terra, a socialização dos grandes meios de produção, o controle bancário, etc., isto por si só não assegurava que o socialismo poderia ser estabelecido tão somente com a implantação dessas medidas.

Ainda de acordo com Trotsky, Lenin nunca tinha aventado a hipótese de o proletariado russo trabalhar com o objetivo da criação de um Estado socialista isolado, como posteriormente seus epígonos tratariam de propalar para dar suporte moral à elaboração de seu ideal ideológico. Estava claro para ele que o pioneirismo do proletariado russo na realização da revolução socialista não lhe conferia nenhuma garantia de que chegaria primeiro ao socialismo do que outros países. E isto pela simples razão de que a desigualdade do desenvolvimento capitalista que ensejou a própria revolução proletária na Rússia não desaparecera com ela: ao contrário, conhecera um aprofundamento deveras significativo.

Nesse sentido, não pode ser considerada uma mudança de posição de Lenin acerca da dependência da economia socialista soviética em relação à economia mundial o fato de que tenha sugerido o recuo à utilização de medidas mercantis-capitalistas assim que passou a ficar mais claro o inevitável adiamento da ascensão do proletariado ao poder em outros países europeus, particularmente na Alemanha. O retardamento da revolução internacional não deveria implicar que a URSS deveria se isolar do resto do mundo para construir o "seu" socialismo. Tanto é verdade, que a NEP foi instalada como um conjunto de medidas perfeitamente de acordo com o espírito da transição ao socialismo em que a dependência do mercado internacional é reconhecida. O modelo de desenvolvimento elaborado por Lenin, discutido no capítulo III desse trabalho, é bastante claro no reconhecimento da necessidade da manutenção das trocas comerciais com os países capitalistas.

⁷⁵TROTSKY, 1977, op. cit., vol. 3, p. 1012.

⁷⁶Apud TROTSKY, idem, p. 1017.

particularmente os mais adiantados, e na entrada do capital estrangeiro para o desenvolvimento de projetos, sobretudo na grande indústria. Obviamente, tudo isto deveria acontecer sob outras condições nas quais estaria presente o controle consciente desse processo por parte do poder do proletariado.

E, em 1930, analisando a NEP de forma retrospectiva, Trotsky inclusive chega à conclusão de que, mesmo com a ocorrência da revolução europeia nos anos que se seguiram imediatamente à Revolução Russa, teria sido inevitável o recuo na linha da NEP. De forma que, representa um grande equívoco a afirmação que atribui a implantação da NEP a uma nova concepção de Lenin segundo a qual o socialismo deveria ser construído no espaço nacional russo/soviético sem esperar pela ajuda do proletariado externo que estava fadada a fracassar.

Em 1921, reforçando essa conclusão, portanto no mesmo ano em que foi decidida a implantação da NEP, no Décimo Congresso do Partido, Lenin comentaria a respeito das pré-condições necessárias à transição ao socialismo na URSS num contexto em que a organização interna da economia soviética deveria ser acomodada de acordo com as necessidades do amadurecimento da revolução no ocidente:

"Nos países de capitalismo desenvolvido há uma classe de trabalhadores agrícolas assalariados que foi formada no curso de algumas décadas. Onde esta classe se mostre suficientemente esclarecida, a transição do capitalismo para o socialismo é possível. Temos acentuado numa série de artigos, em nossos discursos, em todas as nossas obras já editadas, o fato de que na Rússia a situação não é assim. Na Rússia nós temos uma minoria de trabalhadores na indústria e uma enorme minoria de pequenos donos de terras. Num país assim, a revolução só pode encontrar o rumo do sucesso sob duas condições: primeiro, ser apoiada oportunamente por uma revolução social encetada em um ou vários países progressistas... A outra condição é um acordo entre o proletariado que retém o poder estatal e a maioria da população rural... Somente um acordo com os camponeses pode salvar a revolução socialista na Rússia até que a revolução comece em outros países".⁷⁷

O procedimento organizativo exigido para o processo econômico pós-revolucionário demandava a utilização da economia de mercado, mas inevitavelmente refletindo uma "aliança" entre o proletariado e o campesinato, a qual Lenin chamava de "acordo". Este acordo foi a base para a NEP, o recurso político necessário à existência do poder proletário, mas que não substituiu de

⁷⁷ Apud TROTSKY, idem, p. 1033.

forma alguma a revolução internacional, o indispensável requisito para a criação da base econômica de uma sociedade socialista na Rússia.

É bem verdade que seria aconselhável ao estudioso da Revolução Russa não desconsiderar, ao analisar os documentos produzidos à época, uma certa tendência em superestimar a certeza quanto à inevitabilidade da propagação da revolução para outras nações européias. Conquanto seja possível atribuir o exagero às rigorosas exigências políticas da época, por outro lado, seria fácil desmentir a interpretação que reconhece naqueles mesmos pronunciamentos, ainda mais por conterem alta dose de entusiasmo, qualquer importância à tese que apontaria a garantia do socialismo num só país como um desdobramento natural em concomitância com a hipótese do fracasso da revolução internacional. Na ausência da revolução internacional, situação que viria a se conformar poucos anos depois de outubro de 1917, havia clareza quanto à certeza de que uma solução para a Rússia revolucionária **não** seria a de voltar-se para dentro de si própria. E mesmo sob o pretexto de que seus recursos internos seriam suficientes para erguer o socialismo uma vez que a pré-condição expressa pela propriedade coletiva dos meios de produção estava assegurada.

Mais tarde, quando consolidou seu poder no final da década de 20 impondo o "grande giro" econômico, a ideologia de Stalin apregoava que a tese que argumentava a inevitabilidade da dependência da economia soviética face ao mercado mundial era "contra-revolucionária". E essa pregação na forma de anátema era tanto mais ideológica quanto mais a burocracia se esforçava para ignorar a questão elementar - da qual Lenin nunca se esquecia - de que tanto o capitalismo como o socialismo apoiam-se em uma divisão internacional do trabalho: "*(...) a organização econômica num Estado proletário isolado, seja ele tão importante quanto for, deve mostrar-se acanhada, limitada, contraditória. Não poderá alcançar o nível de uma nova e harmoniosa sociedade. (...)*".⁷⁸ Mesmo assim, o stalinismo anunciaria solenemente, no final da década de 30, que a URSS tinha concluído sua fase socialista e se preparava para adentrar ao comunismo.

⁷⁸Apud TROTSKY, *ibidem*, p. 1031.

2.3 OS FUNDAMENTOS AUTÁRQUICOS DA CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA STALINISTA

Mesmo ao optar-se pelo elemento econômico-social como referencial metodológico adequado para a interpretação dos eventos históricos, não há com isso uma garantia de imunidade contra o emprego distorcido do mesmo. Nesse sentido, é pertinaz lembrar que uma tendência pode ser observada através da prática daquele que poderia ser chamado de *vício de homogeneização*. Trata-se de uma armadilha a que os marxistas estão sujeitos por consequência do prevalecimento da subjetividade na análise do objeto em decorrência da forte presença de formas idealistas predominando sobre o pensamento diante de relações sociais historicamente constituídas.

Essa observação é colocada aqui como advertência preliminar visando chamar a atenção para o perigo representado pelo emprego idealizado das categorias do materialismo histórico como ferramenta na análise das situações concretas, como foi a tônica do stalinismo na construção de sua ideologia, aparecendo, neste sentido, como um verdadeiro simulacro. Semelhante identificação torna-se imprescindível na tentativa de compreensão do stalinismo.

Sempre foi muito comum a verificação de um erro trivial no emprego do conceito de *transição* entre modos modos de produção diferentes. Parte significativa das interpretações sempre tendeu a efetuar uma leitura que "compartimentalizava" as diferentes passagens. Quer dizer, a dedução de finitude das etapas na passagem de uma sociedade a outra é realizada no plano teórico estritamente formal sem observação da necessária extensão desse plano àquele expresso pelos movimentos concretos das relações de produção. Bastaria, portanto, a simples afirmação que assegura a existência, no plano infraestrutural, dos requisitos economicamente básicos para a instalação do novo modo de produção. Logo, na situação particular do socialismo, se sua pré-condição teórica é a propriedade social dos meios de produção, este estaria efetivamente estabelecido desde que a burguesia seja expropriada e a propriedade coletiva adotada como estatuto legal. E quando termina a revolução proletária, o capitalismo extingue-se.

Em várias oportunidades Marx fez questão de chamar a atenção para a diferença entre a sociedade concebida como modelo abstrato e a sua realização prática, concreta. E, em que pese a possibilidade de localização de uma certa "razão" determinista presente em vários documentos escritos por Marx e Engels, a qual deve ser debitada muito mais à retórica revolucionária do que a garantia científica da inevitabilidade do socialismo, a verdade é que a formação da nova sociedade pode ser abortada ou retardada em virtude da resistência, em suas mediações superestruturais, das antigas relações de produção às mudanças apontadas pelo conteúdo revolucionário das transformações.

Evitar a leitura idealista do evento revolucionário russo contribuiu para amenizar potenciais resistências ao reconhecimento da presença de uma acentuada heterogeneidade econômica e social que tendiam a perdurar mesmo com a efetivação da expropriação da burguesia e da derrubada da monarquia czarista. A própria tentativa de construção do socialismo representava de imediato a configuração mais cabal do aprofundamento da heterogeneidade em face do requisito primário denotado pela introdução da propriedade estatal. É bom que se lembre que o próprio Lenin, quando da argumentação favorável à implantação da NEP, revelou a existência de um quadro das relações internas de produção sintetizado num modelo de cinco formações diversas.

Ora, nada mais natural do que a constatação de tamanha diversidade, uma vez que se tratava da particularidade do pionerismo revolucionário proletário acontecendo num país atrasado, de acentuado perfil semi-feudal. Diferentemente do capitalismo adiantado, na Rússia a distinção definida entre as duas classes fundamentais, burguesia e proletariado, era bastante incipiente em virtude do predomínio quantitativo das atividades agrárias e da ampla maioria numérica dos trabalhadores agrícolas em condições pré-capitalistas. Porém, o proletariado russo, inversamente do que ocorrera com seu homônimo no processo da formação histórica do capitalismo, se adiantara à sua burguesia no que tange a constituição enquanto *classe em sí*, tornando-se este um fator objetivo decisivo para a realização da revolução que contestaria a continuidade do capitalismo antes mesmo que tivesse suas raízes plenamente consolidadas. Era essa a grande diferença classista, qualitativamente falando, do proletariado perante o campesinato. Este, ao interior do desenvolvimento histórico conhecido pela Rússia nas quatro décadas anteriores à revolução, não lograra alcançar uma identidade de classe associada ao modo de produção capitalista; ao contrário, mantivera um perfil classista amorfo, situação que o desvinculava de qualquer projeto definido de sociedade.

Nesta situação interna tão desfavorável à construção do socialismo, porém, era possível encontrar os requisitos expressos de acordo com a teoria da revolução permanente, o que, como se sabe, autorizava caracterizar como proletária a Revolução Russa. Naquelas condições, somente observando-se o painel internacional do capitalismo pode-se concluir que uma classe operária nacional, francamente minoritária no quadro interno das classes sociais, poderia aspirar conduzir um processo revolucionário direcionado para o socialismo.

Um outro aspecto da diversidade russa em 1917 liga-se à questão do caráter do Estado. Os marxistas russos tinham dúvidas quanto à possibilidade do rápido desenvolvimento do capitalismo na Rússia e de sua tendência em predominar sobre as demais formações internas. Porém, como já se discutiu anteriormente, os resultados nessa direção advindos da ação dos elementos de classe burgueses, agindo num sentido nacional, eram poucos expressivos, sobressaindo a intervenção estatal monárquica e, em segundo plano, o capital externo. Era uma situação, face a uma perspectiva de generalização, em que na Rússia, naquela oportunidade, economia capitalista não combinava com Estado burguês. A burguesia nacional russa tendia a continuar tributária permanente da monarquia imperial absolutista: *"(...) é indubitável que um Estado pode ser superpoderoso e dominar o sistema social, sobretudo em específicos períodos de ruptura. Verificaram-se, mais de uma vez, situações nas quais o Estado se libera, atuando não só como poderosa e destruidora força de ruptura sobre o desenvolvimento social, mas também como motor primário e agente de desenvolvimento. (...)".*⁷⁹

Levando em conta semelhante situação, o exame da concretude social russa realizado por lentes míopes poderia resultar em conclusões fortemente limitadas e, como não poderia ser diferente, no encaminhamento de medidas que certamente distorceriam um determinado procedimento avaliado como o mais desejável para o desenvolvimento do Estado operário. Quanto a este, se, no que se refere à sua organização econômica, no plano mental restava bastante satisfatório, no plano real seria muito incômodo para a necessária funcionalidade produtiva o desconhecimento da evidência crucial que registrava a presença marcante de relações de produção que procuravam, ainda, se desgarrar do mundo pré-capitalista. Uma confirmação elementar dessa regra verificou-se com o Comunismo de Guerra, que, em certos termos, pode ser considerada uma organização idealista da economia, muito embora representasse também, bem entendido, uma inevitável resposta pragmática aos condicionamentos impostos pela necessidade.

⁷⁹LEWIN, 1986, op. cit., p. 206.

Decerto, então, seria desejável que o poder estatal em mãos do proletariado, vislumbrando seu objetivo histórico, considerasse fortemente em seus planos aquela classe social numericamente majoritária como uma das principais forças motrizes do desenvolvimento no contexto transicional. Sem dúvida, ela seria de grande valia para a implantação do projeto socialista se sua energia de índole inconscientemente mercantil fosse canalizada por procedimentos racionais. Ninguém duvidaria, por isso, que nos primeiros momentos da existência socialista russa a racionalidade proletária seria retirada muito mais da consciência de classe e do elemento político. De qualquer modo, um imperativo se impunha: a inexistência econômica socialista teria que ser compensada, não pelo desejo, mas pelo emprego da atitude e da iniciativa visando "revolucionar" a herança material do "ancien regime", que, deixada à sua inércia, caminharia para negar a nova sociedade pela qual fora consumida uma energia monumental.

A heterogeneidade presenciada na Rússia no pós-1917, dessa maneira, era constituída por caracteres sociais e políticos do período histórico passado, que persistiam, alguns fortemente, outros menos, assim como expressava a introdução das transformações recentes, o que exigia que em sua observação e tratamento em termos da continuidade sob um novo regime político fosse considerada a possibilidade do "retrocesso". Sobretudo, daquele "retrocesso" originado da associação dos meios materiais pré-capitalistas, ou, melhor dizendo, mercantis, com diretrizes e normas de cunho socialistas. Vista sob esta ótica, torna-se mais justificável repelir aquela idealização que sugere a definição social e política socialista tão pronta esteja a coletivização da propriedade dos meios de produção. É por isso que ao rejeitar o projeto social dos capitalistas e, ao mesmo tempo, se utilizar contraditoriamente do procedimento econômico por eles empregado, o proletariado teria que traçar uma trajetória de recusa do capitalismo *enquanto tal* ao perseguir seus próprios interesses históricos. O problemático estaria em avaliar até que ponto, e de que maneira, o retrocesso, tanto no plano das relações internas, quanto das externas, deveria ser admitido sem comprometer o objetivo revolucionário do proletariado.

Esta é uma questão fundamental, admiti-se, em torno da qual a ideologia do stalinismo foi elaborada. Uma vez conhecida sua gestação como força política dominante, a burocracia procurou legitimar-se recorrendo ao mecanismo doutrinário como já foi aqui adiantado. Dessa maneira, o necessário relacionamento do socialismo com o capitalismo, dentro das fronteiras internas, assim como no plano do mercado mundial, em proveito do desfecho positivo da nova sociedade, receberia uma qualificação por parte de Stalin voltada para a consolidação da existência do segmento social que representava e no qual se apoiava, revelando,

portanto, a negação dos fundamentos da sociedade projetada. Para tanto, a burocracia adotaria como princípio a tese de que o socialismo poderia conhecer uma existência nacional, o que a levaria a inverter os sinais relativos ao significado do internacionalismo proletário.

Indubitavelmente, no seu percurso pelo controle do poder, Stalin teria que se confrontar exclusivamente com Trotsky não apenas na esfera das escaramuças do jogo político prático, mas também no terreno das elaborações voltadas para a definição dos rumos da revolução. Ele optou por uma iniciativa no campo doutrinário que consistiria no empreendimento de uma revisão da teoria que fora adotada até então a respeito da edificação do socialismo. Contribuiu decisivamente para seu êxito o desvanecimento da vitória revolucionária na Alemanha, fato que se concretizou no outono de 1923. Começava assim a surgir a argumentação teórica que repeliria o requisito da revolução nos países adiantados como condição para o sucesso do socialismo na Rússia.

Procurando delinear as etapas em que o novo conceito foi tomando forma na mente e nas ações concomitantes de Stalin, pode-se dizer que um primeiro passo importante foi possível em virtude da autoridade já alcançada a partir do controle do aparelho partidário e estatal obtido até aquele momento. Porque, tendo conquistado tal posição, sentiu-se com força política suficiente para lançar-se publicamente como o herdeiro de Lenin. Para sua própria garantia, a teoria do socialismo num só país "apoiaria-se" no arcabouço político e teórico deixado por Lenin.

As primeiras menções à "teoria do socialismo num só país" foram dadas a conhecer por Stalin durante o ano de 1924. Por exemplo, em 20 de outubro daquele ano, num artigo publicado sob o título de *Outubro e a teoria da revolução permanente do camarada Trotsky*⁸⁰ Este documento era representativo da rápida evolução da campanha lançada contra Trotsky em 1924, posto que ainda em janeiro do mesmo ano Stalin continuava fiel partidário da formulação que negava o socialismo num país isolado. Dando início à sua lógica anti-trotskyista, em novembro de 1924 aparece a primeira "denúncia" que relacionava a teoria da revolução permanente à secundarização do papel decisivo do campesinato no processo revolucionário. Todavia, a hora de adiantar uma alternativa doutrinária mais consistente ficou adiada para o mês de janeiro de 1925 quando se decidiria por exercer um papel positivo e independente:

"(...) o tema fundamental do ensaio consistia em uma análise das 'características peculiares da revolução de outubro': o fato de

⁸⁰CARR, E. H. *El socialismo en uno solo país*. Madrid, Alianza, 1975, pp. 32 e 49.

que a ditadura do proletariado houvera se estabelecido na Rússia 'como um poder surgido da aliança entre os operários e as massas trabalhadoras do campesinato'. e o fato de que se estabelecera 'como consequência da vitória do socialismo em um só país' Lenin se ocupou em repetidas ocasiões das implicações da primeira destas peculiaridades. Restava provar que prestara atenção também a segunda. (...)".⁸¹

Tomado-se ares de humilde discípulo de Lenin, Stalin alardeava não pretender reconhecimento por contribuir com idéias originais para o marxismo, mas apenas, como marxista-leninista de primeira hora, um continuador das idéias do líder bolchevique que seriam agora, por seu intermédio, aplicadas e desenvolvidas. Na verdade, Stalin, muitas vezes, sobretudo no período em que se apressava em aparecer como "centro" na disputa política entre a "oposição de esquerda", liderada por Trotsky, e a "direita", chefiada por Bukharin, que na verdade era seu fiel aliado, lançou mão do expediente da apropriação indébita de idéias de outros autores, inclusive algumas de seus adversários, evidentemente distorcidas porque alocadas em contextos opostos. Entretanto, no que refere à teoria do socialismo num só país é necessário fazer justiça a Bukharin como autor que influenciou diretamente Stalin a se apropriar da idéia e desenvolvê-la à sua maneira.

Assim é que "inspirando-se" na teoria do imperialismo de Lenin, cuja obra era chamada por ele de "o marxismo da era do imperialismo", chega à conclusão de que o capitalismo tornara-se uma força regressiva numa época de crise. Diante da desigualdade inerente ao mesmo, não havia possibilidade de impedir o seu colapso simultâneo, enquanto os elos mais fracos daquele sistema apresentar-se-iam como os pontos de partida de um processo sequencial.⁸²

Incorporando diretamente partes do *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* de Lenin, vejamos a interpretação de Stalin a respeito da conceituação de Lenin desenvolvida na sua obra *As bases do leninismo*, de abril de 1924:

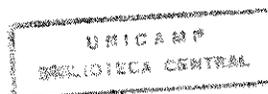
"(...) Esta lei (do desenvolvimento desigual) parte do seguinte:

1) 'O capitalismo se transformou em sistema mundial de opressão colonial e de estrangulamento financeiro da maioria da população do mundo, graças à ação de um punhado de países "avançados";

2) 'A repartição do "butim" se faz entre duas ou três potências rapaces, armadas até os dentes, que dominam o mundo (Estados

⁸¹ Idem, p. 49.

⁸² Howard and King, 1992, op. cit., p. 28.



Unidos, Inglaterra, Japão) e que arrastam à *sua* guerra, pela repartição do *seu* butim, o mundo inteiro';

3) o desenvolvimento dos antagonismos no interior do sistema mundial da opressão financeira e a inevitabilidade dos conflitos armados fazem com que a frente mundial do imperialismo se torne facilmente vulnerável para a revolução e com que seja provável a ruptura desta frente por parte de alguns países;

4) esta ruptura pode se verificar com maior probabilidade naqueles pontos e naqueles países onde a cadeia da frente imperialista for mais débil, ou seja, onde o imperialismo esteja menos forte e a revolução possa desenvolver-se mais facilmente;

5) por isto, a vitória do socialismo num só país - mesmo que este seja menos desenvolvido do ponto de vista capitalista e mesmo que o capitalismo continue a se manter em outros países, mais desenvolvidos de acordo com o mesmo ponto de vista - é perfeitamente possível e provável.

*Estes são, em síntese, os princípios da teoria leninista da revolução proletária. (...)*⁸³

Nota-se nesta elaboração uma aparente utilização do método da teoria da revolução permanente: a observação de que a revolução pode acontecer nos países capitalistas mais frágeis relativamente ao grau de desenvolvimento encontrado no centro do sistema. A grande e decisiva diferença representa a subversão daquela teoria e ao mesmo tempo a "inovação" stalinista, qual seja a afirmação categórica de que o socialismo tem amplas possibilidades de sair-se vitorioso em um único país, e com a grande particularidade de que esse país poderia estar entre aqueles mais atrasados.

Mas, derivada desta "contribuição" stalinista na interpretação da função do imperialismo na deflagração das condições que levaria ao socialismo mundial, sobressairia a formulação da natureza daquele processo em cadeia que resultaria na derrubada do capitalismo como um todo. Na visão de Stalin a qualidade do processo deveria ser alterada pelos fatores "tempo" e "lugar". Primeiramente, a diferença temporal entre o início e o prosseguimento do processo ficaria definida pelo prazo exigido para o término da construção do socialismo na URSS. Em segundo lugar, o socialismo, entendido como um sistema final, deveria ser reproduzido na URSS e, portanto, ter sua amplitude reduzida ao espaço soviético. Assim, a etapa inicial do processo, a Revolução Russa, deveria ser concluída enquanto mesmo "o" socialismo, para que pudesse adquirir a condição de elo "forte" da revolução proletária mundial. Em vista disso, o proletariado dos demais países

⁸³ In STALIN, Joseph. *Stalin - Política*. PAULO NETTO, José (org.), São Paulo, Ática, 1982, p. 107

em vez de realizar suas próprias revoluções deveriam voltar-se para o exercício de garantia da revolução pioneira. A construção do socialismo na URSS seria a garantia de que os demais também alcançariam o mesmo resultado.

Segundo Stalin, nas novas condições que impuseram o abortamento da revolução proletária internacional, as conseqüências do desenvolvimento desigual ganhavam outras conotações. Em virtude da cooptação da direção do proletariado do ocidente por meio dos super-lucros, tornando-a uma "aristocracia operária", e da capitulação da social-democracia européia, a esperada revolução na Europa sofrera um recuo. Seria necessário um período de recuperação das forças proletárias nos centros imperialistas. Além disso, a luta entre os países imperialistas pela partilha do mercado mundial acentuava suas contradições e os fragilizavam. Por conseguinte, a possibilidade da construção do socialismo na Rússia conduzia a uma situação em que a desigualdade deveria ser considerada em termos da oposição concreta entre capitalismo e socialismo.

Sem dúvida, essa formulação de Stalin lembra, num momento, aquele modelo adotado universalmente pelos marxistas que comporta como núcleo a diretriz do *gradualismo* internamente ao processo de construção da revolução mundial em oposição ao conceito de *simultaneidade*. Conquanto isso seja uma primeira impressão, logo tem-se a confirmação de que a adoção do referido modelo apresenta-se tão somente como um pretexto, pois o mesmo é subvertido em decorrência do desfecho que lhe é dado.

A grande diferença entre a construção dos marxistas e a conclusão stalinista radica na incorporação do princípio da "necessidade" de que o socialismo teria uma primeira conclusão na URSS. E o "socialismo soviético" passava a exercer pelas palavras de Stalin uma exclusiva função internacional. Se, no modelo original do marxismo, o socialismo enquanto realização final era considerado como uma composição internacional, no reducionismo stalinista ele ficava concernido a um único e particular país. Em maio de 1924 no panfleto *Sobre os fundamentos do leninismo* Stalin se expressaria da seguinte maneira:

"Antes se supunha impossível a vitória da revolução em um só país; acreditava-se que, para alcançar a vitória sobre a burguesia, era necessária a ação conjunta dos proletários de todos os países adiantados ou, no mínimo, da maioria deles. Agora, este ponto de vista já não corresponde mais à realidade. Agora, há que partir da possibilidade deste triunfo, pois o desenvolvimento desigual e aos saltos dos diferentes países capitalistas sob o imperialismo, o desenvolvimento, no interior do imperialismo, de contradições catastróficas que conduzem a guerras inevitáveis, o crescimento do

*movimento revolucionário em todos os países do mundo. tudo isto não só leva à possibilidade, mas também à **necessidade** do triunfo do socialismo em um ou outro país".*⁸⁴

A situação russa ganha mais uma forma de excepcionalidade pretensamente apoiada em Lenin. Então, Trotsky é acusado por errar ao pretender a generalização da experiência revolucionária russa e, ao insistir no internacionalismo como requisito para o desenvolvimento socialista interno, apontar uma inexistente fragilidade da URSS. A oposição de esquerda não teria se dado conta que, contrariamente ao seu equívoco, "*(...) as particularidades do desenvolvimento czarista tinha legado ao país uma grande indústria em mãos do Estado proletário, justificando um amplo desenvolvimento autárquico que resultava das condições internas atrasadas e culminaria numa 'completa' construção do socialismo (...)*".⁸⁵

Sob esta argumentação, o internacionalismo deveria ser reinterpretado, ser entendido às avessas: a revolução de 1917 se internacionalizara porque contou com o apoio do proletariado ocidental, atitude que inibira um novo ataque imperialista ao país dos soviétes. Se as coisas se passaram desta maneira, o que não deixava de ser verdadeiro, tal constatação não autoriza a conclusão de Stalin de que, estando o mundo, no novo quadro das relações internacionais, dividido entre forças imperialistas e anti-imperialistas, sendo estas últimas lideradas pela URSS, a expansão desta última seria sinônimo da construção vitoriosa do socialismo. Na verdade, de acordo com a versão stalinista o socialismo mundial passava a ter seu interesse fundido com o nacionalismo soviético, revertendo, dessa maneira, o sentido das relações entre a URSS e as revoluções internacionais, ao tempo em que os interesses internos soviéticos eram igualados aos interesses do proletariado internacional.⁸⁶ Invertem-se os papéis. Para Stalin, a vitória do socialismo num só país seria "*o começo e a premissa da revolução mundial*".⁸⁷

Esta-se diante de uma constatação inevitável: reivindicando-se do marxismo, sob o pretexto de buscar sua evolução, passava-se a lançar mão dos recursos teóricos e metodológicos mais pobres e negadores de sua própria lógica enquanto doutrina revolucionária: para explicar a natureza do processo revolucionário que levaria a humanidade ao socialismo fazia-se mister reconhecer a norma do nacionalismo e do chovinismo, o que, ironicamente, igualava o mundo contemporâneo do século XX ao estágio pré-capitalista da humanidade. Naquele período lutava-se pela constituição dos Estados nacionais e assim, num certo sentido, povos e nações procuravam estabelecer um isolamento perante outros,

⁸⁴ Apud STALIN, 1982, op. cit., p. 115.

⁸⁵ HOWARD AND KING, 1992, op. cit., p. 29.

⁸⁶ Idem, p. 30.

⁸⁷ Apud CARR, 1975, op. cit., p. 51.

definindo seus espaços nacionais correlacionados com expressões culturais próprias. Na opinião de Stalin o mesmo deveria acontecer ao propor que o socialismo fosse construído em primeiro lugar na URSS, mas com o agravante de que o Estado "nacional" socialista seria único, precipitando os demais proletariados nacionais numa posição de suporte do socialismo soviético e de negação da possibilidade de realização do socialismo em seus próprios países. Como diria Trotsky, para isso não valera a pena ter elaborado o marxismo.

Torna-se inevitável, então, interpretar o stalinismo como uma ideologia e não como uma elaboração que tenha validade de teoria ou doutrina. Esta conclusão se impõe em decorrência das determinações histórico-materiais que permitiram a burocracia impor-se como segmento político com autoridade suficiente para reter o poder, independente de apresentar-se como portadora do status de classe proprietária dos meios de produção. Aliás, na situação particular da URSS a história reservou-nos uma grande surpresa: justamente o caráter social da propriedade dos meios de produção apresentou-se como a condição *sine qua non* para o florescimento da burocracia como poder político de Estado.

O estímulo que a burocracia recebeu para produzir sua ideologia, portanto, uma fundamentação teórica justificadora de suas decisões econômico-políticas orientadas para a consolidação de sua posição crescentemente dominante, como já se observou aqui, surgiu em torno da possibilidade da utilização do elemento "nacional" em decorrência do isolamento da revolução na Rússia, visto que a revolução internacional se retardava. Veja-se essa questão mais de perto.

Substantivamente, a teoria do socialismo num só país foi produzida entre os anos de 1924 e 1926, por conseguinte, quando se tornara mais definida a impossibilidade da extensão da revolução para outros países da Europa no curto prazo. Evidentemente, uma situação política diferente se conformava relativamente àquela conhecida durante os anos da primeira guerra mundial e da guerra civil russa. Se faziam necessárias novas avaliações que orientassem a postura tática dos revolucionários no plano internacional. A partir do âmbito interno da Internacional Comunista apareceu a discussão a respeito da possível "estabilização do capitalismo". Não restava dúvida acerca de uma tendência de recuperação da normalidade capitalista após o fim dos enfrentamentos militares. Obtida uma certa paz relativa, os países capitalistas poderiam pensar na retomada de seu funcionamento. Isto, somado aos elementos que resultaram no recuo da revolução proletária em alguns dos principais países europeus, particularmente na Alemanha, implicava num certo conforto e tranquilidade para a burguesia desses países frente

a acentuada ameaça de expropriação sofrida durante os conflitos e, em particular, após a Revolução Russa.

Sob iniciativa de Stalin, em vista da nova situação política internacional, começava aceleradamente a imposição de uma fórmula que exigia a negação da teoria da revolução permanente, de forma alguma desmentida pelos novos acontecimentos. Não seria possível concordar que, em face do recuo da revolução internacional, os novos fatos impunham a condição inquestionável de que a Rússia construiria sozinha o seu socialismo. Pelo contrário, acentuara-se a dependência deste país frente a outros mais desenvolvidos pela simples razão de que estes tinham sua revolução retardada, o que, evidentemente, exigiria repensar a natureza das relações econômicas entre o país dos soviéticos e o mercado mundial.

Acontece que a tese do isolamento soviético é lançada com base no argumento de que a estabilização do capitalismo tinha como contra-partida, pelo lado do socialismo, a estabilização da própria URSS. Ou seja, para o enfrentamento do capitalismo agora mais estabilizado seria necessário o fortalecimento da União Soviética, a qual, se não havia chegado ao socialismo, caminhava a passos largos nesta direção. Neste sentido, em dezembro 1925 Stalin e Bukharin já rejeitavam a constatação até então unânime de que, por causa do atraso russo, era exigida a revolução em outros países. De acordo com esses dois dirigentes que controlavam o Partido Bolchevique naquela oportunidade, somente a ameaça capitalista vinda do exterior poderia impedir que a Rússia prosseguisse sozinha na construção do socialismo. Esta "pré-condição" se transformaria mais tarde em fonte de conclusões de longo alcance.⁸⁸

Ainda em 1925, uma resolução que retratava a posição majoritária na XIV Conferência partidária fazia referência a um artigo de Lenin relativo à vitória do socialismo num só país. Lenin havia dito que "*a vitória final do socialismo, no sentido de uma garantia completa contra a restauração da sociedade burguesa, só é possível em escala intrnacional*". Mas, nesta mesma resolução estava inserida uma outra menção a Lenin, um tanto ambígua, retirada de um artigo de 1921, e que era apresentada como coincidente com as preocupações de Stalin: "*com dez ou vinte anos de relações concretas com o camponado estará assegurada a vitória mundial (ainda que contando com algum atraso nas revoluções proletárias em desenvolvimento)*".⁸⁹ Parte desta resolução é citada pelo próprio Stalin num artigo em que polemiza com Zinoviev:

⁸⁸CARR, 1975. op. cit., pp. 49-54.

⁸⁹Idem. pp. 54-55.

*"A existência de dois sistemas sociais diametralmente opostos provoca a ameaça constante de um bloqueio capitalista, de outras formas de pressão econômica, da intervenção armada e da restauração. A única garantia **para o triunfo definitivo do socialismo**, ou seja, **a garantia contra a restauração**, é, pois, a vitória da revolução socialista em vários países.... O leninismo ensina que o triunfo **definitivo** do socialismo **enquanto garantia completa contra a restauração** das relações burguesas, só é possível num plano internacional... Daqui **não se depreende, absolutamente, que seja impossível a edificação da sociedade socialista completa num país atrasado como a Rússia sem a 'ajuda estatal'**" (Trotsky) dos países mais desenvolvidos técnica e economicamente".⁹⁰*

Vê-se que, espacial e politicamente, o conceito socialismo é transformado em um significado categoricamente comprimido no invólucro da realização nacional. Mas, ao mesmo tempo, como uma impostura, o princípio da internacionalização da revolução exigido pelo marxismo é preservado por meio de um eufemismo, formulado como o "triunfo definitivo do socialismo como garantia contra a restauração". E, então, a mecânica do processo revolucionário passa a ser explicado como uma composição de duas etapas distintas, sendo que a primeira delas é representada pela construção do socialismo na Rússia, que passava a ser justificado como plenamente possível, independentemente do que poderia se passar nos demais países.

Os sentimentos nacionalistas ganham a função de cimento na tentativa de soldadura do significado da NEP com a construção ideológica do socialismo exclusivamente na União Soviética. Este procedimento, num primeiro momento, servia para minorar o descontentamento daqueles que se incomodavam com as seguidas reafirmações do caráter anti-nacional e internacionalista dado pelos bolcheviques à revolução de outubro. Num segundo momento, servia de ponte para Stalin explorar e fortalecer o orgulho russo pelo fato do país aparecer como pioneiro na realização da revolução proletária, o que reforçava a ligação das "particularidades" russas à teoria do socialismo num só país. Deste modo a URSS deveria se antecipar ao mundo duas vezes: na realização da revolução, assim como na construção do socialismo.

Todavia, a reinterpretção da NEP por intermédio do discurso do socialismo num só país representou, de fato, sua substituição por este último. O acordo proposto por Lenin a ser estabelecido entre o proletariado e o campesinato, até 1928, por força da orientação stalinista da declaração de fé na capacidade do povo russo, converteu-se na priorização de medidas voltadas para o campesinato, posto

⁹⁰In STALIN, 1982, op. cit., p. 123. Grifos de Stalin.

que o mesmo encarnava o atrativo nacional da NEP. Então, a política econômica fundamentalmente favorável ao campesinato, para além do reconhecimento da importância do mercado e da livre iniciativa para o desenvolvimento soviético, significava, antes de tudo, o fortalecimento do segmento que diretamente se apresentava como a força social potencialmente mais disposta a aliar-se à burocracia e comportar-se como sua base de sustentação.

Ao se aproximar o final da década, no entanto, o socialismo num só país apoiado no campesinato apresentava fortes sinais de voltar-se contra o criador. A ausência de procedimentos de planificação da economia vinculando o desenvolvimento industrial com mecanismos que apontassem tendencialmente a necessária coletivização da agricultura, reforçava a economia alicerçada no predomínio da livre iniciativa; sobretudo no campo, criava/recriava perigosamente o capitalista que acumula e passa a exigir a ampliação da acumulação. A burocracia passava a correr o risco de ser desbancada pelo seu principal aliado (o camponês rico) no controle político do Estado. Diante de tão fortes novas evidências, se fazia necessário preservar a propriedade estatal dos meios de produção como "habitat" da casta burocrática.

O socialismo num só país passa, por isso, a ser veiculado com novo conteúdo. O sentimento nacional passaria a ser identificado com o princípio da industrialização. Não seria mais dirigido à Rússia do passado, mas sim a uma nova entidade capaz de criar um novo mundo com seus próprios recursos. Confirmava-se definitivamente a autarquia. De acordo com Stalin, enquanto a NEP esteve em vigência, ela cumprira uma etapa na construção do socialismo. A nova etapa voltada para a conclusão desta construção seria representada pela industrialização "(...) *O socialismo num só país era a síntese de fidelidades socialistas e nacionalistas, o ponto em que o destino russo e o marxismo se davam as mãos (...)*".⁹¹

Não restava dúvida, Stalin tinha a sua ideologia. Ela apresentava-o como o único capaz de oferecer uma política positiva, contrariamente aos seus adversários que, à espera da ajuda vinda de fora, permaneciam imersos no ceticismo e na negação da capacidade russa de construir por sua própria conta o socialismo.⁹²

⁹¹CARR, 1975, op. cit., p. 58.

⁹²Idem, p. 59.

FORMULAÇÕES ECONÔMICAS MERCANTIS PARA A URSS

INTRODUÇÃO

Empregando-se o conceito de transição ao socialismo, em consonância com o que estabelece a teoria da revolução permanente, torna-se desejável refletir a respeito do processo de desenvolvimento econômico da União Soviética, em seus primórdios, tomando-se como referencial a argumentação teórica que pressupõe a constituição de uma **primeira** etapa da *acumulação socialista*. Esta deveria ser constituída como uma etapa particular onde seriam reunidos os elementos que, embora ainda expressando formas mercantis-capitalistas de produção, não poderiam ser ignorados como componentes do dispositivo econômico da transição. Esta postura encontra-se em concordância, antes de tudo, com o entendimento de que medidas econômicas inauditas deveriam ser adotadas vinculadas às necessidades de um país atrasado que procura criar as bases para o socialismo. Assim, uma etapa histórica de desenvolvimento econômico similar ao capitalismo não poderia ser negada enquanto suas manifestações materiais.

No início da década de 1920, a Rússia revolucionária apresentava-se em condições econômicas marcadamente excepcionais evidenciadas por um grau particular de desenvolvimento histórico de sua economia e por circunstâncias conjunturais de funcionamento de seu aparelho econômico, o qual encontrava-se fortemente debilitado. Naquela oportunidade, tal situação reforçava o entendimento de que ao país seria imprescindível o emprego de procedimentos mercantis e capitalistas como, em particular, o mercado, o lucro, o cálculo econômico e o dinheiro.

Mas, quer-se reforçar aqui que a evolução das formulações econômicas, surgidas naquele período, para composições que consideravam decididamente o emprego de tais elementos mercantis refletiu muito mais uma correção de rumos influenciada pelas condições de natureza estrutural e histórica do que o predomínio das pressões emanadas da situação conjuntural demandadora de atitudes emergenciais.

Quer dizer, após a tomada do poder em 1917, seria inevitável a constatação do equívoco representado pela aplicação de mecanismos econômicos em perfeita identidade com uma solução exclusivamente socialista, como bem demonstrou a inevitável experiência frustrada do Comunismo de Guerra. Evidentemente, em contrapartida, o ineditismo da economia "mista" em funcionamento num Estado operário, para gozar da coerência exigida pelos fins a que se propunha o referido projeto de desenvolvimento, deveria se fazer presente privilegiando-se o escopo dos princípios inerentes ao controle e direção operárias, presumindo, conseqüentemente, a utilização em simultâneo da planificação econômica identificada com o socialismo.

Por conseguinte, neste capítulo visa-se reunir e avaliar criticamente elaborações econômicas representativas de reflexões que procuravam responder às exigências interpostas pela acumulação socialista por intermédio de uma organização econômica "mista". Tais elaborações são encontradas entre os principais expoentes da direção revolucionária bolchevique, os quais, evidentemente, possuíam talento teórico e analítico para a interpretação da economia política em bases marxistas. Faziam-na, uns mais abstratamente, outros menos, e, além disso, destacavam-se pela capacidade de influenciar a formação de opinião e tomada de decisões, obviamente, ao mesmo tempo, por cumprirem o papel de quadros políticos da maior relevância. Em paralelo, trata-se de verificar os precedentes teóricos e práticos que foram apresentados aos organismos decisórios da URSS durante os anos 20, constituindo-se num quadro de opções alternativas adotadas, total ou parcialmente, mas, também, rejeitadas.

Dar-se-á atenção às formulações de Lenin, Trotsky, Bukharin e Preobrazhensky que, pensa-se, procuraram responder aos fundamentos da transição da Rússia do capitalismo ao socialismo, aproximando-se ou afastando-se dos pressupostos da teoria da revolução permanente e da acumulação socialista que lhe é correspondente. As propostas destes autores nesse sentido estão contidas em textos escritos, sobretudo, a partir de 1920, quando se evidenciara que o Comunismo de Guerra representava um conjunto de medidas tão somente de caráter emergencial. As idéias dos autores mencionados, acerca da questão

principal aqui abordada, se consolidaram, sobretudo, entre 1920 e 1925. Em diferentes intensidades entre eles, representam transformações em suas reflexões e, ao mesmo tempo, significam, em grande medida, o abandono de concepções elaboradas no período pré-revolucionário e nos primeiros anos após a tomada do poder.

Destaca-se, assim, uma preocupação particular de ordem metodológica coerente com o espírito geral que conduz a elaboração deste trabalho e que estabelece uma demarcação temporal relativa aos acontecimentos decisivos explicativos dos acontecimentos futuros. Foi nos primeiros anos da década de 20 que ocorreu uma confluência das reflexões quanto ao fundo comum sobre o qual deveriam ser pensadas as soluções econômicas apropriadas para o desenvolvimento econômico da URSS; tornara-se unanimidade entre os bolcheviques a constatação da impossibilidade da passagem direta, ou do "salto não-dialético",⁹³ para o socialismo. Logo, passara a ser visto como sinal de pobreza teórica e intransigência anti-dialética as proposições que apontavam para a abolição automática do mercado, dinheiro, etc.

Ao mesmo tempo, ainda no terreno dos procedimentos metodológicos adequados, o privilegiamento da discussão da primeira década de 20 é extremamente relevante por ter ocorrido com base numa constatação de ordem teórica decisiva, qual seja, a necessidade de implantação de um desenvolvimento econômico interno sem interrupção das relações com o mundo exterior, atitude que representava o reconhecimento do não isolamento do país como uma componente desse mecanismo desenvolvimentista. Como se sabe, no final deste mesmo período, em paralelo, Stalin lançava os fundamentos de sua teorização da nacionalização do socialismo, o que revelaria quão contraditório ele se colocaria frente às opiniões mais representativas do bolchevismo na época.

Este procedimento metodológico serve, então, de orientação para uma determinada reconstituição do chamado "grande debate da década de 20" transcorrido no seio do Partido Bolchevique e nos organismos do Estado soviético. Tal debate, pelas razões colocadas acima, aparece como contraponto e alternativa fundamental ao encaminhamento econômico conduzido pelo stalinismo já a partir de 1925, isto é, quando as proposições dos autores aqui estudados eram amplamente conhecidas e respeitadas. Ver-se-á criticamente as formulações econômicas consideradas, que incidem na escolha da agricultura camponesa russa como fonte primária de financiamento - segundo diferentes alternativas - do desenvolvimento

⁹³DAY, Richard. B. *Leon Trotsky on the dialectics of democratic control*. In WILES, P. (ed.). "The soviet economy on the brink of reforms: essays in honor of Alec Nove". Boston, Unwin Hyman, 1988.

industrial, como pré-condição para uma caminhada de desenvolvimento gradual em direção ao socialismo, no contexto das relações econômicas internacionais

Dessa maneira, a reunião das idéias desses autores será feita com a preocupação de localizar as formulações feitas no período mencionado, mediante textos distintos, procurando compor um quadro homogêneo e coerente que poderia ser identificado como a constituição do "modelo" de cada um dos autores em questão relativo à transição e à acumulação socialistas.

Assim, tomar-se-á conhecimento, por intermédio de alternativas desenvolvimentistas econômicas do socialismo, convergentes e conflitantes, tendo como norma orientadora a ótica interpretativa do movimento histórico da teoria da revolução permanente, do conceito de "capitalismo de Estado" de Lenin, da formulação industrializante internacional de Trotsky, do conceito de "socialismo evolucionário" de Bukharin e da "lei da acumulação socialista primitiva" de Preobrazhensky.

Em suma, e este deve ser visto como o propósito fundamental deste capítulo, quer-se destacar soluções propostas que serão confrontadas, no capítulo IV, àquelas implementadas a partir da consolidação da direção stalinista, procurando com isso identificar semelhanças e diferenças que possam explicar as raízes daquele desenvolvimento de tendências deformadoras que conduziu à derrocada soviética ao final de 60 anos.

3.1 A FÓRMULA "PRELIMINAR" DE LENIN: ACUMULAÇÃO PRIVADA, TRIBUTAÇÃO E COOPERAÇÃO COM *CAPITALISMO DE ESTADO*

O estudo proposto para este capítulo inicia-se por intermédio de determinadas contribuições de Lenin. Considerando o universo dos autores mencionados, adotá-las como referência torna-se obrigatório no que respeita a avaliação das idéias dos mesmos relativamente ao que se antecipou acerca do desenvolvimento econômico soviético. Por um lado, porque partiram da iniciativa de Lenin as proposições que se transformaram nas primeiras medidas oficiais adotadas na URSS associando socialismo e capitalismo, substituindo o modelo em vigência até então, que supostamente representava o socialismo total, o Comunismo de Guerra. E, por outro lado, porque parte dessas concepções, uma vez adotadas emergencialmente, contando com a concordância dos demais autores aqui analisados, estimularam-os a se preocuparem com concepções mais sistêmicas visando o desenvolvimento econômico na transição ao socialismo.

Explica-se: a análise em questão padeceria de coerência se estivesse ausente essa localização cronológica, já que as resoluções adotadas sob influência de Lenin se apresentam como ponto de partida para uma rica construção teórica que viria a seguir, além do que, o próprio Lenin não teria oportunidade de realizar contribuições mais abrangentes em virtude da interferência da doença prolongada que o acometeu e que o levaria à morte em janeiro de 1924. Daí, o caráter "preliminar" daquelas suas contribuições, pois foram as primeiras colocadas em prática na reconstrução pós guerra civil, porque tornaram-se elementos referenciais para os desenvolvimentos teóricos e práticos que se seguiriam à sua aprovação na primavera de 1921 e, também, porque, supõe-se, seriam primeiras análises de Lenin que deveriam formar um conjunto mais abrangente.

Antes de tudo faz-se necessário localizar os contornos teóricos que se apresentam como suportes interpretativos da evolução histórica russa dentro dos quais Lenin faz suas reflexões de ordem econômica relativas ao desenvolvimento soviético. Tratando-se da tomada do poder pelo proletariado num país relativamente atrasado, como bem já se observou no capítulo I, o desenvolvimento econômico espelharia os interesses históricos da classe que dirigira o processo revolucionário.

Desta maneira a burguesia teria seu projeto histórico abortado, o que não significava que, na transição, expressões econômicas e jurídicas capitalistas não pudessem ser empregadas. Se fosse assim, o emprego das mesmas seria conduzido pelo próprio proletariado, o que representaria a *permanência* da revolução dirigida por si próprio. O processo intermitente que transforma a revolução burguesa em revolução proletária por obra da iniciativa da classe operária coloca de forma objetiva a necessidade de um determinado "desenvolvimento" capitalista sem a ação dirigente da burguesia.

Tal era a natureza das condições objetivas que vieram à tona uma vez passado o tormento representado sobretudo pela guerra civil. Por essa razão, como já se destacou aqui, acredita-se que os autores estudados tinham como referência ao efetuarem essa reflexão, negando-a ou adotando-a, explícita e implicitamente, como será visto, o conceito da revolução permanente. Nesse sentido, as palavras de Lenin, diretamente, escritas em outubro de 1921, quando a revolução completava seu quarto aniversário e a NEP dava seus primeiros passos, não deixam margens a dúvidas:

*"(...) A tarefa imediata e direta da revolução na Rússia era uma tarefa democrático-burguesa: derrubar os restos de medievalismo, varrê-los definitivamente, limpar a Rússia dessa barbárie, dessa vergonha, desse enorme entrave para toda a cultura e todo o progresso no nosso país. (...) Os quatro últimos anos confirmaram plenamente a justeza de nossa interpretação do marxismo sobre este ponto, do nosso modo de aproveitar a experiência das revoluções anteriores. Levamos, como ninguém, a revolução democrático burguesa até o fim. É de modo perfeitamente consciente, firme e inflexível que avançamos para a revolução socialista, sabendo que ela não está separada da revolução democrático-burguesa por uma muralha da china, sabendo que só a luta decidirá em que medida conseguiremos (em última análise) avançar, que parte da nossa tarefa infinitamente grande cumpriremos, que parte das nossas vitórias consolidaremos. (...)"*⁹⁴

Antes de se prosseguir faz-se necessário algumas palavras a respeito do Comunismo de Guerra. Este foi o termo dado à organização da economia que prevaleceu nos três primeiros anos, após a tomada do poder. Representou, na prática, um conjunto de medidas voltadas exclusivamente para o suprimento das frentes de batalha, posto que depois de outubro de 1917 iniciou-se a guerra civil contra a reação que perduraria até 1920. A manutenção do poder em mãos do proletariado, como não poderia deixar de ser, tornou-se o objetivo prioritário.

⁹⁴LENIN, Wladimir Ilitch, *Para o quarto aniversário da revolução de outubro*. (outubro de 1921). In LENIN, W. I. "Obras Escolhidas". Lisboa. Edições Avante, vol. 3, 1979, p. 544. Grifos no original.

Buscou-se, então, manter em funcionamento as indústrias de guerra e tirar o máximo proveito das escassas reservas visando salvar da fome a população das cidades. De acordo com as palavras de Trotsky "(...) o comunismo de guerra foi, no fundo, a regulamentação do consumo numa fortaleza sitiada. (...)".⁹⁵ Toda a produção tinha sua distribuição centralizada segundo determinações do Partido e do Estado e, particularmente, no que concerne à agricultura, os camponeses entregavam compulsoriamente parte do volume que produziam mediante um confisco determinado pelas autoridades e recolhido pelos destacamentos armados de soldados e operários. Na prática, sobretudo dos cereais, o que era recolhido correspondia a toda a produção que excedia ao consumo familiar do camponês.

Nessa situação particular, deixando-se equivocar pela excepcionalidade, os próprios bolcheviques vislucravam a possibilidade de implantação de uma economia totalmente dirigida abrangendo a produção, assim como o consumo. E pensava-se que pouco a pouco haveria uma passagem do Comunismo de Guerra para o verdadeiro comunismo. Tratava-se de um erro teórico que adquiria um caráter de utopia face a falha de uma previsão fundamental, qual seja, a vitória da revolução no ocidente.

Antes de também se equivocar a respeito das possibilidades socialistas do Comunismo de Guerra, Lenin, contudo, tinha consciência de que não seria possível uma passagem direta para uma economia totalmente planejada. São bem conhecidas suas posições em 1917 antes da tomada do poder pelos bolcheviques. Ele acreditava, ao ressaltar a presença de uma população camponesa esmagadora na Rússia, que o mercado deveria se fazer presente ainda por um longo tempo como mecanismo componente da tentativa de solução do problema da fome da população e como fator de impulsionamento da acumulação socialista. Nas célebres *Teses de abril*, que ficaram conhecidas em abril de 1917, a tese de número 8 diz o seguinte: "*Nossa tarefa imediata não é 'introduzir' o socialismo, mas tão-somente passar imediatamente o controle da produção social e da distribuição dos produtos aos soviets dos deputados. (...)*".⁹⁶

Concomitantemente ao fim da guerra civil Lenin voltaria suas atenções para mecanismos econômicos que substituíssem o Comunismo de Guerra, procurando com isso incorporar em suas reflexões a inexorabilidade das condições reais. O fulcro das idéias de Lenin nesta fase a respeito dos mecanismos econômicos que espelhavam a necessidade de utilização dos procedimentos mercantis-capitalistas

⁹⁵TROTSKY, 1980, op. cit., p. 19

⁹⁶LENIN, W. I. *As teses de abril*. In LENIN/TROTSKY. *A questão do programa*. São Paulo, Kairós, 1979, p. 27. Grifos no original.

no palco do primeiro Estado operário da história da humanidade, pode ser encontrado em dois textos aparecidos no período março-abril de 1921. Os mesmos deram o suporte conceitual e argumentativo aos decretos que formalizaram a implementação do modelo econômico que ocuparia o lugar do Comunismo de Guerra, a qual passou a ser conhecida como a Nova Economia Política (NEP). Trata-se do *Relatório sobre a substituição das requisições pelo imposto em espécie* e d'*O imposto em espécie: o significado da Nova Política Econômica e suas condições*.⁹⁷ Se bem que a NEP não tenha sido estabelecida em todos os seus elementos constitutivos de uma única vez, mas, sim, gradualmente, através de medidas parciais, estes dois textos podem ser considerados como portadores de sua concepção genérica.⁹⁸

Pode ser afirmado de ante-mão que a rejeição de uma interpretação rígida da teoria do modo de produção levou Lenin a considerar como indispensável em suas reflexões sobre a organização da economia soviética a **dialética da economia de transição**. Mesmo concluindo que o modo de produção soviético pressupunha um Estado socialista, inferiu que um sistema econômico internamente contraditório, com uma combinação de vários modos de produção, não deveria ser artificialmente inserido dentro de um formato socialista "puro". Disto decorre que o elemento teórico que justificaria a planificação socialista, segundo aquele formato, seria incompatível com as necessidades originadas das circunstâncias empíricas.⁹⁹

Por seu lado, essas "circunstâncias empíricas" adquirem o estatuto de formações econômicas que pedem o desenvolvimento, até determinados limites, de relações mercantis-capitalistas. Então, a dialética da economia de transição deverá traduzir a contradição representada pela utilização de mecanismos inerentes à economia capitalista e individual, da própria burguesia e do produtor privado enquanto expressão social do conhecimento econômico, num Estado onde a burguesia não detém o poder político.

Acredita-se, é uma convergência com o sentido da revolução permanente. Lenin afirma que num país atrasado, em que sua população é majoritariamente constituída de pequenos camponeses, há a exigência de uma série de medidas transicionais para que a revolução socialista tenha êxito. São medidas chamadas

⁹⁷ LENIN, W. I. *Relatório sobre a substituição das requisições pelo imposto em espécie - X Congresso do PCR(b)*. (março de 1921) Idem, pp 474-485: *O imposto em espécie: o significado da Nova Política Econômica e suas condições*. (abril de 1921). In BERTELLI, Antonio Roberto (org.), "A Nova Política Econômica (NEP)". São Paulo, Global, 1987.

⁹⁸ A primeira resolução sobre a NEP foi submetida ao Comitê Central do partido em 24 de fevereiro de 1921. Ver CARR, E. H. *A revolução bolchevique: 1917-1923*, Porto, Afrontamento, vol. 2, 1979, pp. 298 et seq.

⁹⁹ DAY, 1988, op. cit., pp. 3-6

por ele de "especiais" pela simples razão de que o proletariado, ou os trabalhadores assalariados, inclusive na agricultura, não constituem a maioria da população e, por conseguinte, encontrava-se ausente da Rússia a base de apoio para uma transição "direta" ao socialismo, dado que esta maioria só seria encontrável num país capitalista desenvolvido, isto é, naqueles onde as relações pré-capitalistas já estivessem completamente sepultadas.¹⁰⁰

Por isso, afirmará conseqüentemente que o Estado teria o regime da ditadura do proletariado, devendo este último formar uma aliança com o campesinato. Tratava-se, de fato, de um acordo, o qual espelharia um conceito amplo que comportaria uma série de medidas transitórias. Este acordo seria muito mais significativo diante do adiamento da perspectiva internacionalista da revolução proletária. Posto que esta implicava a tomada do poder pelo proletariado nos países capitalistas desenvolvidos da Europa, a sua concretização deveria resultar no exercício de uma natural solidariedade com a URSS na forma da transferência das forças produtivas desenvolvidas para o território soviético, o que, sem dúvida, dispensaria consideravelmente a utilização daquelas medidas "especiais".

Se a revolução Russa levara a cabo a realização de uma tarefa típica fundamental da burguesia nos países que conheceram pioneiramente o capitalismo, qual seja, a democratização da terra, por outro lado, uma situação objetiva, com dois componentes, apresentava-se inapelavelmente. Tratava-se, obviamente, em primeiro lugar, de um elemento não presente no escopo teórico da revolução permanente. Refere-se à imensa destruição operada no espaço econômico soviético pelas ações inerentes à primeira guerra mundial e à guerra civil, transcorridas continuamente no período 1914-1920, resultando numa enorme retração da produção agrícola e industrial, e colocando na ordem do dia a necessidade de utilização de meios que forçassem a retomada da produção como condição obrigatória de garantia de existência dos próprios indivíduos. Em segundo lugar, destacava-se um elemento "natural" da moldura teórica da revolução permanente. Inerente ao atraso econômico, expressava a tradução da objetividade histórica imposta por intermédio da cultura e da psicologia camponesas, conformadoras do espírito individualista da acumulação e da livre iniciativa próprios do ambiente mercantil.

Falando como um porta-voz do proletariado, ressaltando a necessidade do cancelamento do expediente das requisições compulsórias dos excedentes agrícolas que vigoraram durante o comunismo de guerra, Lenin diz:

¹⁰⁰ LENIN, W. I., 1979, op. cit. p. 474.

"(...) Em todo o caso não devemos ocultar nada, mas devemos dizer diretamente que o campesinato está descontente com a forma das relações estabelecidas entre eles e nós, que não quer esta forma de relações e que não está disposto a continuar assim. Isto é indiscutível. Esta vontade manifestou-se determinantemente. É a vontade das enormes massas da população trabalhadora (...) Repito que isto não é de estranhar, porque a obra da transformação do pequeno agricultor, da transformação de toda a sua psicologia e de todos os seus hábitos, é obra de várias gerações. Só a base material, a técnica, a utilização em grande escala de tratores e máquinas na agricultura, a eletrificação em grande escala, podem resolver este problema em relação ao pequeno agricultor, sanear, por assim dizer, toda a sua psicologia. Eis o que poderia transformar radicalmente e com enorme rapidez o pequeno agricultor. Se eu digo que são necessárias gerações, isto não significa que sejam necessários séculos. Compreendeis perfeitamente que, em qualquer caso, são precisos pelo menos vários decênios para conseguir tratores e máquinas e eletrificar um país imenso. Tal é a situação objetiva (...)"¹⁰¹

Contraditoriamente previsto pela teoria da revolução permanente, uma forma particular de desenvolvimento capitalista deveria ser realizado no espaço de um Estado formalmente socialista. Formal não no sentido de apresentar-se como uma situação de direito, mas, antes de tudo, por espelhar a concretização de relações jurídicas quanto à posse dos meios de produção, agora socializados, possibilitada pela detenção do poder político. Este desenvolvimento teria lugar, num primeiro momento, mediante a liberdade restabelecida de circulação de mercadorias para o pequeno produtor privado.

Isto significa o incentivo à circulação de mercadorias, da qual participaria também o Estado se pudesse reter em suas mãos uma parcela da produção daqueles que naturalmente seriam levados às trocas de mercadorias. Esta retenção representaria uma pré-condição para que o Estado pudesse acionar a indústria estatal, produzindo as mercadorias constituidoras da demanda industrial do camponês e, assim, adquirindo nas trocas de mercadorias um poder econômico inerente ao poder político do proletariado que sairia fortalecido sem ter suas raízes comprometidas.

A reativação da circulação de mercadorias torna-se, como já se observou, uma necessidade imperiosa, antes de adquirir a condição normativa de peça perfeitamente lógica no mecanismo econômico soviético. O retorno das trocas de mercadorias, que deveria provocar, antes de tudo, um incentivo ao camponês, elevando a produção agrícola e permitindo a formação de excedentes co-

¹⁰¹Idem, pp. 475 e 476.

mercilizáveis, foi possível mediante um expediente tributário simples, porém incomum para o século 20, mesmo que se considere a Rússia da década de 20 um país fortemente pré-capitalista: o *imposto em espécie* sobre a produção agrícola, na verdade uma variante de imposto direto pago com o próprio bem produzido. Este imposto supriria imediatamente parte da demanda alimentar das populações urbanas e do proletariado e permitiria o fornecimento de matérias primas à indústria num primeiro estágio da recuperação econômica. O excedente líquido não consumido pelo camponês ganharia o caminho das trocas comerciais livres, o que só seria possível em presença do dinheiro que deveria ter suas funções primordiais de meio de troca e reserva de valor restaurados. De posse do dinheiro o camponês voltaria-se para às indústrias em busca de bens de consumo pessoal manufaturados e equipamentos, além de outros bens agrícolas industrializados. A indústria teria, então, imediatamente, um fator estimulador da sua reativação.

Segundo a avaliação de Lenin, no período que se iniciava imediatamente após o fim da guerra civil, a grande indústria, majoritariamente estatal, não poderia ser recuperada rapidamente e, assim, o auxílio para o indispensável crescimento das forças produtivas da agricultura aconselhava, no curtíssimo prazo, a restauração da pequena indústria. Entende-se que, provisoriamente, nem toda demanda industrial da economia agrícola poderia ser preenchida, questão que reforçava a presença do imposto, mas, por sua vez, apontava para a necessidade de criação dos meios que conduzissem à instalação das fundações da verdadeira modernização soviética, ou seja, à industrialização do país em grande escala.

Não é possível admitir socialismo sem industrialização, já dizia Marx. Pela simples razão de que o socialismo representa a consequência da expansão do capitalismo, só a utilização das forças produtivas em nível igual ou superior àquelas mais desenvolvidas que este último possa alcançar podem caracterizar um país como verdadeiramente socialista no que se refere ao seu conteúdo econômico. Antes que isso possa acontecer, um país que tenha feito uma revolução, na qual os trabalhadores assumam o poder e socializem os meios de produção, estará apenas transitando para o socialismo.

É baseado nesta percepção que Lenin elabora o segundo pilar de seu arcabouço desenvolvimentista, sendo este voltado, principalmente, para o crescimento industrial numa etapa que poderia ser chamada de lançamento das bases da industrialização. Aqui é necessário destacar que este objetivo está relacionado com a utilização da capacidade de organização econômica permitida pela condição de classe dominante exercida pelo proletariado. As forças produtivas industriais que pertenciam exclusivamente ao Estado não padeciam dos problemas

inerentes à atomização das unidades produtivas verificada no campo. Relativamente à agricultura, a indústria apresentava-se como sua antítese, o que possibilitava outra racionalidade econômica, ou seja, aquela implícita à objetividade, à previsão e ao direcionamento consciente da produção. Se na agricultura, embora sob determinadas restrições, prevalecia o espontaneísmo peculiar à iniciativa privada, na atividade industrial deveria se fazer presente com mais ênfase o direcionamento conduzido pelo Estado operário em busca de objetivos previamente estabelecidos, o que implicaria o emprego da noção de planificação socialista.

Embora se destaque essa preocupação de reter nas mãos do Estado socialista a orientação do processo de desenvolvimento industrial, a solução avançada por Lenin, contraditoriamente, significava o recurso à medidas organizativas de caráter capitalista. Lenin propunha que o Estado entregasse conscientemente parte de suas indústrias à burguesia, segundo determinada fórmula, sem transferir-lhes a propriedade das mesmas. Levando em conta o atraso histórico da URSS, se espelhava naquilo que havia de mais desenvolvido em termos da organização da produção e das forças produtivas nos países capitalistas mais avançados.

Lenin pensava no "capitalismo de Estado", que, segundo ele, expressava o mecanismo mais "progressista" da regulação econômica em determinados países capitalistas desenvolvidos. Apesar do corte cronológico aqui adotado, na verdade, a conceituação do capitalismo de Estado já fora efetuada por Lenin anteriormente a 1921, particularmente em textos editados durante o ano de 1918 quando de sua polêmica com os Comunistas de Esquerda, que tinham em Bukharin um de seus principais líderes, a respeito do conceito da transição ao socialismo. Preocupava-se principalmente com a Alemanha no contexto da etapa *imperialista* na qual mergulhara o capitalismo a partir do início do século XX como ele próprio conceituara em seu importante livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Constata, então, que a trustificação das unidades produtivas, característica peculiar das empresas capitalistas privadas nesta nova fase da monopolização da economia, em face, sobretudo da preparação imperialista da guerra, conforma-se num "truste capitalista de Estado" cujo desenvolvimento mais completo apresenta-se enquanto um processo de centralização acelerada da atividade econômica.¹⁰²

Segundo Victor Meyer Nascimento, autor de uma recente dissertação de mestrado sobre a economia da URSS, a política desta época é marcada pela orientação das posições de Lenin que consistia em desenvolver o capitalismo rumo

¹⁰²Ver GERRATANA, V. *Estado socialista e capitalismo de Estado*. In BERTELLI, 1987, op. cit., p. 19

ao capitalismo de Estado e deste em direção ao socialismo. O objetivo seria o de concentrar a indústria na linha do capitalismo de Estado, mas apresentava-se, também, especialmente, como o *controle operário* sobre o capitalismo de Estado. Tratava-se, então, no que respeita às diretrizes da política industrial, de forçar a passagem do capitalismo privado e da pequena produção para o capitalismo de Estado, de não temer o capitalismo, mas de controlá-lo. O autor ressalta, então, que essa política suscitava duas ordens de questões: uma teórica, relativa ao fenômeno do capitalismo de Estado, nestas condições, algo novo e paradoxal, e uma segunda, histórica, remetida à constatação do propalado controle do capitalismo de Estado pelos trabalhadores como determinado pelos decretos legais que estabeleceram a implantação da NEP.¹⁰³

Em certa medida pode-se afirmar que o capitalismo de Estado, tal como se configurou em determinados países capitalistas desenvolvidos, representava um regime de acumulação capitalista no qual temporariamente o Estado ocupava a função de regulador, substituindo parcialmente a lei do valor no processo de acumulação. Contudo, na situação soviética, de acordo com a argumentação de Lenin, os meios de produção estavam socializados e a acumulação teria, mesmo diante da unidade dialética contraditória que reúne elementos capitalistas e socialistas, obviamente, uma conotação socialista, num sentido tal em que a lei do valor estaria submetida ao planejamento objetivando sua supressão, enquanto que no capitalismo de Estado o planejamento a substitui dentro de certo espaço de tempo, mas a preserva para sua posterior reabilitação plena.

Ao mesmo tempo, depreende-se que ao interior da formulação de Lenin o significado da planificação econômica soviética nesta fase teria como tradução a iniciativa voltada para a implantação de uma versão particular do "capitalismo de Estado". Isso porque nos países capitalistas adiantados, que serviam como modelo para Lenin, a evolução até à possibilidade do capitalismo de Estado significou um desenvolvimento histórico natural do modo de produção capitalista de tal forma que a concentração e a centralização do capital assumem a forma de uma monopolização extrema da economia. Em virtude do atraso histórico russo, no qual era possível constatar-se a inexistência do próprio mercado interno, um "capitalismo de Estado" não poderia passar a existir espontaneamente mesmo que as barreiras pré-capitalistas fossem abolidas radicalmente, o que, diga-se de passagem, não aconteceu imediatamente depois do advento da revolução proletária. E, além disso, no caso concreto da situação pós-revolucionária esta hipótese seria totalmente remota em virtude da consolidação do poder nas mãos dos Bolcheviques sob a

¹⁰³MEYER NASCIMENTO, Victor, A. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador, Curso de Mestrado em Economia/UFBA, dissertação de mestrado, 1993, pp. 45-50.

formulação da ditadura do proletariado. Assim, de posse do controle dos meios de produção, sobretudo aqueles pertencentes ao meio industrial, o capitalismo de Estado sobre solo russo deveria ser "criado", ou "inventado", conhecendo sua gênese a partir de uma iniciativa consciente do poder estatal tendo como base os traços da grande indústria já presentes na Rússia antes da revolução de 1917.

A adaptação do conceito de capitalismo de Estado a um modelo de desenvolvimento econômico para a URSS significava para Lenin que "*(...) todo o problema - tanto teórico como prático - está em encontrar os métodos certos para levar o inevitável (até certo grau e prazo determinado) desenvolvimento do capitalismo em direção ao capitalismo de Estado, e definir em que condições fazê-lo e como assegurar, num futuro próximo, a transformação do capitalismo de Estado em socialismo. (...)*".¹⁰⁴

Há que se afirmar, contudo, que o capitalismo de Estado proposto por Lenin referia-se a um dos elementos de economia social a se fazer presente na URSS, juntamente com a economia camponesa patriarcal, a pequena produção mercantil, o capitalismo privado e o socialismo. Tratar-se-ia, bem entendido, de um setor particular da economia, embora de importância estratégica decisiva, não significando a definição de um suposto modo de produção existente no espaço soviético. Tanto é verdade que Lenin faz questão de ressaltar que este seria um capitalismo de Estado especial ou particular. Afinal, na URSS a burguesia teria tão somente a autorização para organizar e administrar determinadas unidades produtivas fabris e comerciais, com a contrapartida do lucro, é verdade, mas não se constituiria numa classe dominante que disporia do aparelho de Estado para seus propósitos políticos. Além do mais, socialismo e capitalismo de Estado não deveriam ser entendidos como um bloco homogêneo. Eles deveriam ligar-se entre si, mas guardariam posição de exclusão um perante o outro.

Dessa maneira, não é possível deixar de observar, na construção da fórmula do "capitalismo de Estado" soviético, a preocupação leninista de traduzir em mecanismos econômicos, práticos e factíveis, o conteúdo da teoria da revolução permanente que supõe a passagem do país ao socialismo com a exigência do desenvolvimento das forças produtivas ainda em caráter capitalista, mas sob condução do proletariado. E pode-se afirmar, também, que esse mecanismo de desenvolvimento é inerente à necessidade de uma acumulação socialista primitiva. Lenin preocupava-se com a formação de uma base para o desenvolvimento

¹⁰⁴LENIN, 1987, op. cit., p. 159.

industrial. Esta deveria ser constituída, em parte, pelo capitalismo de Estado lançando mão da exploração do trabalho assalariado, quer dizer, recorrendo à mais-valia como fonte de excedente. Porém, deve-se afirmar que este não seria um privilégio das empresas sob o capitalismo de Estado, das empresas cedidas sob concessão aos capitalistas, mas também das próprias empresas estritamente estatais que continuariam a empregar seus trabalhadores sob a condição de assalariados, isto é, percebendo um salário individual.

O principal mecanismo operacional deste processo são as concessões, que seriam acordos que o poder proletário firmaria com o capitalismo de Estado, na verdade, apresentando-se como seu implantador. Em 1921 Lenin acreditava que a situação internacional da URSS tinha melhorado consideravelmente em termos de uma ameaça de intervenção estrangeira ou de um cerco econômico. Isso solucionava, em certa medida, o problema da obtenção de mercadorias para a satisfação do direito da liberdade de comércio pela oportunidade que dava ao poder proletário de estabelecer medidas econômicas, pelo alto, na forma de um bloco com o capital estrangeiro, que poderiam levar imediatamente recursos para o interior da economia soviética no sentido da recuperação mais rápida da indústria:

*"(...) O que são as concessões nas condições do sistema soviético, a partir do enfoque das formações econômico-sociais e da correlação entre elas? Representam um acordo, um bloco, um pacto do poder soviético, ou seja, do poder estatal proletário com o capitalismo de Estado, contra o elemento pequeno-proprietário (elemento patriarcal e pequeno-burguês). O concessionário é um capitalista. Dirige as empresas à maneira capitalista, com o objetivo de obter lucro, estabelecendo um acordo com o poder proletário tendo a finalidade de obter lucros extras, superlucros, ou tendo a finalidade de obter um tipo de matéria-prima que não poderia obter ou dificilmente conseguiria de outro modo. O poder soviético obtém vantagens na forma de desenvolvimento das forças produtivas, do aumento imediato ou a curto prazo da quantidade de produtos (...)"*¹⁰⁵

É importante ter em mente que uma peça do mecanismo econômico proposto por Lenin a ser implementado, aquele representado pela adoção do imposto em espécie, deveria responder à necessidade de desenvolvimento do socialismo, valendo-se do meio pequeno-burguês, mas procurando conduzi-lo ao desaparecimento como norma. Este desaparecimento, quando concretizado, estaria a demonstrar que determinadas condições econômico-sociais já estariam estabelecidas. Isto porque, quando Lenin falava dos acordos especiais que o

¹⁰⁵idem, pp. 159-160.

proletariado deveria encetar com o campesinato, queria chamar atenção para o caráter contraditório das relações entre as classes dentro do universo soviético.

Seria uma forma de ressaltar os conflitos entre duas tendências econômicas que se opõem, o elemento individualista pequeno-burguês e o elemento socialista proletário. Com base no interesse individual, visando o incentivo pessoal, apoiadas no cálculo econômico, deveriam ser lançadas as pontes que conduziriam, num país de pequenos camponeses, ao socialismo através do capitalismo de Estado.¹⁰⁶ Este processo representaria não uma passagem, como se fosse uma metamorfose, do meio pequeno-burguês em socialista, mas, antes de tudo, uma luta entre as duas partes, na qual a expressão socialista partia em vantagem em face do controle que exercia sobre o poder político e as principais forças produtivas.

Uma conclusão importante a ser extraída dessa interpretação acerca da qualidade das relações sociais na URSS é aquela que nos indica um nítida rejeição por parte de Lenin de um "monismo" teórico que descarta a contradição e, portanto, justificaria a possibilidade da passagem ao socialismo sem a transição. Em particular, a título de contraponto, semelhante argumentação foi defendida por Bukharin na polêmica com Lenin já mencionada. E até 1920, quando publicou seu conhecido *Teoria econômica do período de transição*,¹⁰⁷ ainda defendia tal argumento. Neste, Bukharin procura defender a existência de uma "unidade" nas relações sociais dentro da Rússia pós-revolucionária, fato que descartaria a possibilidade da coexistência em seu interior do capitalismo de Estado com os fundamentos da ditadura do proletariado; em outras palavras, esta unidade revelaria a não necessidade de uma economia transicional mista. Esta sua visão surgira da sua interpretação de que nos Estados capitalistas se formara um "capitalismo coletivo", o qual representaria um sistema englobando todas as manifestações capitalistas particulares em nome de uma razão universal do Estado imperialista. Por analogia, a ditadura do proletariado seria um regime tão universal quanto aquele, representando um capitalismo de Estado às avessas, dialeticamente convertido em seu oposto. Este é, sem dúvida, um desenvolvimento teórico que nega a transição. Onde a forma prevalece sobre o conteúdo.¹⁰⁸

Na compreensão da transição em Lenin há uma prioridade para os elementos concretos da realidade, daí o desdobramento dessa análise, em termos da política

¹⁰⁶ LENIN, W. I. *Para o quarto aniversário da revolução de outubro*, op. cit., p. 549.

¹⁰⁷ *Economics of the transition period*. In BUKHARIN, Nicolai, I. "Selected writings on the state and the transition to socialism", DAY, R. B. (ed.), New York, M. E. Sharpe, 1982. *Teoria econômica do período de transição*. In BUKHARIN, N. I. "Bukharin - Economia", GORENDER, Jacob (org.), São Paulo, Ática, 1990.

¹⁰⁸ DAY, 1988, op. cit., p. 7.

econômica, em procedimentos revestidos de ênfase no pragmatismo. Sua análise é menos abstrata e as formas adotadas estão despidas do purismo presente nas análises de outros de seus companheiros. Rejeitada a possibilidade de uniformidade, Lenin fará questão de destacar que, com a implantação do capitalismo de Estado na forma de concessões, haveria um fortalecimento da grande produção contra a pequena, da produção avançada contra a atrasada, da produção centrada na maquinaria contra aquela realizada manualmente e, assim, reforçando as relações econômicas reguladas pelo Estado operário contra aquelas pequeno-burguesas anárquicas. Este seria o resultado positivo que o socialismo adquiriria por ter que pagar um "tributo" ao capitalismo mais culto e adiantado da Europa ocidental, pois o Estado não dispunha suficientemente de capital, máquinas, meios de transportes, etc.¹⁰⁹

Antes de se passar ao terceiro dispositivo importante do modelo leninista de desenvolvimento, a cooperação, convém falar rapidamente de outro instrumento fundamental de política econômica incorporado ao modelo de Lenin e que é adotado também pelos demais autores aqui estudados como uma questão de princípio poucas vezes revisada por eles. Trata-se do monopólio do comércio exterior, sem o qual não seria possível estabelecer meios eficientes para a proteção e organização da economia interna contra os efeitos da lei do valor em seus movimentos originados do mercado mundial. Sabidamente, a economia soviética, em particular sua indústria, em face do atraso de suas forças produtivas em relação aos países capitalistas mais desenvolvidos, estava em enorme desvantagem no processo competitivo.

A inexistência de uma barreira protecionista eficaz implicava diretamente na impossibilidade da construção das fundações de uma indústria nacional tão necessária e almejada. Ademais, no caso das posições de Lenin, o monopólio do comércio externo a disposição do Estado apresentava-se como um complemento natural do papel orientador do poder político em relação ao desenvolvimento e no exercício de seu papel de planejador da economia. Nem as mercadorias exportadas, quase todas originárias do setor primário, em particular da agricultura, nem aquelas importadas para a indústria e para o consumo interno, poderiam contar com a participação de empresas privadas, fossem estas industriais ou comerciais. Vê-se, portanto, que a restauração da liberdade de comércio a partir da NEP foi circunscrita ao mercado interno.

¹⁰⁹ LENIN, 1987, op. cit., pp. 160-161.

Numa das raras oportunidades em que foi proposta a flexibilização daquele monopólio, Lenin, num de seus últimos documentos, argumentou que qualquer outra forma de protecionismo na Rússia daquela época, como por exemplo uma política aduaneira, seria completamente fictícia para extrair parte dos lucros auferidos pelos capitalistas nas transações de mercadorias com o exterior. A abertura, mesmo que parcial das fronteiras, traria perigos graves por permitir a penetração na Rússia, sem a menor possibilidade de controle, da pequeno-burguesia e de agentes de todo gênero vinculados ao exterior.¹¹⁰

Em maio de 1923 Lenin dá a conhecer seu texto *Sobre a cooperação* que praticamente seria sua última contribuição para a organização econômica nesta fase da transição ao socialismo.¹¹¹ Neste texto, objeto de interpretações variadas após a sua morte, ele aprofunda seu entendimento a respeito do papel da *cooperação* como um importante fator para o desenvolvimento do socialismo, em particular porque vê esta forma de reunião dos agentes econômicos de determinado setor da economia como bastante vantajosa na condução da economia pequeno-burguesa para o socialismo. Em outras palavras, tratar-se-ia de mecanismo poderoso no sentido de neutralização das atividades hostis do elemento pequeno-burguês contra o socialismo e, assim, apresentar-se-ia como insubstituível para a concretização de um resultado vitorioso do socialismo contra o mercado e o seu regulador determinante, a lei do valor.

A NEP só poderia obter êxito por intermédio da liberdade de comércio e do exercício da livre iniciativa, portanto, com a manifestação do direito da acumulação privada para milhões de indivíduos. Estas categorias do mundo mercantil forneciam, evidentemente, o combustível necessário para o fortalecimento das tendências capitalistas na economia soviética contra as tendências socialistas. O poder operário, em seu objetivo de dispor dos excedentes gerados na agricultura, sobretudo, como fonte de financiamento da industrialização, e procurando transformar esses agentes que atuavam sob o regime da acumulação privada em elementos socialistas, teria que lançar mão de mecanismos de **verificação** e **controle** sobre os mesmos procurando subordiná-los aos interesses históricos principais. Para Lenin, o melhor caminho para isso seria a concretização da cooperação, extensivamente, a via "*mais simples, fácil e acessível para o camponês*",¹¹² e passaria pelas práticas de convencimento, assentadas nos meios materiais, quer dizer, desideologizadas e amplamente democráticas.

¹¹⁰ LENIN, W. I. *Sobre o monopólio do comércio externo*. (dezembro de 1922). In LENIN, 1979, op. cit., pp. 614-617.

¹¹¹ LENIN, W. I. *Sobre a cooperação*. In LENIN, W. I. "Obras escolhidas". São Paulo, Ed. Alfa-Omega, v. 3, 1980, pp. 657-662.

¹¹² Idem, p. 657.

Lenin vislumbra no princípio "cooperativo" a forma mais prática e eficiente de reunião de "verdadeiras massas da população". Toda uma série de medidas diferenciadas deveriam ser implementadas para as cooperativas, significando, por exemplo, apoios na forma de créditos, assistência técnica, orientação de comercialização, etc. numa situação de privilégios ante as empresas privadas e até mesmo com relação a indústria pesada estatal.

Não resta dúvida que Lenin vislumbrava o desenvolvimento da cooperação como um processo de muitos anos, para o que seria necessário uma certa etapa de reconstrução/construção industrial. Sem esta etapa os meios materiais, evidentemente, não poderiam ser oferecidos no sentido da aquisição de uma garantia de maior comodidade e melhoria das condições de vidas de amplas massas, quer dizer, da ampla maioria da população, que seriam canalizadas mediante este processo para o socialismo.

Mas o conceito de cooperação tem para Lenin o próprio significado de socialismo. Tem não apenas um caráter material, mas também o sentido de uma revolução cultural. As empresas cooperativas são equiparadas a empresas coletivas pelo fato de que os meios de produção que elas empregam pertencem ao Estado, à classe operária. Assim, o crescimento da cooperação teria como consequência inevitável o crescimento do socialismo e, a partir disto, desde que não houvesse a restrição internacional representada pela ameaça permanente de uma ação militar e econômica contra o Estado soviético, seria necessário mudar radicalmente o ponto de vista completo sobre o socialismo, que seria a transferência do centro de gravidade da esfera política, da conquista do poder, para a da ação "cultural".¹¹³

2

¹¹³Ibidem, pp. 661-662.

A análise conduzida até o presente permite o delineamento de um modelo leninista de desenvolvimento econômico voltado para a construção do socialismo na URSS. Partindo do reconhecimento da necessidade da coexistência, em termos concretos, de categorias mercantis-capitalistas e socialistas, num universo político em que a burguesia estaria desprovida do poder, Lenin chama a atenção para a função fundamental da classe operária e de seu poder no sentido de conduzir o desenvolvimento capitalista. no interior do espaço socialista, a um desfecho favorável à concepção de uma sociedade igualitária.

Como não poderia ser diferente, esse modelo reflete um conjunto de relações sociais conflituosas e, portanto, contraditórias. Mas, a simples colocação da questão do desenvolvimento socialista segundo esta formulação leva ao aparente paradoxo representado pela possibilidade de realizá-lo mediante um procedimento que incorpora em grande monta meios opostos ao objetivo desejado. Entretanto, considerando a essência do próprio movimento histórico como descrito pelo marxismo, o que se verifica como resultado é, antes de tudo, a contradição e não a sua impossibilidade. Antes que se possa postular a construção do socialismo utilizando-se do próprio capitalismo, a coexistência dessas duas tendências antagônicas já se faz presente ainda enquanto o modo de produção capitalista persiste enquanto tal.

No país atrasado que faz sua revolução proletária, o meio mercantil, com seu expoente principal, o mercado, e outras categorias que lhes são inerentes, marcam presença num ambiente de relações econômicas heterogêneas. A organização econômica assim concebida é dirigida, contudo, pela expressão socialista, que se apresenta por intermédio das relações socialistas dominantes tanto no campo econômico quanto no campo político desta sociedade contraditória. É uma organização de transição que deveria tender ao desaparecimento mediante a ampliação permanente dos elementos socialistas, cujo fim perseguido representa uma determinada homogeneidade dos procedimentos econômicos.

Sob tal pressuposto pode-se identificar em Lenin três elementos principais nas suas reflexões na linha constitutiva de um modelo de desenvolvimento, ou de seu modelo associado à efetivação da primeira etapa da acumulação socialista. São eles, o *imposto em espécie*, o *capitalismo de Estado* e a *cooperação*. É necessário, portanto, verificar em que sentido essa formulação torna-se coerente.

Não resta dúvida de que Lenin pensou no mercado como categoria orgânica fundamental que deveria cumprir na URSS funções *equivalentes* àquelas que orientam o movimento do capital numa economia burguesa. Em primeiro lugar,

porque a liberdade de acumulação privada e do livre comércio, voltada sobretudo para a pequena produção agrícola (elemento pequeno-burguês), tem no mercado um sistema próprio em que sua internalidade é o elemento determinante da produção e da acumulação. Em segundo lugar, porque para as demais empresas não pertencentes à economia agrícola, destacando-se as unidades de produção industriais estatais (elemento socialista) e aquelas constitutivas do capitalismo de Estado, o mercado é um fator orientador para a eficiência, qualidade, lucratividade, quer dizer, para que o cálculo econômico possa ser praticado.

Para estes dois últimos tipos de empresas o mercado é um fator externo, não constitui para as mesmas um sistema próprio, mas aparece perante elas decisivamente. Entretanto, a lei do valor regula a produção neste estágio do desenvolvimento socialista apenas relativamente, dado que o Estado detém o monopólio do comércio externo e dos principais meios de transportes, a propriedade das unidades industriais e "escolhe" as unidades que serão entregues aos capitalistas sob concessão na conformação do capitalismo de Estado.

A lei do valor, como não poderia deixar de ser, tem maior grau de liberdade implicitamente às atividades da produção mercantil camponesa. Ao camponês não é determinado pelo Estado o que produzir e quanto produzir. E o preço que recebe pelo seu produto também tem sua formação final no mercado. As únicas "interferências" sobre sua "livre iniciativa" são a obrigação de entregar ao Estado, sob a forma do imposto em espécie, uma parte de sua produção e a restrição na utilização do trabalho assalariado, além do que não pode exportar diretamente sua mercadoria. É possível depreender, dessa maneira, que estas duas interferências podem ser considerados como limites, pelo lado estatal, à acumulação privada no campo.

Já no que respeita à economia estatal e ao capitalismo de Estado há uma evidente regulamentação. Estão presentes quase exclusivamente no setor industrial. A indústria é o objetivo a ser perseguido, no longo prazo, enquanto lógica econômica socialista e, no curto e médio prazos, enquanto dispositivo principal da dinâmica econômica. Aqui, mesmo que o mercado seja um fator referencial importante, o que produzir e quanto produzir dependem, antes de tudo, de decisões estratégicas relacionadas com a construção socialista.

A redução da influência da lei do valor é inversamente proporcional ao crescimento do setor estatal da economia. Este, ao se ampliar, induz a utilização cada vez mais extensiva dos métodos da planificação econômica, que, num primeiro momento, segundo a proposição de Lenin, estaria praticamente circunscrita à

implantação do capitalismo de Estado. O crescimento do próprio capitalismo de Estado não tem nada de diferente da ampliação da economia estatal em termos do decréscimo da influência da lei do valor.

Como já se viu, o capitalismo de Estado, operacionalmente, significa, preliminarmente, ampliação da grande indústria nacional a partir de capitais privados externos, além da gestão realizada pelos proprietários desses mesmos capitais, ou seus representantes, sobre as empresas cedidas sob concessão. Estes capitais recebem uma remuneração na forma dos lucros, totais ou parciais, gerados nas empresas contratadas, a depender da situação. Certamente, em condições normais, esses lucros serão remetidos para seus locais de origem no exterior. Por outro lado, qualquer parte do lucro retido pelo poder soviético se transformará em nova acumulação, quer seja na própria empresa geradora, ou em outra, segundo a decisão estratégica orientada por um plano econômico. Mas é fácil perceber que o controle do capitalista sob essa unidade econômica a qual dirige é limitado, embora atue num regime de liberdade relativa, pois participa de um determinado mercado do qual é um ofertante, podendo vir a ser, inclusive, um monopolista e, por isso, obter um superlucro. Como o próprio Lenin deixou bem claro, a ditadura do proletariado tinha consciência do "tributo" que deveria pagar ao capitalismo mais culto e adiantado, daí o privilégio que esse setor da economia poderia obter.¹¹⁴

O funcionamento das unidades produtivas sob o capitalismo de Estado é regulado por um contrato firmado entre o governo soviético e os capitalistas por um prazo determinado, o qual estabelece o produto a ser fabricado, o fornecimento da matérias primas e insumos, as condições de utilização da mão-de-obra, critérios de expansão da planta, etc. Ao final desse contrato, que a princípio o governo soviético tem um interesse de duração relativamente longo, a economia estatal absorverá uma unidade produtiva pronta e em pleno funcionamento, significando o cumprimento de uma determinada etapa na expansão das forças produtivas internas. É possível supor, também, em função de interesses estratégicos, a interrupção do contrato por iniciativa do Estado, com uma indenização ao capitalista concessionário, depois de decorrido certo tempo de funcionamento da empresa.

O processo industrializatório, que na visão leninista tem no capitalismo de Estado o seu principal eixo num período determinado, objetiva a criação de uma oferta de produtos industriais à economia camponesa e, por essa razão, possibilitar ao Estado participar das trocas internas, viabilizando a circulação de mercadorias. Se a indústria não fosse recuperada e, além disso, não experimentasse um

¹¹⁴LENIN, W. I. *Teses do relatório sobre a tática do PCR - III congresso da internacional comunista*. (junho de 1921). In LENIN, 1979, op. cit., pp. 525-531.

crescimento, a economia agrícola produziria somente para a subsistência, ou, quando muito, ficaria estagnada, limitando o abastecimento alimentar do setor urbano da nação. Entretanto, em tese, a expansão da acumulação agrícola deveria impulsionar o crescimento da indústria.

Todavia, a expansão industrial apoiada na agricultura é limitada pela natureza desta última. Baseada na iniciativa privada e no mercado livre, a economia agrícola está permanentemente sujeita às oscilações particulares dos ciclos econômicos inerentes à lei do valor. A agricultura camponesa, ao contrário da indústria, representava a atomização das unidades produtivas. Entre todos os setores econômicos era aquele que dispunha da maior liberdade para a ação da livre iniciativa e do interesse individual. Era o setor de composição pequeno-burguesa por excelência e, por conseguinte, governado pelo espontaneísmo. Neste sentido, conformava-se enquanto a antítese da economia estatal e do capitalismo de Estado. Na agricultura, espontaneamente, tendencialmente a lei do valor caminhava para a expansão, para a ocupação de um espaço cada vez maior. Já para economia estatal e o capitalismo de Estado a tendência também era a de expandirem-se, contudo com o espontaneísmo sensivelmente diminuído.

A agricultura russa, liberada do confisco de suas colheitas e das restrições à livre iniciativa, tinha motivação suficiente para responder às necessidades da demanda. Uma situação concreta se apresentava neste sentido: no curtíssimo prazo, a exigência de recomposição imediata da oferta agrícola ao consumo pessoal interno. A médio prazo, em virtude da concretização de uma esperada estabilidade, o crescimento da demanda dos produtos originados na agricultura por conta da elevação do consumo pessoal, em face da geração de um nível de renda mais elevado e do incremento do consumo dos demais setores econômicos que tem estes bens como matéria prima.

A reativação imediata da agricultura não exigia muito mais do que a utilização em escala mais ampla das forças produtivas simples já presentes, de caráter pré-capitalistas, no interior do mundo rural russo. Para que fossem colocadas em ação bastaria pouco mais que a efetivação da motivação anteriormente mencionada.

É deste quadro francamente mercantil, regulado pela atuação aberta da lei do valor, que emanam as barreiras potenciais para a expansão da economia socialista de acordo com as perspectivas de Lenin. Pois, se num primeiro momento a economia pequeno-burguesa é o fator determinante para a reativação do funcionamento da economia como um todo, a partir de determinados limites ela se transforma numa restrição praticamente intransponível. A natureza das relações que

governam a ação do pequeno produtor acaba se impondo. Ora, a oferta agrícola, *ex post*, está sujeita a expansões e contrações em função, sobretudo, do preço cotado pelo mercado. Na fase de reconstrução da economia soviética, considerando-se satisfeitos determinados níveis mínimos de consumo alimentar, a oferta de alimentos crescia mais rapidamente do que a demanda em função desta última depender, principalmente, da evolução da renda do setor industrial que, pela própria natureza de suas forças produtivas, acontecia mais lentamente relativamente à agricultura.

Configurava-se a perspectiva de um cenário de abundância relativa de produtos agrícolas perante uma escassez relativa de mercadorias produzidas pela indústria. Nas trocas entre os dois setores os preços relativos eram favoráveis à indústria e, assim, o camponês tendia a reter parte da produção ou a diminuir as sementeiras seguintes. Em 1923 este fenômeno soviético, em vista de sua concretização na prática, seria chamado por Trotsky de "crise das tesouras".

É justamente em 1923 que Lenin escreve seu texto mais abrangente sobre a cooperação. Há fortes motivos, portanto, para se acreditar que ele preocupava-se fortemente com a independência do setor pequeno-burguês da economia, daí o interesse em descrever com mais precisão o cooperativismo como um pilar fundamental de seu modelo de desenvolvimento.

Isto decorre, certamente, de que a liberdade de ação no campo apresentava-se como uma limitação à ampliação da acumulação industrial, pois as trocas entre os dois setores estariam sujeitas a oscilações que comprometeriam o plano de expansão na indústria. Ao mesmo tempo, é lícito supor-se, a exploração agrícola em parcelas individuais, em geral, tem uma pobre vocação para a industrialização da agricultura *vis - á - vis* a agricultura coletivizada. Nos casos particulares em que elas crescem sustentadamente apoiando-se em bens industriais tornam-se uma ameaça política ao socialismo quando, para continuarem a acumulação além de certos limites, exigem a criação/recriação dos meios materiais e políticos de ordem exclusivamente capitalistas.

Não resta dúvida, são variáveis restritivas significativamente importantes à constituição de uma demanda estável e crescente pelos produtos industriais. Se esta demanda, em grande escala, deveria se originar da agricultura por um tempo relativamente longo da construção do socialismo na URSS, seria necessário alterar profundamente a composição organizativa das explorações rurais no sentido da retração da atuação da lei do valor. Por um lado, representaria a criação dos fundamentos da planificação das atividades agrícolas e, por outro, procurava

unificá-las à indústria na via da constituição de um sistema econômico mais homogêneo no qual a lei do valor estaria numa posição bem mais subordinada.

Contudo, antecipando essa necessidade antes que a prática a demonstrasse, já em 1921 Lenin dizia, argumentando em defesa do imposto em espécie e do capitalismo de Estado como elementos indispensáveis da Nova Política Econômica:

*"(...) o capitalismo "cooperativo", diferentemente do capitalismo privado, constitui, sob o poder soviético, uma variedade do capitalismo de Estado, e, como tal, nos é útil e proveitoso por agora; em certa medida, entenda-se. Com o imposto em espécie, significando liberdade de venda das sobras (do que não foi recolhido sob a forma de imposto), nos é indispensável fazer esforços para que **esse** desenvolvimento do capitalismo - já que a liberdade de venda, a liberdade de comércio é um desenvolvimento do capitalismo - seja dirigido em direção ao capitalismo cooperativo. Este se assemelha ao capitalismo de Estado no sentido de que facilita o registro, o controle, a vigilância, as relações contratuais entre o Estado (neste caso, o Estado soviético) e o capitalismo. A cooperação como forma de comércio é mais vantajosa e útil do que o comércio privado, não só pelos motivos indicados, mas também porque facilita a unificação, a organização de milhões de habitantes e, em seguida, de populações inteiras, sendo esta circunstância, por sua vez, uma enorme vantagem do ponto de vista da posterior passagem do capitalismo de Estado para o socialismo. (...)"*¹¹⁵

Consequentemente, para se verificar coerência nas proposições de Lenin, seria necessário fazer-se distinção entre as explorações agrícolas isoladas e aquelas implícitas ao "capitalismo cooperativo". Não é difícil entender que Lenin via nesta cooperação o embrião da coletivização da agricultura, o seu ponto de partida. Assim, pois, o desenvolvimento do capitalismo de Estado exigia a organização da cooperativização em formas determinadas, em formas tais que teria a conotação daquilo que chamou de "capitalismo cooperativo", distinto do capitalismo em si.

Este deveria ter sua existência limitada no sentido de opor-se cada vez menos ao socialismo: *"(. . .) já que não temos forças para realizar a passagem direta da pequena produção ao socialismo, o capitalismo é, **em certa medida**, inevitável, como produto espontâneo da pequena produção e da troca, e por isso mesmo devemos aproveitá-lo (dirigindo-o especialmente para a via do capitalismo de Estado) como um grau intermediário entre a pequena produção e o socialismo, como recurso, caminho, procedimento ou método para aumentar as forças produtivas. (...)"*¹¹⁶

¹¹⁵ LENIN, 1987, op. cit., p. 162.

¹¹⁶ Idem, p. 165. Grifo meu.

Ao considerar o quadro das relações sociais de natureza distintas observadas na Rússia após a revolução, Lenin admitia a interrelação entre as mesmas numa forma tal que a possível unidade a ser retirada dessa conjugação apontasse para o socialismo enquanto fim. Se o capitalismo deveria participar como um dos *meios*, o mesmo só poderia ser admitido como um *fim* em si mesmo até certo ponto. Os princípios mercantis-capitalistas da livre iniciativa, estímulo à acumulação privada e a liberdade de comércio, não deveriam manifestar-se isoladamente, mas sim dentro de uma esfera que os induzissem a transitarem para o socialismo, quer dizer, nesta etapa da acumulação primitiva, para o capitalismo de Estado enquanto capitalismo "cooperativo".

Nos dois primeiros anos da NEP a atividade pequeno-burguesa não sofreu grandes restrições diante da necessidade imperiosa de recuperação imediata da oferta de alimentos. O capitalismo *para si* não deveria encontrar grandes barreiras ao seu desenvolvimento. Contudo, esse desenvolvimento, ao final desse período, já teria sido suficiente para que o dispositivo da acumulação socialista primitiva começasse a ser aplicado integralmente, o que significa dizer o enquadramento deste capitalismo nas peias do capitalismo de Estado.

No seu texto de maio de 1923, portanto, editado já quando a NEP concluía seu segundo ano de existência, Lenin diz: "(...) *nem todos os camaradas se apercebem da importância gigantesca, incomensurável, que adquire agora para nós a cooperativização da Rússia. Na NEP fizemos uma concessão ao camponês como comerciante, ao princípio do comércio privado; daí precisamente decorre (...) a enorme importância da cooperação. No fundo, tudo aquilo de que necessitamos é de cooperativizar a população russa em grau suficientemente amplo e profundo sob o domínio da NEP, pois agora encontramos o meio de **combinar** os interesses comerciais privados, da sua **verificação** e **controle** pelo Estado, o meio da sua **subordinação** aos interesses gerais (...)*".¹¹⁷

E continuando, acrescenta: "(...) *uma coisa é fantasiar sobre toda espécie de associações operárias para a construção do socialismo e outra é aprender na prática a construir esse socialismo, de tal modo que cada pequeno camponês possa participar nessa construção. Já alcançamos agora esse degrau. E é indubitável que, tendo-o alcançado, o aproveitamos muitíssimo pouco. (...)*".¹¹⁸

¹¹⁷ LENIN, 1980, op. cit., p. 657. Grifos meus.

¹¹⁸ Idem, p. 658. Grifos meus.

Ao se concluir a interpretação das formulações econômicas de Lenin deve ser dito que sua compreensão da dialética da transição econômica supõe a admissibilidade dessa transição segundo os contornos da teoria da revolução permanente. Dessa maneira, a transição é traduzida como um período que deve ser equivalente a uma determinada forma da acumulação socialista, correspondendo a uma etapa em que meios e mecanismos para a reprodução socialista ampliada seriam assentados.

No modelo de Lenin o "capitalismo de Estado" corresponde à etapa cujo conteúdo é o da acumulação primitiva. Esse capitalismo de Estado deve ser visto como um *sistema* que desdobra-se na interdependência entre as esferas industrial e agrícola. Na primeira aparece prioritariamente a formação da grande indústria por intermédio do instrumento das *concessões* oferecidas a capitalistas oriundos dos países capitalistas desenvolvidos. Na segunda a relevância está situada no objetivo de industrialização da agricultura mediante a *cooperativização* da pequena produção agrícola, para o que o ponto de partida situa-se na adoção do livre comércio e do *imposto em espécie*.

3.2 O MODELO "INTEGRADO" DE TROTSKY: INDUSTRIALIZAÇÃO, PLANIFICAÇÃO E PROPORCIONALIDADE ECONÔMICA COM MERCADO MUNDIAL

No período de quatro anos que vai de 1922 a 1925, que se inicia, portanto, logo após a instalação da NEP, Trotsky teve a oportunidade de escrever e discutir intensamente a respeito do que pensava sobre os rumos econômicos da URSS. Posteriormente, embora em circunstâncias mais difíceis, até a data em que permaneceu no país, antes de ser expulso por Stalin em janeiro de 1929, continuou opinando e escrevendo, e mesmo depois em seu exílio no exterior.

Conquanto tenha se passado dessa maneira durante a década de 20, acredita-se que o fundamental das idéias de Trotsky sobre os problemas econômicos soviéticos tenha se fixado naquele quadriênio. Esta conclusão pode ser reforçada pela constatação de que foi neste período, depois do surgimento da doença de Lenin em maio de 1922, que praticamente o tiraria de cena até sua morte em janeiro de 1924, que ele esteve em combate aberto contra Stalin e seus aliados pela hegemonia do poder, e, por essa razão, ainda podia dispor dos recursos políticos em bases minimamente democráticas, para, por meio do proselitismo e recurso aos organismos decisórios do Partido e do Estado, tentar fazer aprovar suas idéias e liderar os rumos do país.

Para conduzir tal tarefa terá que estar munido, evidentemente, de uma visão de conjunto da sociedade soviética. Não apenas de uma interpretação histórico-política, a qual já dominava desde 1905, quando procurara compreender o curso da Rússia no movimento histórico traduzido pela revolução proletária e que resultou na formulação da teoria da revolução permanente. Na Rússia revolucionária, depois de concluído o esforço gigantesco para a preservação do poder, que esteve restrito quase exclusivamente aos campos militar e político, seria necessário dar início de fato à construção do socialismo em seus elementos econômicos.

Isto certamente levava ao reconhecimento de que a atividade econômica desenvolvida no período da ação militar, o conhecido Comunismo de Guerra,

deveria ser interpretada como uma extensão militar no campo econômico, encerrando-se com o próprio fim da guerra. Segundo Carr o sentimento geral expressava que: "*(...) o fim vitorioso da guerra civil (...) em novembro de 1920, e o conseqüente relaxamento da tensão, selaram o destino do comunismo de guerra. Enquanto a guerra durasse as políticas de emergência eram inevitáveis; o fim da guerra provocou uma revisão destas políticas à luz de considerações de longo prazo. (...)*".¹¹⁹

De qualquer modo, não pode deixar de ser dito que também Trotsky pareceu se equivocar a respeito do Comunismo de Guerra como modelo completo de organização da economia sob o socialismo. Essa avaliação pode ser considerada a partir de seu posicionamento particular no que se refere à organização do trabalho em face da caótica situação em que se encontrava, sobretudo, a produção industrial no estágio final da guerra civil. Revelando concordância com o elevado grau de centralização econômica que vigorava sob o Comunismo de Guerra, Trotsky imaginou um fórmula de combate à dispersão da mão-de-obra inspirada na organização militar. Em boa parte, significava o recrutamento de trabalhadores para atuarem nos setores críticos da economia, o que incluía, inclusive, a aplicação de métodos punitivos para aqueles que se recusassem a obedecer as ordens de alocação. Neste processo, os sindicatos teriam papéis fundamentais, pois, em vez de cumprirem a função de defensores dos interesses dos trabalhadores, passariam a distribuir os mesmos de acordo com as necessidades do Estado.¹²⁰

Por outro lado, pode ser interpretado que a "militarização do trabalho" tal qual proposta por Trotsky, numa situação de extrema desorganização econômica, visava a necessidade de reconciliar a autoridade proletária - bastante desgastada pela situação de desesperança que se abateu sobre a população naquele período - com autonomia. Posto que o recrutamento para o trabalho seria feita por meio dos sindicatos, tradicionais organizações representativas dos trabalhadores, a administração dos trabalhadores tornar-se-ia uma auto-administração. Então, o objetivo final aparentemente seria o de "*(...) superar a incompatibilidade superficial do controle estatal e do controle dos trabalhadores, ou da autoridade local e da autoridade central, e ter, então, completa consciência da integração dialética das tendências opostas. (...)*".¹²¹ De qualquer forma, quer-se destacar aqui, mesmo que se critique o possível conteúdo autoritário dessas formulações de Trotsky, que, ademais, foram abandonadas pouco tempo depois, a influência da hiper-centralização presente no Comunismo de Guerra sobre suas reflexões.

¹¹⁹CARR, 1979, op. cit., p. 297.

¹²⁰DAY, 1988, op. cit., pp. 8-10. DEUSTCHER, 1984, op. cit., 519-543.

¹²¹DAY, idem, p. 11.

Na verdade, a necessidade urgente de recuperação da atividade econômica fez com que Trotsky desviasse seu foco de atenção para a realidade com a qual se deparava frente a frente ao exercer as mais destacadas funções de Estado, o que o obrigava a percorrer o país com muita frequência. Já em fins de 1919 ele tinha avaliado a possibilidade de uma reativação parcial do mercado que fora abolido pelo Comunismo de Guerra. E ao iniciar-se o ano de 1920 não tinha dúvida quanto à necessidade de estimulação da agricultura mediante mecanismos próprios da atividade mercantil, como a liberdade da livre circulação de mercadorias e da acumulação individual. Aliás, o próprio Trotsky fora o primeiro a apresentar proposta com o conteúdo do *imposto em espécie*, em fevereiro de 1920, portanto, um ano antes de Lenin introduzi-la na proposta de resolução ao Comitê Central do Partido que acabou dando início à NEP. Naquela oportunidade Trotsky estava convencido da necessidade de substituir os métodos do Comunismo de Guerra pelo elemento do interesse individual. Diante da rejeição de sua proposição pelo Comitê Central naquela data, curiosamente tendo em Lenin seu principal adversário, não voltou mais ao assunto até sua recolocação por Lenin no início de 1921 quando apoiou-a sem restrições.¹²²

Assim, ao mesmo tempo em que procurava elaborar uma nova formulação da construção econômica do socialismo para a Rússia, exigência que se colocava imediatamente, Trotsky fazia desta reflexão sua plataforma na luta que encetaria contra Stalin naqueles anos em que as proposições econômicas tornaram-se o centro do debate.

É o que se depreende de um conjunto de três textos dados a conhecer naquele período: *Informe sobre a Nova Política Econômica e as perspectivas da revolução; El nuevo curso; Adonde va Rusia? Hacia el capitalismo o hacia el socialismo?*¹²³ Nestes, as formulações guardam notável coerência entre si. E também percebe-se que Trotsky não realiza uma construção analítica movida tão-somente pelo pragmatismo, como fizera Lenin preferencialmente, mas, além disso, procura organizar suas idéias segundo a fórmula da sistematização sem recusar a abstração. Assim, é possível detectar uma lógica e coerência implícita ao pensamento econômico de Trotsky para o desenvolvimento econômico da URSS. o

¹²²Ver CARR, 1979, op. cit., pp. 307-308. TROTSKY, Leon. *Minha vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, pp. 387-388.

¹²³TROTSKY, Leon. *Informe sobre a Nova Política Econômica e as perspectivas da revolução* (novembro de 1922). In BERTELLI, 1987, op. cit., pp 183-229. *El nuevo curso* (1923). Córdoba. Cuadernos de Pasado y Presente, No. 27, 1974. *Adonde va Rusia? Hacia el capitalismo o hacia el socialismo?* (novembro de 1925). Madrid, Ediciones Oriente, 1928.

que resulta explicitamente num modelo com pressupostos, variáveis e peças unitariamente interligadas.

Chama-se a atenção aqui para o caráter de "integração" do modelo de Trotsky, não apenas pela constatação da existência de uma interligação lógica entre suas peças componentes, mas também porque uma dessas peças fundamentais é representada por um elemento econômico externo à unidade econômica soviética aqui colocada como objeto; este elemento é o mercado mundial. Trotsky vê a economia soviética como um polo antitético de uma unidade dialética chamada economia internacional da qual a URSS é participante. O reconhecimento do quadro mundial das relações econômicas segundo essa natureza deveria fornecer as informações para a organização das medidas voltadas para o desenvolvimento econômico interno, o que implicaria a necessidade do estabelecimento de vínculos, de uma "integração", sob determinadas condições, com o mercado mundial.

Naturalmente, o "isolamento" soviético estaria totalmente descartado numa situação em que países capitalistas desenvolvidos fossem guindados ao socialismo. Mesmo assim, isso não significaria que a oposição entre a URSS e a economia mundial desapareceria; seria observado, isso sim, um grau de antinomia bem mais diminuído entre essas duas partes. É por isso que, numa situação contrária, isto é, sem a internacionalização da revolução, como acabou se verificando logo após o final da primeira guerra, a dependência objetiva indicava que a melhor estratégia seria não ignorar a necessidade da URSS se utilizar da condição de membro da economia mundial, mesmo numa situação extremamente desfavorável.

Contudo, tal postura só seria positiva ao desenvolvimento soviético em decorrência da natureza interna de suas relações econômicas, a qual se conformava em torno da propriedade social dos meios de produção, do monopólio do comércio exterior e do princípio do planejamento econômico.

A composição da estratégia econômica nestes termos faz parte do arsenal utilizado por Trotsky para opor-se às orientações seguidas por Stalin na luta pelo poder, luta esta que se justificava formalmente em torno das medidas econômicas que cada lado julgava como corretas. Trata-se, antes de tudo, porém, de um resgate da sua teoria da revolução permanente como veículo teórico orientador da reflexão sobre os destinos da revolução. A defesa da vinculação da economia soviética ao mercado mundial integrava-se a essa forma de pensar, o que significava entender que a etapa "capitalista" do desenvolvimento socialista, a ser conduzida pelo poder proletário, apresentava uma faceta que se esprava além fronteiras. A negação de tal etapa, ou a opção pelo isolamento e a busca do

desenvolvimento em bases autárquicas, resultava do entendimento da construção socialista em termos do "monismo" da "teoria do socialismo num só país".

Se a economia interna teria parte de seu funcionamento regulado pela lei do valor, já que Trotsky concordava com o restabelecimento do funcionamento do mercado e este aparecia como peça integrante importante do seu modelo, as trocas internas deveriam ser manipuladas com precisão, sem por em perigo o monopólio do comércio externo. Esta era a evidência natural decorrente da vigência plena da lei do valor no espaço da economia mundial.

A possibilidade deste monopólio tornar-se efetivo para o desenvolvimento econômico socialista só seria possível, em outras palavras, impedindo que os preços internacionais erodissem a perspectiva da industrialização soviética, diante do reconhecimento de que o conjunto representado pela integração interna da lei do valor com a lei da acumulação socialista estaria inevitavelmente em contato com a economia mundial. Deveria ficar bem claro que sendo a economia soviética parte do mercado mundial, e estando dentro do cerco capitalista, levaria a que a dualidade representada pela lei da acumulação socialista vinculada à lei interna do valor seria abarcada pela lei mundial do valor e, dessa maneira, alterando seriamente a relação entre aquelas duas leis internas. Quer dizer, independentemente da vontade, na realidade a economia soviética era envolvida inapelavelmente como parte da economia mundial.¹²⁴

Obviamente, por tudo o que já foi dito até aqui, seria redundante afirmar que Trotsky raciocina o desenvolvimento econômico soviético segundo mecanismos e métodos que exigem o pressuposto da interpretação do movimento histórico através das lentes da teoria da revolução permanente. E, por consequência, sua dialética econômica da transição é elaborada sob a norma orientadora da teoria que rejeita o "salto" não-dialético, ou a passagem direta ao socialismo.

Reafirma essa opinião já no texto de 1922, um relatório sobre o primeiro ano da NEP apresentado ao IV Congresso da Internacional Comunista. Discutindo a formulação que considerava um lugar-comum dos marxistas, chama a atenção para a premência de se evitar uma interpretação mecânica da afirmação de Engels quando este discorrera sobre a passagem do "reino da necessidade para o reino da liberdade".¹²⁵ Na visão de Trotsky, Engels queria sublinhar que uma época de

¹²⁴DAY, 1988, op. cit., p. 23.

¹²⁵"(...) Os poderes objetivos e estranhos que até aqui vinham imperando na história, colocam-se sob o controle do próprio homem. Só a partir de então, ele começa a traçar a sua história com plena consciência do que faz. E só daí em diante as causas sociais postas em ação por ele começam a produzir predominantemente, e cada vez em maior medida, os efeitos desejados. É o salto da

transição, em escala mundial, representa um "salto", mas, a nível prático este "salto" deveria ser interpretado como um sistema de reformas ou transformações detalhadas.¹²⁶

Na verdade, este "salto", interpretado para a situação soviética, representava a possibilidade da condução do desenvolvimento econômico pelo proletariado antes mesmo que a burguesia nacional se consolidasse enquanto uma classe social dominante. Mas, ao mesmo tempo, expressava por parte deste mesmo proletariado o entendimento de que não seria possível ao Estado operário, em face das condições históricas particulares por ele enfrentadas, organizar imediatamente a economia em termos absolutamente socialistas.

O conteúdo da *acumulação socialista primitiva* em Trotsky denota uma preocupação com o desenvolvimento industrial num determinado estágio da transição. Neste estágio de regularização industrial, do desenvolvimento industrial estatal durante a transição entre o capitalismo e o socialismo, são feitas concessões ao campesinato, há o recurso aos métodos do mercado e admitida a presença de um equivalente geral (dinheiro). As empresas, dessa maneira, estariam sujeitas por um longo período a atividades de tipo transitório, o que significa dizer que orientar-se-iam independentemente via a prova do mercado.

Na concepção de Trotsky do desenvolvimento econômico socialista, associando procedimentos mercantis-capitalistas e socialistas, então, o mercado tem função significativa. Num primeiro momento, aquele que corresponde à recuperação econômica, as próprias empresas estatais competem entre si e com empresas privadas no espaço do mercado. Há um controle que vem de cima, evidentemente, do Estado, mas também seria inevitável o controle vindo de baixo, do mercado, e este cumpriria o papel de regulador da indústria estatal, pelo menos até que a indústria leve estivesse aceitavelmente recuperada, antes de se passar à etapa de implantação da indústria pesada. A presença econômica socialista apresentar-se-ia, muito mais, através de intervenções estatais visando correções deliberadas nas atividades do mercado, o que representaria os primeiros passos da planificação socialista, para o que seria necessário uma economia monetária e um sistema de crédito estatal.¹²⁷

A admissão do retorno do interesse individual como método econômico não era vista de maneira isolada, mas sim no contexto da aliança operário-camponesa,

humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade. (...)". In ENGELS, Friedrich, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo, Global, 1984, pp. 76-77.

¹²⁶TROTSKY, 1987, op. cit., pp. 190-191.

¹²⁷Idem, pp. 201-203.

isto é, da ditadura do proletariado. Esta aliança deveria ser compreendida de maneira tal que, com a reintrodução dos elementos mercantis, estes fossem alçados à condição de transfusores de excedentes para o estabelecimento dos contornos apropriados à construção do socialismo, ao tempo em que a economia camponesa tivesse suas exigências relativas à acumulação privada resgatadas.

Disto decorria que na primeira metade dos anos 20 seria necessário estabelecer como objetivo econômico principal uma determinada correlação entre a indústria e a agricultura, e dentro da própria indústria, que possibilitasse o desenvolvimento da indústria com um mínimo de crises e, ao mesmo tempo, apontasse para o domínio crescente da indústria e do comércio estatais sobre o capital privado. Mas para que isso se verificasse, ou seja, para que no plano econômico a aliança operário-camponesa se consolidasse, seria necessário oferecer à agricultura bens industriais a preços cada vez menores mediante o recurso decisivo dos métodos de registro, organização, produção, venda, verificação do trabalho e outras formas de correções e mudanças. Seria esta a maneira da indústria estatal adaptar-se ao mercado camponês e à potencialidade do campesinato mantendo seu caráter de indústria estatal e socialista.¹²⁸

A NEP é interpretada por Trotsky como um período de utilização de mecanismos econômicos heterogêneos, correspondendo a um etapa particular da transição entre capitalismo e socialismo, estabelecidos na conformação das relações recíprocas entre a cidade e o campo. Corresponde, evidentemente, a um período em que o crescimento industrial acontece sob determinadas condições. Assim, a NEP se caracterizaria pela simultaneidade da colaboração e de ações contrárias entre as tendências socialistas e capitalistas. Trata-se de uma luta cujo desfecho depende da marcha dessas duas tendências, podendo ocorrer o restabelecimento integral do capitalismo se a indústria se desenvolve mais lentamente do que a agricultura.

Nota-se a importância determinante atribuída por Trotsky à indústria para o desenvolvimento econômico soviético. Não poderia ser diferente em se tratando de um marxista presente no palco em que o socialismo estava colocado diretamente, não enquanto postulação teórica, mas já na fase da realização dos esforços materiais para o seu erguimento. Neste sentido, uma certa relação entre a cidade e o campo compõe a base da circulação econômica. E por sua vez, esta relação tem uma dinâmica cujo elemento orientador é a indústria. Nesta relação a agricultura apresenta-se como um fator limitador para o crescimento industrial, mas este limite

¹²⁸TROTSKY, 1974, op. cit., pp. 70, 71, 102 e 103.

não é fixo. Isto quer dizer, por outro lado, que a indústria não se desenvolve exclusivamente em função do resultado da produção agrícola, porque ela própria converte-se em um mercado depois de apoiar-se na agricultura para encetar sua reconstrução e um primeiro período de expansão.

O predomínio crescente da indústria na economia do país é uma pré-condição obrigatória para que a agricultura possa elevar seu progresso técnico e seu perfil socialista. Supõe-se, por isso, que a industrialização da agricultura torna-se uma necessidade cada vez mais crescente. Avaliando o papel importante das cooperativas no desenvolvimento agrícola, Trotsky considera que as cooperativas em si, como formas organizativas econômicas particulares, não garantiriam a consecução desse objetivo *como forças puras de organização*. Seriam as cooperativas que se apoiassem na industrialização generalizada da agricultura e na sua eletrificação que estariam aptas a desempenharem esse papel.

Colocadas as condições em que se processariam as relações entre a indústria e agricultura no universo de uma economia mista, socialista e capitalista, como etapa da transição, apresenta-se como decisivo na concepção de Trotsky, como já foi visto, a necessária relação entre a economia nacional e o mercado mundial, já que o isolamento econômico, mesmo numa situação política de grande adversidade para a URSS, é considerado por ele como um obstáculo ao desenvolvimento socialista. Assim como a indústria, para o seu desenvolvimento, não poderia se isolar da agricultura, pelo contrário, deveria apoiar-se nela, o país não poderia interromper suas relações com o mercado mundial se postulasse seu desenvolvimento como uma nação socialista.

Uma vez que tenha ocorrido a recuperação de sua economia interna, e ao mesmo tempo se definido um determinado ritmo de desenvolvimento, a URSS resgata a posição que detinha no mercado mundial e na divisão internacional do trabalho. Assim, passara a ser importante a proporção do tempo de desenvolvimento da economia soviética em relação ao tempo de desenvolvimento da economia mundial. Contudo, Trotsky chama atenção, não deixará, também, de ser perigoso essa reentrada no cenário mundial face alguns pontos fracos ostentados pela URSS, tais como, a atomização de sua agricultura, a inferioridade técnica de sua economia e a enorme superioridade produtiva do capitalismo. Mas se impunha uma pergunta obrigatória: *com que rapidez, em que direção, seria modificada nos anos seguintes a relação entre a economia soviética e a economia capitalista?*¹²⁹

¹²⁹TROTSKY, 1928, op. cit., pp. 75-79.

O equilíbrio dinâmico da economia soviética, a partir da superação de determinados níveis, exigiria a ampliação de seus limites, o que implica que essa economia não poderia ser tratada como uma sistema que se basta a si mesma. Na etapa da recuperação, seria aceitável que, para a avaliação do desenvolvimento, o ponto referencial fossem os indicadores econômicos da economia, em 1913, antes do início da primeira guerra mundial. Depois de 1925 a avaliação do desempenho em qualidade, quantidade e preço da produção soviética deveria ser feita tendo a produção mundial como parâmetro. Um instrumento particular deveria ser adotado para que essa avaliação comparativa com fosse efetuada, os **coeficientes de comparação**, que serviriam para ajustar a economia não às medidas do Estado, mas sim às do mercado mundial: "*(...) se é verdade que a vitória de uma ordem social depende da superioridade da produtividade do trabalho que lhe é inerente (o que é indiscutível para os marxistas), torna-se necessário uma avaliação exata, quantitativa e qualitativa, da produção, tanto no que se refere às operações comerciais correntes, como para a crítica de uma determinada etapa da evolução histórica da economia soviética. (...)*".¹³⁰

Trotsky relativiza os perigos imanentes às relações entre a economia soviética e o mercado mundial destacando as enormes vantagens advindas dessas relações, as quais permitiriam potencializar os fundamentos econômicos socialistas decorrentes da propriedade social dos meios de produção e da planificação econômica. A própria inserção da economia socialista no mercado mundial, permitindo o acesso à técnica mais desenvolvida, em face da capacidade, mesmo que limitada, desta economia em regular o tráfico econômico, oferece o antidoto contra aqueles perigos já mencionados. Os coeficientes de comparação, portanto, teriam um impulso cada vez mais favorável à economia soviética se o mercado mundial fosse bem aproveitado pelo poder operário.

Uma vez destacado que na concepção de Trotsky as relações econômicas entre a URSS e a economia internacional não deveriam ser rompidas, ou, pelo contrário, deveriam ser reafirmadas, agora tendo a ditadura do proletariado como fator político determinante na condução da economia soviética segundo os pressupostos do socialismo, faz-se necessário ressaltar que ao interior dessa elaboração está presente um outro elemento fundamental. Diz respeito à questão da **planificação**, a qual, naquela oportunidade, representava o emprego dos meios e procedimentos voltados para a obtenção da **proporcionalidade** necessária entre os diversos compartimentos econômicos, ou do estabelecimento das proporções

¹³⁰Idem, pp. 104-105.

adequadas entre os diversos setores da economia nacional e desta com o mercado mundial. O planejamento deveria ser transformado num conjunto de medidas orientando para o socialismo as formações econômico-sociais distintas que inevitavelmente se apresentavam concretamente ao interior da URSS e que não poderiam ser recusadas integralmente.

Vejamos como Trotsky teoriza, no texto de 1922, o conceito da proporcionalidade em consonância com o movimento histórico e com a possibilidade da construção do socialismo na Rússia:

"(...) Qualquer economia pode crescer, desde que exista certa proporcionalidade entre seus diferentes setores. Os distintos ramos da indústria se encontram relacionados quantitativa e qualitativamente. Deve existir uma relação entre os ramos de bens de consumo e de bens de produção. Além disso, essas proporções entre os setores devem ser respeitadas. Em outras palavras, a matéria é o poder vivo do trabalho de todo o povo e deve ser repartida entre a agricultura e a indústria, segundo uma certa relação, de modo a permitir a existência da humanidade e o seu progresso. Como isso se deu?"

O capitalismo opera através do mercado, da livre concorrência, da lei da oferta e da procura, do mecanismo de preços, da sucessão dos períodos de prosperidade e de crises. Para nós é um período anárquico, já que está ligado à dissipação de uma grande quantidade de recursos e de valor, e leva às guerras, que podem destruir a cultura humana. Contudo, é um período que se estabelece nos limites de sua ação histórica. Nele se cria uma proporção entre os setores econômicos, correlação suficiente para que a sociedade burguesa seja capaz de existir sem convulsões.

Nossa economia pré-guerra apresentava uma proporcionalidade interna estabelecida pelas forças capitalistas da troca. A guerra chegou junto com uma extensa remodelação das relações. As indústrias pesadas se desenvolveram em detrimento da indústria leve. A revolução e a guerra civil fizeram estragos e minaram suas bases. (...) Nossa herança foi uma economia que conservava ainda traços de proporcionalidade, contudo, tinha existido sob o capitalismo, mas foi deformada pela guerra imperialista e destruída pela guerra civil. (...) A vida econômica socialista será dirigida de uma forma centralizada, assim como a proporcionalidade será obtida mediante meticoloso plano, que observará todas as proporções e dará a cada setor uma relativa autonomia, sob a condição de que permaneça sob um controle nacional e internacional.

Porém, não se pode criar a priori a organização global da economia, o método do cálculo socialista, planejando por detrás de uma mesa. Ela somente poderá se desenvolver por meio de sua adaptação gradual aos recursos materiais que se possam utilizar, às

*possibilidades latentes e às novas necessidades dessa sociedade. (...)".*¹³¹

Pode-se notar, então, que Trotsky chama atenção para o fato de que as relações entre indústria e agricultura implicam a implantação de diversos procedimentos de ordem quantitativa e qualitativa que conduzam para um universalizante desenvolvimento industrial, compreendendo ao interior desse objetivo a própria industrialização da agricultura. No limite, essa preocupação traduz a necessidade do desaparecimento da separação entre cidade e campo. Mas, neste sentido, mesmo que fosse possível vislumbrar a proporcionalidade adequada, ela seria muito mais uma concepção presente no discurso do que na prática se a economia nacional não estivesse interligada ao mercado mundial.

Tal conclusão decorre da constatação do atraso soviético, e por conseguinte, da impossibilidade de lançar mão das forças produtivas, quantitativa e qualitativamente, num nível concernente às exigências internas de manutenção de uma proporcionalidade econômica adequada. Por exemplo, Trotsky concluiu que nos anos que se seguiriam a 1925 seria vantajoso importar pelo menos cerca de 3/5 do equipamento necessário à constituição do aparelho produtivo interno: "(...) se quisermos empregar imediatamente, de uma só vez, nossos meios e nossas forças na produção de novas máquinas, deslocaríamos as relações necessárias entre os diferentes ramos da economia, e entre o capital fixo e o capital circulante, acumulando-os em só um ramo da economia, ou, se mantivermos intactas estas relações, diminuiríamos em muito o ritmo da marcha do crescimento econômico. Porém, uma diminuição do ritmo é muito mais perigoso para nós do que a importação de máquinas do exterior, assim como, em geral, de todo tipo de mercadorias necessárias. (...)".¹³²

Para que esse objetivo pudesse ser materializado, obviamente, teria que ser admitido implicitamente, como já foi destacado, o monopólio do comércio exterior nas mãos do Estado. Assim, as diretrizes da produção teriam a sua disposição uma via que orientasse o comércio exterior segundo os seus desígnios. E a industrialização, conjugadamente com a coletivização da agricultura, deveria evoluir em associação com o desenvolvimento do comércio exterior.

Ao mesmo tempo, esta ação orientada para o exterior, além de abarcar o próprio comércio, deveria incluir outros instrumentos que, em certa medida, são peças participes do comércio exterior, em virtude da sua natureza monopólica, e coincidem com a natureza da tomada de decisão quanto ao uso destes

¹³¹TROTSKY, 1987, op. cit., pp. 193-194.

¹³²TROTSKY, 1928, op. cit., pp. 122-123.

instrumentos, também exclusivamente estatais. São mecanismos componentes dos fluxos internacionais de capitais que tem como contrapartida a geração de renda no plano produtivo interno. Obviamente, são fluxos naturais nas relações que os próprios países capitalistas estabelecem entre si, a saber, o **crédito internacional** (de financiamento de exportações e importações e, ao mesmo tempo, antecipações sobre uma acumulação futura a ser criada pelo trabalho soviético), as **concessões** (ou investimentos diretos na economia soviética que podem ser vistos, também, como antecipações feitas à economia soviética pela acumulação capitalista mundial) e os **empréstimos internacionais** (a forma mais pura de antecipação sobre a acumulação socialista futura).

O uso dos coeficientes de comparação, então, acopla-se a essa moldura permitida pelo conjunto de variáveis que decorrem das relações estabelecidas com a economia externa. Apresenta-se por meio dessas peças a possibilidade efetiva da prática da planificação. O exercício do plano deveria significar a administração da atividade econômica de acordo com a *racionalidade* econômica socialista, nesta etapa, particularizada em termos da acumulação socialista primitiva. Nas questões práticas, particulares e de perspectiva, os coeficientes seriam insubstituíveis.

A comparação da atividade interna com a economia mundial com base nos coeficientes de comparação conduz à possibilidade de mudanças, alterações e correções de rumos, do que é ressaltada a necessidade, a cada momento, de se recorrer ou não ao exterior, em maior ou menor escala, para obtenção de produtos acabados, indicações técnicas, máquinas novas, especialistas e concessões.

É possível afirmar que todo o conjunto de procedimentos sugeridos por Trotsky no sentido de implementar o crescimento da economia soviética em bases socialistas tem como norma envoltoria as relações indispensáveis com o mercado mundial. Estas surgem no esquema trotskista como uma questão de princípio. É um princípio teórico e, ao mesmo tempo, peça obrigatória para a conformação dos dispositivos materiais exigidos para o cumprimento da etapa "capitalista" do desenvolvimento socialista conforme previsto pela teoria da revolução permanente:

"(...) Apresenta-se, então, a necessidade de nos orientarmos mais ainda, do que fizemos até o presente, de uma maneira justa, isto é, sistemática e científica, até todas as questões econômicas mundiais. () Trata-se de manter as relações (dinâmicas) entre os principais ramos da indústria e a economia como um todo, intervindo sobre estas relações no momento oportuno, ou seja, naqueles elementos da economia mundial que são suscetíveis para a

*aceleração da dinâmica do processo considerado em seu conjunto.
(...)"*¹³³

A interpretação da situação russa baseada na teoria da revolução permanente indubitavelmente apresenta-se como aporte central para as concepções econômicas de Trotsky visando a construção socialista. Não poderia deixar de ser dessa maneira, e aqui reafirma-se esta questão para que seja possível compreender corretamente determinadas formulações importantes, ou fundamentais, constitutivas do modelo de Trotsky para o desenvolvimento econômico soviético. Não obstante, deve ser apontado que o esforço de Trotsky, até aqui mencionado, em pensar o desenvolvimento econômico para a URSS está assentado sob a hipótese restritiva da **não realização**, ou do retardamento, da internacionalização da revolução proletária, fato que, uma vez consumado, exigiria uma reflexão a respeito desse desenvolvimento em bases distintas daquelas que se fariam presente na hipótese da eclosão da citada revolução.

Isto posto, na opinião de Trotsky, apoiar-se na teoria da revolução permanente, conduzia à conclusão de que para a Rússia "(...) *o que necessitamos não é a república burguesa nem tampouco a ditadura democrática do proletariado e do campesinato, mas sim o governo operário apoiado pelo campesinato que inicie a era da revolução socialista internacional.* (...)".¹³⁴

Esta afirmação sintetiza a busca de equacionamento da problemática das relações entre as classes em um país atrasado que se propõe realizar uma transição ao socialismo sem a consolidação da burguesia enquanto classe dominante. Porém, concomitantemente, está presente nesta síntese a incorporação

¹³³ Idem, pp. 127-128.

¹³⁴ TROTSKY, 1974, op. cit., p. 64.

de métodos que a própria burguesia naturalmente adotaria se tivesse oportunidade de conduzir tal país ao desenvolvimento capitalista enquanto classe *para si*. Ao mesmo tempo, fica claro que a classe operária, considerada como a classe revolucionária, só poderia ter o seu poder consolidado se empreendesse atitudes na esfera econômica que coincidissem com os interesses daquela classe que se apresentava como o seu principal, e talvez único, aliado.

Neste sentido deveriam ser estabelecidas entre o proletariado e o campesinato relações de colaboração, uma aliança operário-camponesa (*smychka*), mas que, ao mesmo tempo, obrigatoriamente, teriam um caráter dialético, isto é, antitéticas, por estarem assentadas, sobretudo, sobre o elemento econômico. Ora, se o proletariado encarnava explicitamente o objetivo do socialismo, compreendera sua posição de classe *para si*. O mesmo não se processava com o campesinato, cujo interesse imediato estava voltado para a frutificação dos resultados decorrentes da aquisição prática da propriedade da terra permitida pela revolução em face da expropriação dos grandes proprietários rurais.

Não seria possível constituir a aliança por meio de recursos doutrinários ou ideológicos, ou através do apelo propagandístico calcado nas virtudes do socialismo. O elemento econômico seria determinante, posto que, se o proletariado não estivesse disposto, ou se mostrasse incapaz de oferecer ao campesinato as mercadorias que este necessitava a bons preços, a burguesia estaria disposta a fazê-lo. Em outras palavras, significa dizer que a melhoria das condições materiais do camponês apresentava-se como o pressuposto principal para que o próprio socialismo buscasse os meios para sua evolução. Como já foi enfaticamente observado, na ótica de Trotsky, progressão para o socialismo tem como sinônimo o desenvolvimento industrial.

Constata-se, então, com certa facilidade, que a economia camponesa joga um papel importante nas formulações de Trotsky. Tal importância leva-o inclusive a afirmar que o Estado soviético deveria ser adaptado, durante um determinado período, às necessidades do campesinato. Essa adaptação não tem outro significado que não a avaliação derivada do reconhecimento da função significativa exercida pela coexistência entre procedimentos econômicos mercantis e socialistas. Não obstante, este papel desempenhado pelo campesinato deveria estar restrito a um determinado período da transição no qual estaria em ação mediante as dimensões concernentes à iniciativa privada, liberdade do comércio, acumulação individual, etc.

Conquanto essa adaptação seja admitida, deve ficar bem claro que, como o objeto em questão é o socialismo, ela terá que expressar no relacionamento entre as duas classes as situações de dominância e subordinação. Esta exigência se colocava em decorrência da natureza pequeno-burguesa da atividade agrícola. O desenvolvimento agrícola seguindo os ditames mercantis não poderia tender para outra situação que não a implantação do capitalismo enquanto totalidade, isto é, depois de atingido certos limites ele passaria a demandar a reunião dos elementos econômicos e os relativos à dominação política da classe que os possui. O estabelecimento da posição de dominação, contraditoriamente presente ao interior de uma aliança de classes, não se detém diante de manifestções de ordem subjetiva, pois há uma objetividade que se sobrepõe inapelavelmente enquanto desfecho progressista do destino da sociedade.

Se os métodos mercantis devem ser inevitavelmente empregados na organização econômica do Estado proletário, os próprios agentes econômicos que os empregam diretamente devem fazer parte do projeto socialista enquanto seus futuros componentes, muito embora no estabelecimento da aliança os mesmos estejam "economicamente" em oposição a este projeto. É o que se depreende da lógica implícita à teoria da revolução permanente que supõe o emprego do "capitalismo" para o desenvolvimento socialista. Desta maneira, a adesão do campesinato ao socialismo dependeria de quão satisfeito ele se sentisse quanto ao preenchimento de suas necessidades materiais produtivas e de consumo pessoal pela indústria estatal; e ainda da forma segundo a qual se daria o atendimento desta demanda por parte desta indústria sob comando do Estado socialista.

Caberia, bem entendido, à indústria estatal organizar-se, no espectro social presente no universo soviético, de maneira a adequar-se àquela exigência. Para isso, todo um sistema econômico particular deveria ser implementado: "(...) a adaptação da indústria ao mercado camponês nos impõe em primeiro lugar a tarefa de baixar o mais possível o preço de venda dos produtos industriais. Entretanto, o preço de venda depende não somente da organização do trabalho em uma fábrica particular, mas também da organização de toda a indústria estatal, dos transportes, das finanças e de todo o aparato comercial do Estado. (...) Como herdamos uma indústria extremamente desorganizada e cujas partes, antes da guerra, se coordenavam em proporções muito diferentes das que existem agora, é muito grande a dificuldade de coordenar entre si os numerosos setores da indústria de maneira que esta última seja, por intermédio do mercado, adaptada à economia camponesa. Se nos remetermos unicamente à crise para efetuar a reorganização

*necessária, daríamos todas as vantagens ao capital privado que se interpõe entre nós e o campo, quer dizer, entre o camponês e o operário (...)"*¹³⁵

A organização deste sistema econômico que, como já foi visto, envolve o emprego das variáveis industrialização, proporcionalidade, economia mundial e planificação dentro de uma certa lógica, na fase que se identifica com a acumulação primitiva, representa, em paralelo, o recurso a uma iniciativa voltada para contrabalançar o espontaneísmo presente no crescimento, ou desempenho, da atividade agrícola. Não é outro o sentido da proposição do mecanismo de ajuda a uma parcela dos camponeses, aqueles mais pobres, na forma de crédito e apoio agrônômico, além do fornecimento extensivo daqueles produtos de uso agrícola diretamente elaborados pela indústria, tais como adubos artificiais e máquinas e implementos agrícolas a preços razoáveis. Como, também, a indústria funciona utilizando métodos de mercado, seriam necessários fundos monetários para desenvolver o crédito agrícola e estes seriam originados dos lucros obtidos pelas indústrias estatais.

É possível afirmar que Trotsky compreendia a importância do mercado no conjunto da chamada economia mista muito mais como fator reativador da atividade econômica e, por extensão, como o mecanismo adequado para, em face da circulação econômica daí advinda, promover o desenvolvimento da indústria até uma determinada etapa da transição. Esta concepção econômica para o desenvolvimento socialista tem como seu fulcro, na verdade, a criação das fontes de financiamento para a industrialização. Evidentemente, estas estavam fortemente concentradas na agricultura num primeiro momento e deveriam permanecer assim por um tempo relativamente longo, até que a acumulação primitiva estivesse concluída em sua etapa mais importante.

Sendo o imposto em espécie, considerado como a transferência de uma parcela da renda agrícola para o setor estatal, um dispositivo importante para o "reinício" das atividades econômicas depois do fim da guerra civil, seu raio de alcance era limitado como mecanismo em si para que a indústria ultrapassasse a etapa da sua restauração. O mais importante seria que o excedente agrícola se transformasse numa demanda "sustentada" por produtos industriais. Criadas as condições para que essa demanda se confirmasse, por outro lado, formas de tributação poderiam ser utilizadas extraordinariamente, como, por exemplo, naquelas condições de potencial acumulação acima da média por parte de uma

¹³⁵Idem, pp. 102-103.

camada de camponeses, fator este que levava a uma diferenciação social no campo perigosa para a consolidação do projeto socialista.

É significativo examinar esta postura de Trotsky face ao financiamento da indústria porque ela incide diretamente sobre o caráter das trocas entre os produtos agrícolas e industriais. Como se sabe, é através das trocas de mercadorias que acontece a transferência de valores resultantes do trabalho entre um segmento e outro da sociedade. Não basta a existência das condições produtivas para a elaboração do sobretrabalho: é necessário que o resultado do trabalho seja realizado, isto é, seja trocado, para que uma classe, em se tratando de uma situação histórica em que elas já estejam presentes, se aproprie de um mais-trabalho alheio. No caso soviético, nesta etapa, a industrialização ocorria em sua fase da acumulação originária e, por conseguinte, a extração do excedente gerado pelo campesinato seria inevitável.

Apesar deste reconhecimento, Trotsky argumentava que deveria haver um limite à extração desse excedente, sem o que a demanda por bens industriais gerada na agricultura seria seriamente insuficiente, ou passaria por oscilações fortemente prejudiciais à consolidação da indústria. Assim, ele assume parcialmente a tese de Preobrahensky da "troca desigual" ou trocas "não equivalentes" entre a indústria e agricultura em favor da primeira. Em vista disso, em 1923 se opôs a uma política que buscava o reforçamento da aliança operário-camponesa através do aumento dos preços agrícolas. Sua ponderação, ao contrário, apontava para uma política voltada para a diminuição dos preços industriais que levasse ao fim das "crises das tesouras". Naquele período, estas crises estavam potencialmente presentes, pois como a agricultura se recuperava mais rapidamente, produzia a preços mais baixos do que a indústria ainda muito atrasada tecnologicamente.

As fontes de acumulação engendradas pela própria indústria deveriam crescer se esta elevasse sua produtividade, produzindo mais e a preços mais baixos, possibilitando a industrialização da agricultura em maior escala e mais rapidamente. Então, o mecanismo de transferência de valor para a indústria, representado pela venda de preços industriais acima do valor, deveria ser regulado dentro dos limites representados pelos preços industriais pagos pelos camponeses antes da revolução.¹³⁶

A concretização desse objetivo, porém, dependia da implantação da indústria segundo o princípio da proporcionalidade econômica com a qual Trotsky tanto

¹³⁶DEVAUX, Jean. *Lenin y Trotsky y la transición al socialismo*. In *Críticas de la economía política*. Mexico, Ediciones El Caballito, Edición Latinoamericana, no. 29, 1986, pp. 46-48.

insistiu. A elevação da produtividade na indústria não poderia ocorrer se a mesma não se desenvolvesse de forma relativamente harmoniosa. Acontece que nos primórdios da NEP, somente a indústria leve conheceu uma progressão razoável, o que, como seria de se esperar, acabou resultando numa desproporcionalidade tal que os ramos da indústria pesada tornaram-se relativamente pequenos e insuficientes para permitir que a indústria como um todo pudesse crescer com elevação da produtividade e queda de preços. Foi por essa razão que Trotsky insistiu na aceleração da implantação da indústria pesada a partir de 1925. Ele avaliava que, depois que a indústria recuperou seu nível de produção anterior à guerra, mediante taxas anuais de crescimento entre 40 e 50%, a taxa de expansão da indústria soviética, mesmo num patamar substancialmente inferior, poderia alcançar médias muito superiores àquelas verificadas nos países capitalistas desenvolvidos. Para tanto, além, por suposto, da existência do Estado socialista, seria necessária uma regulamentação cada vez mais sólida dos processos econômicos fundamentais, dos quais fazem parte a importação e a exportação (o vínculo com o mercado mundial).¹³⁷

A formação de uma base industrial adequada não poderia ser colocada como meta secundária entre todas aquelas que perfaziam o conjunto de medidas relacionadas ao desenvolvimento. Se, nos primeiros anos da NEP, impunha-se uma recuperação econômica comandada mais enfaticamente segundo os desígnios e orientação do mercado agrícola, o que levava, por outro lado, à inevitável desproporção entre os ramos industriais e, por extensão, entre a indústria e a agricultura, atingido certos limites, deveria haver uma correção de rumos em direção à industrialização pretendida como a mais adequada aos interesses socialistas.

Em seu período inicial a NEP conheceu como direção estatal da economia atitudes muito mais de caráter de coordenação e distribuição material quanto ao fornecimento dos diferentes ramos da indústria do que uma intervenção de ordem produtiva. Naquele espaço de tempo os demais elementos econômicos próprios de uma economia mercantil que passaram a vigir estavam condicionados prioritariamente às urgências da recuperação da economia, o que, vale dizer, aplica-se também às finanças e à política monetária e creditícia. De modo que instalou-se aquilo que ficou conhecido como a "ditadura das finanças" comandada por Grigory Solkonikov, o Comissário de Finanças. Sua preocupação principal com a moeda desviou a atenção dos fundamentais problemas de longo-prazo relativos à proporcionalidade intersetorial: "(...) *uma rápida lucratividade tornou-se o principal critério para o acesso aos recursos financeiros e fábricas de linguiça tiveram*

¹³⁷TROTSKY, 1928. op. cit., pp. 112-114.

*prioridade sobre os requerimentos mais elementares da indústria pesada. Solkonikov identificou sua política com o pensamento de Lenin sobre o 'capitalismo de Estado', mas ele se esqueceu que Lenin falou de elementos de mercado e planificação conjuntamente. (...)"*¹³⁸

Ocorre que, na linha do adequado conteúdo que deveria revestir a aliança operário-camponesa, como já foi destacado aqui, para Trotsky, a "ditadura" deveria corresponder à indústria e não às finanças, implicando que o comércio exterior e a moeda deveriam estar subordinados à indústria estatal. De sorte que, assim ele respondia àqueles que o acusavam de colocar o campesinato em segundo plano e de pretender um ritmo de desenvolvimento superior à capacidade da economia.

Para ele a construção correta do socialismo deveria estar balizada não pelo ritmo do desenvolvimento ou pela sua rapidez, mas sim pela *direção e rumo* que este deveria seguir. A insistência na industrialização pesada, sob certos parâmetros dados pela proporcionalidade, e a uma determinada taxa, a partir da segunda metade de década de 20, que lhe valeu a pecha de "superindustrializador", estava pautada, segundo ele, nessa linha orientadora.

Faz-se interessante nesta altura observar uma diferenciação entre o *sistema* de desenvolvimento proposto por Trotsky e aquele elaborado por Lenin no que se refere à sua estrutura orgânica. Para Trotsky tratava-se de organizar a transição para o socialismo constituindo um aparato cuja conceituação decorre do caráter da propriedade dos meios de produção. Esta era considerada de caráter social, ou socializada, assim se manifestando por força da conquista revolucionária de sua posse aos seus antigos proprietários, principalmente, a burguesia industrial e comercial, os grandes proprietários rurais e o Estado czarista. E quanto à questão particular da terra, mesmo que fosse admitido que os camponeses, na nova situação, agissem como um conjunto atomizado de milhões de novos e pequenos proprietários rurais, sua propriedade, juridicamente, pertencia ao Estado socialista.

Deriva disto que, para Trotsky, nessa situação, em meio a esse conjunto de forças produtivas, tocadas diretamente pelo Estado, de um lado, e pelo campesinato, de outro, emergia um fundamental conjunto de unidades produtivas chamado por ele de "economia estatal" a quem caberia conduzir *toda* a economia para o socialismo: "(...) *por economia estatal entendemos evidentemente, além da indústria, os transportes, o comércio estatal exterior e interno e as finanças. Todo esse complexo - em seu conjunto e em suas partes - se adpta ao mercado*

¹³⁸DAY, 1988, op. cit., p. 18.

*camponês isolado (...). Mas esta adaptação tem como objetivo principal reforçar e desenvolver a indústria estatal, pedra angular da ditadura do proletariado e base do socialismo. (...)*¹³⁹

Com isso Trotsky queria salientar que todo o processo de desenvolvimento econômico deveria ter um objetivo insubstituível: o da construção da indústria estatal, mesmo que temporariamente crescessem mais rapidamente do que ela a economia agrícola e outros setores onde o capital privado estivesse atuando. Assim, mesmo concordando, como já foi visto, com o expediente das concessões ao capital privado externo, as empresas que assim funcionassem não fariam outra coisa senão contribuir para o desenvolvimento da "indústria estatal" e não para o "capitalismo de Estado" como concebido por Lenin. Este tipo de organização econômica, como o próprio Lenin salientara, deveria ser identificado como uma "etapa" entre o capitalismo e o socialismo, o que dava margem a confusões incômodas.

Em outras palavras, poderia ser dito que em seu projeto de desenvolvimento "capitalista" para a URSS, Trotsky coloca num plano inferior àquele considerado por Lenin o papel de "organizador" da produção que deveria ser atribuído à burguesia neste processo. Em sua análise o próprio proletariado deveria exercer essa função mais concentradamente, o que não estaria em contradição com a permissão dada pelo Estado operário para que a burguesia atuasse como concessionária e, portanto, como "organizadora" de unidades produtivas.

Assim deve ser entendido a partir da objeção feita ao termo "capitalismo de Estado", tão amplamente empregado por Lenin, como já foi visto, mas que Trotsky não incorpora ao seu modelo. Comentando a respeito do referido conceito, sem criticar diretamente Lenin, ele faz as seguintes observações:

"(...)Em minha opinião, este termo não é exato e nem conveniente. O camarada Lenin já salientou em seu Informe a necessidade de se colocar este termo entre aspas, isto é, de utilizá-lo com muita precaução. Trata-se de uma recomendação muito importante, pois nem todo mundo é prudente. Na Europa, esse termo é utilizado, e foi interpretado equivocadamente inclusive pelos comunistas. São muitos os que imaginam que a nossa indústria estatal representa um autêntico capitalismo de Estado no sentido restrito da palavra, tal como foi aceita universalmente pelos marxistas. Se realmente se fala de capitalismo de Estado, deve-se fazê-lo com aspas bem destacadas, capazes de cobrir o próprio termo. Por que razão? É evidente: ao utilizar esse termo não se pode esquecer o caráter do Estado. (...) O termo 'capitalismo de

¹³⁹TROTSKY, 1974, op. cit., p.83.

Estado' foi proposto e imediatamente utilizado com fins polêmicos pelos revolucionários marxistas contra os reformistas, ou seja, com a finalidade de explicar e provar que a autêntica socialização só começa pela conquista do poder pela classe operária.

*Os reformistas, como sabem, construíram todo o seu programa em torno das reformas. Nós marxistas jamais negamos as reformas, mas afirmamos que seu momento surgiria com a conquista do poder pelo proletariado, e este é o ponto central da polêmica. Hoje, na Rússia, o poder encontra-se nas mãos da classe operária. As indústrias mais importantes estão nas mãos do Estado operário. Não se encontrará nenhuma exploração e, portanto, nenhum resquício de capitalismo, ainda que suas formas persistam. **A indústria do Estado operário é uma empresa socialista devido as claras tendências de seu desenvolvimento. Para se desenvolver, utiliza métodos que foram inventados pela economia capitalista e que sobrevivem entre nós. Sob um capitalismo de Estado autêntico, ou seja, sob uma direção burguesa, o crescimento do capitalismo de Estado significa o enriquecimento do Estado dos burgueses e seu poder crescente sobre as massas operárias. Entre nós, o crescimento da indústria estatal soviética significa o crescimento do socialismo, que procede diretamente do poder proletário. (...)**"¹⁴⁰*

Vejamos agora mais detalhadamente o conteúdo teórico daquela peça do modelo trotskysta que a princípio aparece como a mais absurda, ou incongruente, para alguém que se proponha marxista ou revolucionário socialista: a problemática da ligação da economia soviética com o mercado mundial

Naturalmente, a inclusão da variável **mercado mundial** não ocorre aleatoriamente como pode ser encontrado, por exemplo, na formulação de construções abstratas cujas variáveis guardam coerência lógica entre si. Muito menos deve ser vista como um recurso que assume a forma de um *deus ex machina*. A formulação de Trotsky decorre de sua consistente formação marxista e, por essa razão, de sua assimilação da crítica da economia política efetuada por Marx que vê o modo de produção capitalista como um sistema cujas relações abrangem tendencialmente todo o mundo, depois de formar-se no espaço nacional de alguns países em que apareceu pioneiramente.

Há que se considerar, então, a interpretação de Trotsky elaborada no sentido de compreender o funcionamento da organização econômica utilizada pela humanidade numa determinada época histórica. Esta época corresponde à vitória e consolidação do modo de produção capitalista à escala mundial, o que, em termos

¹⁴⁰TROTSKY, 1987. op. cit., pp. 210-211. Grifos meus.

objetivos, cria as condições, segundo a análise marxista, para que o socialismo o substitua na via da evolução humana:

*"(...) as relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução deste antagonismo. Dai que com esta formação social se encerra a pré-história da sociedade humana. (...)"*¹⁴¹

Mas, deve-se ter em mente, contudo, que:

*"(...) nem Marx nem Engels jamais conceberam o socialismo como via de desenvolvimento ou modelo alternativo para o capitalismo, senão como conseqüência de sua expansão. Sem o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de transporte e comunicação, com que a burguesia arrastava até as nações mais bárbaras à civilização, não seria possível realizá-lo. (...)"*¹⁴²

Implícita à formulação de Trotsky propositora do estabelecimento de relações econômicas internacionais com o mundo capitalista está sua visão da economia mundial como uma *totalidade* constituída segundo um desenvolvimento sujeito à *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Nenhum país, ainda mais naquela altura da evolução internacional do capitalismo, poderia se considerar como um parte isolada deste todo, ou poderia julgar que estaria em condições de caminhar independentemente das relações de produção determinantes. O isolamento de um país qualquer, seja sob quaisquer condições, não teria outro resultado que não aquele proveniente da negação de sua cota-parte na formação de um universo econômico que abarcava inapelavelmente todos os povos: a paralisação de seu desenvolvimento relativo frente o todo.

Muito embora seja inegável a correção dessa análise, para Trotsky ela não pode ser tomada como inflexível, desde que seja lembrado o objetivo perseguido da organização socialista da economia mundial. A flexibilização aparece na medida em que o socialismo substitua o capitalismo no centro do sistema. Sim, porque a economia mundial sob o capitalismo representa uma totalidade de países centrais e dependentes. Existe uma lei do valor que atua a nível internacional e determina a

¹⁴¹MARX, Karl. *Prefácio a Para a crítica da economia política*. In "Marx". São Paulo, Nova Cultural, 1987, vol. I, p. 30.

¹⁴²BANDEIRA, Moniz. *Do ideal socialista ao socialismo real: a reunificação da Alemanha*. São Paulo, Ensaio, 1992, pp. 21-22.

acumulação do capital em maior escala e intensidade, tanto quantitativa como qualitativamente, em determinados países que se projetam como os postos avançados de um *imperialismo*, subordinando os elos fracos, os países relativamente atrasados.

A princípio, a Revolução Russa, mesmo acontecendo no elo mais fraco do capitalismo, foi concebida como ponto de partida em termos práticos da revolução proletária mundial. Uma vez que os principais países europeus estivessem ingressado no socialismo, o que deveria acontecer com muito mais rapidez, comparativamente à Rússia, depois que a burguesia fosse expropriada, os países relativamente atrasados seriam integrados a uma totalidade numa condição completamente oposta àquela representada pela integração mundial capitalista. Em vez de uma lei internacional do valor, uma planificação científica da economia mundial prevaleceria de tal forma que o desenvolvimento arrastasse a todos "homogeneamente".

O quadro concreto que se configurou depois de 1917 - para os fins de entendimento da vinculação da economia soviética com o mercado mundial - deve ser considerado como uma exceção a essa regra, não no sentido de sua lógica, mas, sim, naquele que respeita à sua realização temporal. O fracasso da revolução nos principais países capitalistas, para Trotsky, não retiraria da Rússia a condição de primeiro país capitalista a procurar o caminho do socialismo e primeiro momento de um processo que se colocava objetivamente, a revolução mundial, agora adiada por um espaço de tempo indeterminado.

Concretizado tal cenário não se tratava agora de pensar o desenvolvimento soviético como único bastião do socialismo e, por isso, isolar-se dos fluxos econômicos que transitavam no mercado mundial. Para Trotsky a propositura do "fechamento" teria uma justificativa muito mais ideológica do que uma explicação baseada na importância do elemento econômico quanto às possibilidades de desenvolvimento da economia soviética. Sua certeza vinha de um fator indispensável agora tornado concretude: a propriedade social dos meios de produção e, decorrendo disto, o monopólio do comércio exterior e a possibilidade de aplicação do planejamento econômico:

"(...) Trotsky (...) insistia em que a integração dos países atrasados no mercado mundial implicava seu controle pelo capital financeiro internacional e, em consequência, um desenvolvimento deformado e subordinado, determinado pela operação da lei do valor e a acumulação internacional de capital no mercado mundial. Nenhuma industrialização orgânica ou harmoniosa de um país

*atrasado é possível nessas condições e nunca deveria ter ocorrido a Trotsky defender a tese de que a república soviética deveria sujeitar-se voluntariamente a tais condições. Por isso, ele considerava como conquista fundamental da Revolução de Outubro o monopólio estatal do comércio exterior. Na sua opinião, esse monopólio era uma arma crucial da estratégia econômica, que permitia à economia soviética valer-se dos recursos tecnológicos dos países adiantados sem se submeter à lei do valor, que opera no mercado mundial. Trotsky se opunha, certamente, à noção de lutar por qualquer autarquia econômica, e este último objetivo estava, na realidade, ligado às ilusões do 'socialismo num só país'. É claro que na ausência de uma revolução mundial Trotsky compreendeu perfeitamente que a Rússia jamais se emanciparia totalmente da **influência** da lei do valor, apesar do monopólio do comércio e do mecanismo de uma economia planejada. (...)"*¹⁴³

Desde que as relações com o mercado mundial fossem restabelecidas, e só não o seriam em caso de um cerco capitalista permanente contra a URSS, hipótese contraproducente em face da recuperação da economia nos anos iniciais da NEP que integrava naturalmente o país à economia mundial, o esforço para desenvolver a economia interna isoladamente deveria resultar em deformações inevitáveis decorrentes da impossibilidade de implantação das proporcionalidades de forma adequada. Ou, o desenvolvimento, nestas condições, só poderia ocorrer segundo uma insuportável desproporção entre os diferentes ramos e setores da economia soviética.

Dado que se tratava, a URSS, de um país de regime de propriedade social, de acordo com Trotsky, a convivência positiva com o mercado mundial para a implantação da economia soviética decorria das seguintes vantagens: i) a insignificante existência na economia soviética de classes parasitárias. O fato da supressão da burocracia czarista, da nobreza e da burguesia asseguravam uma utilização muito mais integral e eficiente dos excedentes implicando num crescimento relativamente significativo; ii) a supressão do princípio da propriedade privada permitiria à Administração Estatal a possibilidade de dispor, a qualquer momento, com toda a liberdade necessária, dos meios que necessitasse num período qualquer. Os gastos não produtivos do paralelismo econômico, da concorrência, etc., seriam enormemente diminuídos e diminuiriam ainda mais no futuro; iii) o estabelecimento do princípio do Plano Estatal quanto à técnica de produção, que começava a ser implantado (padronização, especialização das fábricas, sua unificação de maneira que representem um organismo de produção harmônico), prometia para períodos bem próximos, um aumento considerável e sempre crescente do coeficiente de produção soviético; iv) embora a economia soviética

¹⁴³MANDEL, Ernest. *Trotsky: um estudo da dinâmica de seu pensamento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, pp. 119-120.

enfrentasse crises e dependesse crescentemente do mercado mundial, entretanto, a previsão e a regularização crescentes do Plano estatal deveriam reduzir consideravelmente os períodos de crise no desenvolvimento soviético e assegurariam um excedente de acumulação considerável.¹⁴⁴

Escrevendo *O plano quinquenal* em 1930, portanto, cinco anos depois de publicar aquele documento em que discorria abrangentemente sobre o mercado mundial e suas funções no desenvolvimento soviético (*Hacia el capitalismo o hacia el socialismo?*), quando o capitalismo consolidava sua recuperação pós primeira guerra, Trotsky reafirmava suas convicções:

*"(...) uma estabilização, embora pouco durável, do capitalismo de após-guerra (...) conduzirá, inevitavelmente, ao reaparecimento dos ciclos comerciais-industriais perturbados pela guerra, e seremos obrigados a construir nossos planos, não sobre a base da pretensa independência da conjuntura mundial, mas sobre a adaptação inteligente a essa conjuntura, isto é, de maneira a alcançar o maior surto econômico possível e perder o menos possível com a crise. (...) Quanto maior sucesso tiver o desenvolvimento futuro da economia soviética, tanto mais deverão se ampliar as relações econômicas com o exterior. O teorema contrário é ainda mais importante: é só pela extensão cada vez maior da exportação e importação que a economia poderá dominar a tempo as crises parciais, diminuir as desproporções parciais, nivelar o equilíbrio dinâmico dos diversos ramos e, desse modo, assegurar ritmos acelerados de desenvolvimento. (...)".*¹⁴⁵

Ainda a respeito da importância do mercado mundial, impõe-se chamar a atenção para um aspecto da versatilidade implícita a essa variável como fator positivo para o desenvolvimento. Ela não decorre dos fluxos econômicos em si, mas da posição qualitativa da produção soviética perante a economia internacional. O engatamento da economia interna ao mercado mundial cria condições para a avaliação sistemática da produção nacional e, por isso, para a adoção de decisões que levariam à atitudes facilitadoras da formação da indústria estatal ou do parque industrial soviético de acordo com as proporções julgadas adequadas. Trotsky destaca alguns aspectos da atividade econômica para os quais a utilização dos coeficientes de comparação seriam importantes:

"(...) a política comercial e de concessões não pode desempenhar seu papel estimulante conforme o Plano, mas, sim, numa situação na qual se apoiem no sistema profundamente estudado e generalizado dos coeficientes de comparação da

¹⁴⁴TROTSKY, 1928, op. cit., pp. 114-117.

¹⁴⁵TROTSKY, Leon. *O plano quinquenal*. São Paulo, Editora Unitas, 1931, pp. 109-110.

*indústria. Os mesmos métodos deverão ser empregados para se determinar as decisões concernentes à **renovação** do capital fixo e ao crescimento da produção (...)*"¹⁴⁶

Esse é o entendimento implícito ao conceito de *coeficiente de comparação*, colocado numa posição de importância decisiva por Trotsky. A manutenção de relações comerciais e financeiras com o mercado internacional não só permitiria valer-se do mercado externo para a aquisição de mercadorias decisivas para o desenvolvimento interno, como, também, daria condições para que, segundo um processo de análise comparativa, avaliar a cada momento o grau qualitativo desse desenvolvimento. Para Trotsky essa avaliação não seria possível se o país circunscrevesse sua ligação com o mercado internacional apenas através de vendas e compras esporádicas. Isto porque, uma questão decisiva, o acesso à informação sobre o caráter da produção nos principais países capitalistas, o que implicaria um intercâmbio permanente, não seria possível mediante um comportamento defensivo e isolado.

Ora, era o mercado mundial que mostrava o que havia de mais avançado em termos da técnica produtiva e da qualidade dos produtos. Se a perspectiva socialista seria a de permitir condições de vida material mais elevada do que o mais desenvolvido dos países capitalistas, e não a socialização dos efeitos perversos da escassez e do atraso, a qualidade presente na produção capitalista, face o atraso relativo soviético no mesmo momento do tempo, representava um avanço muito grande para a economia interna, ao tempo em que apresentar-se-ia como um inquestionável referencial para sua impulsão.

À primeira vista, o coeficiente de comparação como definido por Trotsky assemelha-se ao conceito das *vantagens comparativas*. Quer dizer, esta conclusão poderia ser sacada da sugestão feita por Trotsky de que a URSS deveria buscar no exterior aqueles meios de produção e consumo que não tivesse condições de produzir internamente ou produziria a custos mais elevados. Acontece que a semelhança termina no momento em que se percebe que a concepção de desenvolvimento proposta por Trotsky para a URSS, apesar de centrada no mercado mundial, está dialeticamente aposta aos desígnios da lei do valor. Isto tem o sentido de que a URSS teria que procurar o caminho inverso da realidade estabelecida no mercado mundial para cada uma das nações capitalistas. Estas, participando da divisão internacional do trabalho, determinada pela ação internacional da lei do valor, acabavam por atuar cumprindo um papel específico na reprodução mundial do capital, levando-as, em sua maioria, como elos mais fracos,

¹⁴⁶TROTSKY, 1928, op. cit., p. 128.

a situarem-se subordinadamente aos centros capitalistas, perpetuando um determinado grau de atraso relativo. A *especialização* implícita à teoria originária de Ricardo não tem outro significado que não aquele relacionado à atuação distributiva da lei do valor.

Tendo a URSS a vantagem de desfrutar do princípio da propriedade coletiva dos meios de produção, do monopólio do comércio externo e da utilização da planificação econômica, deveria buscar seu desenvolvimento socialista de forma harmônica, quer dizer, procurando eliminar a desigualdade combinada tanto interna quanto entre sua economia e o mercado internacional. Do que foi visto até aqui, deve ser ressaltado que para Trotsky, apesar da integração da URSS ao mercado mundial, a lei do valor atuaria para ela sem que ocorresse subordinação absoluta.

Ao mesmo tempo é possível afirmar que, dadas certas condições internas, como, sobretudo, a recuperação econômica depois do fim do Comunismo de Guerra, os fluxos internacionais de mercadorias entre a economia soviética e o resto do mundo, até certa medida, *ceteris paribus*, dependeria dos resultados mostrados pelos coeficientes de comparação. E, neste sentido, à medida que estes coeficientes evoluíssem, a demanda soviética por produtos estrangeiros deveria cair. No entanto, essa queda é relativa e está limitada à formação de um aparelho industrial sistêmico que seja identificado com o estabelecimento das condições para a reprodução socialista ampliada. Mesmo porque, em não ocorrendo a revolução à escala mundial, a URSS não poderia livrar-se definitivamente da participação no *modus operandis* da lei do valor.

3.3 O MODELO HARMÔNICO DE BUKHARIN: AGRICULTURA, ESPONTANEISMO E MERCADO INTERNO

Entre os personagens aqui estudados, sem dúvida, Bukharin foi aquele que teve suas idéias mais profundamente modificadas quando ficaram cristalizadas as condições para o abandono dos mecanismos que caracterizavam o comunismo de guerra e a passagem para uma economia "mista". Ainda em 1920, como pode ser visto em seu *A teoria econômica do período de transição*, Bukharin estava tão convencido da validade do comunismo de guerra que fez publicar este longo livro no qual apresenta uma sofisticada teorização de um sistema econômico traduzindo aquelas características.

Sua postura, então, como já foi aqui salientado, refletia uma continuidade da oposição à concepção da passagem ao socialismo por intermédio de mecanismos transicionais reunindo socialismo e capitalismo. É uma posição guarnecida por um "monismo" teórico que via essa transição restrita à passagem direta, sem intermediação, da Rússia pré-revolucionária para a Rússia da ditadura do proletariado. O ato da tomada do poder pelos bolcheviques e a conseqüente expropriação dos antigos proprietários esgotava a transição do capitalismo ao socialismo na ótica Bukharinista, configurando o que na sugestão de Day seria a fórmula do "salto" não-dialético, a passagem para uma economia totalmente estatuada:

*"(...) neste marco, e sobre esta base, as tarefas, com as quais se defronta o proletariado, são, em definitivo, formais, isto é, independentes do conteúdo social do processo, as mesmas que se apresentam à burguesia na reprodução negativa ampliada, a economia de todos os recursos, sua utilização planificada, o máximo possível de centralização. O esgotamento produzido por causa da guerra e da interrupção do processo de produção, no período de decomposição, exige diretamente, do ângulo da técnica organizativa social, a passagem a relações de produção socialistas. Basta somente colocar em geral o problema de como é possível um sistema de equilíbrio ao menos relativo, ou melhor, como é possível **criar as condições do movimento em direção a tal equilíbrio**, para visualizar a necessidade absoluta de uma economia centralizada e formalmente socializada. (...)*

*O processo de trabalho não pode continuar com a dominação da burguesia. Com a dominação do proletariado, a grande produção não pode deixar de ser expropriada e nacionalizada. Finalmente, o esgotamento econômico impele ainda mais em direção a métodos de racionalização de processo socioeconômico. O conjunto destas condições exige uma e somente uma solução do problema: a transformação do capitalismo em socialismo através da ditadura da classe operária. (...) Esta tarefa só pode se realizar mediante métodos específicos: os métodos do trabalho **organizado**. Porém estes métodos já foram preparados pelo desenvolvimento capitalista. (...)"¹⁴⁷*

Ainda mais, têm-se essa sensação se for observado que Bukharin elaborou esta concepção tendo como contraponto a rejeição da fórmula do "capitalismo de Estado" de Lenin, no período 1915-1920. Particularmente, em 1919, nas discussões internas visando a modificação do programa partidário, Bukharin rejeitara aquela formulação de Lenin referindo-se aos principais países capitalistas, os quais, segundo sua compreensão do *imperialismo*, teriam atingido tão elevado grau de monopolização que, a nível interno, a concorrência praticamente teria desaparecido.¹⁴⁸ Assim, o capitalismo de Estado deveria ser entendida como uma categoria que espelhava a organização do capitalismo naquela época e, portanto, incompatível como forma organizativa para o socialismo como propunha Lenin.

Por analogia, Bukharin acreditava, ou teorizava, para ser mais preciso, que o "socialismo" encontrava-se presente na formação social russa de forma tão unitária quanto as formações burguesas num país capitalista desenvolvido daquela época. Certamente contribui para esta conclusão o viés metodológico empregado por Bukharin. Este tinha sempre por hábito apresentar suas contribuições por intermédio de um escopo teórico com elevado grau de abstração, em que, por conseqüência, as variáveis, muitas vezes, eram incorporadas, antes de tudo, com a preocupação do estabelecimento de uma ordem lógica. Ao negar as formas transicionais mistas no desenvolvimento socialista Bukharin privilegiava a forma sem apreciar com maior rigor o conteúdo da realidade russa.

Todavia, no ano seguinte, 1921, quando a NEP começava a tornar-se realidade, Bukharin mudaria radicalmente sua posição passando a defender em seus escritos, daí para a frente, invariavelmente, uma organização econômica para a URSS associando mercado e socialismo. Passara a reconhecer enfaticamente a necessidade de uma construção econômica sinônima do capitalismo como pré-requisito para o levantamento do socialismo, mantendo, ao mesmo tempo, a

¹⁴⁷BUKHARIN, 1990, op. cit., pp. 119-120. Grifos no original.

¹⁴⁸BUKHARIN, N. I. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.

cobertura do poder proletário. Mas, de acordo com o método de trabalho aqui utilizado, Bukharin passa a refletir a respeito do desenvolvimento soviético rejeitando os contornos da fórmula econômica exigida pela teoria da revolução permanente, e agindo muito mais em consonância com a "teoria do socialismo num só país" que desenvolveria em co-autoria com Stalin entre 1923 e 1925.

A necessidade de rejeição da dialética econômica da transição inerente à teoria formulada por Trotsky, explicitamente reconhecida por Bukharin, como se sabe, acabou se impondo em face das circunstâncias concretas do predomínio e consolidação da burocracia. Contudo, Bukharin tornar-se-ia bastante profícuo na apresentação de propostas reconhecendo a necessidade formal da transição ao socialismo mediante mecanismos econômicos "mistos" sob a condução da ditadura do proletariado. Convém advertir, entretanto, que essa afirmação é aqui mantida em que pese sua agressiva rejeição da teoria da revolução permanente, fato que emergiu da renhida disputa pelo poder da qual participou durante quase toda a década de 20.

A composição do modelo de Bukharin pode ser extraída de alguns de seus textos publicados entre 1921 e 1927. Assim, arrolamos: *The new course in economy policy* (1921), *Toward a critique of the economic platform of the opposition (The lessons of october 1923)*(1925), *The road to socialism and the worker-peasant alliance* (1925), *A Nova Política Econômica e as nossas tarefas* (1925), e *A questão das contradições entre cidade e campo* (1927).¹⁴⁹ São documentos importantes que certamente serviram de apoio ao destacado dirigente e teórico que ocupou a posição de principal formulador da política econômica praticada pelo Estado soviético entre 1924 e 1928.

Sua nova caracterização a respeito das conseqüências econômicas do Comunismo de Guerra, elaborada no texto de 1921, levou-o a concluir que se apresentara um óbvio conflito entre a política adotada pelos bolcheviques e aquela decorrente das necessidades implícitas ao desenvolvimento do agricultor individual. O desenvolvimento agrícola passara a ser um objetivo inadiável e inquestionável dentro dos contornos de uma inevitável agricultura camponesa. E, nesse sentido, a alternativa utilizada no Comunismo de Guerra se apresentava como uma contradição objetiva uma vez que a emergência da guerra tinha sido superada.

¹⁴⁹Com excessão do último texto, todos os demais podem ser encontrados em BUKHARIN, 1982, op. cit. Também, excluindo os dois primeiros textos, todos os demais podem ser vistos em BUKHARIN, 1990, op. cit.

Segundo a conclusão de Bukharin, durante o conflito militar representado pela guerra civil, se estabeleceria, não uma aliança de classes, mas sim, um equilíbrio entre as mesmas. Assim teria acontecido porque não se apoiara num processo econômico "normal". Teria ocorrido, na realidade, uma espécie de acordo em que as duas partes onde proletariado e campesinato se socorreram mutuamente. Os camponeses fornecendo alimentos aos proletários criaram as condições para a manutenção do poder necessário à garantia da posse da terra, antes pertencente aos grandes latifundiários, em mãos camponesas. Uma vez concluída a guerra, a contradição entre as duas classes emergiria indicando a urgência do estabelecimento de uma aliança estável. E esta aliança só poderia ser realizada com o crescimento da economia pequeno-burguesa, a única alternativa que levaria a uma expansão das forças produtivas.¹⁵⁰

Embora tenha chegado a tal conclusão, como não seria diferente, Bukharin não foge à regra dos demais autores aqui destacados, que estabelecem a industrialização como a mais perfeita tradução do conceito de socialismo. Ele afirma enfaticamente nesta publicação de 1921 que, embora o crescimento das forças produtivas tivesse que ser respaldado na expansão da economia pequeno-burguesa, o objetivo final era representado pela implantação da grande indústria: "*(...) em toda e qualquer circunstância, qualquer que seja o curso adotado na política econômica para a construção do comunismo, a preocupação básica deve ser os interesses da **grande indústria**. A grande indústria é o ponto de partida de todo desenvolvimento **tecnológico**; ela é a base das relações **econômicas** que prevalecem num sociedade comunista; ela é o suporte do proletariado industrial, como a força **social** que surge da revolução comunista. O objetivo básico de qualquer política econômica relativa ao desenvolvimento das forças produtivas, conseqüentemente, deve ser a **expansão da grande indústria**. (.)*"¹⁵¹

Apresenta-se assim o desenvolvimento da grande indústria como resultado a ser perseguido. Conquanto este fosse definido dessa maneira, transitoriamente, e no momento imediato, a lei suprema da economia deveria ser o crescimento do volume de produtos. Assim deveria ser porque este objetivo representado pela reativação da produção condicionaria a preservação, fortalecimento e desenvolvimento das formas econômicas da grande indústria mecanizada e socializada, quer dizer, estatal. Para tanto, contraditoriamente, o proletariado deveria lançar mão de atividades econômicas não proletárias, vale dizer, pequeno-burguesas e burguesas propriamente ditas. Sobressai nesta explicação de Bukharin a contradição representada pelo conflito entre diferentes tipos de economia,

¹⁵⁰ BUKHARIN, N. I. *The new course in economy policy*. In BUKHARIN, 1982, op. cit., pp. 100-101.

¹⁵¹ Idem. p. 102. Grifos no original

composição que constituía o âmago da formulação estratégica construída pelo proletariado no campo econômico e que deveria ser completada no curso de muitos anos.

Bukharin sugere que essa estratégia mista, formando um quadro de tipologia econômica diversificada, é formada pela conjunção, pelo menos por um determinado período em que o crescimento da produção é o objetivo básico, das seguintes fontes: **economia camponesa e pequena indústria**: individual e pequeno burguesa, impõe-se como condição para o crescimento da grande indústria, embora sua expansão resulte no alargamento das relações burguesas; **arrendamentos**: significam unidades produtivas oferecidas a capitalistas e cooperativas de trabalhadores. Em se tratando dos primeiros, representariam capitalistas não especuladores dispostos a organizarem a produção. Os valores daí recebidos pelo Estado constituiriam um fundo para o financiamento da grande indústria; **concessões**: embora tenham a mesma forma dos arrendamentos, representariam a entrega de unidades produtivas a capitalistas que importariam parte do capital fixo; **comércio exterior**: parcialmente também se ligaria às concessões que seriam pagas mediante a compra de produtos no exterior.

Conformada tal estratégia, o processo em direção ao socialismo passaria pelo gradual desaparecimento da economia privada, de um lado, e, de outro, requereria a ligação subordinada do pequeno produtor à grande indústria. O principal agente econômico a ser conquistado para o socialismo é o pequeno produtor, mas essa conquista não seria compulsória devendo acontecer por intermédio de benefícios econômicos, sobretudo aqueles representados pela formação de um suprimento industrial satisfatório às necessidades na economia camponesa.

Uma vez previsto esse procedimento econômico que decorria, como se depreende, das características histórico-sociais da Rússia soviética e da situação de penúria que a mesma enfrentava, constatada a recuperação econômica dos países capitalistas da Europa ocidental, se apresentava urgentemente a tarefa de recuperação acelerada da economia soviética. A recuperação deveria ser traduzida em termos de altas taxas de crescimento, principalmente aquelas relativas à indústria estatal, já que a mesma é eleita por Bukharin como o alicerce do socialismo em ascensão. Mesmo que se reconheça que, anos mais tarde, como pode ser visto nos textos a partir de 1925, alegando mudanças conjunturais, Bukharin ameniza a ênfase quanto ao ritmo do crescimento industrial, ao fim e ao cabo, em seu projeto, a industrialização continua sendo sinônimo principal da construção socialista.

Diante de tais metas, Bukharin justifica a importância daquele elemento operacional que se considera como o mais significativo no seu modelo de desenvolvimento socialista, qual seja, a função determinante da **circulação mercantil**. Evidentemente, seria completamente sem significado não admiti-la no contexto de um atividade econômica em que estão presentes a livre iniciativa e a trocas de mercadorias; ela é uma decorrência natural da presença dos métodos mercantis como formas de organização econômica. Além disso, por outro lado, a circulação não é estranha ao espaço econômico exclusivamente socialista; obviamente ela se fará presente aí, todavia, com uma qualidade totalmente diferente daquela verificada no universo mercantil.

De sorte que, para Bukharin, a transição ao socialismo deve ser compreendida como uma atividade econômica, principalmente, governada pela ação determinante da circulação mercantil. Esta deve cumprir o papel fundamental de impulsionadora e organizadora da produção, adquirindo uma função que, ao interior da economista mista, supera em muito aquelas previstas para as forças econômicas socialistas que emanam da propriedade social e do poder político do proletariado:

*"(...) partindo dessa colocação do problema, devemos, antes de tudo, chegar à seguinte conclusão: para nós, é importante **acelerar agora, por todos os meios, a velocidade da circulação econômica**. Isto deve ser entendido como o objetivo fundamental, o problema central da política econômica, a ser salientado mais do que qualquer outro problema. (...) Sabemos já que não podemos esperar grande coisa do capital estrangeiro. Por conseguinte, a velocidade da **nossa** circulação econômica e da circulação do **nosso** capital possuem uma função determinante. Se acelerarmos a dinâmica das forças produtivas em toda nossa economia, se acelerarmos a circulação do capital, obteremos uma taxa de acumulação muito mais alta, um desenvolvimento econômico muito maior (...)"*¹⁵²

Bukharin concebe a organização econômica considerando o recurso àquelas formas que poderiam ser utilizadas imediatamente para a recomposição do produto interno em níveis minimamente aceitáveis. Nesse sentido, para o curto prazo, não difere daqueles que concordavam com a adoção da NEP. Também para ele, com a extinção do Comunismo de Guerra, aqueles fatores econômicos que estavam em condições de revitalização imediata estavam situados quase que majoritariamente no campo. Para Bukharin impunha-se por conta desta conformação sócio-histórica a

¹⁵²BUKHARIN, N. I. *A Nova Política Econômica e as nossas tarefas*. In BUKHARIN, 1990, Op. cit., p. 133. Grifos no original.

possibilidade de implantação de uma conexão entre cidade e campo e o fortalecimento mútuo dos dois lados. Ao mesmo tempo, como já foi salientado, significaria o restabelecimento da "aliança" entre operários e camponeses, agora sobre outras bases.

Portanto, em decorrência do caráter das formas econômicas mais disponíveis para a recuperação econômica, o comércio transforma-se na base sobre a qual a NEP se assenta. Consoante com essa idéia, o comércio vem em primeiro lugar implicando para Bukharin na caracterização do movimento econômico como a passagem da circulação econômica "fechada" (Comunismo de Guerra) para a circulação econômica "aberta" (NEP).

É importante ressaltar agora que a circulação econômica "aberta" assume na concepção de Bukharin a importância de pré-condição para que a passagem ao socialismo pudesse ser encaminhada. Uma vez concretizada semelhante situação, a qual poderia ser admitida como a própria NEP, o proletariado e seu Partido teriam à sua disposição as "alavancas" que permitiram-no, por diversos caminhos, gradualmente, consolidar cada vez mais seu poder econômico, integrando as unidades econômicas atrasadas, sobretudo, por intermédio do mercado. A representação social desse processo espelharia a luta econômica por meio da qual os opositores do socialismo seriam eliminados. Dessa forma apresentar-se-ia a luta de classes na URSS.¹⁵³

Por sua vez, a obtenção das alavancas de comando não significaria o encerramento da principalidade do mercado como fator dirigente da organização econômica. A integração dos agentes e unidades não socialistas ao escopo da economia estatal por intermédio do mercado tem o significado de uma "evolução" para o socialismo na qual o conflito entre os elementos econômicos opostos deve ser neutralizado ao máximo. Neste sentido, Bukharin procurará demonstrar que o prevalecimento do meio socialista deverá ser feito por meio de uma "metamorfose" da lei do valor em lei da acumulação socialista. Logo, rejeita o procedimento visando o socialismo por meio de um processo que destaque a luta entre os dois lados e em cujo interior está a "extinção" da lei do valor:

"(...) Bukharin aborda a questão de Preobrazhensky sobre a validade da lei da acumulação socialista primitiva e sua proposição de que duas leis contraditórias operavam na mesma economia. Bukharin argumentou que a eliminação gradual da lei do valor deveria ser acompanhada pela sua transformação numa lei objetiva de consumo proporcional de trabalho. A lei do valor e a lei do

¹⁵³Idem, pp. 137-138.

*consumo proporcional de trabalho eram, de acordo com Bukharin, duas formas especificamente históricas de uma lei básica comum a todas as sociedades, de acordo com a qual o trabalho deveria ser distribuído em proporções definidas em todas as sociedades. (...)”*¹⁵⁴

A interpretação que pode ser feita a este respeito vincula-se à conclusão a que chegou Bukharin de que a União Soviética teria que se industrializar através de seus próprios meios, por intermédio de recursos internos. Assim, o mercado interno ganha uma conotação bastante acentuada. Sua expansão aparece como um pressuposto no modelo de Bukharin. Nele os setores urbano e rural deveriam constituir um "organismo único", já que a NEP eliminara os problemas que dificultavam a vinculação dos dois setores ao criar uma *smychka* econômica entre a indústria estatal socialista e os milhões de pessoas que giravam em torno da economia camponesa. A *smychka* era representada pelo comércio e funcionava como um elo de ligação entre a cidade e o campo.¹⁵⁵

Implícito a este ponto de vista estava uma rota prevista por Bukharin cujo desfecho seria a transformação da agricultura russa, deixando de ser uma economia "natural" de consumo e passando a ser uma economia produtora de bens de consumo, estes assumindo a condição de mercadorias amplamente comercializáveis. Tratava-se, então, em consonância com a meta de ampliação do mercado interno, de impulsionar a economia camponesa a superar sua identidade pré-capitalista e assumir a cultura da acumulação burguesa. E, ao final, esta acumulação se reverteria em aumento da demanda rural por produtos industriais.

A consolidação da acumulação na atividade agrícola segundo essas condições - ou o ato da transformação em realidade da pré-condição do modelo bukharinista representada pela ampliação praticamente ilimitada do mercado interno - exige, então, o levantamento de qualquer impedimento à atividade do camponês independente, qualquer que seja ele, mas, sobretudo, o mais abastado, pois, naturalmente, era este que assumia mais integralmente o "espírito" da acumulação capitalista. As restrições representadas pela impossibilidade de ampliação da área cultivada e proibição de contratação de mão-de obra assalariada deveriam ser abolidas, em que pese a manutenção formal dos métodos que impediam o reforçamento do *kulak*.

A defesa da ampliação da circulação como processo que deveria conduzir à expansão do mercado interno e, por conseguinte, ao crescimento da indústria, é

¹⁵⁴SALTER, John. *On the interpretation of Bukharin's economic ideas*. In "Soviet Studies", vol. 44, No. 4, 1992, p. 566.

¹⁵⁵COHEN, Stephen, F. *Bukharin - uma biografia política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, pp. 201 e 203.

reforçada por uma nova leitura de dois textos de Lenin, a saber. *O imposto em espécie* e *Da cooperação*. A releitura efetuada por Bukharin versa sobre a importância da cooperação para o desenvolvimento socialista e seu papel no sentido de neutralizar o espontaneísmo pequeno-bruguês.

De acordo com Bukharin, n'*O imposto em espécie*, Lenin apontara a necessidade de uma aliança entre o Estado proletário e o capitalismo de Estado na tentativa de superar os efeitos negativos para o socialismo proveniente da atomização e dispersão pequeno-burguesa, uma vez que se tornara necessário permitir a esta a utilização dos métodos da acumulação privada. Assim sendo, se o Estado operário tomasse a iniciativa de impulsionar procedimentos cooperativos junto à pequena burguesia, enquanto eles fossem vantajosos para ela, adquiririam a forma de uma soldadura entre esta e o grande capital ao capitalismo de Estado, cujo desenvolvimento, para Lenin, coincidia com o fortalecimento do próprio socialismo.

Não obstante, Bukharin avalia que no segundo texto, *Da cooperação*, Lenin queria afirmar que as empresas cooperativas, por possuírem o status de empresas socialistas, porque operavam a terra pertencente ao Estado operário, deveriam agora participar de um bloco com conteúdo oposto. Isto é, as cooperativas juntamente com o Estado proletário formariam um bloco contra o grande capital e os resíduos de capitalismo privado que ainda existiam no país. Bukharin estimava que Lenin chegara a esta conclusão porque, por ocasião da elaboração deste texto, em maio de 1923, a situação econômica apresentava-se substancialmente diferente daquela em que escrevera *O imposto em espécie* (abril de 1921).

Na nova situação as alavancas econômicas estavam desenvolvidas o suficiente para que o Estado permitisse a ampliação da circulação sem maiores riscos. Estas alavancas eram representadas pelos meios de transporte, indústria, bancos e sistema financeiro. Teria havido um deslocamento de forças em favor do Estado operário. E sendo assim, com a indústria revitalizada e próspera, a política praticada até então deveria ser modificada: "(...) *menos restrições e mais liberdade de circulação, porque esta liberdade é menos perigosa. Menos ação administrativa, mais luta econômica, maior desenvolvimento da circulação econômica. Luta-se contra o comerciante privado não para derrubá-lo e obrigá-lo a fechar seu negócio, mas para que nos esforcemos a produzir mais produtos de melhor qualidade e de preço mais barato. Se nos fortalecermos, se se concentrar, em nossas mãos, um efetivo poder econômico, se tivermos alavancas e instrumentos econômicos*

*realmente eficazes, a expansão da circulação econômica não deverá ser motivo de temor. Também nós avançaremos.*¹⁵⁶

É possível afirmar, então, que o programa de Bukharin privilegiava mais acentuadamente a ação espontânea das forças do mercado do que aquelas forças que permitiriam uma condução mais dirigida, ou menos espontânea, da economia para seu desenvolvimento socialista. O destaque para um espaço maior para as trocas aponta para uma fórmula segundo a qual a organização econômica partiria da circulação para a produção. É evidente a preocupação de Bukharin com uma industrialização que deveria surgir forjada pela demanda e não a partir de uma orientação planificada. Por exemplo, entre as fontes de financiamento para a industrialização, Bukharin incluía numa posição destacada as poupanças pessoais de kulaks e pequenos camponeses, que deveriam acontecer espontaneamente. Além disso, a industrialização, por ser consequência do mecanismo descrito, seria instalada lentamente, a "passo de lesma", com prioridade para a indústria leve, naturalmente em face das exigências da demanda do mercado.

Dessa maneira, o planejamento seria instalado tendo o mercado camponês como seu mediador, surgindo, portanto, espontaneamente à medida que o setor socialista continuasse se fortalecendo e absorvesse gradualmente as unidades econômicas atrasadas.

Entre todos os autores aqui analisados, Bukharin é aquele, juntamente com Preobraschensky, mais conhecido por estudar as estruturas e a organização socio-econômicas concretas a partir de uma concepção teórica com elevado grau de abstração. Essa característica, todavia, resulta numa tendência a englobar os distintos elementos da concretude numa posição homogeneadora, de perfil reducionista, o que conduz a uma leitura neutralizadora dos antagonismos.

Isto ficara bem claro nos textos que antecederam sua revisão interpretativa acerca da caracterização da sociedade russa após a implantação da NEP, em

¹⁵⁶Idem, p. 142.

particular n'A *teoria econômica do período de transição*. Foi visto aqui, contudo, que ao adotar sua nova opinião sobre a economia soviética, Bukharin passa a interpretá-la projetando a economia "mista" como pressuposto no seu modelo de desenvolvimento econômico para a URSS.

Enquanto pressuposto, é possível afirmar que essa condição coincide com aquelas externadas por Lenin e Trotsky quando da elaboração de seus respectivos projetos econômicos para a União Soviética. Mas, se a mesma pode ser identificada como um ponto de partida, o desdobramento do projeto bukharinista expressa uma excessiva preocupação com uma convergência "harmônica" entre suas variáveis. A procura de harmonia, neste caso, revela mais uma vez a influência do método centrado em elaborações lógico-abstratas, onde as variáveis guardam perfeita identidade entre si. Quer dizer, a partir de 1921 Bukharin passa a adotar como ponto de partida um esquema interpretativo completamente diferente, mas insiste na elaboração de um sistema completo e harmônico como conclusão de sua análise.

De acordo com Gerratana, "(...) Lenin tinha insistido (...) na coexistência contraditória, no regime de transição soviético, de elementos e formas diferentes. Bukharin, em sua nova interpretação, aceita agora a tese da coexistência de elementos diferentes, mas elimina seu caráter contraditório. Grande indústria nacionalizada e pequena produção mercantil no campo, planificação socialista e livre comércio, não só coexistem pacificamente, mas se mantêm e se fecundam reciprocamente. (...)".¹⁵⁷

Elementos econômicos de origem histórica diferenciada, que, uma vez colocados lado a lado, constituem um quadro objetivamente contraditório, podem coexistir sem contradição na avaliação de Bukharin. Na vida econômica prática, em nome de um desejo de integração sem arestas, conforma-se um hibridismo ideal. A presença dos elementos diferenciados, que dão justificativa em outros projetos à constituição da economia "mista" como organização impulsionadora do desenvolvimento, em Bukharin tem muito mais o significado de comporem a economia "mista" como existência pré-socialista que deve ser evitada.

Consequentemente, é feito um processo de avaliação da importância, ou do papel, das relações sociais de produção segundo suas diferentes qualificações de tal forma que se conforma um novo sistema onde a harmonia é estabelecida por intermédio de uma leitura hiper-pragmática das contradições reais. Como resultante modelo de desenvolvimento econômico socialista ter-se-á, em termos práticos, a

¹⁵⁷GERRATANA, 1987, op. cit., p. 50.

adoção de medidas que refletem a compreensão do período de transição como uma fase de "adiamento" da implantação dos elementos autenticamente socialistas da economia.

Esse "realismo", que ao mesmo tempo confunde-se com um critério de julgamento baseado num fundamento ético, poderia representar o processo de tomada de decisão inspirado num "princípio" de "bom senso". Denota, por isso, a opção, pode-se dizer, pelo desenvolvimento dos elementos capitalistas enquanto uma "etapa" histórica que deveria ser cumprida, ou concluída. Evidentemente, seria o caminho menos difícil a ser percorrido. Por já se fazerem presentes como memória no que respeita à ação econômica, estes elementos deveriam ser estimulados sem muitas restrições pelo Estado operário, pois seria esta a única via de acesso ao socialismo.

Então, embora o pressuposto para a construção socialista fosse a economia mista, a elaboração completa do modelo de Bukharin implica a convergência para o prevalecimento dos métodos mercantis-capitalistas. Em vista disso, a intervenção estatal que se sobressairia sobre estes elementos ficava restrita à orientação no sentido de materializá-los e desenvolvê-los enquanto fatores estritamente mercantis. Conduzir os seus efeitos para a construção socialista deveria ser entendida como incompatível com a "qualidade" das relações econômicas verificadas como determinantes na URSS:

*"(...) a capacidade de compra dos camponeses é determinada, antes de tudo, pelas condições da agricultura camponesa, pelo seu nível, pelo desenvolvimento das forças produtivas deste setor. A capacidade de compra de bens de consumo deve ampliar-se na medida em que se amplia também a demanda **produtiva**, ou seja, na medida em que os camponeses melhoram e desenvolvem seus estabelecimentos, introduzindo, em quantidade sempre maior, instrumentos mais aperfeiçoados, elevando o nível técnico, melhorando os métodos de trabalho, etc. Por conseguinte, resulta perfeitamente clara a necessidade de um processo de **acumulação** na economia camponesa, a fim de que nem tudo seja desperdiçado, mas uma parte dos recursos se destine à aquisição de instrumentos agrícolas, etc.*

*(...) Existem ainda determinados resíduos das relações da fase do comunismo de guerra que obstaculizam a continuação do nosso desenvolvimento. Daí porque as camadas abastadas dos camponeses e mesmo as camadas de camponeses médios, que tendem a se tornar abastadas, **tem medo de acumular**. (...) Disto resulta que o camponês rico está descontente, porque o impedimos de acumular, de contratar força de trabalho. (...) Um excessivo temor do trabalho assalariado, da acumulação, das camadas camponesas*

capitalistas, pode conduzir-nos a uma estratégia errônea no campo. (...) A luta contra o Kulak deve ser conduzida com outros métodos, por outro caminho.

(...) A todos os camponeses em conjunto, a todas as camadas de camponeses, é preciso dizer: enriquecei, acumulai, desenvolvei as vossas empresas. (...).¹⁵⁸

A direção econômica consciente do mercado deveria ceder espaço ao espontaneísmo característico dos métodos mercantis como norma quase exclusiva da acumulação. Esta seria reconhecida como possuindo inevitavelmente um caráter extensivamente capitalista, que se separa e antecede no tempo aquela que se caracterizaria como efetivamente socialista. Esta fase que precede o socialismo poderia ser interpretada como uma acumulação "primitiva" em que o capitalismo vigiria em quase toda sua totalidade, pois a seus agentes econômicos, salvo poucas exceções, seria concedida a liberdade de movimento sem a mediação do elemento socialista. Quanto a este, sua atuação está reservada para um momento posterior do tempo, para quando fosse possível adquirir o status de uma nova fase. Uma das poucas antecipações socialistas conjugadamente à fase capitalista relaciona-se ao poder político, que continuaria exercido pela classe operária, no modelo de Bukharin contraditoriamente mantido na forma da ditadura do proletariado.

Poderia-se objetar que, todavia, essa análise carece de fundamento. À medida que Bukharin insiste na manutenção da indústria nas mãos do Estado a hipótese do predomínio econômico capitalista estaria abortada. No entanto, é possível argumentar perfeitamente que se trata apenas de um formalismo do modelo bukharinista, já que as leis de desenvolvimento do capitalismo são igualadas por ele às leis de desenvolvimento do socialismo. Basta lembrar que neste modelo, a indústria é organizada ao sabor do movimento do mercado agrícola sem que exista um substantivo dispositivo orientador de sua implantação de acordo com uma necessária proporcionalidade assentada em fundamentos socialistas. Não são poucas as vezes que Bukharin insiste na necessidade do estabelecimento de equilíbrio e proporcionalidade na economia soviética, mas, a bem da verdade, desde que sua implantação fosse dirigida pelo mercado ¹⁵⁹

Ao rever sua posição anterior a 1921, Bukharin praticamente conclui pelo oposto ao estabelecer as bases de seu novo posicionamento com relação ao desenvolvimento econômico:

¹⁵⁸BUKHARIN, N. I. *A Nova Política Econômica e as nossas tarefas*. In BUKHARIN, 1990, op. cit., pp. 143-145. Grifos no original.

¹⁵⁹SALTER, 1992, op. cit., pp. 563-565.

"(...) no montão de absurdos e tolices que os críticos burgueses disseram acerca da ditadura do proletariado na Rússia, existem também afirmações que não são estúpidas, mas relativamente justas. Um dos mais inteligentes críticos do comunismo, o professor austríaco Mises, escreveu, em 1921-1922, um livro sobre o socialismo, no qual desenvolveu uma série de considerações. Estamos de acordo - declarou - com os socialistas marxistas a respeito do fato de que é preciso abandonar todo absurdo romântico e considerar que o melhor sistema econômico é o que melhor desenvolve as forças produtivas. O que se dá é que o chamado socialismo "destrutivo" dos comunistas não conduz ao desenvolvimento das forças produtivas, mas à sua queda. Isto acontece porque os comunistas esquecem a enorme importância do incentivo individual privado, da iniciativa privada. O capitalismo tem defeitos, é verdade. Todavia, a concorrência capitalista leva ao desenvolvimento das forças produtivas, impelidas para a frente pelo desenvolvimento capitalista. Em consequência do aumento das forças produtivas da sociedade, também a classe operária recebe uma quota parte maior da renda. Na medida em que os comunistas querem organizar a produção através de ordens, coercitivamente, a sua política está destinada a um fracasso inelutável. (...)"¹⁶⁰

Como na maioria das vezes faltava a Bukharin um aporte dialético, ao interpretar tais palavras de um economista burguês não relacionando-as com o contexto sócio-histórico correto, a concordância com Mises pode ser equiparada ao fato de que este, ao apontar a importância do capitalismo para o desenvolvimento das forças produtivas, o condiciona ao modo de produção burguês, questão da qual Bukharin não se dá conta:

*"(...)com a passagem à NEP, refutamos na prática a argumentação burguesa anti-socialista acima mencionada. Por que? Porque o significado da NEP consiste na utilização da iniciativa econômica dos camponeses, dos pequenos produtores e também dos burgueses, assim tolerando a acumulação privada. Com isto, nós os colocamos objetivamente, em certo sentido, a serviço da indústria estatal socialista e de toda a economia socialista. Ao desenvolver o comércio, permitimos a manifestação da iniciativa dos pequenos produtores privados, estimulamos a ampliação da produção, pusemos ao serviço do socialismo os estímulos individuais das camadas atrasadas dos trabalhadores, não motivados pelas idéias socialistas. Ao introduzir o velho sistema de retribuição, a empreitada, etc., obrigamos todos a trabalhar de maneira que, partindo dos seus interesses **privados**, contribuam, enquanto proletários, para o desenvolvimento geral da produção. (...)"¹⁶¹*

¹⁶⁰ BUKHARIN, A Nova Política Econômica e nossas tarefas, 1990, op. cit., pp. 136-137.

¹⁶¹ Idem, p. 137. Grifo no original.

O desenvolvimento de um período "capitalista" em simultaneidade com a construção da economia socialista é transmutado em uma etapa capitalista isolada, preliminar, que antecede ao próprio socialismo. Daí a opção por fórmulas que colocam a circulação mercantil como o centro de gravidade da economia e, por decorrência disso, a opção primordial pela ampliação do mercado interno. Se o mercado deve ser ampliado com a conotação de elemento orientador da organização econômica, então, deve ser depreendido que a economia camponesa passa a ocupar o lugar de principal objetivo econômico.

É isso que permite a identificação do verdadeiro caráter da aliança operário-camponesa em Bukharin. Torna-se, então, inevitável a constatação de que esta espelha, também, um conteúdo "idealista" de um processo que deveria, na verdade, ser encarado de forma eminentemente objetiva. Em contraposição a Bukharin ressalta-se que, desde que o objetivo a ser alcançado é o socialismo, partindo-se de um país capitalista atrasado, as formas pré-capitalistas e capitalistas são aquelas mais aptas a cumprirem o papel de fontes de financiamento a industrialização. Conclui-se, portanto, que a forma desta aliança deve refletir a concretização de uma organização econômica que produza a transferência de excedentes para o setor industrial e estatal, muito embora, acentue-se, essa transferência, em qualidade e quantidade, esteja condicionada aos ritmos e prazos do desenvolvimento socialista.

Bukharin, contudo, perseguindo a harmonia entre as forças sociais presentes na URSS, apresenta a aliança envolta num espírito "humanista". Operários e camponeses estabeleceriam um mecanismo de trocas segundo um conteúdo de solidariedade, onde estaria presente muito mais uma "ética" do que uma orientação econômica baseada na objetividade histórica. Por exemplo, ele afirma corretamente que *"(...) como um vendedor de grãos o camponês está interessado em preços altos; como um comprador de grãos, a classe operária está interessada em preços baixos. Esta é uma genuína contradição que existe na vida real. Mas, nós devemos dizer, antes de tudo, que a classe operária e o campesinato não são a mesma classe. Em parte alguma nós temos que dizer que entre a classe operária e o campesinato não existe diferenças.*

Porém, feita esta constatação, chega à seguinte conclusão: *(...) estas diferenças entre a classe trabalhadora e o campesinato existem, mas elas têm um lugar secundário de acordo com os interesses e questões que tem um significado mais fundamental e básico para ambas as classes. (...) De sua parte, o campesinato deve, em virtude de seus próprios interesses básicos, apoiar o proletariado (...) e voluntariamente concordar com a liderança da classe operária,*

porque somente nestas condições a vitória da causa operário-camponesa é possível. (...)"¹⁶²

A colaboração entre as duas principais classes da sociedade soviética é vista por Bukharin num plano "superestrutural" colocado acima das relações econômicas efetivas. A base econômica, a "infraestrutura", apesar de operar mediante uma determinada direção, qual seja, aquela, condicionada pelo mercado, enquanto ideal deveria ter um desenvolvimento inspirado no desejo de concordância e colaboração entre as classes. Ao pretender que o mercado espontaneamente convergiria para um desfecho socialista, põe em evidência o conteúdo idealista implícita à sua formulação. A necessária mediação entre super e infraestrutura mostra, para o caso soviético, na verdade, que o objetivo correto da "colaboração" tem como tradução, no plano econômico, determinadas manifestações orientadoras para a supressão e a substituição de formas econômicas, que só podem ser implementadas em face da constatação do conflito e da não harmonia.

Segundo Bukharin, na ditadura do proletariado as relações entre a classe operária e o campesinato tomam uma forma diferente daquela verificada sob o capitalismo, posto que naquela o elemento da exclusão ocorre numa intensidade muito menor. Ao mesmo tempo, a colaboração entre as duas classes é incomensuravelmente mais elevada com poucos desentendimentos e fricções de classe: "(...) aqui, também, a tendência geral do desenvolvimento (com o sucesso do socialismo) é **sobrepujar** as duas formas econômicas e classes sociais. Mas esta "superação" não significa substituição ou **eliminação**. Aqui, "superação" significa a lenta **reconstrução** da fazenda individual e do tipo social individualista. (...)"¹⁶³

O equívoco de Bukharin, concomitante ao que já foi mencionado acima, manifesta-se ao avaliar que as classes sociais, no contexto da harmonia, "desaparecem" assim que o proletariado toma o poder tendo o campesinato como seu aliado. De acordo com que se criticou, a aliança na ótica bukharinista tem uma conotação muito mais ideológica, ficando num patamar inferior as relações econômicas entre as mesmas. Acontece que, por conta do caráter das relações de produção vigentes sob o capitalismo, sobretudo aquelas denotadas pela propriedade privada, o vínculo entre as classes sociais naquela sociedade acentua o papel da lei do valor como mecanismo estabelecedor de subordinação e, ao mesmo tempo, de exclusão. Os trabalhadores assalariados, em maior medida, e o

¹⁶²BUKHARIN, N. I. *The road to socialism and the worker-peasant alliance*. In BUKHARIN, 1982, op. cit. p. 223. Grifos no original.

¹⁶³BUKHARIN, N. I. *Toward a critique of the economic platform of the opposition (The lessons of october 1923)*. In BUKHARIN, 1982, op. cit., pp. 113-114.

campesinato, em escala mais reduzida, a depender do grau de evolução das formas capitalistas, estão subordinados ao capital industrial e bancário.

Por outro lado, porém, sob a ditadura do proletariado, constituída num país relativamente atrasado, a organização econômica de cunho transicional reflete uma moldura "mista". Nesta, evidentemente, estão presentes em condições significativas as relações capitalistas, ou, mercantis-capitalistas, se se acentuar a forte presença da economia agrícola de caráter pequeno-burguês. Ora, o desenvolvimento "natural" dessas relações que emanam da livre iniciativa tomam o rumo da acumulação capitalista, por conseguinte, da consolidação do mercado e da cristalização da lei do valor. Mesmo que no plano político a classe operária exerça o poder respaldado na sua ditadura, a gênese da exclusão e da subordinação está presente internamente nesta sociedade, não apenas na forma da "opressão" política do proletariado sobre a pequena e grande burguesias, já que o poder político caracteriza-se enquanto um "monopólio". Também, vinculados aos agentes econômicos que praticam a atividade econômica guarnecidos pelo individualismo econômico, estão em formação aquelas expressões econômicas que, atingido certo grau de desenvolvimento, passam a exigir um aparato político e de força de classe para prosseguirem sua trajetória natural.

Assim, na ditadura do proletariado o conflito de classes não desaparece. Pelo contrário, ele prossegue mesmo que sob outras formas. No caso particular em que o país atrasado não pode abrir mão dos métodos mercantis-capitalistas, onde há a exigência do estabelecimento da "etapa" capitalista, esse conflito ainda expressa a contradição entre capital e trabalho. Mas, em sua nova forma esta contradição espelha a necessidade do objetivo socialista valer-se da atividade econômica privada. Então, a nova contradição é representada pela oposição entre as duas classes que no capitalismo se subordinam à burguesia. Em outras palavras, em termos explicitamente econômicos, pela oposição entre a lei do valor e o princípio da planificação. Trata-se, inevitavelmente, de um conflito, de uma luta, cujo desfecho positivo em favor do socialismo reivindica a subordinação e extinção da lei do valor, e não o contrário.

Orientando-se por meio de seu modelo que prioriza a harmonia, ao longo da década de 20, Bukharin vai cada vez mais acentuando a importância da agricultura como fator dinâmico do desenvolvimento socialista. Esta ênfase exarcebada levou Bukharin a igualar a proposta da acumulação socialista, baseada na "exploração" do campesinato, que aponta para a extinção da lei do valor, com a descrição feita por Marx acerca da acumulação primitiva capitalista e seus efeitos deletérios sobre as comunidades rurais. Ao comentar esta questão, Cohen diz: "(...) Bukharin via

como principal característica da industrialização capitalista seus efeitos 'parasitários' sobre a agricultura e os camponeses. As cidades enriqueciam 'devorando' e empobrecendo as aldeias (...). Dai o 'legado maldito' deste 'processo vampiresco' - 'pobreza, ignorância, atraso cultural, desigualdade', o que Marx denominava 'a idiotia da vida rural'. E sob este aspecto, haveria uma diferença fundamental 'no tipo de **nossa** industrialização'. (...) 'A industrialização socialista não é um processo de parasitismo em relação ao campo mas sim um meio de **transformar e promover** o campo, tanto quanto possível'. (...)".¹⁶⁴

Seria difícil concordar com a afirmação de Bukharin de que os, por ele chamados, "subestimadores" do campesinato, ou "superindustrializadores", tinham por objetivo dizimar os camponeses quando propunham a fixação da economia agrícola como fonte da industrialização. Entendendo-se a "transformação" do campo como uma espécie de ação "civilizatória" respaldada na indústria, aquela não poderia acontecer sem o desenvolvimento desta última. Desta maneira, a agricultura deixada livre para crescer segundo as normas da livre iniciativa poderia, sim, apresentar-se como fonte da acumulação na indústria, mas esta pouco provavelmente trilharia outro caminho que não aquele percorrido pelo processo da constituição da indústria no capitalismo.

Dentro da lógica da harmonia é importante localizar o papel atribuído por Bukharin às relações econômicas externas da União Soviética. A formulação desta questão é parte integrante do modelo e não pode ser vista separadamente. Considerando que a nível interno o desenvolvimento deveria ser perseguido mediante uma aliança entre as duas principais classes, procurando com isso muito mais uma solução ideológica para a efetiva oposição emanada da concretude, o desdobramento no plano do mercado internacional implicaria uma postura que acentuasse a contradição entre socialismo e capitalismo.

A bem da verdade, na esfera interna das relações entre as classes, Bukharin exigia o entrelaçamento "cordial" entre proletariado e campesinato para o enfrentamento do inimigo comum representado pela verdadeira burguesia. Entretanto, como já foi destacado, esta última só atuava por concessão do Estado como organizadora, e não proprietária, de unidades produtivas. Conquanto o proletariado e seu aliado tivessem na burguesia o seu inimigo, por extensão, a nível internacional, o Estado operário encontrava no mercado externo o seu adversário a ser combatido. Quer dizer, a burguesia que se opunha à classe operária,

¹⁶⁴In COHEN, 1990, op. cit., p. 198.

externamente era representada pelo conjunto dos países capitalistas que compunham o mercado mundial.

Este é um outro aspecto da leitura equivocada da dialética das relações sócio-econômicas que leva à confusão entre forma e conteúdo. O hiper-realismo tornado teoria desdobra-se enquanto a harmonia representada pelo isolamento econômico. Ou seja, a URSS só asseguraria sua caminhada para o socialismo separada daquele meio que representava o seu contrário, e por conseguinte, um poderoso campo magnético que a atraia para a destruição. Inexiste na oposição capitalismo-socialismo, como concebida por Bukharin, a unidade de contrários que demonstrava, mesmo na adversidade potencial do polo antitético, a função positiva inerente às relações com o mercado mundial para a construção do socialismo na URSS, sobretudo quando ficara confirmada a impossibilidade da ocorrência da revolução mundial num futuro próximo.

Bukharin, que tanto insistira no desenvolvimento pleno do mercado interno, pouca atenção concede às possibilidades do mercado externo. Essa negativa se cristaliza em face da sua convicção de que a transferência de forças produtivas superiores dos países capitalistas avançados para a URSS só seria possível se o proletariado tomasse o poder naqueles países. Com isso, não atentara para a dialética das relações econômicas internacionais que, por ser a URSS parte obrigatória do mercado mundial, se apresentavam como vias potenciais para que aquela transferência se concretizasse:

*"(...) estaremos talvez condenados a perecer, não por causa dos ataques do inimigo externo, mas por causa do nosso atraso, da falta de oportunas ajudas **econômicas e técnicas** por parte do proletariado vitorioso dos outros países? **Seremos vítimas do nosso atraso e da nossa debilidade econômica?** A **natureza pequeno-burguesa** do país, formado por maioria camponesa, com uma classe operária irrelevante e, demais disso, debilitada por longos anos de guerra imperialista e de guerra civil, levará à derrocada tudo o que construímos, conforme uma "férrea necessidade"?"*

*Estas afirmações, que exprimem uma desconfiança total nas forças da nossa revolução, são inteiramente **errôneas** e infundadas. Decerto, a falta de auxílio técnicos e econômicos por parte da classe operária de outros países (...) provoca extremo retardo do nosso desenvolvimento econômico (...). Se tivéssemos recebido estes auxílios, o nosso crescimento econômico seria incomparavelmente **mais rápido** (...). Sem este apoio, o nosso desenvolvimento se processará, sem dúvida, **mais lentamente**, porém, **indubitavelmente avançaremos** (...) **com suficiente evidência, nos primeiros anos seguintes à guerra civil.** (...).*

*Já demonstramos, em essência, que se pode construir o socialismo também **sem uma ajuda técnico-econômica direta por parte de outros países**. Decerto, no primeiro período da sua construção, as formas do nosso socialismo serão necessariamente as de um socialismo atrasado, mas elas nos garantirão, seja como for, a possibilidade de progredir em direção a formas de socialismo cada vez mais plenas e acabadas. (...)"*¹⁶⁵

É possível perceber implicitamente a essas palavras uma concepção de "separação" entre economia nacional e economia internacional. Há um sentido de exclusão entre estas duas unidades. Assim, depreende-se que, na ausência do auxílio externo voluntário, bem entendido, o mercado interno só teria condições de progressão desde que desvinculado do mercado mundial. Poder-se-ia ir até mais longe afirmando que, em Bukharin, a pré-condição para o desenvolvimento do mercado interno encontra consistência na neutralização da interferência do mercado internacional sobre o mesmo. Ambos os mercados excluem-se mutuamente.

Com a incorporação desta última variável - as relações econômicas externas - completa-se o modelo bukharinista ao tempo em que o mesmo ganha uma lógica mais perceptível. O sentido do isolamento é o de fortalecer a tese de priorização do mercado interno como elemento dinâmico do desenvolvimento socialista para a URSS. Mesmo que seja destacada por Bukharin a importância da industrialização, a mesma não poderia ultrapassar determinados patamares sem a colaboração com o mercado externo.

Sobressai, assim, a opção por um tipo particular de socialismo, um "socialismo" atrasado, que permaneceria nessa situação, por conta dos esforços exclusivamente internos, baseados em seus próprios meios nacionais, até atingir o patamar que permitiria a designação do termo "verdadeiro" socialismo: "(...) *não devemos envergonhar-nos se o socialismo, que estamos construindo, for inevitavelmente um tipo atrasado de construção socialista. Não temos culpa disto. Mas estamos plenamente convictos de dispor da possibilidade de **progredir ilimitadamente** para dar acabamento a estas formas, liquidar o nosso atraso e passar com rapidez cada vez maior a um tipo de sociedade socialista verdadeiramente completa (...)"*¹⁶⁶

Retome-se a fundamentação do conceito de proporcionalidade e equilíbrio implementados de acordo com a lógica do mercado. Como foi visto, Bukharin

¹⁶⁵ BUKHARIN, N. I. *A via para o socialismo e a aliança operário-camponesa*. In BUKHARIN, 1990, op. cit., pp. 166-167. Grifos no original.

¹⁶⁶ Idem, p. 169.

acreditava ser o mercado o mecanismo orientador apropriado para o estabelecimento industrial adequado à implantação do socialismo. Ao mesmo tempo, ele chama atenção para o fato de que a planificação deve ser empregada como um princípio insubstituível no sentido da progressão dos elementos do mercado (lei do valor) para a qualidade de elementos econômicos socialistas. Há, então, uma aparente contradição entre uma planificação, de caráter socialista, e um mercado governado pela lei do valor. Entretanto, a contradição permanece mesmo no plano das aparências, pois a essência representa, na verdade, essa planificação como tradutora da atitude *ex ante* encetada pelo Estado no sentido da organização econômica a partir da sinalização originada da ação espontânea da lei do valor.

Formalmente Bukharin afirma que com a socialização dos meios de produção torna-se possível substituir o mecanismo de regulação espontânea da economia por um mecanismo planejado. Todavia, ele entende que a lei do valor representa mais que um mero regulador espontâneo da porção mercantil visto em sua forma material. Assim, ela pode ser vista como uma forma histórica particular de uma lei geral que governa a distribuição proporcional do trabalho na sociedade. Adaptada para o socialismo, em presença da participação do mercado em seu mecanismo econômico, essa lei geral ganha outra particularidade. Esta, associada ao princípio da planificação, transforma-se numa *lei da proporcionalidade do consumo do trabalho social*.¹⁶⁷

Em sendo a planificação governada pelos ditames da lei do valor, a proporcionalidade entre os diferentes setores e ramos da economia expressariam o movimento da circulação mercantil e não as necessidades previstas para a composição das relações entre as partes da economia segundo uma perspectiva que fugisse ao imperativo das livres forças do mercado. É por isso que em Bukharin o conceito de planificação assume um significado distinto daquele expressado por outros autores que formularam propostas para o desenvolvimento econômico do socialismo tendo o mercado como meio de acumulação.

O economista polonês Włodzimierz Brus comenta da seguinte maneira o significado do conceito de planificação de acordo com a lógica de Bukharin: "(...) *no socialismo a lei do valor é transformada na lei da proporcionalidade dos insumos de trabalho da sociedade, uma lei universal do equilíbrio econômico. A divisão espontânea do trabalho é substituída por uma divisão planejada sem a tendência capitalista que estabelece o equilíbrio por meio de distúrbios permanentes. Mas, o conteúdo material que, sempre oculta atrás de si a forma da lei do valor, permanece;*

¹⁶⁷Cf. BRUS, Włodzimierz. *The market in a socialist economy*. Boston. Routledge & Kegan Paul, 1972, pp. 52-53.

a participação de um dado ramo de empresas na renda da sociedade é proporcional ao montante do indispensável trabalho contido nos produtos deste ramo ou empresa.

"O plano antecipa estas proporções, que em circunstâncias perfeitas (alguém poderia dizer, em condições de concorrência perfeita) deveriam ser desenvolvidas como resultado da operação das forças do mercado. Como Bukharin situa, o plano é 'uma antecipação do que seria estabelecido (post factum) se a regulação fosse espontânea.' Afirmando que o plano não deveria perturbar a proporcionalidade da divisão do trabalho da sociedade (isto é, a sociedade deveria observar o princípio da compensação das despesas de trabalho), Bukharin faz a teorização básica rejeitando o princípio da não-equivalência das trocas urbano-rurais. (...)"¹⁶⁸

Considerando essa base teórica explicativa da divisão interna do trabalho fica mais fácil compreender a rejeição do vínculo da economia soviética ao mercado mundial como postulava Bukharin. Se a planificação deveria ser admitida como a antecipação da proporcionalidade que o mercado espontaneamente estabeleceria, a iniciativa do Estado para a concretização da distribuição do trabalho deveria reproduzir no plano interno a ação internacional da lei do valor. A consequência, por isso, seria uma internacionalização da economia soviética subordinada ao centro do sistema capitalista. A URSS passaria a ser um elo da divisão internacional do trabalho perdendo a perspectiva do socialismo.

Mas esta é uma conclusão que decorre do conceito de planificação bukharinista, por intermédio do qual os instrumentos naturais do planejamento socialista, a propriedade social dos meios de produção e o monopólio do comércio exterior, em vez de negarem a lei do valor, antes, a validam. Sob este pressuposto de planejamento a economia soviética, de fato, estaria desguarnecida diante do mercado mundial, ficando impossibilitada de utilizá-lo "inteligentemente" em seus propósitos socialistas.

Em suma, assim pode ser analisado o modelo de desenvolvimento proposto por Bukharin, que previa uma evolução lenta e gradual da Rússia soviética ao socialismo segundo condições de exceção. Mesmo assim, representa, de acordo com suas próprias palavras, uma elaboração "otimista" porque não nega a possibilidade do socialismo vingar isoladamente num país atrasado. Essa passagem lenta ao socialismo, a "passo de lesma", também é conhecido como o modelo

¹⁶⁸BRUS, 1972, op. cit., pp. 53-54. Grifos meus.

"evolucionário" de Bukharin. Esta evolução em seu término, tal qual os seres vivos, representa um acúmulo de metamorfoses determinadas segundo as condições do meio. Seria muito mais um resultado da ação do meio, e muito menos de uma ação consciente sobre este objetivando transformá-lo.

3.4 O MODELO EXCLUDENTE DE PREOBRAZHENSKY: CONFLITO, ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E TROCAS DESIGUAIS

A trajetória percorrida por Preobrazhensky até a definição de uma elaboração que pode ser identificada como um modelo, em consonância com as diretrizes pressupostas neste trabalho, o que ocorreria em meados da década de 20, assemelha-se àquela trilhada por Bukharin, muito embora tenham chegado a conclusões opostas. A semelhança, verificada preliminarmente antes de 1920, está remetida ao campo metodológico, à interpretação dos elementos sociais que compunham a Rússia soviética como referencial para a sugestão de um determinado mecanismo econômico que conduzisse ao socialismo.

Até a deflagração da NEP, também Preobrazhensky, sobretudo, por se deparar com a situação prática representada pela organização econômica particular do Comunismo de Guerra, acreditava ser possível a passagem direta ao socialismo. Esta conclusão, evidentemente, está em concordância com a concepção metodológica que indica a inexistência de contradições, ou a ausência de oposição, entre as relações sociais de diferentes qualidades históricas presenciadas na sociedade soviética naquela oportunidade.

Compreendendo o Comunismo de Guerra como a revelação de uma aparelhagem econômica de caráter exclusivamente socialista, a adoção de tal mecanismo representaria de *per se* a manifestação imediata do próprio socialismo. Identifica-se mais uma vez, entre as elaborações teóricas das principais personagens da direção revolucionária, a concepção do salto "não-dialético". Na visão de Preobrazhensky, naquele momento, a economia soviética se afigurava tal qual uma economia "natural". Quer dizer, um conjunto de circunstâncias conduziu ao estabelecimento de métodos econômicos, os quais, pelo seu conteúdo, e em presença da propriedade social dos meios de produção, exigiram a concretização de uma "unidade" de elementos homogêneos.

Manifestamente, de acordo com essa lógica, como já se verificara com Bukharin em seus posicionamentos anteriores a 1921, a adoção de tal elaboração leva-o a concluir pela desimportância de um processo de transição. Não poderia ser

diferente. Preobrazhensky calculava uma economia funcionando de forma totalmente centralizada; a circulação e a distribuição seriam estabelecidas administrativamente por intermédio de um dirigismo a partir do Estado e, além disso, haveria a ausência do dinheiro. Dessa maneira, já ao final da guerra civil, em 1920, a URSS teria adentrado ao socialismo. O esforço de desenvolvimento daí para a frente se daria com um aparelho econômico já implantado em bases socialistas, restando apenas o desenvolvimento desse próprio aparelho segundo tais condições.

A abordagem da economia totalmente "naturalizada" também não resistiu aos profundos requerimentos de reconversão da economia soviética assim que o país pôs termo à guerra deflagrada em defesa da revolução de outubro. Então, numa postura autocrítica, concordando com a impossibilidade da uniformidade econômica, Preobrazhensky passou a refletir a respeito dos rumos econômicos do país dos soviéticos tendo como ponto de partida a diversidade das relações econômicas.

Pode-se dizer com certeza que as idéias de Preobrazhensky que conformam seu modelo completo estão contidas em sua principal obra *A nova econômica*, publicada pela primeira vez em 1924. Contudo, antes disso, em 1921, ainda embrionariamente, já trabalhava com a suposição da economia mista em seu texto *As perspectivas da Nova Política Econômica*. Pouco depois, em 1922, seu livro *De la NEP ao socialismo* trazia uma versão melhorada, embora incompleta, do sistema teórico que se inscreveria a partir de 1924 como uma das obras mais significativas do marxismo na tentativa de pensar a estrutura econômica do socialismo.¹⁶⁹

O mecanismo do desenvolvimento para o socialismo apresentado por Preobrazhensky, pautado numa preocupação remetida à dialética econômica da transição, desdobra-se numa construção teórica inovadora e peculiar por ele chamada de **lei da acumulação socialista primitiva**. Esta é apresentada em todos os seus fundamentos e contornos n' *A nova econômica*. Esta obra, então, representa a síntese do pensamento econômico de Preobrazhensky e, conquanto ele tenha redigido outros textos nos anos posteriores a 1924, ela será tomada aqui como o texto fundamental deste importante autor para a análise de suas contribuições.

Como primeiro passo necessário ao entendimento das proposições de Preobrazhensky faz-se indispensável procurar compreender sua interpretação concernente ao caráter heterogêneo da economia soviética dentro do universo

¹⁶⁹PREOBRAZHENSKY, Evgueni. *A nova econômica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. *As perspectivas da Nova Política Econômica*. In BERTELLI, A. R., 1987, op. cit. *De la NEP ao socialismo*. Barcelona, Fontanella, 1976.

conflituoso que reúne caracteres mercantis-capitalistas e socialistas, compondo, com isso, um determinado sistema econômico misto. Tendo essa preocupação em vista, identifica-se em Preobrazhensky a argumentação de que a URSS deveria ser estudada como um sistema de *economia socialista-mercantil*. Nessa economia encontrava-se uma unidade dialética reunindo elementos de mercado e de planificação. A presença da planificação se apresentava lado a lado, mas em oposição, à lei do valor e sua "força de ação externamente coercitiva"¹⁷⁰

Para ele, este quadro assim constituído deveria ser obrigatoriamente considerado sob pena de ter-se que deparar com crises indesejáveis. Estas se manifestariam em virtude da presença do elemento mercantil na economia com seus fundamentos carregados de irracionalidade. Estaria-se, portanto, diante de uma situação objetiva que não poderia ser ignorada. Assim, duas leis marcavam presença: a lei do valor e a lei da acumulação socialista primitiva, que confrontavam-se, mas esta última deveria ser considerada o regulador determinante da economia neste primeiro estágio do período de transição.¹⁷¹

A coexistência dos métodos econômicos diferenciados, como se vê, teriam lugar num primeiro estágio do período de transição ao socialismo. Neste, a acumulação deveria acontecer, necessariamente, lançando-se mão do recurso ao elemento mercantil-capitalista. Em face do atraso russo, era este o que apresentava as melhores condições de levar o socialismo aos meios mais rápidos de acesso aos recursos materiais que poderiam ser transformados em fonte de sua própria acumulação.

A economia mista é identificada com uma particular forma da acumulação que perduraria por um determinado tempo ao fim do qual estariam fixadas as condições para que a acumulação socialista propriamente dita passasse a ocorrer regularmente. Em vista disso, enquanto se apresentasse a necessidade de funcionamento da economia mista, estaria a sociedade soviética ainda transitando ao socialismo por meio de sua acumulação primitiva. "(...) *a acumulação socialista no verdadeiro sentido da palavra, quer dizer, a acumulação com base técnica e econômica socialista, que já tenha desenvolvido todos os traços que **lhe são característicos** e todas **as vantagens que lhe são específicas** só pode começar depois que a economia soviética tenha ultrapassado a etapa da acumulação primitiva.* (...).¹⁷²

¹⁷⁰PREOBRAZHENSKY, 1979, op. cit., p. 63

¹⁷¹DAY, Richard B. *Preobrazhensky and the theory of the transition period*. In "Soviet Studies", Vol. XXVII, No. 2, abril 1975, pp. 196-219.

¹⁷²PREOBRAZHENSKY, 1979, op. cit., p. 92. Grifos no original.

O sentido dessa acumulação significa, pode-se concluir, a incorporação ao raciocínio de Preobrazhensky do princípio da dialética econômica da transição que indica a imperiosidade da utilização do mercado como método econômico para a implantação do socialismo. O caráter antitético do sistema econômico está remetido, então, a esta fase conceituada como o tempo da acumulação primitiva. Isto torna-se mais sintomático quando se detecta a preocupação do referido autor em distinguir as duas formas da acumulação que deveriam ocorrer, em períodos distintos, ao interior do Estado operário, designando etapas qualitativamente diferenciadas do processo de transição:

*"(...) por acumulação **socialista** designamos a adição, aos meios de produção em funcionamento, de um sobreproduto que foi criado no interior de uma economia socialista já constituída e que não servirá para uma repartição suplementar entre os agentes da produção socialista e o Estado socialista mas será empregado na reprodução ampliada. Ao contrário, qualificamos de acumulação **socialista primitiva** a acumulação nas mãos do Estado dos recursos materiais extraídos total ou parcialmente de fontes situadas fora do sistema da economia estatal. Esta acumulação deve desempenhar, num país atrasado, um papel de grande importância, apressando consideravelmente o começo da reconstrução técnica e científica da economia estatal e o momento em que ela terá, finalmente, a supremacia puramente econômica sobre o capitalismo.*
()¹⁷³

Incorpora-se a esse sentido particular da acumulação sob mecanismos mercantis a convicção peremptória de Preobrazhensky a respeito da compreensão da essência da economia soviética da qual deveriam emanar as tomadas de decisões no que respeita a adoção das medidas de política econômica adequadas e pertinentes à progressão para o socialismo. Deveria ser compreendido que a economia soviética estava colocada perante uma situação objetiva, traduzida na lei da acumulação socialista primitiva. Em confrontação com a lei do valor, a ela estava designada a função fundamental de determinar a repartição das forças do trabalho e a importância do sobreproduto social em benefício da materialização das condições da reprodução ampliada socialista.

Esse método utilizado por Preobrazhensky para estudar a economia soviética, evidentemente, está inspirado no materialismo histórico e na própria interpretação que Marx faz acerca da gênese do modo de produção capitalista. A fase preliminar na qual foram criadas as condições para o assentamento do capital é chamada por Marx como o processo da **acumulação primitiva do capital**:

¹⁷³ Idem, pp. 94-95. Grifos no original

"(...) o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como 'primitivo' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (...)"¹⁷⁴

Mas, também, neste longo processo o primitivismo encerra dois significados: uma primeira qualidade, de pré-condição, no sentido do que vem em primeiro lugar, que antecede. E a segunda qualidade, cujo conteúdo tem o significado dos procedimentos práticos empregados, incivilizados, que se identificavam com a barbárie e a selvageria como bem se sabe. Além disso, neste período em que conheceu sua acumulação originária, o capitalismo, visto como um modo de produção e suas relações de produção fundamentais que lhe são definidoras, ainda não existia e, por isso, solicitava essa acumulação para se estabelecer, o que ocorreria ao final de alguns séculos.

Diferentemente do que aconteceu com o capitalismo em sua formação, o período de acumulação primitiva para o socialismo se inicia com a própria inauguração da propriedade socializada. Para o capitalismo, sua acumulação primitiva apresentou-se como um processo histórico precedente à definição de seus traços principais, portanto, como pré-condição para que ele pudesse se constituir a posteriori como modo de produção definido. Já para a solidificação do socialismo, a pré-condição essencial é a existência daquele que é seu traço definidor, qual seja, a propriedade coletiva dos meios de produção.

A diferença entre os dois processos se acentua quando se vislumbra o destino indicado aos mercados em cada uma das duas sociedades. No capitalismo, conquanto os elementos mercantis normais não tenham sido suficiente, de acordo com a objetividade econômica, para seu próprio desenvolvimento em mercado capitalista, a intervenção extra-econômica cumpriu o papel indispensável para a perpetuação da instituição do mercado. Já no socialismo, o objetivo não é a consolidação do mercado; pelo contrário, para que o socialismo se afirme torna-se necessário o seu desaparecimento.

A analogia entre os dois processos de acumulação primitiva, o capitalista e o socialista, se apresenta pelo fato de que em ambos o mercado não é suficiente

¹⁷⁴MARX, Karl. *O capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1985, vol. II, p. 262.

para, previamente, fundamentar as condições de triunfo das novas relações de produção. Torna-se obrigatória, como no caso do capitalismo, uma intervenção extraordinária, com a grande diferença de que, a respeito do socialismo, não haveria o recurso à violência ou métodos extra-econômicos que ultrapassassem o caráter de uma norma obrigatória. Sendo assim, a acumulação originária socialista, como pré-requisito para a afirmação das novas relações sociais, teria que incorporar o princípio da planificação como elemento fundamental para dar ao mercado, contraditoriamente, a condição de precursor do próprio socialismo.

A figura do capitalista comercial, como estudado por Marx, é um ponto de referência significativo para Preobraznensky quando adota a acumulação primitiva do capital como inspiração histórica para a concepção de seu modelo de desenvolvimento soviético. Como se sabe, o comerciante permaneceu por um determinado tempo rodeado por elementos feudais, não podendo dar o passo decisivo para transformar o excedente do capital comercial acumulado em capital industrial e, por isso, dificultando a universalização das relações de produção próprias do novo modo de produção. Da mesma maneira, até certo ponto, sob a NEP, as empresas soviéticas nacionalizadas estavam envolvidas num caudal de relações mercantis-capitalistas, quando se apresentava a necessidade de que estas mesmas empresas acumulassem o excedente social por intermédio do monopólio dos preços, visando alcançar a universalidade representada pela extinção da contradição entre cidade e campo.¹⁷⁵

Em se tratando da composição de um aparelho econômico misto requisitado para a URSS, tendo como parâmetro a lei da acumulação socialista primitiva, a dialética econômica toma a forma dos setores econômicos opostos representados, de uma lado, pela economia camponesa e suas relações mercantis, além de outras unidades produtivas industriais e comerciais sob orientação da burguesia e, de outro, a economia estatal representando o âmago da planificação econômica. Em outras palavras, estes setores podem ser identificados como, respectivamente, a pequena produção mercantil-capitalista e a grande produção estatal-socialista. Ao mesmo tempo, todas as atividades econômicas vinculadas ao meio mercantil são caracterizadas como formas econômicas não-socialistas.

A acumulação socialista primitiva ganha concretude com a instalação de uma circulação econômica na forma de trocas entre os dois grandes setores da economia. A alienação do excedente das atividades pré-socialistas em favor do segmento socialista é o método por excelência da acumulação socialista primitiva.

¹⁷⁵DAY, 1975, op. cit., p. 218

Enquanto um sistema, a transição supõe uma troca de valores entre a pequena e a grande produção, configurando uma situação em que a primeira mais fornece do que recebe. Neste período "(...) a economia estatal não pode prescindir da apropriação de uma parte do sobreproduto do campo e do artesanato e, também não pode deixar de subtrair da acumulação capitalista em proveito da acumulação socialista. (...)"¹⁷⁶

Uma vez definida a permanência do poder nas mãos do proletariado, tornou-se inelutável a necessidade de reconstrução econômica de todo um sistema. Entretanto, a condição exigida para que essa economia perdurasse por longo tempo identificava-se com um período inicial de acumulação que refletisse não o aumento de um fundo de reposição da economia estatal, mas, antes de tudo, uma redução do déficit anual em forças produtivas dessa economia.

Por sua vez, a redução desse déficit não representava apenas a reconstrução de uma economia herdada do regime anterior, que soçobrara em meio as conflagrações enfrentada pela Rússia czarista entre o início da primeira guerra e o fim da guerra civil. Em se tratando, na nova situação, da organização econômica de um Estado operário, o que estava colocado, na verdade, era a introdução das fundações dessa economia por intermédio desse processo de acumulação primitiva. Para tanto, era solicitada uma acumulação rápida ao tempo em que esta deveria espelhar a implementação das bases técnicas da indústria por meio da eletrificação e da distribuição das instalações industriais orientadas segundo uma racionalidade econômica que obrigatoriamente se confrontaria com o sistema econômico capitalista. Este último, é bom que se mencione, ainda deveria permanecer com uma força considerável após a retomada do funcionamento econômico do país.

Um regime de acumulação como este, claro está, apesar de toda diferenciação já destacada perante a acumulação capitalista primitiva, teria que ser estabelecido inevitavelmente mediante um método de **exploração** do trabalho que se assemelhava àqueles verificados na fase pré-capitalista quando o capital comercial se avolumara valendo-se da exploração das diversas formas de economia pequeno-burguesa. Não obstante, a exploração tipicamente burguesa, baseada em formas explícitas do trabalho assalariado, seria também empregada. Apesar da inevitabilidade da manutenção da produção da "mais-valia" como mecanismo de acumulação, esta estava menos presente na indústria socialista, implicando que seus operários deveriam fornecer um volume menor de sobreproduto do que a força de trabalho que estava em ação nas atividades pré-socialistas.

¹⁷⁶PREOBRAZHENSKY, 1979, op. cit., p. 100.

Aqui há um posicionamento explícito em favor do recurso à exploração econômica como mecanismo de desenvolvimento do socialismo. Este assunto, aliás, esteve presente no centro dos debates travados, quase que permanentemente durante a década de 20, entre os principais autores que de fato influenciavam na condução dos caminhos que o país deveria seguir. Por exemplo, ficou célebre a disputa teórica entre Preobrazhensky e Bukharin em torno da questão dos reguladores implícitos ao funcionamento da economia soviética. Argumentando que nesta economia encontravam-se presentes dois reguladores, a lei do valor e a lei da acumulação socialista primitiva, que necessariamente lutavam um contra o outro, Preobrazhensky combatia as opiniões contrárias que minimizavam, ou negavam, esse estado de luta:

"() entre nós, durante uma época, foi considerado como o máximo do realismo em negócios e da coragem comunista tratar nossa economia como uma variedade de economia mercantil, apenas alterada pela existência da propriedade estatal no tocante à grande indústria. Este ponto de vista supunha tacitamente a existência, na economia soviética, de uma única lei fundamental atuando na economia mercantil: a lei do valor. Se assim fosse, sob a influência desta lei que exerce sua pressão do interior e do exterior, a indústria estatal deveria ser absorvida na NEP ou dissolver-se imediata e completamente; o monopólio estatal deveria tornar-se cada vez mais fictício; as empresas deficitárias deveriam fechar suas portas e somente as empresas rentáveis deveriam subsistir, etc. O sistema de transporte e a metalurgia, em particular, deveriam deixar de funcionar ou passar às mãos do capital estrangeiro, etc

Nós nada observamos de tudo isso mas pelo contrário vimos como se desenvolve e se reforça progressivamente um processo precisamente inverso, que marcha paralelamente com o desenvolvimento do caráter mercantil da economia camponesa. Por que as coisas se passam dessa maneira? Se este processo se desenrola, não de acordo com a linha do regulador da economia mercantil mas contra ela, se a indústria estatal se desenvolve e se reforça de modo inverso e contra a ação da lei do valor, isto só é possível porque outra lei se opõe à lei do valor, modificando-a, desviando-a ou eliminando-a parcialmente ()".¹⁷⁷

É de significativa importância no modelo de Preobrazhensky a visão do funcionamento econômico sob a luta dos dois reguladores. Isto porque ela acentua a postura de intervenção consciente sobre o processo econômico conferindo traços fortemente socialistas ao organismo em gestação. Na construção teórica de Preobrazhensky não há margem para dúvidas, ou incertezas, no que tange a presença de uma lógica positiva viabilizadora do socialismo. Quer dizer, ele

¹⁷⁷ Idem, p. 157.

clamava pelo rigor teórico que permitisse caracterizar a economia soviética com elevada margem de segurança quanto às possibilidades de prevalecimento de seus elementos não capitalistas ou não mercantis.

Apresentava-se para ele como indispensável compreender as tendências fundamentais do desenvolvimento soviético a partir da existência das duas leis para se ter clareza das características novas e originais apresentadas por esta economia. Se não fosse assim, restaria situar-se numa posição em que as "exceções" seriam a regra. Ou se clamaria por uma "lei geral", quando houvesse insatisfação com o recurso às "particularidades". Este seria um quadro profícuo em indefinições que se imporia por se alçar o desenvolvimento mercantil à condição de norma dinâmica quando aquele não poderia ser tomado como a plataforma da qual deveriam ser deduzidos os novos fenômenos.

Por essa razão torna-se um imperativo o reconhecimento de que a economia soviética, representando um sistema heterogêneo, mas carregado de inovações, surge historicamente como a continuação das tendências declinantes do capitalismo, agora mais aprofundadas. Estas tendências se manifestavam ainda sob o modo de produção burguês expressando-se por intermédio do elevado grau de monopolização da economia, com o conseqüente monopólio estatal da grande indústria, dos transportes e do sistema de crédito, além de um amplo e poderoso sistema cooperativo. Sendo assim, em face do acentuado enfraquecimento da lei do valor ainda sob o capitalismo, não teria sentido acreditar no seu reforçamento quando do advento do regime da propriedade social dos meios de produção.

De forma que, o mais interessante, e que confere maior originalidade a teorização de Preobrazhensky, e sua explicação de que as relações mercantis presentes no interior da economia socialista não situam-se organicamente como parte desta. Não se apresentam como um aspecto das leis imanentes do desenvolvimento da economia estatal. Elas estão localizadas fora desta última, são exteriores a ela, por conseguinte, adquirindo um caráter formal no conjunto das relações que compõem o sistema econômico soviético.

Em se tratando da economia soviética, então, a ação da lei do valor não pode ser verificada de acordo com o comportamento que lhe é peculiar quando se encontra presente em seu meio social natural. Naquela nova sociedade, as relações mercantis seriam identificadas como manifestações econômicas estranhas vis à vis às relações que se pretendia gestar e desenvolver. Como conseqüência, as atividades relacionadas aos mercados, que carregam consigo seu regulador particular, deveriam ser levadas a uma transformação de seu movimento original.

tendendo ao definhamento na medida em que a economia estatal se fortaleceria. Este fortalecimento é representado pela capacidade de implementação e realização de um Plano que articularia os diferentes ramos e setores econômicos estatais segundo a lógica de proporções e distribuições identificadas com a instalação da reprodução socialista ampliada.

Este é o verdadeiro significado do conceito da acumulação socialista primitiva. De forma mais precisa, Preobrazhensky o define sucintamente n'A nova econômica: "(...) Entendemos por lei da acumulação socialista primitiva a soma de todas as tendências conscientes e semi-espontâneas da economia estatal que estão orientadas para a ampliação e reforçamento da organização coletiva do trabalho na economia soviética e que impõem necessariamente ao Estado soviético: 1) proporções determinadas na distribuição das forças produtivas, proporções que se estabelecem a partir da luta contra a lei do valor dentro e fora de nossas fronteiras e que têm por tarefa objetiva atingir o ponto ótimo da reprodução socialista ampliada em dadas condições e o máximo de capacidade defensiva de todo o sistema na luta contra a produção mercantil-capitalista. 2) proporções determinadas de acumulação de recursos materiais com vistas à reprodução ampliada, notadamente às custas da economia privada, na medida em que volume determinado desta acumulação é ditado compulsoriamente pelo Estado soviético, sob a ameaça da desproporção econômica, do aumento do capital privado, do enfraquecimento dos laços que unem a economia estatal à produção camponesa, da ruptura, nos próximos anos, das proporções necessárias da reprodução socialista ampliada e do enfraquecimento de todo o sistema na sua luta contra a produção mercantil-capitalista no interior e fora do país (...)"¹⁷⁸

O traço característico do modelo misto de Preobrazhensky, que o distingue dos demais autores, é a separação natural entre os dois setores fundamentais da economia soviética. O trânsito entre estas partes diferenciadas somente tem sentido, e se materializa, se uma delas, de ante-mão, é alocada numa posição de subordinação, embora cumpra por um período relativamente longo um papel insubstituível para a viabilização da acumulação socialista. Contraditoriamente, portanto, se poderia afirmar que os métodos mercantis ocupam um lugar "natural" neste sistema pensado para o desenvolvimento do socialismo. Sem ele, não seria possível ter-se um resultado futuro que se identificaria com o objeto procurado, este representando a forma mais evoluída da organização da produção social humana.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 165.

Aprofundando o significado desta separação, pode-se argumentar que ela se impõe como um pre-requisito, redundantemente, pela simples razão das origens e fins distintos dos dois setores. É exatamente porque são de naturezas diferentes é que nasce o conflito, pois cada um deles aparece com independência perante o outro. Porém, é uma independência relativa, como já se viu. A independência do setor estatal da economia evidencia-se pela possibilidade de intervenção consciente sobre o mercado procurando moldá-lo a uma determinada forma, a qual, no fundo, nega as formas mercantis. Por outro lado, a independência do mercado encontra-se inserida na ação objetiva de uma lei econômica que, mediante o espontaneísmo, faz sua intervenção sobre as formas econômicas que a conflitam. Também a lei do valor, em que pese este espontaneísmo, atua, embora inconscientemente, na economia soviética no sentido de destruir as relações econômicas estatais, procurando adequá-las ao espaço mercantil.

Deste modo não causa surpresa que Preobrazhensky tenha atribuído somente a ação do regulador estatal a possibilidade de formação de um sistema econômico com identidade socialista. O mercado, deixado à sua própria sorte, conduziria ao sistema oposto, isto é, ao desenvolvimento do capitalismo. É por isso que, no sentido do socialismo, a existência do mercado só pode ser tolerada se governado, ou controlado, pela lei da acumulação socialista. Enquanto usufrui da economia mercantil, utilizando-a como fonte de acumulação, o regulador da economia estatal não pode atuar por meio do mercado.

A intervenção sobre o mercado identifica-se com a própria acumulação primitiva quando se observa que, a partir da consolidação do poder operário, há um evidente desequilíbrio entre a agricultura e a indústria. Não há justificativa para a permanência dessa diferença quando se pretende erguer o socialismo, já que, sobretudo, como já se viu, havia unanimidade em associar a industrialização generalizada do país com o próprio socialismo. O desaparecimento do desequilíbrio, espelhando o dirigismo estatal, seria feito por meio de determinados procedimentos, os quais deveriam ter o conteúdo de "exploração". Em termos práticos, representariam a constituição do movimento econômico entre os dois setores por meios das trocas, que passaria a ser o elo de ligação entre os mesmos.

Mas, se, como já foi lembrado, para Preobrazhensky os dois segmentos econômicos apresentavam-se independentemente, por conta de suas naturezas distintas, como a troca poderia ser um mecanismo de ligação entre eles? A troca só poderia cumprir esta função de acordo com os ditames da acumulação socialista primitiva se fosse "destituída" de seu conteúdo mercantil. Em outras palavras, se a definição dos valores intercambiados não fosse estabelecida no âmbito do mercado,

mas fora dele, de acordo com o interesse da acumulação no setor socialista. Disso decorre que a realização do valor expressaria montantes de trabalho diferentes daqueles que as mercadorias portariam. Trata-se de um sistema de **trocas desiguais**, ou de trocas de valores **não-equivalentes**. Em suma, uma substantiva transferência líquida de valores deveria fluir da agricultura para a indústria no contexto da lei da acumulação socialista primitiva.

Por outro lado, Preobrazhensky afasta com decisão a possibilidades de que as trocas se façam de forma equivalente. Com a exceção da tolerância de tal possibilidade no curto-prazo, ele argumenta que concordar com a equivalência como normalidade seria o mesmo que admitir que os dois setores da economia fazem parte de um mesmo sistema econômico, podendo existir lado a lado num equilíbrio recíproco. Se configurada uma situação como essa, seria necessário concordar que um sistema não deveria eliminar o outro. Pelo contrário, eles coexistiriam por longo tempo, ou indefinidamente.

Por último, em se concordando com a existência do mercado, seria necessário admitir a existência da moeda. De fato, Preobrazhensky não sugere a eliminação da moeda nesta fase da acumulação. Remete esta questão à lógica de seu argumento teórico, ao espírito das trocas não-equivalentes. Assim, as formas monetário-mercantis não estão descartadas, pois a questão principal não é a forma mas o conteúdo econômico das relações de troca. As formas monetário-mercantis, como se observou, estão separadas da operação da lei do valor *stricto sensu*. As trocas nas quais as formas monetárias aparecem não são idênticas às formas nas quais a lei do valor opera ¹⁷⁹

¹⁷⁹BRUS, 1972, op. cit., pp. 49-51.

Pelo que foi apresentado até aqui, não resta dúvida que Preobrazhensky procurou refletir a respeito da economia soviética tendo como elemento orientador a necessidade do cumprimento de um período durante o qual atividades capitalistas deveriam ser efetivadas. Encontra-se, assim, sua concordância com as formulações da teoria da revolução permanente quando decide abandonar a idéia de uma passagem direta ao socialismo por reconhecer que tarefas burguesas deveriam ser empreendidas sob condução do próprio proletariado num Estado operário. Esta preocupação norteia a projeção de seu modelo, e foi dada a oportunidade de percebê-lo pelo que foi acima descrito.

Repelindo a postura que conclui pela homogeneidade dos elementos econômicos internos, Preobrazhensky coloca numa posição de notável destaque a antinomia desses elementos, chamando a atenção, sempre em primeiro lugar, para o conflito e a oposição presentes internamente. O conflito não é visto num clima pessimista ou como algo que poderia ser evitado, optando-se, então, por outro caminho em que ele não estivesse presente, conclusão a que chegara, como já se viu, ao avaliar o Comunismo de Guerra. Pelo contrário, a heterogeneidade passa a ser adotada como inevitável e positiva para a conquista do verdadeiro socialismo. Evidentemente, ela não é adotada extemporaneamente, como se representasse um artificialismo teórico, mas, antes de tudo, refletia para Preobrazhensky as verdadeiras condições socio-econômicas impostas pelo desenvolvimento histórico.

Ao romper com a harmonia, Preobrazhensky, entretanto, dará ênfase desmesurada ao conflito, prejudicando com isso um fechamento aceitável para seu modelo. Se corretamente incorporara a dialética econômica da transição, por outro lado, insistiria demasiado na oposição entre os elementos econômicos, acabando por negar a própria dialética da unidade de opostos cujo desfecho por meio de determinada síntese seria de se esperar.

O traço distintivo da formulação de Preobrazhensky é a **separação** entre os setores socialista e mercantil-capitalista da economia soviética. Chega mesmo a admitir que as atividades mercantis participam formalmente do sistema econômico, o que, pensa-se, leva-o a concluir que o trânsito entre os dois segmentos ocorreria quase exclusivamente por meio da iniciativa estatal. Quer dizer, o mercado, atuando isoladamente, só teria função para a acumulação socialista no sentido de fonte fornecedora de sobreproduto. E, além disso, esse isolamento tem fortes conotações

de auto-suficiência, como a admitir que o mercado geraria este sobreproduto ao setor estatal sem vincular-se a ele. De modo que, para além do isolamento, dificilmente a lei do valor poderia ter importância para a organização da economia socialista. Por exemplo, a capacidade desta em apresentar-se referencialmente para que as unidades econômicas estatais mediassem sua eficiência está praticamente descartada em Preobrazhensky.

Em outras palavras, pode-se dizer, que rejeitando a harmonia, a tendência de Preobrazhensky é de reabilitá-la em seu modelo. Isto porque a qualificação da separação dos dois setores tem mais o significado de exclusão. Nesse sentido, ocorre o viés ao projetar unilateralmente a constituição do setor estatal com o significado de totalidade, como se a antítese já estivesse resolvida de ante-mão. É anulada a dialética imanente à presença desses dois setores opostos na direção da construção do socialismo. Ao revés, o setor socialista-estatal passa a adquirir uma autonomia que dificilmente seria permitida na situação de um país relativamente atrasado. Em vista disso, a tendência à instalação da harmonia advém da forte inclinação de exclusão das atividades mercantis-capitalistas como membros legítimos do sistema, mesmo que em condições de subordinação. Explique-se, essa legitimidade está associada ao caráter de transição do sistema, o qual deve expressar um conteúdo misto.

Essa irônica postura, que parte do reconhecimento dos opostos para concluir inadvertidamente por uma unidade em dissonância com as reais características das relações de produção, tem mesmo uma preocupação de harmonizar a atividade econômica por força de um impositivo teórico que guarda relação, na verdade, com a caracterização do autor a respeito da evolução do modo de produção capitalista na altura da segunda década do século 20.

Na visão de Preobrazhensky, tendo "(...) a economia estatal do proletariado (...) surgido historicamente 'sobre as bases do capitalismo monopolista', precisa somente aplicar a técnica capitalista do **preço de monopólio** para impor 'outra forma de tributação' sobre o setor privado. Como um trustee dos trustees, a indústria estatal podera elevar seu próprio ritmo de desenvolvimento ditando quaisquer que sejam os termos de troca que forem necessários com a agricultura. Um sistema planejado, de trocas não-equivalentes, geraria a transfusão requerida de recursos sem esperar até o crescimento voluntário das poupanças dos camponeses ()"¹⁸⁰

¹⁸⁰DAY 1988, op. cit., p. 22. Grifos no original

Essa caracterização do desenvolvimento do capitalismo tem implicação direta com a qualificação efetuada a respeito da importante questão da *concorrência*. Alias, esta é uma questão a respeito da qual ocorreram acirrados debates entre 1917 e 1920, e colocaram em posições opostas Lenin, de um lado, e Bukharin e Preobrazhnesky, de outro. Os debates tiveram como pano de fundo a interpretação do capitalismo em sua etapa imperialista. Desta interpretação se seguia uma indispensável caracterização deste modo de produção a partir da qualidade da concorrência com as consequentes conclusões que deveriam ser extraídas. Estas remetiam ao desfecho da revolução socialista colocada objetivamente em perspectiva naquela oportunidade.

Embora todos tivessem chegado à conclusão unânime quanto ao reconhecimento de que a tendência monopolística da economia capitalista transformara-se em realidade, passando a predominar amplamente sobre a livre concorrência, a discordância surgira no que tange ao *grau* da monopolização e as possíveis consequências oriundas da ênfase implícitas a cada visão. Lenin, por seu lado, afirmava que o traço distintivo do capitalismo em seu estágio imperialista, em sua fase superior, era o predomínio do monopólio, o que, entretanto, não significava o fim da concorrência, esta tivera sua forma transformada de livre concorrência em concorrência monopolista. E passara a predominar tanto a nível dos capitais internos a um país, quanto no que tange às relações entre os países capitalistas:

*"() A concorrência transforma-se em monopólio. Dai resulta um imenso progresso na socialização da produção. E, particularmente, no domínio dos aperfeiçoamentos e inovações técnicas. Já não se trata, de modo algum, da antiga livre concorrência entre empresários dispersos que não se conheciam uns aos outros e que produziam para um mercado desconhecido. () O capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à beira da socialização integral da produção, ele arrasta os capitalistas, seja como for, independentemente da sua vontade e sem que eles tenham consciência disso, para uma nova ordem social, **intermédia** entre a livre concorrência e a socialização integral. A produção torna-se social mas a apropriação continua privada. Os meios de produção sociais permanecem propriedade privada de um pequeno número de indivíduos. O quadro geral da livre concorrência, **que se reconhece nominalmente**, subsiste e o jugo exercido por um punhado de monopolistas sobre a restante população torna-se cada vez mais pesado, mais sensível, mais intolerável ()"*¹⁶¹

De sua parte, Preobrazhensky passava a afirmar com a publicação de *A nova econômica* que o fenômeno da monopolização atingira o conjunto das principais nações capitalistas definitivamente, mas enfatizava que o monopólio praticamente

¹⁶¹ LENIN, W. I. *Imperialismo fase superior do capitalismo*, op. cit., p. 25. Grifos meus.

substituiu a concorrência e, conseqüentemente, anuiu a ação da lei do valor dentro mesmo dos Estado-nações e no universo mercantil como um todo. Tal afirmação tem importância substantiva para a elaboração de seu modelo de desenvolvimento do socialismo, pois, com o (quase) desaparecimento da lei do valor nos países capitalistas, cria-se uma nova situação em que o Estado chama para si a função de organização da economia, assim, substituindo o próprio capitalista privado:

*"() com o desenvolvimento das tendências monopolistas do capitalismo termina o período ideal da livre concorrência burguesa. Os principais ramos da produção dos maiores países capitalistas são invadidos por poderosos trustes ou de todo jeito, aparecem associações que não são puramente produtivas mas associações de realização da produção, quer dizer, sindicatos e cartéis. Ocorre uma fusão dos trustes mais importantes com o capital bancário, ou então os centros bancários tornam-se o ponto de partida de um controle sobre a produção que vai muito longe. **A liberdade de concorrência é totalmente suprimida, no interior de um dado país, nos setores inteiramente organizados em trustes ou sindicatos, ou seriamente diminuída graças ao controle do capital bancário que não está interessado numa luta encarniçada entre empresas as quais ele outorga créditos e controla***

As tendências monopolistas estendem-se além das fronteiras nacionais, tentativas de criação de trustes capitalistas internacionais únicos aparecem em certos ramos e são em parte coroadas de êxito, ou ainda, toda a liberdade de concorrência reduz-se à rivalidade no mercado mundial de dois ou três trustes gigantes de um dado ramo de produção

A limitação da liberdade de concorrência conduz igualmente a limitação da ação da lei do valor, ao fato de esta lei encontrar uma série de obstáculos para sua manifestação, sendo em parte substituída por aquela forma de organização da produção e distribuição que o capitalismo pode chegar sem deixar de ser capitalismo ()"¹⁶²

A nova forma de organização da economia, uma vez surgida do desenvolvimento das tendências monopolistas do capitalismo, consolidou-se diante das circunstâncias forçadas da primeira guerra mundial entre os principais países capitalistas. Comentando a situação particular da Alemanha, nesse sentido, Preobrazhensky nos diz:

"() a regulação de toda a produção capitalista pelo Estado burguês atingiu uma profundidade sem precedentes na história do capitalismo. Formalmente a produção mercantil transforma-se de

¹⁶²PREOBRAZHENSKY 1979, op. cit., pp. 172-173. Grifos meus

*fato, nos seus principais ramos, numa produção planificada. A livre concorrência foi suprimida e a ação da lei do valor quase inteiramente substituída, em muitos aspectos, pelo princípio da planificação do capitalismo estatal ()"*¹⁸³

E conclui da seguinte maneira:

*"(...) no conjunto, o período de guerra pôs a nu a direção na qual evoluiu o sistema capitalista monopolista. Ela mostrou, com grande evidência, que a economia contemporânea está objetivamente madura para a produção planificada socialista e que tudo depende da chegada do senhor, quer dizer, da classe operária (...)"*¹⁸⁴

Adotando como marco referencial tal caracterização da economia capitalista, Preobrazhensky procede a uma derivação para a economia soviética, o que resultará na elaboração de seu modelo tão acentuadamente restritivo, como já se observou. Veja-se, então, como se manifestam as implicações limitadoras de seu modelo.

Em primeiro lugar, deve ser observada a análise da lei do valor no interior da economia soviética. Preobrazhensky, inicialmente, procede corretamente ao localizá-la vigindo normalmente como parte integrante das atividades mercantis. A composição de um sistema econômico que apresenta dois reguladores e a princípio, uma demonstração do reconhecimento da importância de uma economia mista como melhor forma para o desenvolvimento econômico. E, ainda mais, parece pretender que a economia mercantil, ao interior deste sistema, teria uma importância para a construção socialista superior aquela situada tão somente nos limites de mera fornecedora do excedente para a acumulação no setor estatal.

Entretanto, a suposta unidade dialética representada pela convivência conflituosa entre a planificação e os elementos do mercado vai aos poucos sendo desfeita para, ao fim e ao cabo, prevalecer tão somente a economia exclusivamente socialista, antes mesmo que a livre iniciativa se consolidasse como a fonte que forneceria a água que faria girar o moinho socialista. Ao final, há uma forte tendência em fazer o fins coincidirem com os próprios meios. Em outros termos, quer-se partir do socialismo para chegar ao próprio socialismo.

Isto acontece em face de uma transposição sem mediações para a economia soviética da interpretação do funcionamento da lei do valor sob o capitalismo monopolista. Esta, então, deveria no mais breve espaço de tempo ser portadora das

¹⁸³idem, pp. 173-174.

¹⁸⁴ibidem, p. 174.

mesmas características que marcavam os principais países capitalistas, onde, segundo Preobrazhensky, a lei do valor praticamente teria sido eliminada devido a supremacia do capital monopólico e ao açambarcamento da regulação econômica por meio do aparelho estatal.

Preobrazhensky, operando sobre esta matriz analítica, detecta a lei do valor atuando dentro da URSS em dissonância com aquilo que era presenciado no capitalismo central: "*(...) se a economia mercantil acha-se "minada", para usar a expressão de Lenin, desde o período do capitalismo monopolista, este processo deve ainda acentuar-se onde toda grande indústria encontra-se em mãos do Estado proletário. Mas, na medida em que trata da nacionalização da indústria, não num país tipicamente industrial mas num país em que a maior parte dos valores são criados pela pequena produção, e principalmente pela pequena produção agrícola camponesa, as tendências de caráter pré-monopolistas são aqui mais fortes do que, por exemplo, nos EUA contemporâneos. Esta é uma particularidade da economia soviética. Assim, na análise desta economia, devemos não somente observar a transformação histórica do monopolismo capitalista em monopolismo socialista mas também considerar todas as consequências da existência de um enorme setor de produção simples de mercadorias (...)*"¹⁸⁵

Se, de uma determinada maneira, esta leitura efetuada por Preobrazhensky a respeito das relações econômicas da URSS é perfeitamente correta, de outra, ela pode demonstrar uma exacerbação da oposição entre os elementos pré-capitalistas e socialistas guiada pela preocupação em "transformar o monopolismo capitalista em monopolismo socialista". Então se a oposição é muito acirrada, considerando que as atividades mercantis, naturalmente, estão mais propensas ao desenvolvimento em face do próprio atraso russo, pesa uma ameaça acentuada sobre a economia estatal. Por isso, o perigo deveria ser conjurado o mais rápido possível, o que deveria ser compreendido como a eliminação da lei do valor num espaço de tempo relativamente curto.

Sobressai, assim, uma limitação analítica proveniente da associação do desenvolvimento capitalista mais avançado com o ato de estatização dos grandes meios de produção industriais da URSS. A organização de grande parte da economia segundo os métodos da planificação representava, na verdade, muito mais uma decisão emanada de uma questão de princípio de racionalidade econômica socialista, do que a configuração de condições materiais, ou determinado acúmulo de forças produtivas. No capitalismo adiantado, aquelas

¹⁸⁵ Ibid. p. 182.

condições foram constituídas em consonância com o próprio desenvolvimento histórico daquele modo de produção ao longo de um período secular.

Se, a bem da verdade, Preobrazhensky fala corretamente de uma nova estrutura industrial cuja *organização* é mais evoluída, ao mesmo tempo, em termos concretos, na URSS, ela era apenas um objetivo a ser concretizado a partir da implantação da NEP. E esta concretização, para deixar de ser um ideal, exigia em paralelo, em determinadas condições, contraditoriamente, o "desenvolvimento" do capitalismo. Este equívoco não é cometido, por exemplo, por Lenin, quando, ao propor que a organização e a técnica industrial mais avançadas fossem implementados na União Soviética, justifica a necessidade do transcurso de um tempo histórico por ele chamado de "capitalismo de Estado". É forçoso dar razão a Lenin mesmo que não se concorde com este conceito.

Evidentemente, poderia ser afirmado que o transcurso desse tempo histórico está previsto no modelo de Preobrazhensky por meio da fórmula da lei da acumulação socialista primitiva. A afirmação estaria parcialmente correta. A insistência na exacerbação do conflito, que nega o desenvolvimento mercantil de acordo com o verdadeiro espírito da dialética da oposição entre os dois setores do sistema econômico, conduz a uma conclusão de "expropriação" das atividades privadas pela economia estatal de tal forma que esta última acabaria por extinguir as potencialidades de transfusão antes que aquela acumulação estivesse concluída.

Então, a forma proposta da "exploração" tem o evidente significado de apressar o fim do conflito em favor do socialismo. A lei do valor inerente à economia mercantil dentro da URSS deveria ser "minada" por uma intervenção que procurasse traduzir o fim da competição entre os dois setores, à semelhança, portanto, do que já ocorreria nos países capitalistas. Mesmo assim, se é correto trabalhar sob a pré-condição de rejeição do princípio das trocas equivalentes como norma condutora do fim da competição pelo prevalecimento do setor estatal, também não é aceitável o quadro teórico que sugere o fim da concorrência interna por analogia à extinção daquela no capitalismo.

Veja-se, neste sentido, a resposta dada por Preobrazhensky à questão teórica fundamental que postula a possibilidade de trocas desiguais entre a economia estatal e o setor não socialista: "(...) é não somente possível mas inevitável em nossa situação (...) a política de preços conscientemente calculada com vistas à alienação de uma parte **determinada** do sobreproduto da economia privada sob todas suas formas. Uma tal política é possível porque a economia estatal do proletariado nasce historicamente a partir do capitalismo monopolista. E

este último, a partir da supressão da livre concorrência, acarreta a criação de preços monopolistas no mercado interno para produtos de sua própria indústria, recebe um lucro suplementar em razão da exploração da pequena produção e prepara, assim, o terreno da política de preços durante o período da acumulação socialista primitiva. Mas a concentração de toda a grande indústria do país em mãos de um truste único, a saber, o Estado operário, aumenta consideravelmente as possibilidades de realizar, através do monopólio, uma política de preços que não é outra coisa senão uma forma de taxaço da economia privada. Os obstáculos que a economia estatal encontra nesta via não consistem em sua falta de força econômica para realizar tal política mas antes de tudo na necessidade de unir esta política a uma política de baixa de preços, o que só é realizável se o rebaixamento dos custos de fabricação se efetua ainda mais rapidamente. (...).¹⁸⁶

A aplicação da técnica capitalista do *preço de monopólio* sugere uma super-transfusão do sobreproduto do setor privado. Desde o início o preço de monopólio já se apresenta como uma forma extraordinária de taxaço sobre aquele setor. Mas, desde que a economia estatal adquira níveis mínimos de eficiência, essa tributação se acentua em face da queda do valor dos bens industriais, já que, pelo que se presume das afirmações de Preobrazhensky, levando em conta as necessidades da acumulação, seus valores nominais teriam um limite de inflexão para baixo. Ao mesmo tempo, em se reconhecendo que por determinado período a própria indústria não poderia criar uma demanda necessária ao seu desenvolvimento em determinados níveis, esta demanda deveria em grande parte ser constituída pela procura da economia mercantil, sobretudo aquela oriunda da agricultura. Diante de semelhante situação, as possibilidades de uma acumulação mínima no setor privado, equivalente àquela demanda, seriam bem reduzidas.

Em vista disso, a evolução deixava de ser histórica, social, para ganhar contornos muito mais administrativos. As conseqüências desta forma de exploração do sobreproduto do setor privado, pensa-se, apresentava fortes tendências à deformação da organização econômica no que concerne à proporcionalidade e às relações entre os diversos ramos. A tendência a prognosticar ritmos diferenciados entre o crescimento da economia estatal, por um lado, e para o definhamento das atividades mercantis, por outro lado, permite chegar a tal conclusão.

A tendência contraditória relativa à harmonização notada em Preobrazhensky pode ser vista por outro ângulo. Não é difícil observar nas análises do nosso autor uma interpretação econômica que reflete a influência da ameaça capitalista contra o

¹⁸⁶ Ibid. p. 125. Grifos no original.

socialismo localizada não apenas no plano interno como também externamente. E daí, a derivação para o isolacionismo flui rapidamente. Comentando a ascensão da economia norte-americana para o primeiro lugar entre as mais desenvolvidas ao final da primeira guerra e a forte concorrência que os países capitalistas europeus passariam a sofrer da parte dela, Preobrazhensky faz uma afirmação geral que se aplicaria também à URSS. Assim, a forma mais eficaz de enfrentar vitoriosamente essa concorrência seria passar ao socialismo porque "*somente o monopolismo socialista pode enfrentar a pressão dos monopólios capitalistas*". A capacidade de enfrentamento à economia dos EUA seria possível não sobre as bases de uma superioridade econômica que não existia, mas por meio de uma estrutura de *organização* de toda a economia num nível mais elevado.¹⁸⁷

Esta superioridade organizativa tem como significado a planificação socialista da economia naqueles países que optassem pela abolição do capitalismo. Se "*para a Europa atual, a antiga liberdade de concorrência não é mais possível de nenhum ponto de vista, é necessário escolher entre o monopólio capitalista, que está ligado externamente ao monopólio dos EUA e o monopólio socialista interno*".¹⁸⁸

Em face da argumentação externada por Preobrazhensky que supõe o fim da ação da lei do valor no mercado mundial, é possível admitir implicitamente uma preocupação em construir uma posição de autarcia para a URSS. Considerando o reconhecimento do fim da lei do valor, uma séria implicação revela-se enquanto desconhecimento dos verdadeiros freios impostos ao desenvolvimento da economia soviética pelas forças econômicas externas.

Como já se observou, Preobrazhensky resvala em sua ênfase no apressamento do fim da atuação interna da lei do valor na possibilidade do crescimento socialista auto-sustentado. Dessa maneira, apesar da insistência em apresentar o monopólio do comércio exterior como instrumento importante para o crescimento, estão pouco evidenciadas, por conta daquela interpretação das características econômicas internas e externas, as possibilidades positivas de intervenção na economia mundial, como membro integrante deste mercado, no sentido de tornar a acumulação socialista um resultado concreto.

Por força de sua caracterização particular da economia mundial Preobrazhensky enxergava muito mais uma forma particular da desigualdade inerente à oposição do socialismo ao capitalismo. Trata-se de uma visão subjetiva dessa desigualdade. Todavia, o método correto de interpretação desta economia é

¹⁸⁷ Ibid. p. 180.

¹⁸⁸ Ibid. pp. 180-181.

aquele que emana da ação da lei do valor, que não havia se extinguido, e que impõe uma "desigualdade combinada" entre os países, uma divisão internacional do trabalho. Esta não poderia ser rompida simplesmente porque o socialismo prevalecia em um determinado país, enquanto os demais, em sua imensa maioria, permaneciam sob o jugo do capital.¹⁸⁹

¹⁸⁹DAY, 1988, op. cit., p. 23.

CAPÍTULO IV

A LÓGICA ECONÔMICA DA AUTARQUIZAÇÃO: DESPROPORCIONALIDADES E DEFORMAÇÕES

INTRODUÇÃO

Não seria equivocado, tendo como fundamento o que foi discutido até aqui, afirmar-se que a elaboração da teoria do socialismo num só país representou uma profunda reversão da concepção marxista do processo de deflagração e estabelecimento do socialismo. Inequivocamente, o caráter dessa revisão representou um iniciativa de ordem ideológica cuja finalidade primordial está em inteira concordância com a busca de afirmação e perenidade de um determinado segmento social como força política dominante no interior de um país particular. Indubitavelmente, porém, tal invenção teórica demonstrou o talento "criativo" de um grupo social que se revelaria ao mundo como uma ditadura terrorista e cruel para assegurar a vitória de seus propósitos.

Colocado dessa maneira, torna-se indispensável proceder-se a uma fundamental distinção entre o projeto socialista original e aquele resultado econômico-político-social decorrente da ação da burocracia, por muitos chamado de "socialismo real". De tal maneira que se tenha claramente em mente que o regime burocrático representa uma aberração se comparado com o objetivo formulado pelo marxismo como um resultado a ser alcançado em decorrência da necessária superação do capitalismo.

O Estado operário burocratizado tornou-se um objetivo em si mesmo, uma organização econômico-política particular e historicamente acidental na via da construção do socialismo. Tratando-se de um resultado histórico imprevisto, mas nem por isso inexplicável, a deformação do Estado operário apresentou como correspondência a geração das bases para o estabelecimento de uma estrutura identificada com o desenvolvimento e afirmação da burocracia. Esta estrutura, longe de ser igualada ao capitalismo, ao mesmo tempo não pode ser identificada com o socialismo. O projeto socialista original acabou metamorfoseado para adquirir a condição de *habitat* de uma expressão social que negava e neutralizava a classe operária como força histórica transformadora, arrastando-a para uma posição de subordinação no sentido da viabilização de seus privilégios materiais.

As elaborações e atitudes de ordem econômica encetadas pela burocracia, então, expressaram uma correspondência com o significado ideológico do socialismo em um só país, embora aplicadas em nome do próprio socialismo, fato que, evidentemente, não surpreendente por se tratar de uma ideologia.

Argumenta-se aqui, portanto, que as medidas econômicas efetivadas sob a decisão de Stalin, devem ser vinculadas ao propósito burocrático e não ao objetivo socialista. Por essa razão, os fundamentos e conseqüências da organização econômica estabelecida pela burocracia tem lógica e coerência próprias. Evidentemente, comparadas às determinações exigidas para a edificação do socialismo na URSS representam uma total deturpação, resultando, então, nesse sentido, num aparelho econômico deformado e carregado de desproporcionalidades em virtude da lógica econômica requerida para a complementação e finalização da ordem burocrática.

Neste capítulo de encerramento do presente trabalho, serão desenvolvidas as conclusões através das quais procurar-se-á mostrar que a organização econômica sob a burocracia apresenta-se como uma estrutura especial e particular, ao mesmo tempo negadora da necessária transição ao socialismo. O aparelho econômico stalinista, decorrente de um arcabouço teórico que faz a apologia da autarquia econômica, firmou-se como a aplicação de um verdadeiro "salto" entre o capitalismo, derrubado enquanto regime pela revolução de outubro, e o socialismo, caricaturado pela intervenção burocrática.

Ver-se-á a lógica de funcionamento desse aparelho e, concomitantemente, como Stalin soube se valer das idéias e concepções de seus adversários para, retiradas de seus contextos originais, legitimar suas ações atribuindo a si próprio a

condição de representante máximo do ideal socialista da humanidade. Esse tratamento visa, dessa maneira, localizar as fontes e as raízes das deformações que levaram à ruína do sistema burocrático no final da década de 80, comprovando com isso, sua total incompatibilidade com uma organização econômica inspirada no socialismo nas circunstâncias históricas que se apresentaram para a URSS depois de 1917.

4.1 A DIALÉTICA ECONÔMICA DA TRANSIÇÃO III: O RETARDAMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO E A MODERNIZAÇÃO SOVIÉTICA

A análise a ser desenvolvida neste capítulo parte do reconhecimento de uma situação de excepcionalidade que demanda uma necessária identificação e balizamento teórico: reporta-se às alternativas possíveis que podem ser empregadas no campo da economia para aquele país atrasado que empreende a revolução proletária, mas permanece por um tempo indeterminado como o único que realiza tal evento. Elas decorrem de uma situação que se configurava em oposição ao projeto revolucionário russo referido como um *ponto de partida*, mas, que, ao mesmo tempo, inseria-se num processo de maior envergadura, abarcando a expansão da revolução proletária para outros países capitalistas desenvolvidos da Europa; era esperada uma drástica modificação relativamente à qualidade das relações econômicas previstas entre aquele país pioneiro e os demais se estes ingressassem na era do socialismo num tempo imediatamente subsequente.

Identifica-se aí a perspectiva que compreendia o socialismo como uma totalidade, isto é, enquanto um sistema envolvendo ao mesmo tempo um conjunto de vários países, entre os quais, obrigatoriamente, aqueles que se encontravam entre os mais desenvolvidos do mundo capitalista. Segundo esta visão, o socialismo só poderia ser considerado terminado - entendendo-o, de acordo com a definição de Marx, como o estágio preliminar do comunismo - quando aquele conjunto oferecesse, em termos do desenvolvimento das forças produtivas, um grau de evolução superior ao mais elevado alcançado pelas mesmas sob o capitalismo.

A situação que se concretizaria, entretanto, anteriormente vista como possibilidade teórica inquestionável, mas peremptoriamente indesejada, como realização histórica, teria, então, a marca da excepcionalidade por apresentar a confirmação da inédita existência de um único Estado operário em meio a uma situação mundial exclusivamente capitalista. Mesmo assim, a Rússia revolucionária permaneceria candidata ao socialismo: esta aspiração se confirmaria por meio da preservação da propriedade coletiva dos meios de produção e da ditadura do

proletariado imediatamente após a constatação da não expansão internacional da revolução no curto prazo.

Em conformidade com isto, as esperadas relações internacionais de solidariedade, colocadas no horizonte imediato da URSS após outubro de 1917, sequer conheceram seu início, fato este que provocaria o inevitável repensar das relações econômicas a ser implementadas interna e externamente visando o prosseguimento dos primeiros passos em direção ao socialismo. Entretanto, os termos explicativos que deveriam qualificar o resultado a ser perseguido em face do ineditismo trouxe à tona duas alternativas inerentes aos projetos desejados pelas forças políticas intervenientes: para uma delas o socialismo deveria ser requalificado, passando a ser admitido, nas novas circunstâncias, como um fim em si mesmo no interior de um único país, ou seja, admitindo-se que a URSS chegaria sozinha à conclusão de seu "estágio inferior do comunismo". Já para a outra força política, o procedimento a ser adotado destacava o reconhecimento de que o país poderia conquistar um desenvolvimento econômico significativo, melhorar substantivamente o grau de equidade e as condições materiais de existência de sua população e modernizar-se radicalmente segundo parâmetros pós-capitalistas admitindo a impossibilidade da conclusão do socialismo por seus próprios meios.

Quando da elaboração da teoria da revolução permanente Trotsky concluía, como já foi visto, que um país atrasado poderia iniciar seu caminho para o socialismo, porém seria impossível ao mesmo ir até o fim isoladamente, suposição que por si só estaria desprovida de sentido dialético. Tendo em vista a constituição do capitalismo internacional e de seu mercado mundial, uma divisão internacional do trabalho se impusera alocando as diversas nações em funções específicas para a viabilização da reprodução do sistema enquanto uma totalidade. Chegara-se a uma época em que o destino de um país, seja qual fosse, estaria inevitavelmente amarrado aos demais de acordo com uma integração norteada pela lei do valor em seu espaço internacional.¹⁹⁰

Simultaneamente, essa integração objetiva sob o capitalismo demonstrava cabalmente que o socialismo moderno só poderia ser reconhecido como um sistema que reuniria os povos por meio de vínculos econômicos (e políticos) representativos de um conteúdo coletivista e cooperativo no plano internacional. Por outro lado, na esfera da individualidade nacional, um país controlado pelos trabalhadores deveria ser considerado, quando muito, em trânsito para o socialismo, embora não

¹⁹⁰IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996, cap. VIII.

estivesse descartado grandes avanços em suas condições materiais internas *vis a vis* a resultante da anarquia capitalista.

O significado dessa análise importa reconhecer que, mesmo na situação muito expressiva da expropriação da burguesia e da passagem do controle dos meios de produção para as mãos da classe operária, levando em conta o impedimento da inserção num espaço internacional de trocas em bases solidárias, que representariam, ao menos parcialmente, a neutralização dos efeitos da lei do valor, a possibilidade do auto-desenvolvimento socialista poderia ser considerado como uma alternativa inviável: "(...) *em última análise, os limites da transformação socialista são determinadas pelas condições da economia e da política no cenário mundial. Não importa quão grande seja o **rush** de uma nação em seu desenvolvimento, ela não poderá omitir a realidade da vida em nosso planeta. (...)*"¹⁹¹.

Na condição de uma ilha isolada em meio ao mar capitalista, a URSS poderia, evidentemente, seguir uma via de desenvolvimento que a conduzisse para muito além dos estreitos limites materiais verificados quando da revolução de outubro. Os requisitos mínimos para tanto já existiam na forma da propriedade estatal e da possibilidade de aplicação do planejamento, elementos que permitiriam ao país, em face de suas enormes reservas naturais e humanas, ultrapassar um quadro econômico-social que se situava em um nível bastante insignificante comparativamente aos demais países capitalistas adiantados. Todavia, este seria um vôo limitado se o compararmos à exigências do empreendimento socialista. Esta era, na verdade, a nova natureza daquilo que fora considerada a "particularidade" russa quando da teorização da possibilidade do início revolucionário pela via de um país atrasado, se bem que o mais apropriado seria chamá-la agora de "excepcionalidade".

O certo era que, independentemente do *quanto* a Revolução Russa representara um progresso, perante a perspectiva de efetivação do socialismo, sua dependência do processo revolucionário mundial não decrescera e nem desaparecera. Isto seguiria sendo verdade mesmo que internamente fosse constatado um elevado progresso material proveniente de uma ação econômica realizada exclusivamente dentro das fronteiras nacionais. A dedução a que se deve chegar, então, é que este desenvolvimento poderia prosseguir até certo ponto a partir do qual a necessidade do estabelecimento de relações de trocas internacionais cobraria seu lugar.

¹⁹¹TROTSKY, 1977, op. cit., p. 1015.

Muitos daqueles que comungam com a idéia do socialismo dificilmente concordariam quanto à formulação de que o mesmo poderia ser descrito como uma situação em que a produção social apresentar-se-ia de forma planejada e harmoniosa para o atendimento das necessidades humanas. Para tanto, alinha-se a esse significado, entendendo-o como um resultado histórico, realiza-se a exigência do cumprimento de uma premissa: a solução do problema do socialismo vem como conseqüência da solução do problema das forças produtivas. Estas, porém, no estágio do desenvolvimento humano contemporâneo, são de natureza mundial. Tal realidade, conseqüentemente, impôs sérias limitações às ações independentes do Estado nacional no contexto do capitalismo. Por extensão, o mesmo Estado, na condição do isolamento, não representa o pré-requisito mais adequado para a constituição de uma sociedade socialista em sua integralidade.¹⁹²

Dada a impossibilidade temporária, ou ainda, o adiamento por um tempo determinado dos primeiros passos relacionados à constituição do processo de desenvolvimento harmônico das forças produtivas e da instalação de uma interação dial ligada à construção do socialismo, o isolamento do Estado operário temporariamente atrasado colocava-o numa posição vulnerável frente ao mercado mundial. Assim sendo, se a efetivação da ditadura do proletariado não representava automaticamente a garantia da construção do socialismo, como já se sabe, por outro lado, esta mesma ditadura em seus fundamentos econômicos apresentar-se-ia como o instrumento indispensável para que, em se vinculando ao mercado mundial, considerando a hipótese da ação militar agressora da burguesia, o país não fosse reincorporado ao capitalismo, isto é à divisão internacional do trabalho imposta pela lei do valor.

Certamente, também, seria incompatível com a idéia do socialismo, entendido como um processo internacional, esperar paralisado pelo sucesso de uma revolução mundial a acontecer num tempo imprevisível e, por isso, supor como inevitável a realização de uma etapa de desenvolvimento capitalista comandada diretamente pela burguesia ocupando o poder político. Seria, evidentemente, uma alternativa em consonância com a entrega do poder à burguesia e a desistência da tentativa de realizar o socialismo na URSS diante da não efetivação por um tempo indeterminado da mundialização da revolução. Por conseguinte, considerando a situação efetiva de concretização da revolução proletária na Rússia, a alternativa de fundamento socialista mais recomendada, sabendo que o socialismo não poderia ser construído integralmente no país, seria a de procurar conduzi-lo para um estágio positivo de

em, p. 1027.

industrialização e modernização cujos resultados apreciáveis, a redução de conflitos e desigualdades sociais, poderiam ser efetivados se o recurso ao modelo da república liberal-burguesa. Um resultante desenvolvimento relativamente harmônico poderia ser alcançado dentro de um Estado operário com poder respeitável o suficiente para manter-se na ordem-do-dia como o ponto de partida estimulador da revolução proletária em outros países importantes. Este resultado só poderia ser alcançado se os instrumentos socialistas já obtidos fossem empregados racionalmente em consonância com a economia internacional, procurando extrair desta parte significativa dos meios materiais necessários a este desenvolvimento interno parcial, o único possível, naquelas circunstâncias, em compatibilidade com o projeto universal do socialismo. Contudo, o elemento estratégico mais significativo implícito a tal decisão vinculava-se à necessidade da URSS não atrasar-se acentuadamente relativamente ao capitalismo; se o atraso se confirmasse, sua existência enquanto Estado operário estaria ameaçada, pois a divisão internacional do trabalho pressionaria por sua integração à mesma como uma esfera do capitalismo mundial.

O mais notável é que Trotsky avançara um tanto precocemente a hipótese do recuo da revolução mundial e a possibilidade de renovação do capitalismo. Suas palavras proferidas no Terceiro Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1921, parecem ter sido confirmadas, ao menos parcialmente, pela realidade das décadas seguintes:

"(...) Aqui nos aproximamos da questão do equilíbrio social (...). Se considerarmos - e vamos assim considerar por um momento - que a classe trabalhadora não consiga empreender a luta revolucionária, e permita que a burguesia governe o destino do mundo por um longo período de anos, digamos, duas ou três décadas, então certamente algum novo tipo de equilíbrio será estabelecido. A Europa sofrerá um retrocesso violento. Milhões de trabalhadores europeus morrerão de desemprego e inanição. Os Estados Unidos serão forçados a se reorientarem no mercado mundial, reunir sua indústria, e recolher-se por um período considerável. Posteriormente, depois que uma nova divisão mundial do trabalho seja assim estabelecida em agonia por quinze, vinte ou vinte e cinco anos, uma nova época de crescimento capitalista pode talvez ocorrer".¹⁹³

As exigências impostas pelas novas circunstâncias passavam a indicar, por conseguinte, que a construção do socialismo na URSS não deveria acontecer, em que pese o agravamento das dificuldades, em dissonância com a perspectiva do processo mundializado. Assim, se impunha o desenvolvimento interno

¹⁹³Apud MANDEL, 1995, op. cit., p. 30.

necessariamente como uma etapa da construção do socialismo, sem, portanto, admiti-lo como possível em sua totalidade no plano nacional. Procurar os recursos do capitalismo desenvolvido ao mesmo tempo em que criava uma contradição excepcional, simultaneamente apresentava-se como a decisão mais acertada, posto que o isolamento resultaria em pouco mais que a confirmação da independência política do Estado operário. Seria apenas a verificação da redundância de uma situação já assegurada pelas modificações operadas em face da implantação dos fundamentos advindos da conquista do poder e da expropriação da burguesia. Enquanto que, do ponto de vista econômico, a independência não passaria de uma ilusão que se conformaria mediante o emprego de atitudes pseudo nobres, mas que resultariam no rompimento dos canais que poderiam oxigenar mais eficazmente as veias do aparelho econômico nacional, aí sim, demonstrando, através da qualidade dos resultados internos, quão dependente da economia internacional apresentava-se esse "socialismo" entre quatro paredes.

Então, é necessário que fique bem claro: a proposição de vincular a União Soviética ao mercado mundial em nada se equipara a uma posição de abandono do socialismo. Pelo contrário, desenvolver da melhor maneira possível os fundamentos socialistas do país, sem contudo pretendê-lo como o socialismo "possível", apresentava-se como a garantia potencial de que o próprio socialismo poderia vir a ser efetivamente uma realidade entre os seres humanos. Nesse sentido, tornava-se um imperativo a rejeição da utopia representada pelo projeto do socialismo num país isolado, mesmo que este fosse apresentado sob o argumento demagógico de que o "melhor" socialismo resultaria da interpretação que identificava a oposição entre socialismo e capitalismo em termos absolutos.

Enfim, não se tratava de colocar a questão do desenvolvimento interno em termos de pura dependência ou pura independência, mas sim ter clareza quanto à possibilidade de recorrer à dependência - estabelecida sob a proteção da independência representada pelo caráter do Estado operário - como pré-requisito de inestimável importância para a criação de uma base objetiva na via de perseguição de uma independência tão imaginada quanto possível.¹⁹⁴

Em 1932, observando a trajetória percorrida pela URSS desde a revolução de outubro de 1917, e reafirmando suas reflexões desenvolvidas durante a década de 20, quando ainda compartilhava do poder como minoria quase impotente, Trotsky faria no *Boletim da Oposição* uma síntese dos requerimentos que se faziam

¹⁹⁴DAY, 1988, op. cit., p. 22.

necessários para a reversão de um quadro já tão aprofundadamente deformado pela iniciativa stalinista:

*"a luta dos interesses vitais, na forma de um novo fator de planificação, leva-nos para a função da política, que é a economia concentrada. O equipamento dos grupos sociais da sociedade soviética é (e deve ser): os soviétes, os sindicatos, as cooperativas, e acima de tudo toda a regulamentação partidária. Somente a interação destes três elementos, da planificação estatal, do mercado e da democracia soviética, pode prover a economia com direção própria numa época de transição".*¹⁹⁵

Claro está que a via do desenvolvimento econômico soviético norteado pelo estabelecimento do envolvimento com o mercado mundial representava uma concepção composta por distintas variáveis, entre as quais estava a indispensável necessidade da democracia socialista. Posto que a planificação era concebida por Trotsky e outros líderes bolcheviques como, antes de tudo, um processo de escolha e decisões coletivas, expressando a implementação da vontade do *sujeito* histórico decisivo para a efetivação da transformação, a classe operária e os camponeses teriam que desfrutar da liberdade de exercer seu papel amplamente.

Por outro lado, o conteúdo da teoria do socialismo num só país, ao tempo em que pregava a independência do socialismo diante do capitalismo, na prática efetivava-se como o veículo através do qual a burocracia procurava constituir sua independência diante do próprio proletariado e demais classes trabalhadoras presentes internamente. No fundo, essa postura da burocracia revelava sua necessidade de comportar-se de forma *bonapartista*, isto é, equidistante dos trabalhadores assim como da burguesia, já que, tendo a propriedade estatal dos meios de produção como seu meio natural, para afirmar-se como grupo social autônomo, teria que diferenciar-se socialmente frente aquelas duas classes.

Essa observação torna-se significativa para análise dos fundamentos econômicos do stalinismo como um fenômeno revestido de novidade histórica. A teoria do socialismo num só país, por isso, deve ser tratada como um instrumental ideológico em que estão presentes como requisitos fundamentais a inobservância e o cancelamento da democracia soviética e, em simultâneo, a garantia de liberdade e soberania de movimento para aquela que assumira o lugar de "sujeito" histórico, qual seja, a própria burocracia.

Evidentemente, salta aos olhos que a crítica e interpretação da organização econômica do stalinismo apoiada na estrutura teórica da revolução permanente

¹⁹⁵Apud DAY, *Idem*, p. 28.

deva incorporar naturalmente a tese do socialismo num só país com seu significado autoritário e anti-democrático. Estas duas características, por outro lado, não poderiam se fazer presentes no mecanismo sugerido para o desenvolvimento soviético que rejeitava a posição do isolamento e da autarquia nacional e econômica. Antes, a independência de classe dos trabalhadores e o exercício da democracia operária apresentavam-se como os elementos fundamentais garantidores de seu possível êxito.

As formulações econômicas reunindo planificação e mercado eixadas na teoria da revolução permanente, considerando a **inevitabilidade do retardamento da expansão revolucionária além fronteiras**, frutificaram proficuamente na URSS. As mais representativas foram apresentadas e discutidas no capítulo III. Elas podem ser observadas quase sistematicamente nas contribuições de Trotsky; menos consistentemente nas proposições apresentadas por Preobrazhensky; explicitamente, embora de forma menos sistemática nas propostas de Lenin. E podem ser encontradas aleatoriamente em algumas formulações de Bukharin. Contudo, delas é possível compor um modelo "unificado":

1) Um determinado pano de fundo norteia a reunião das elaborações dos autores em questão visando a composição de um modelo de desenvolvimento econômico adequado às determinações históricas verificadas na primeira metade da década de 20, ou mais precisamente entre 1917 e 1925: a) a União Soviética não poderia manter seus fundamentos proletários indefinidamente em meio a um ambiente internacional eminentemente capitalista se procurasse fazê-lo por conta própria; b) insistir com a convicção de que suas forças próprias, e dentro dos limites nacionais, seriam suficientes para solucionar a contradição entre cidade e campo seria um erro, posto que este era um problema agrário e de desenvolvimento econômico; c) reconhecer que a URSS deveria manter abertas suas portas de comunicação com o exterior seria ao mesmo tempo negar a possibilidade de criação do socialismo a nível nacional, pois esta questão remetia diretamente ao problema ligado ao sistema mundial da divisão do trabalho.

Inferre-se destes requisitos que reformas políticas e econômicas em bases socialistas seriam possíveis e necessárias, para o que um conjunto de medidas deveriam concorrer, entre as quais despontava a interrelação entre o proletariado e o campesinato. Todavia, essas transformações estavam objetivamente limitadas pelas condições da economia e da política no espaço mundial da luta de classes.¹⁹⁶

2) A base metodológica sobre a qual a política econômica deveria ser pensada encaminhava diretamente para a questão do princípio da *dialética econômica de transição*. Tal suposição implicava o reconhecimento da *heterogeneidade* econômica e social revelada tanto no plano interno quanto da comparação entre a URSS e o resto do mundo, valer dizer, com o sistema capitalista internacional. Esta evidência indicava a inevitabilidade da construção de uma organização econômica em que fundamentos socialistas (particularmente a planificação e o monopólio estatal do comércio externo) se associariam com elementos econômicos mercantis (entre os quais, a liberdade de acumulação privada, a liberdade de comércio, a utilização do princípio do equivalente geral [dinheiro] e as trocas de fluxos de mercadorias e finanças com o mercado mundial). Desta maneira, a economia soviética deveria ser caracterizada como representativa de uma unidade dialética, cabendo portanto, designá-la por uma economia "mista" cuja melhor definição, porém, é representada pelo termo *sistema de economia socialista-mercantil*.¹⁹⁷

3) Este sistema seria composto substantivamente por dois grandes setores: um **setor estatal**, do qual fariam parte, principalmente, os grandes meios de produção representados pela grande indústria, meios de transporte, reservas minerais, sistema bancário e creditício, além do aparelho de comércio com o exterior e parte do aparelho de comércio interno. Um **setor privado**, do qual a pequena burguesia seria a força social amplamente majoritária. Ele seria formado, sobretudo, pelas atividades econômicas agrícolas (a agricultura camponesa), além do pequeno comércio privado no campo e na cidade e da pequena indústria, assim como o grande capital privado, na forma de arrendamentos e concessões, principalmente na indústria.¹⁹⁸

4) Os dois setores componentes do sistema de economia socialista-mercantil representariam a convivência simultânea do princípio da planificação e da lei do valor. Indicariam a existência de dois reguladores econômicos que conflitariam entre si, mas nem por isso deixariam de representar um todo orgânico. As interrelações

¹⁹⁶ TROTSKY, 1977, op. cit., pp. 1012 e 1015.

¹⁹⁷ LENIN, 1987, op. cit.; PREOBRAZHENSKY, 1979, op. cit., pp. 62 et seqs; TROTSKY, 1974, op.

cit.
¹⁹⁸ LENIN, 1987, op. cit.; PREOBRAZHENSKY, 1979, op. cit.; TROTSKY, 1974, op. cit., p. 83; BUKHARIN, 1982, op. cit., pp. 102-103.

entre os ramos e setores da economia seriam afetados diretamente pela existência do mercado. As relações entre o setor estatal e o setor privado, por isso, **não** seriam formais, o que se explica pelo fato de cada um deles não se esgotar em si próprio, isto é, não são excludentes em sua funcionalidade. Por outro lado, porém, esta estrutura orgânica se movimentaria, em última instância, segundo a orientação do princípio da planificação socialista. Por sua vez, a planificação é ajustada tendencialmente no sentido de seu prevalescimento sobre o gradual desaparecimento da lei do valor. O objetivo histórico final, que serve como norma orientadora, é o de condicionar a economia camponesa, que se desenvolve espontaneamente por intermédio do mercado, por meio do Plano. Caberia ao Estado dirigi-la para um futuro Plano Único.¹⁹⁹

5) Este período da economia de transição, que coincide com um prazo indeterminado de relações de troca com o capitalismo mundial, deveria ser admitido como o da *acumulação socialista primitiva*. Sua existência seria caracterizada como o período em que se constituem os alicerces da *reprodução socialista ampliada*, a qual, contudo, somente poderia vir à luz no contexto das relações socialistas de troca com outras nações.²⁰⁰

6) A lógica dessa acumulação tem como finalidade o desenvolvimento industrial em grande escala e de forma generalizada. Isto acarretaria a canalização do movimento da circulação econômica em função da indústria como elemento de dinâmica. A princípio esta descrição localiza a agricultura como base insubstituível da evolução industrial, mas com a ressalva de que a progressiva incorporação da agricultura à esfera da indústria faria desta última cada vez mais um mercado poderoso e autônomo. O reconhecimento do papel pioneiro da produção agrícola repousa justamente em sua função inquestionável de impulsionadora do crescimento da produtividade do trabalho na indústria. A busca da progressão permanente desta é condição *sine qua non* para a unificação entre cidade e campo e para o desaparecimento da linha divisória entre indústria e agricultura.²⁰¹

7) O processo da acumulação primitiva socialista ocorrendo por intermédio da circulação mercantil aconteceria segundo o mecanismo das trocas de mercadorias onde prevaleceria o conceito das *trocadas desiguais*. Seu significado espelharia a necessidade da criação de um mecanismo de transferência líquida de valores da agricultura para a indústria. Isto é, parte do sobreproduto agrícola financiaria a indústria de acordo com o processo de trocas não equivalentes entre bens

¹⁹⁹PREOBRAZHENSKY, 1979, pp. 157-163; TROTSKY, 1928, p. 33; 1974, pp. 81-83.

²⁰⁰PREOBRAZHENSKY, 1979; TROTSKY, 1928, 1931, op. cit.

²⁰¹TROTSKY, 1928, pp. 61-62.

industriais e agrícolas favoráveis aos primeiros. Entretanto, a fixação dos preços industriais fugiriam parcialmente à norma do valor, situando-se, portanto, na esfera do interesse do Plano, o que levaria à prática dos preços administrados pelo Estado, não em função de seu grau de monopólio mas em consequência do seu poder político. De tal maneira que semelhante forma de tributação não resultasse no sufocamento e na inviabilização da agricultura, mas, revelasse, principalmente, o crescimento da eficiência da indústria, a única alternativa para a preservação do mecanismo das trocas desiguais dentro de certos limites de afastamento dos preços. Conjugadamente a este dispositivo, primordialmente nos anos da estrita recuperação do funcionamento da indústria, seria aplicado uma imposto direto sobre o resultado da produção agrícola que receberia o nome de *imposto em espécie*.²⁰²

Estes parâmetros descrevem uma forma particular de distribuição do excedente social. Considerando que a presença dos mecanismos mercantis visavam a utilização de forças econômicas vinculadas à acumulação privada em proveito do desenvolvimento da economia estatal, evidentemente se fazia necessário um procedimento que impedisse a concentração crescente do referido excedente em mãos particulares por meio da forma do capital-dinheiro. Tal procedimento, portanto, seria o mesmo que permitiria uma elevação permanente de parte do excedente agrícola em direção ao setor estatal da economia, o que, certamente, remetia à questão importante do desenvolvimento da agricultura a longo prazo e das potenciais consequências que disso decorria em termos de diferenciação social que dele emanava.²⁰³

8) O princípio de preservação e estímulo da agricultura privada em determinadas circunstâncias também se relacionava à oportuna prática da relativização da planificação administrativa. A recusa da planificação absoluta casava-se com a desejável e recomendável iniciativa de submeter o setor econômico estatal à prova do mercado, questão esta que reivindicava a manutenção do princípio da concorrência, do cálculo econômico e do equivalente geral. O Plano deveria ser concebido como um processo em mutação, uma *hipótese de trabalho*, impulsionado não apenas pela **alavanca política** da democracia operária, mas também pela **alavanca financeira**.

A importância desses dois instrumentos radica no papel que pöderiam desempenhar para o esvaziamento do conteúdo dogmático do Plano, reforçando, dessa maneira, a importância de um determinado mecanismo de regulação e adaptação. E a materialização de semelhante mecanismo de adaptação só se

²⁰²LENIN, 1987, op. cit.; PREOBRAZHENSKY, 1979, op. cit., TROTSKY, 1974, op. cit.

²⁰³Mandel, 1995, op. cit., p. 94.

confirmaria em consonância com um sistema monetário estável, exigência indispensável para que a moeda exerça sua função de padrão de medidas penetrando nos poros da sociedade e ao mesmo tempo garantindo sua conversibilidade perante outras moedas nacionais. Apenas dessa maneira o preço poderia ser tratado como uma categoria econômica e não como uma categoria administrativa, isto é, ele espelharia a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção dos bens, neste sentido orientando a economia estatal na busca da melhor eficiência possível.²⁰⁴

Esta formulação sintetiza a concepção que reconhecia o conflito histórico que consubstanciava a estratégia da dialética da economia de transição. A solução do conflito, então, passaria inevitavelmente por um processo gradual de atitudes econômicas e políticas.

9) O desenvolvimento socialista da economia, ou a consolidação da acumulação socialista primitiva, repousa sobre uma determinada concepção de **proporcionalidade econômica**. Assim, se o desenvolvimento industrial exigia uma interdependência entre indústria estatal e agricultura camponesa, ao mesmo tempo impunha a interdependência entre a economia soviética e a economia mundial. A questão da proporcionalidade econômica, como se vê, está ligada ao problema fundamental da *proporção* do tempo de desenvolvimento da economia soviética em relação à economia mundial. Ou ainda, vincula-se à problemática da fundamentação mais adequada de desenvolvimento como forma de resistência às pressões econômicas do capitalismo internacional. Portanto, a proporcionalidade econômica interna fundada sob o reconhecimento da inclusão da economia soviética na divisão internacional do trabalho recai diretamente sobre a questão do rendimento do trabalho, e por extensão, na questão da quantidade, qualidade e do preço dos bens e serviços. Insistir num esforço interno descomunal e irracional de utilização dos meios materiais e forças produtivas internas disponíveis resultaria na concentração desproporcional em determinados ramos dos elementos do capital fixo e do capital circulante, certamente constituindo-se em raízes de futuras deformações. E a via mais indicada para facilitar o acesso à produção e suas diretrizes no exterior era aquela apontada pelo monopólio estatal do comércio externo, além de outros instrumentos de interligação com o capital estrangeiro, a saber, as concessões, o crédito estrangeiro, os empréstimos nacionais, acordos de cooperação e bilaterais, etc.²⁰⁵

²⁰⁴Trotsky, 1980, 1987, op. cit.

²⁰⁵LENIN, 1987, op. cit., TROTSKY, 1928, op. cit.

10) O desenvolvimento indústrial apoiado na agricultura tem em seu horizonte a gradual transformação do processo de exploração parcelar em processo de produção e circulação **cooperativo**. A coletivização da agricultura era apontada como o mecanismo mais eficiente e mais próximo do socialismo para os fins necessários de industrialização das atividades do campo no contexto da industrialização geral do país. Ao mesmo tempo, colocado como objetivo de longo-prazo, o crescimento deste processo caminhava diretamente para o sobrepujamento das atividades mercantis, e da lei do valor, pela planificação econômica e, ao mesmo tempo, conduzia a economia pequeno-burguesa para o socialismo.

A cooperativização do país seria conduzida por meio de estímulos materiais e por práticas de convencimento, o que denota o caráter evolucionário gradual desse processo. Em grande medida, a aceitação dessa orientação por parte das grandes massas camponesas passava também por uma necessária evolução cultural das mesmas e, por certo, não recomendava o emprego de métodos administrativos e autoritários. Estão presentes entre os incentivos materiais visando tal finalidade a oferta crescente de bens industriais aos campos, a introdução de formas específicas de crédito, assistência técnica, uma estrutura de armazenagem e comercialização, orientação e educação profissional, etc.²⁰⁶

²⁰⁶ LENIN, 1980, op. cit., TROTSKY, 1928, op. cit.

4.2 O SIGNIFICADO DA AUTARQUIA NO PERÍODO DA NEP

A política econômica encaminhada por Stalin e a maioria dirigente no período de vigência da NEP foi, sem dúvida, norteadada pelo princípio da homogeneização. Seu conteúdo expressa de forma muito clara uma interpretação carregada de monismo teórico, ou, correspondia a uma avaliação que tendia fortemente a negar a existência das forças sociais internas em conflito.

O fundamento da política econômica colocada em prática por aquele agrupamento que se consolidava celeremente no poder a partir de 1923 espelhava com mais nitidez a concepção de Bukharin a respeito da estrutura econômica em funcionamento. Como foi analisado no capítulo III, aquele que por um período decisivo apresentou-se como o "braço direito" de Stalin caracterizava a economia soviética como uma variação particular da economia mercantil onde o regulador refletia o predomínio sem travas da lei do valor. Assim é que, para Bukharin o mercado e a iniciativa privada deveriam merecer a posição privilegiada de fator dinâmico do processo econômico, o que o conduzia a caracterizar a planificação como um resultado do espontaneísmo implícito às atividades mercantis. De tal sorte que o setor estatal e a indústria permaneceriam numa posição subordinada. Praticamente desaparecia o trânsito das relações dialéticas entre a esfera estatal e a esfera privada, transformando-se, assim, a economia pequeno-burguesa na representação de todo o edifício econômico.

Não é de estranhar, portanto, o direcionamento da política econômica no sentido do privilegiamento da acumulação individual, particularmente os estímulos voltados para o fortalecimento dos camponeses mais abastados (kulaks).

Não obstante, deve ficar claro que a opção de Stalin por esta política não aconteceu por força do reconhecimento da justeza da elaboração bukharinista. Implicou um cálculo muito bem efetuado que revelava a preocupação com a utilização da política econômica mais adequada ao envolvimento das forças sociais sobre as quais a burocracia poderia se apoiar na via de sua afirmação. Essa linha continha também a evidente necessidade em neutralizar aquela força que, em tese, se colocava como o maior obstáculo no caminho da burocracia, como não poderia

deixar de ser, a classe operária. Esta, já bastante enfraquecida em virtude dos acontecimentos posteriores a outubro de 1917, não ofereceu grande resistência, facilitando a aplicação das medidas favoráveis ao aliado ideologicamente mais próximo da burocracia.

O favorecimento da acumulação privada sem muitas restrições se revertia numa aliança tácita entre os camponeses ricos e a burocracia. Encontrando campo livre para desenvolver-se como potenciais capitalistas, frações do elemento pequeno-burguês se dispunham a aplaudir e a colaborar com o segmento burocrático, inclusive com a entrada do primeiro nas organizações estatais e partidárias tendo em vista a neutralização dos adversários da fração comandada por Stalin. Um número não desprezível de indivíduos Kulaks passaram a fazer parte de comitês e células do Partido, além de conquistarem o controle de diversos soviêtes. Até certo ponto, fazendeiros, comerciantes, e outros empresários, se convertiam, eles próprios, em burocratas. Entretanto, nesse mecanismo de favorecimento em mão dupla, a pequena burguesia opulenta ainda não reivindicava o exercício direto do poder; solicitava apenas o direito de acumular livremente. E era nisso atendida sem restrições importantes. Neste período em que o país passava a viver sob a condição do isolamento, na via da aplicação daquela se acabaria sendo a primeira fase da construção do socialismo num só país, a autarquia econômica se transformara numa orientação que poderia muito bem ser equiparada, operacionalmente, ao processo da acumulação capitalista.

Com a anulação da participação soviética nas trocas qualitativamente importantes com o resto do mundo - o comércio exterior praticamente se restringia à exportação de cereais - o setor industrial conheceu um período de crescimento merecedor de destaque apenas no que corresponde a um conteúdo de recuperação, a qual poderia ser considerada concluída em 1926. Embora se deva destacar que as taxas de crescimento da indústria naquele período tenham atingido os espantosos níveis em torno de 40% ao ano em média, por outro lado, é forçoso admitir que sua importância fica bastante esvaziada quando se constata que a recuperação industrial partiu de níveis entremamente baixos. Para se ter uma noção da profundidade do recuo da produção industrial basta dizer que em 1921, ano de início da NEP, ela se aproximava de um quinto do valor obtido em 1913: de 10,5 bilhões de rublos em 1913, atingia apenas 2 bilhões de rublos em 1921. E crescera 453% em cinco anos para apenas voltar ao nível de antes da guerra mundial.²⁰⁷

²⁰⁷NOVE, Alec. *Historia económica de la Union Soviética*. 1973, op. cit., p. 98.

Nesta fase de recomposição da atividade econômica aos níveis verificados há uma década passada, a produção industrial foi financiada sobretudo pelo imposto em espécie, o qual vigiu entre 1921 e 1924, quando foi substituído por um imposto direto recolhido em dinheiro. A função mais representativa, e quase exclusiva, desempenhada pelo imposto em espécie diz respeito a criação do fundo de investimentos que esteve na raiz da reativação industrial, possibilitando, portanto, o funcionamento da indústria a níveis minimamente aceitáveis em face da situação desesperadora em que se encontrava o país no imediato pós guerra civil. O patamar industrial de 1913 foi atingido em 1926, e daí em diante pode ser afirmado que o desenvolvimento industrial tenderia a permanecer relativamente estagnado. A ameaça de estagnação sobrevinha da definição de uma primeira desproporção fundamental em gestação, a qual pode ser reconhecida como a primeira etapa do processo estrutural formador da crise congênita da economia soviética que seria conhecida mais explicitamente a partir dos anos 60.

Esta primeira desproporção localiza-se no plano macroeconômico e surge das relações entre os dois grandes setores do complexo econômico, alias como consequência da simples discordância em considerá-los como partes integrantes de um mesmo sistema. A recomendável retroalimentação entre o setor privado (agricultura) e o setor estatal (indústria), foi substituída por uma orientação mais em proximidade com a auto-acumulação na agricultura. Ficava em segundo plano o desenvolvimento industrial extensivo, variável indispensável para a materialização das trocas entre cidade e campo, pois a indústria, e por consequência, a agricultura, deveria progredir em função da demanda pelos seus produtos gerada no interior da agricultura. É de extrema importância ressaltar que a necessidade de expansão da indústria na segunda metade dos anos 20 apresentava-se como uma premissa indiscutível para o fincamento das bases da futura e decisiva industrialização das atividades na zona rural como sugerira, sobretudo, Lenin quando avaliava a grande importância da cooperativização para o acentamento das bases do socialismo.

A lógica da acumulação rural era aquela relativa à lei do valor e à circulação mercantil. A determinação dos preços agrícolas, evidentemente, se conformava, então, com a intensidade dos fluxos mercantis orientando as atitudes daqueles que plantavam e comercializavam a produção agrícola. Nesse setor imperava com poucas restrições a atuação espontânea da lei da oferta e da procura, cabendo à mesma o papel de exclusivo elemento de decisão sobre a retenção e expansão da disponibilidade da produção agrícola aos demais ramos econômicos e restante populacional. Assim, devido à estagnação industrial, a oferta agrícola passaria a girar em função do ritmo próprio da economia camponesa.

Enquanto a atividade vinculada a agricultura conheceria seus limites de expansão por meio dos fundamentos estritamente econômicos ligados à acumulação privada, por outro lado, os limites da indústria seriam fixados de acordo com ditames do comando administrativo. E, em função da política econômica de Stalin para aquele período, a agricultura tinha liberdade para decidir até onde crescer, enquanto a indústria era de ante-mão orientada para não crescer.

Mas, como se sabe, a teoria econômica nos diz que, deixada ao seu próprio ritmo, a produção em bases estritamente mercantis cresce de acordo com as possibilidades de sua própria acumulação, a qual estará limitada pela sua própria oferta. Encontrando condições favoráveis para se expandir, uma determinada atividade econômica, denotada por um número atomizado de agentes em condições de livre concorrência, alargará sua oferta até o ponto em que a queda de seus preços, decorrente dessa mesma oferta em expansão, não colocar em questão o prosseguimento da acumulação interna. Em outras palavras, o preço de mercado tem nos custos de produção seu limite inferior. Uma vez que tenda a cair aquém deste, determinados expedientes são colocados em ação pelos agentes do mercado no sentido de soerguê-lo. Entre estes se encontram, por exemplo, a retenção da produção presente na forma de estoques, a contração da produção futura e, no caso particular da agricultura parcelar, o recuo drástico da atividade para o mero nível da auto-subsistência.

Conquanto esse seja um tratamento teórico adequado, a interpretação do movimento dos preços agrícolas na fase de reconstrução (1921-1926) deve ser adaptada para o plano dos preços relativos. Somente por meio desse método seja possível compreender porque embora a produção agrícola tenha praticamente dobrado em volume neste período, ainda assim, permanecera aquém do nível de 1913. Mais significativo ainda é a verificação de que os preços agrícolas absolutos evoluíram significativamente naquele quinquênio, em face da escassez relativa da oferta agrícola diante de uma demanda geral sempre adiante, o que provocara o enriquecimento acelerado de uma parcela considerável do campesinato, porém, insuficiente para evitar a estagnação da produção no triênio 1922-1924, permanecendo a mesma, neste período, em torno dos 52 milhões de toneladas a cada ano.²⁰⁸

;

A importância da escolha da análise dos preços relativos radica na possibilidade de ampliação da visão sobre as relações sociais entre os setores e ramos econômicos. Tudo, então, fica sintetizado em termos das relações entre

²⁰⁸Idem, p. 98.

custos e produtividade, ou, melhor dizendo, em termos do consumo relativo de trabalho entre as várias esferas da economia, por sua vez, realçando a importância da planificação na composição da distribuição das despesas de trabalho por toda a sociedade.

No período de tempo correspondente à recuperação econômica da URSS, em que pese o caráter pré-capitalista de suas forças produtivas, a agricultura obtinha um índice de rendimento de trabalho superior ao da indústria. Esta, voltada apenas para a recuperação quantitativa, impossibilitada de recorrer às compras externas de bens de capital, reorganizava-se seguindo as trilhas da antiga moldura herdada da burguesia em 1917. A economia camponesa, operando com forças produtivas relativamente arcaicas, exigia recursos materiais imediatamente disponíveis em abundância (terra e mão-de-obra) para produzir de acordo com seu nível de desenvolvimento histórico. O contrário se passava com a indústria. Equipamento industrial, matérias primas e o proletariado ficaram relativamente escassos em consequência da destruição conhecida entre 1913 e 1920. Essas poucas forças produtivas reunidas em uma estrutura de proporcionalidades inadequadas, refletia o desinteresse com a criação de novos ramos e a insistência em seguir trabalhando em condições desvantajosas naqueles cujos produtos poderiam ser trazidos do exterior por preços mais em conta.

A produtividade do trabalho na indústria, pois, contraditoriamente, ficava muito abaixo daquela observada na agricultura, pressionando para a elevação dos preços industriais e tornando a relação de preços entre os dois setores mais favorável à indústria. O planejado mecanismo econômico embutido como expectativa que levou à adoção da NEP reunindo agricultura e indústria estatal sob a mediação do mercado, onde a economia camponesa atuaria como base para a industrialização, ficava inviabilizado em decorrência do desestímulo à aquisição de bens industriais por parte dos camponeses. Neste primeiro momento de predomínio do empirismo burocrático, os Kulaks e os comerciantes enriquecidos, na prática, passavam a determinar os rumos da vida econômica, colocando em risco a sorte das populações urbanas e dos demais ramos econômicos por conta da retenção das colheitas. Tal atitude resultava na tão representativa "fome de bens" que tanto afligiu a população e a economia soviética:

"(...) Em 1923-1924 a Oposição de Esquerda fez propostas concretas de como superar a 'tesoura de preços', com o objetivo de prevenir um agravamento das relações entre camponês e operário. Deveria ser dada prioridade ao incremento da produção de artigos industriais de consumo e máquinas agrícolas para o campo. Como forma de aumentar a produção industrial, a Oposição de Esquerda

*propôs um imposto progressivo sobre as camadas mais ricas da população, os homens da NEP e os Kulks. Ao mesmo tempo, a oposição propôs que o Estado abandonasse a meta de uma balança comercial favorável (o acúmulo de moeda). A meta deveria ser o equilíbrio entre exportação e importação e a utilização de parte do dinheiro acumulado para comprar máquinas do exterior com o objetivo de acelerar a industrialização. (...) Não obstante, Bukharin condenou esta política enquanto 'liquidação da NEP' e 'superindustrialização'. À luz do curso de Stalin, após 1928, e de suas próprias propostas em 1928-1929, este julgamento de Bukharin era um erro trágico. (...)"*²⁰⁹

À guisa de obtenção de maior precisão analítica deve-se identificar claramente os atores sociais que se vinculavam ao mecanismo de associação dos fenômenos econômicos às diretrizes ideológicas da teoria do socialismo num só país. Em primeiro lugar, o determinante da economia camponesa em termos do controle da oferta agrícola recai sobre aquele núcleo "dinâmico" caracterizado como a pequena burguesia agrária de posses relativamente elevadas. Nessa linha, a ampla maioria da população rural, que cultivava a terra em pequenas parcelas familiares e vendia sua própria força de trabalho para aqueles empresários agrícolas, pouca força dispunham para, por conta própria, alterar os rumos do execente agrícola, sendo, antes, organizados pela franja camponesa abastada que procurava atingir seus objetivos de classe proprietária em formação.

Contribuia decisivamente para tal resultado a própria ineficiência da indústria, pois os milhões de pobres agrícolas situavam-se teoricamente como os membros prioritários do processo de cooperativização e coletivização. O melhor aproveitamento da força de trabalho desse imenso contingente populacional requirava sua atuação racional em contato com produtos industriais. Quer dizer, a superação do parcelamento rural como forma arcaica de produção só poderia efetivar-se mediante uma oferta a contento de bens e produtos originados da indústria. Deparando-se com semelhante quadro de indigência, a tendência da ampla maioria do campesinato pobre era a de voltar-se para a produção de subsistência, para o aluguel de parte de suas terras para o Kulak e camponês médio e para a venda da sua força de trabalho para estes últimos. A inadequada e insuficiente oferta de produtos industriais mantinha a agricultura num estágio atrasado. Com isso, a política econômica aplicada resultava no enriquecimento do kulak num ritmo mais elevado do que a progressão da agricultura.

Enquanto aliado político reunidor de meios materiais, bem se vê, o kulak e o comerciante mais rico despontavam como os elementos do meio rural e pequeno

²⁰⁹MANDEL, 1995, op. cit., p. 93.

burguês mais apropriados à sustentação política e material da burocracia. E em nome da garantia da liberdade do exercício da iniciativa privada sem grandes restrições, a grande maioria, que na prática poucas chances dispunham para ascenderem à condição de capitalistas individuais, era arrastada ao apoio burocrático por meios de mecanismos propagandísticos.

Para fins de melhor entendimento dos desdobramentos relativos ao conteúdo mercantil da NEP, conforme melhor explicitado por Lenin e Trotsky, não deve ser esquecido que a simples ação do mercado trás em si mesma a gênese da diferenciação social entre os indivíduos melhor sucedidos e aqueles menos eficientes, criando com isso, os meios para que os mais pobres venham a ser explorados pelos mais competentes. Este quadro se fazia presente, não apenas como suposição teórica, mas concretamente no espectro social em que se evidenciava a dialética da economia de transição. Sua aceitação como peça integrante da composição de um organismo econômico que visava fins socialistas, deveria ser encarada como uma excepcionalidade a ser relativizada. Dessa maneira, contra a inevitabilidade do aprofundamento das tendências da diferenciação, porém, estavam previstos nas diversas propostas de desenvolvimento econômico soviético certos procedimentos que se encaixavam na linha de superação gradativa do mercado pela generalização da indústria, o que solicitava uma política operária sistemática de apoio e aliança com os pequenos e médios camponeses, ao contrário do que era encaminhado pragmaticamente pela burocracia.

O atraso relativo da (re) industrialização soviética no período que vai de 1921 a 1925 tem, pois, sua representação mais expressiva no índice que mostra o grau da relação de preços entre os setores da economia. A constatação desse índice em níveis muito elevados a favor da indústria, ao tempo em que dá conta de uma estrutura industrial deformada, simultaneamente mostra a grande dificuldade da indústria em participar do mercado rural. Dessa maneira, enquanto a oferta industrial permanecia relativamente escassa frente aos requisitos para a expansão da agricultura, por outro lado, a oferta agrícola situava-se aquém das necessidades do consumo geral. Nesse cenário extremamente contraditório, era possível localizar a situação paradoxal em que o campesinato tendia a se recusar a vender sua produção, mesmo diante de uma demanda tão expressiva o suficiente para justificar a cobrança de preços mais elevados. Tratava-se, por isso, de uma deficiência estrutural, de uma questão de ausência de proporcionalidade adequada entre setores decisivos da economia: o desenvolvimento da agricultura encontrava no desenvolvimento industrial o seu limite.

O que vem à tona inapelavelmente é uma consequência da ação do mecanismo típico de regularização da economia no regime capitalista de produção: a crise. O procedimento particular conhecido como crise de superprodução na economia burguesa se processa por intermédio de um "acordo" entre os diferentes setores do sistema econômico, em face da produção total, relativamente à capacidade do mercado. Mesmo que se reconheça que esse tipo de solução espelha um processo de coordenação "inata", não seria recomendável ao socialismo utilizá-lo como instrumento de coordenação entre seus diversos setores. Na situação particular da NEP sob o comando de Stalin, a agricultura potencialmente preparada para crescer, diante da oferta inadequada de produtos industrializados, recolhia-se à sua esfera interna e arrastava consigo o restante da economia.

Essa realidade coloca bem nitidamente a importância capital da questão da proporcionalidade econômica. O crescimento quantitativo mais acentuado da indústria relativamente à agricultura no período em tela, em intensidade e volume, esconde o perfil qualitativo solicitado para a composição industrial em acordo com uma organização econômica voltada para o desenvolvimento para o socialismo como um todo sob os fundamentos originais da NEP. Não é difícil concordar, então, que a carência de bens agrícolas que se configuraria a partir de 1926, e que passava a colocar a burocracia em cheque, é, ironicamente, uma consequência direta da política de favorecimento do "camponês", quando o esperado seria, obviamente, o contrário:

"(...) O andamento da industrialização acelerava-se empiricamente segundo os impulsos exteriores, mas todos os cálculos eram brutalmente modificados no decorrer do trabalho, não sem um aumento extraordinário dos encargos gerais. Quando a oposição exigiu, a partir de 1923, a elaboração de um plano quinquenal, foi acolhida por escárnios dignos do pequeno-burguês que teme o 'salto para o desconhecido'. Em abril de 1927, Stalin afirmava ainda (...) que começar a construção da central elétrica do Dnieper seria, para nós o mesmo que o mujik comprar um gramofone em vez de uma vaca. Este aforismo resumia todo um programa. Não é supérfluo lembrar que toda a imprensa burguesa do universo, seguida pela socialista, acolhia com simpatia as acusações oficiais de romantismo industrial dirigidas à oposição de esquerda". (...)"²¹⁰ ;

O significado da homogeneização e do socialismo num país isolado sob a NEP identifica-se com um política econômica que apresenta o mercado e a acumulação privada como fenômenos econômicos predominantes e quase

²¹⁰TROTSKY, 1980, op. cit., p. 24.

exclusivos. Internamente, em nome do socialismo, o capitalismo era estimulado como demonstração de inteligência prática e perspicácia política.

Em paralelo, no plano externo, absurdamente, o contato econômico com o capitalismo era rejeitado sob o argumento de que se formara um nova correlação de forças a nível mundial que punha inapelavelmente o socialismo em excludência com o capitalismo. Para a burocracia, a defesa do socialismo, reduzido, em sua visão estreita, ao espaço nacional soviético, deveria ter como sinônimo a postura de negação da participação da URSS na divisão internacional do trabalho que era solicitada em termos concretos e independentemente da onisciência do "guia genial dos povos". Quer dizer, mesmo dispondo da ditadura do proletariado, da propriedade social dos meios de produção e do monopólio do comércio exterior, o socialismo correria o risco de contaminação capitalista caso fosse adotada a opção das trocas "regulares" de mercadorias com as economias do mundo burguês.

4.3 A CONSOLIDAÇÃO DA AUTARQUIA: INDUSTRIALIZAÇÃO E COLETIVIZAÇÃO GUIADAS PELO EMPIRISMO

A bem conhecida e profunda modificação da política econômica stalinista iniciada em 1927 e consolidada na virada da década seguinte pode, à primeira vista, ser confundida como um rompimento com o teor lógico da doutrina seguida desde 1923. Na verdade, o "salto" levado adiante por Stalin de forma tão radical não representava nada mais do que um conjunto de medidas em total conformidade com a teoria do socialismo num só país. Pode ser avaliado, também, como um ajuste indispensável, uma mudança de curso obrigatória à preservação da burocracia como poder político dominante, sem que, para tanto, fosse necessário recorrer a uma outra invenção ideológica.

Sim, porque a estratégia da afirmação burocrática ancorada na política de favorecimento ao crescimento da pequena-burguesia acabou convergindo perigosamente para o seu contrário. A autonomia dos elementos mercantis resultara ampla o suficiente para ameaçar a manutenção da burocracia como controladora do poder. Esta ameaça decorria da situação contraditória representada, em simultâneo, pela presença e estímulo formal do uso da liberdade para o livre enriquecimento individual e pela frustração dos planos concretos de ascensão da pequena burguesia rica para a categoria de empresários capitalistas. A eliminação dos obstáculos que impediam a constituição definitiva do processo da acumulação ampliada do capital demandava, naturalmente, o fim da propriedade social dos meios de produção. Esta, ao mesmo tempo, como se sabe, estava para a burocracia como o próprio oxigênio para os seres vivos.

A margem de manobra adquirida pelos kulaks e pelos que controlavam a comercialização de bens de consumo de primeira necessidade tornou-se bastante respeitável. Por assim dizer, eles estavam dispostos a emperrar o caminho da casta burocrática em sua arremetida para a retenção definitiva do aparelho estatal. Contudo, para a burocracia, a salvação estava na reafirmação da teoria do socialismo num só país, entretanto, recorrendo não apenas aos expedientes econômicos, mas também, na mesma intensidade, aos mais sórdidos dispositivos da repressão e do autoritarismo político.

Quando a recusa da entrega dos cereais tornou-se um fato consumado e o caos ameaçava tomar conta do país, Stalin assumiu definitivamente o discurso da diferenciação interna. Em substituição à bandeira do "todo apoio ao kulak" vinha à tona uma nova caracterização das relações internas entre as classes. Era localizada agora uma intolerável presença capitalista que teria florescido com a NEP. A burocracia apontava essa diferenciação como uma espécie de traição à confiança depositada por ela própria na pequena burguesia. A resposta teria sido a mais indigna possível. Tornava-se questão de honra para Stalin, a pretexto de preservar o socialismo, a eliminação do kulak enquanto classe. E assim, não suprime que ele passasse a raciocinar em sintonia com uma nova concepção para o conceito de homogeneização, com a grande e absoluta diferença de que agora, em vez de uma formulação abstrata, como o fizera na época da NEP para tergiversar a respeito da realidade concreta carregada de heterogeneidade entre os elementos sociais, ela passaria a existir de fato, na realidade concreta, por meio de um mecanismo de imposição à ferro e fogo de um "igualitarismo" que acabaria por se revelar enquanto a face definitiva da autarquia stalinista.

No início de 1927 ainda era possível notar fragmentos do discurso oficial que ganhara notoriedade alguns poucos anos antes. Ainda podiam ser ouvidas as afirmativas retóricas que renovavam o credo na ampliação da industrialização através do mercado. Mesmo assim, medidas de estímulo à elevação da eficiência industrial não foram adotadas visando a queda dos preços desse setor no interesse da facilitação da aquisição de seus bens pela agricultura. Pelo contrário, em fevereiro daquele ano optou-se por uma medida administrativa que reduzia esses preços em 10% no varejo, atitude que antecipava as medidas extraordinárias que viriam em pouco tempo por meio da imposição. Concomitantemente, lojas privadas tinham suas portas cerradas e prisões de especuladores foram efetuadas. O resultado foi um elevado desaparecimento de mercadorias, fato este que não impediu que um membro do Politburo afirmasse em agosto que *"a redução dos preços em um período de escassez de mercadorias (era) uma grande conquista do princípio de planificação"*.²¹¹

Em dezembro do mesmo ano a situação agravou-se de uma vez por todas, pois os camponeses venderam aos armazens estatais apenas 50% do volume transacionado da mesma forma com relação ao mesmo período do ano anterior. Representava a gota d'água que Stalin necessitava para ampliar a aplicação das "medidas extraordinárias".

²¹¹In DAVIES, R. H. *As opções econômicas da URSS*. In HOBBSBAWM et al. (orgs.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, vol. VII, p. 98.

No plano interno do aparelho de poder, por sua vez, espelhando a situação real da economia, notava-se a dissidência definitiva de Bukharin frente a Stalin. Aquele era considerado agora o líder de uma "direita", a qual, por outro lado, modificara sua opinião a respeito da industrialização. Desta vez, em outubro de 1928, Bukharin reconhecia em uma publicação no Pravda, as *Notas de um economista*, que era necessário buscar o equilíbrio de mercado inserindo a indústria no seio da NEP, ao tempo em que apoiava um maior controle sobre os kulaks e melhoramento dos estímulos às fazendas coletivas e cooperativas, muito embora ainda insistisse, à sua maneira, na continuidade da restauração do mercado camponês.²¹²

Stalin, entretanto, não se utilizaria novamente dos argumentos de Bukharin para respaldar iniciativas que colocassem fim ao problema que afetava diretamente a si próprio. Seu antigo aliado, na verdade, seria escorraçado do núcleo do poder e colocado no ostracismo antes que a violência física se abatesse sobre ele. Ao contrário de Bukharin, que afirmava ter a luta de classes diminuído por ter o socialismo avançado sob a NEP, Stalin redefinía a luta pelo socialismo em um só país em termos de uma intensificação da luta de classes.

Pode ser encontrada na política econômica desenvolvida por Stalin nos anos 20, em seu significado ideológico, uma faceta bastante particular, qual seja, aquela que realçava a positividade, para a construção do socialismo, da "distribuição" de responsabilidades de direção e gestão econômicas. Ao reafirmar insistentemente sua superestimação da importância do papel do mercado e seu agente principal, a pequena burguesia, os chefes que controlavam os aparelhos partidário e estatal tentavam convencer as massas soviéticas de que os revolucionários sabiam rejeitar o dogmatismo e compartilhar o poder.

Era uma fórmula que continha uma dupla finalidade: ao servir de apoio à burocracia na tentativa de desmoralizar seus adversários, por fazer a apologia do campesinato, supostamente subestimado pela oposição, levava à uma posição de fato, que era a de se prestar para encobrir o verdadeiro monolitismo que se instalava a passos acelerados, o qual, isto sim, se apresentava como um recurso efetivo para afastar o proletariado do processo de gestão e direção, pois este representava a força social que mais imediatamente ameaçava a cristalização burocrática.

Ao mesmo tempo pode se argumentar que este procedimento incorpora uma outra expressão ideológica. A propagação pública por parte da burocracia de seu interesse em se colocar ao lado da grande maioria da nação fazia passar a idéia de que se preocupava com a "estabilidade" necessária para que a vida retomasse seu curso mais tranquilo e livre das agruras que se presenciara nos anos de guerra e confrontos internos. Era a postura "termidoriana" que a burocracia procurava chamar para si aproveitando-se do esgotamento e cansaço das massas. E, evidentemente, a conquista da estabilidade exigia a eliminação dos conflitos políticos e doutrinários como aqueles que emanavam do embate entre as correntes políticas que disputavam o poder:

"(...) A "estabilidade" tornar-se-ia o tema central, expressão dos verdadeiros objetivos e indicação do modo de garantir a coesão interna dos que eram os verdadeiros portadores dessa estabilidade. De qualquer modo, podia-se recolher dos pais fundadores da teoria um elemento essencial, a nacionalização dos meios de produção indicada como princípio por excelência do socialismo. (...) A fórmula adaptava-se muito bem aos interesses da burocracia, na medida em que expressava verdadeiramente qual era a fonte do poder do Estado, bem como a posição dos seus servidores, tutores do patrimônio nacional. Tratava-se de uma ótima base para apoiar a defesa da função particular e, portanto, dos privilégios particulares, para justificar a imagem cada vez mais inflada de si e da própria importância que tinham os novos mandarins do Estado. (...) Essa ideologia inaugurou sua carreira com a defesa do aparelho do Partido contra a oposição no início dos anos 20 (...)".²¹³

A crise econômica vinda à luz com toda intensidade no segundo semestre de 1927 pôs a nu o fosso profundo que separava a realidade da pregação ideológica. Sem sombras de dúvidas, os próprios fatos encarregavam-se de demonstrar que a estabilidade tantas vezes anunciada não passava de pura ficção. Ao contrário, o que se constatava era uma instabilidade crescente que surgia do fortalecimento desmesurado da pequena burguesia e das conseqüências deste fato.

Premida pelo tempo em decorrência do caos instalado como resultado da sua própria política, a burocracia tratou de apressar a apresentação daqueles que seriam os novos requisitos justificadores de sua doutrina da construção socialista. Assim, passava a ser veiculada a tege cunhada por Stalin que redefinia os termos do processo de direção e gestão. A estabilidade tornara-se impraticável de acordo com o método de divisão das atribuições entre os revolucionários e os elementos não revolucionários. Certamente tal resultado se materializara em função do "rompimento" do acordo implícito às orientações implementadas como política econômica no período da NEP. Impunha-se, dessa maneira, uma ação de resgate

²¹³ LEWIN, 1986, op. cit., p. 232.

da soberania dos revolucionários, dos marxistas, ou seja, daqueles que se auto-denominavam os únicos compromissados desinteressadamente com a implantação do socialismo.

Na nova fase que seria inaugurada a partir de 1928-29 a homogeneização estaria em sintonia com o conceito que associava a burocracia à idéia de única e legítima condutora do processo de construção do socialismo em nome de toda a sociedade e a suposição de que o trabalho de gestão e direção deveria ser exercido hegemonicamente por ela. Passaria a prevalecer o ideal que vendia a distinção entre a burocracia, como uma "classe" superior, e as demais classes como exigência indispensável garantidora do futuro socialista soviético.

Mas, em vez de assentar-se sobre uma receptividade legítima encontrada no seio da sociedade, a nova versão ideológica do socialismo num só país seria imposta exclusivamente como uma decisão tomada pela própria burocracia, o que só poderia ser feito por meio de medidas administrativas drásticas e também através das práticas específicas da repressão e do terrorismo em massa. A par do aprofundamento do isolamento econômico seriam agregados na construção da nova versão ideológica outros elementos significativos reveladores da pseudo onisciência burocrática. Entre outras coisas, o Estado deveria ter seus poderes fortalecidos ao máximo, mesmo que fosse veiculada como atenuante sua inevitável extinção no futuro. Do mesmo modo que, como parte inseparável da idéia da superioridade estatal sobre os indivíduos, a figura do dirigente principal, do líder infalível, que concentraria em sua própria figura a metáfora da sabedoria redentora, teria que ser recebida pelos cidadãos de forma inquestionável.

De uma vez por todas desapareceria a fronteira entre Partido e Estado. A fusão destas duas instituições ganharia a condição de norma obrigatória a espelhar a homogeneização que se estenderia por toda a sociedade e o monolitismo que prevaleceria como sinônimo de norma correta e justa de direção e condução dos destinos do país. Referindo-se à intensificação da luta de classes e à iniciativa dos elementos burgueses em preservar suas posições como consequência do progresso do socialismo sob a NEP, Stalin avançaria um caminho inverso: o da inevitabilidade da geração de uma "superestrutura" particular como requisito para a efetivação de uma nova "base econômica" em substituição àquela que se constituiria no período de favorecimento da acumulação individual. Se colocava, então, o direcionamento da intervenção estatal sobre a luta de classes visando intensificá-la por meio de

"uma revolução de cima", mas ao mesmo tempo com o propósito de eliminá-la, pois o socialismo deveria ser entendido como a ausência do conflito de classes.²¹⁴

Toda uma constelação de elementos éticos e morais seriam associados à composição ideológica desejada para a nova superestrutura. Alguns deles, em se traçando um paralelo com as religiões, em particular com o cristianismo, passam a forte sensação do surgimento de uma nova seita com seu Deus, seus dogmas, suas virtudes e sua versão a respeito do conceito de pecado. O culto à personalidade, a inquestionabilidade da sabedoria do chefe, a caça aos "inimigos do povo", a punição aos heréticos e a nova inquisição dão bem uma mostra da evidência do conteúdo religioso do stalinismo.²¹⁵

Inquestionavelmente, uma determinada noção de auto-suficiência está presente no significado ideológico da teoria do socialismo num só país. Esta noção vincula-se necessariamente, por um lado, à existência de um corpo social, a burocracia, entendido como pré-requisito inarredável ao gerenciamento e administração da vida econômico-social interna em consonância com o projeto da sociedade igualitária. Por outro lado, a auto-suficiência designa uma suposta capacidade de realização nacional do socialismo frente às condições extremamente adversas representadas pelo mundo capitalista ao redor. A pregação e a exacerbação da "superioridade" nacional-soviética inspirada na apologia de suas próprias "peculiaridades" apresentar-se-ia como importante expediente de reunião de energias que dariam substrato, ao fim e ao cabo, ao erguimento de um edifício à imagem e semelhança da burocracia.

As novas medidas econômicas que marcariam a formação da "base" sobre a qual seria imposto o grande "salto para a frente" seriam orientadas por um primeiro traço distintivo, tornado marca registrada da ação econômica burocrática. A organização econômica, espelhando a homogeneização pretendida, passaria a ser compreendida no plano absolutamente ideal, o que, caracteristicamente, implicaria na superação administrativa e formal de determinados pré-requisitos, parâmetros infra-estruturais e condicionantes sociais. O *empirismo* seria elevado ao status de princípio científico, e nortearia desmesuradamente o comportamento do grupo dirigente na implementação do aparelho econômico que estaria implantado plena e definitivamente dentro de um espaço de tempo muito curto.

Assim, *mutatis mutandis*, no final de 1927, a principal preocupação da direção voltou-se imediatamente para os campos. Tornava-se imperioso debelar o

²¹⁴ HOWARD AND KING, 1992, op. cit., p. 34.

²¹⁵ LEWIN, 1986, op. cit., pp. 234-235.

mais rápido possível a crise provocada pela recusa da entrega dos cereais por parte dos camponeses. Na lógica de Stalin, de acordo com o novo entendimento acerca do esforço socialista isolado, medidas de conteúdo "socialista" deveriam ser empregadas de forma extensiva e massiva. Quer dizer, os elementos pré-socialistas, que se revelaram totalmente insuficientes e inadequados para o equacionamento da questão fundamental do fornecimento de bens alimentares e matérias primas, seriam substituídos por dispositivos que retratassem o mais fielmente, quanto mais desejável fosse, a concepção socialista idealizada. Na opinião da fração dirigente tal procedimento era anunciado como uma garantia inquestionável da viabilidade do socialismo em meio à hostilidade capitalista tanto no nível interno quanto no espaço internacional. Evidentemente, tudo o que fosse interpretado como uma expressão burguesa deveria ser varrido radicalmente, quer dizer, suas raízes teriam que ser arrancadas tão integralmente quanto mais forte se revelasse a "ousadia" revolucionária da burocracia aos olhos das massas trabalhadoras.

É com base nesse conteúdo ideológico que deve ser analisada a problemática da coletivização da agricultura sob o comando de Stalin. Empreendida forçadamente, esta atitude revelava muito mais um desejo incontrolável de erradicação de um inimigo que ameaçava seus domínios do que uma preocupação efetivamente ligada à formulação da dialética econômica da transição ao socialismo. Isto porque a coletivização da agricultura seria conduzida sob o lema da "erradicação do kulak enquanto classe" e não em sintonia com a implementação do mecanismo garantidor de sua materialização.

Este, como se conhece das interpretações marxistas contidas nas proposições estudadas no capítulo III, tem em seu fulcro como variável indispensável, condicionadora de seu êxito, o desenvolvimento de uma base técnica revelada unicamente por uma determinada evolução do nível geral da industrialização do país. Daí a constatação que deduz o ritmo da coletivização da agricultura do processo de industrialização.

Nesta linha, avaliando as conseqüências da avassaladora e tempestuosa política stalinista para a agricultura, em 1930, quando seus resultados deletérios já se faziam sentir com bastante intensidade, Trotsky escreveria as seguintes palavras a respeito:

"(...) estes processos têm sido tratados como se fossem distintos e separados. Apesar de seu rápido desenvolvimento, a indústria soviética por muito tempo seguirá sendo muito atrasada. Ao final do Plano Quinquenal a indústria estava em condições de fornecer

tratores e máquinas somente para cerca de 25% das granjas camponesas. Essa é a verdadeira escala da coletivização. Quer dizer, enquanto a URSS permanecer isolada, a industrialização da agricultura deverá ser considerada como resultado de sucessivos planos quinquenais

Fica claro que o que determina a atual coletivização não são fatores produtivos, mas sim administrativos. Esta mudança abrupta, aterrorizada, da política do kulak e do camponês médio, resultou na eliminação quase total da NEP. Cada camponês é uma unidade produtiva que não pode existir sem o mercado e, por essa razão colocou o camponês médio diante das seguintes alternativas: voltar à economia natural, que seria desaparecer, tentar uma guerra civil pelo controle do mercado, ou tentar o novo caminho da economia coletiva.

Normalmente, a coletivização significa vantagens para o campesinato, pois teria impostos mais baixos e créditos a prazos mais amplos para adquirir máquinas. Se atualmente o camponês acorre às granjas não é porque acredita que o Estado tem condições de reconstruir a economia agrícola em bases coletivas num futuro próximo, mas sim, porque não há outra saída, principalmente para o extrato superior que se acostumou ao modo capitalista no período da política 'liberal' de Stalin-Ustrialov. (...)"²¹⁶

A coletivização da agricultura empreendida aceleradamente a partir de 1928 representou a primeira grande oportunidade para o emprego da ação econômica governada pelo empirismo. Uma primeira demonstração cabal do emprego do empirismo como diretriz de política econômica é encontrada nas iniciativas empregadas na tentativa de reversão do quadro de carência de bens agrícolas que se constituía em fins de 1927.

Optou-se, na prática, pela reedição dos instrumentos aplicados quando da vigência do comunismo de guerra, entre os quais, sobretudo, o confisco de cereais mediante a utilização da força. Todavia, a mudança mais significativa relativa à agricultura não ficaria circunscrita a atitudes que diziam respeito ao recolhimento das colheitas determinadas pela emergência e pela disseminação do pânico. O fundamental implicaria numa mudança de fundo no que respeita à estrutura organizativa da unidade de produção agrícola. A coletivização forçada, anunciada oficialmente em 1929 começou a ser implementada em fevereiro de 1930. Enquanto os kulaks eram liquidados o número de granjas coletivas cresceu de 3,9% em 1929 para 52,7% em 1931. E entre 1934 e 1937 saltaria de 61,5% para 93%. Antigas pequenas parcelas agrícolas que assomavam 25 milhões foram transformadas em

²¹⁶TROTSKY, Leon. *El nuevo curso de la política soviética - la aventura económica y sus peligros*. In TROTSKY, L. *Escritos*. Bogotá, Editorial Pluma. Tomo I, vol. 3, pp. 739-740.

240.000 cooperativas chamadas *kolkhoses* e em 4.000 granjas estatais denominadas *sovkhoses*.²¹⁷

A incompatibilidade entre a organização agrícola em moldes coletivos e os requisitos técnicos apropriados ao seu desenvolvimento logo determinou os rumos da atividade no campo. Não bastaria a desmedida energia administrativa empregada pela burocracia na busca de um resultado produtivo compatível com as exigências do desenvolvimento econômico proposto. Seriam os efetivos recursos produtivos que determinariam o grau de sucesso da coletivização. Estes, como se conhece do desenvolvimento industrial levado a termo até então, estavam identificados com a utilização de uma aparelhagem apropriada ao funcionamento da agricultura organizada em parcelas e não à atividade da grande exploração agrícola como se depreendia da coletivização da agricultura.

Realizada sem previsão e com a inobservância de um período preparatório durante o qual a indústria estaria em condições de compensar as lacunas provenientes da prática do individualismo econômico próprio da agricultura parcelar, e com o despreparo político do campesinato, a coletivização a toque de caixa comandada por Stalin converteu-se numa verdadeira aventura por vários anos seguidos. Impossibilitada de apoiar-se na indústria, a coletivização dos campos reduzia-se a um conjunto de medidas de força visando determinados objetivos cujo significado era oficialmente nomeado de socialismo. Assim é que, coletivizar passava a ser identificado com a expropriação dos bens individuais, como se a integração dos mesmos ao patrimônio "comum" da granja coletiva pudesse resultar por si mesmos nas condições materiais adequadas à coletivização de índole socialista.

Qual poderia ser sido a reação de milhões de indivíduos - que por se identificarem secularmente com a posse de pequenos e primitivos meios de trabalho como a única garantia da existência material - ao se depararem com aquela verdadeira ação confiscatória sem receber nada em troca? Basta dizer que não apenas cavalos, bois, vacas, ovelhas, porcos e galinhas foram retirados à força das mãos do mujique e integrados à fazenda dita coletiva, mas, inclusive, em alguns casos, objetos de uso pessoal como botas de feltro usadas no inverno.

Registrou-se, por isso, uma grande perda de forças produtivas, principalmente os animais de tração, pois os camponeses preferiam vender seus animais ou matá-los a vê-los retirados sem nenhuma contrapartida segura. Bem ou

²¹⁷ MANDEL, Ernest. *Tratado de economia marxista*. México, D. F., Edições Era, Tomo II, 1977, p. 167.

mal, em decorrência da inexistência de uma oferta decente de bens manufaturados oriundos da indústria, os únicos motores da agricultura recaíam principalmente sobre os cavalos e o gado bovino. No entanto, o rebanho de equinos reduziu-se em 55% entre 1926 e 1934 e o de bovinos em 40% no mesmo período, para não falar do principal componente das forças produtivas, o próprio camponês, cujas vidas foram perdidas aos milhões em face das condições adversas que passaram a ser verificadas: "(...) a responsabilidade não cabe à coletivização, mas sim aos métodos cegos, aventureiros, segundo os quais foi aplicada. A burocracia nada tinha previsto. Até mesmo o estatuto dos kolkhoses, que tentava ligar os interesses individuais do camponês ao interesse coletivo, só foi publicado depois dos campos terem sido cruelmente saqueados. (...)".²¹⁸

No período compreendido entre os anos de 1929 e 1937 a produção agrícola, em volume, praticamente manteve-se estagnada em torno da média de 73,2 milhões de toneladas/ano, resultado que ficava aquém daquele atingido no final do período de recuperação, em 1926, quando alcançara 76,8 milhões de toneladas.²¹⁹ Considerando que na década de 30 a URSS não enfrentara nenhuma ameaça militar - na verdade consolidara-se enquanto um país independente já ao final de 1921 - e descontando-se poucas exceções provenientes de fenômenos naturais, tal volume pode ser considerado um reflexo da baixa produtividade da agricultura neste período.

Nesse sentido, a coletivização da agricultura representou, embora sob outras bases, um novo recomeço da atividade agrícola. Em outros termos, sua aplicação à maneira forçada representaria uma perda de parte da recuperação que se processara durante a década de 20. Em vez de representar uma continuidade, a coletivização conduzida por Stalin teria o significado de ruptura. Por ser assim, seu resultado espelharia um passo atrás em relação ao patamar quantitativo já alcançado, pois a aplicação empírica das novas diretrizes para o setor resultaria em caos e paralisação das atividades. Não surpreende, portanto, a ocorrência de uma grande destruição de forças produtivas, uma completa irracionalidade, posto que a passagem da agricultura baseada na exploração individual e familiar para a organização agrícola coletiva se dera sem a observação de qualquer transição.

O grau de destruição provocado pelas medidas inerentes à coletivização elevava-se às conseqüências negativas de uma guerra enfrentada pelo país quando atacado por um inimigo externo. Ironicamente, a figura do ameaçador inimigo capitalista utilizado enfaticamente por Stalin para justificar o isolamento do país

²¹⁸TROTSKY, 1980, op. cit., p. 32.

²¹⁹NOVE, 1973, op. cit., pp. 194 e 251.

concretizara-se por intermédio da própria prática do ditador. Se configurava com a coletivização forçada uma guerra da burocracia contra a população soviética de forma generalizada a pretexto de destruir o inimigo burguês. Depois de derrotar os inimigos da revolução em 1920, pondo fim à guerra civil e empreender um esforço descomunal de recuperação econômica mesmo deformadamente, a nação seria novamente atacada, embora desta vez a partir de seu próprio interior, o que a levaria mais uma vez a conviver com a destruição. Um reflexo cabal deste irracionalismo se refletiu na evolução populacional da URSS durante a década de 30. Basta dizer que a população soviética cresceu em média cerca de 4 milhões de seres ao ano entre 1926 e 1932, atingindo neste ano um total de 165,7 milhões de pessoas. Contudo, em 1939 ela evoluiu para apenas 170 milhões, contingente que revela uma média anual de crescimento de apenas 614 mil pessoas²²⁰. São números representativos da fome avassaladora e da carência alimentar que assolou o país em boa parte dos anos 30 levando à morte milhões de indivíduos. Todavia, a agricultura regrediria não apenas por conta da dispersão, destruição e aproveitamento ineficiente de suas forças produtivas, mas também porque passaria a prevalecer o entendimento de que grande parte dos esforços produtivos da economia como um todo deveriam ser concentrados na indústria, mantendo de maneira inversa, a desproporcionalidade entre os dois setores verificada na década de 20.

A nova qualidade dessa desproporção tem seu teor fundamentado, de um lado, na aceleração da agricultura individual e posterior implantação precoce e de forma instantânea e administrativa da coletivização agrícola, e de outro, pelo retardamento e subsequente implementação acelerada, diferenciada e parcial da indústria.

Ao eleger a industrialização como elemento prioritário de sua política econômica, poderia ser dito que Stalin finalmente aderiu ao substrato do socialismo segundo sua fundamentação marxista. No entanto, essa seria uma verdade extremamente parcial em função das circunstâncias e do contexto em que a mesma seria encaminhada. Sob a gestão stalinista, a industrialização da sociedade como sinônimo do socialismo tinha uma expressão muito mais ideológica do que efetiva. Em termos práticos, o que se veria seria uma organização industrial que se afastava da propositura socialista e mesmo ameaçava a continuidade de sua existência. Se o projeto industrializante de Stalin se assentava sobre um fundamento necessário para a efetivação do socialismo, a propriedade estatal dos meios de produção, isto não resultava em nenhuma garantia de impulsionamento de um desenvolvimento

²²⁰Idem, pp. 187-188.

industrial observado dentro dos parâmetros exigidos para se alcançar a sociedade pretendida de acordo com a lógica do movimento histórico concreto. Esta observação recai diretamente sobre a questão fundamental da utilização do princípio da planificação econômica como instrumento indispensável para a viabilização da industrialização de acordo com os interesses da burocracia em sua auto-preservação.

Como já foi observado, na década de 20, durante a NEP, o princípio da planificação como recurso de ligação entre o mercado e o setor estatal da economia no sentido de uma evolução para o socialismo foi rejeitado em nome de uma pretensa superioridade do mercado em cumprir exclusivamente tal finalidade. Se constatava na política econômica implementada naquele período o prevalecimento das formulações do modelo proposto por Bukharin, tomado por Stalin, que acreditava que o crescimento da acumulação privada conduziria inevitavelmente à constituição de uma indústria em moldes socialistas, isto é, desprovida das manifestações destrutivas inerentes à anarquia mercantil. Ao efetivar seu grande giro "à esquerda" com a industrialização acelerada Stalin supostamente empreendia uma auto-crítica ao rejeitar *in totum* o mercado e admitir integralmente a planificação como procedimento econômico indispensável ao socialismo. Para não deixar margens a dúvidas, sua política econômica passava a ser encaminhada de acordo com os famosos Planos Quinquenais carregados de objetivos fixados empiricamente e aleatoriamente pela burocracia.

O fundamento empírico dos planos quinquenais aplicados depois de 1929 faz lembrar a questão das possibilidades e da capacidade interna em realizar um determinado desenvolvimento econômico. Baseado tão somente na qualidade e na disponibilidade interna de suas forças produtivas, a URSS não poderia chegar a um desenvolvimento industrial que espelhasse a racionalidade necessária a uma estrutura econômica de fundo socialista. O país se deparava no início de década de 30 com enormes disponibilidades de força de trabalho pré-industriais e grandes reservas naturais em estado bruto sem, entretanto, deter o domínio tecnológico adequado para aproveitá-las de acordo com um esforço produtivo menos custoso.

O grande "salto" representou o aprofundamento do isolamento e a negação definitiva da convivência, calcada nos fundamentos do Estado operário e da ditadura do proletariado, com o mercado mundial. Não resta dúvida, então, que Stalin optou por um modelo de industrialização ancorado no atraso. Em seu livro *Os problemas econômicos do socialismo na URSS*, sem reconhecer explicitamente essa problemática, Stalin argumentaria a respeito do papel peculiar do Estado

soviético na construção do socialismo no contexto da autarquia, o que permite compreender a verdadeira extensão do subjetivismo burocrático:

"(...) o papel peculiar do poder soviético explica-se por duas circunstâncias. Em primeiro lugar, o poder soviético não teve que substituir uma forma de exploração por outra, como nas antigas revoluções, mas liquidar toda a exploração; em segundo lugar, dada a ausência, no país, de quaisquer embriões de economia socialista, ele teve de criar - por assim dizer - em 'terreno virgem' as novas formas socialistas de economia. (...)"²²¹

A escolha da autarquia conduziria a um conjunto de relações econômicas que ficaria muito longe do socialismo, mas, porém, não o aproximaria do capitalismo mais desenvolvido, em termos das conquistas econômicas, como queria fazer crer a propaganda veiculada pela burocracia já na primeira década de vigência da industrialização acelerada. Ao rejeitar a idéia da impossibilidade da construção socialista em condições de isolamento, Stalin acabou por repudiar um tipo de desenvolvimento econômico que, embora ainda não socialista, estaria em condições de oferecer à população soviética um grau de equanimidade na distribuição dos resultados da produção que a colocaria provavelmente em pé de igualdade perante a nação capitalista mais desenvolvida numa determinada altura de sua evolução. A preferência pela autarquia, desgraçadamente, antes de garantir a efetivação do socialismo, acabou por criar as condições para a sua supressão.

Na nova versão do socialismo num só país, onde a indústria seria o alvo prioritário, o desenvolvimento das forças produtivas em condições exclusivamente internas a partir de um estágio semi-capitalista assemelhava-se, a princípio, à proposição contida no modelo de Preobrazhensky da lei da acumulação socialista primitiva, o qual já se conhece do capítulo anterior. Ao exagerar o conflito entre a lei da planificação socialista e a lei do valor aquele autor terminava deixando pouco espaço para o desenvolvimento das relações mercantis que deveriam se apresentar como as fontes de financiamento da indústria. A rejeição da passagem direta ao socialismo acabava por aparecer mais como uma questão de princípio, pois na definição do mecanismo que deveria levar à expansão do setor socialista soviético o mercado acabava inviabilizado por um sistema de preços que refletia a absolutização das trocas desiguais, resultando, então, no apressamento do período de tempo exigido para o transcurso adequado da transição.

No modelo stalinista pós 1930, localizando-se as devidas diferenciações entre o posicionamento de Preobrazhensky e o de Stalin, o que aparece

²²¹ Apud STALIN, 1982, op. cit., p. 161.

explicitamente como questão de princípio é a adoção da tese da passagem direta ao socialismo. Quer dizer, a não necessidade da transição aparece como um axioma. Diferentemente do que acontecera com a política de Stalin no período da NEP, não se tratava agora de separar os setores socialista e mercantil rompendo o elo de ligação entre eles, mas, antes de tudo, de homogeneizar as relações econômicas ao estágio teórico do socialismo já concluído. Se no modelo de Preobrazhensky esta suposto que o desfecho socialista aconteceria com a supressão do conflito ao longo de um processo, para Stalin o conflito estava superado de ante-mão pela eliminação das relações mercantis enquanto componentes legítimas de um modelo de transição. Então, aquilo que em Preobrazhensky acabava se manifestando como uma incoerência teórica entre a variável de princípio e os elementos operacionais, em Stalin se manifesta como um princípio lógico. E, sem dúvida, restaria ainda o mérito para Preobrazhensky por admitir a dialética da economia de transição.

O papel da agricultura como financiadora da indústria na versão stalinista seria exercido não por meio de um mecanismo de exploração como previsto nas trocas desiguais vislumbrada por Preobrazhensky. Com a coletivização forçada o que Stalin procurava era um verdadeiro processo de expropriação direta. Sem a ocorrência de trocas, a transferência da produção agrícola para os locais em que deveria ser consumida como matéria prima ou meio de subsistência se faria por intermédio do próprio Estado. Este determinaria *ex ante* ao agente econômico agrícola - o camponês na condição de membro da granja coletiva - qual o excedente a ser transferido. Por outro lado, a produção industrial que chegaria às unidades coletivizadas seria determinado independentemente de um processo de trocas entre agricultura e indústria no qual estivesse presente um mecanismo de preços relativos. Também o Estado antecipadamente e de forma administrativa faria a alocação dos bens industriais para uso no campo. No aparelho econômico stalinista as trocas seriam mantidas no plano estritamente formal para a viabilização operacional complementar da circulação da produção, mas destituídas de seu caráter mercantil.

Com a eliminação de qualquer possibilidade de decisão e gestão democrática das questões econômicas por parte dos produtores, e perante a ultracentralização exercida pela burocracia, configurava-se uma situação em que o Estado adquire a condição de exclusivo regulador da economia. A economia passaria a ser dirigida por um Plano, mas, em consequência da ausência do controle pelo mercado e da inexistência da democracia operária, prevaleceria na prática um processo de coordenação econômica que assemelhava-se ao princípio do "cérebro universal".

O erguimento de um aparelho econômico centrado no atraso tinha em seu fulcro a inevitabilidade da reprodução da escassez. Os marxistas sempre acreditaram que a solução do problema do florescimento das classes sociais passava pela materialização da abundância no seio da sociedade. A manutenção da escassez, por sua vez, apresenta-se como a condição por excelência para a preservação da dominação de classe. Pode ser dito, então, que Stalin promoveu uma verdadeira inversão do significado marxista do socialismo visando preservar sua dominação sobre a sociedade soviética a partir da propriedade coletiva dos meios de produção. A implantação de uma estrutura econômica deformada, prenhe em desproporcionalidades, representou, em analogia com a proposição do socialismo, a continuidade da pobreza e a intensificação da escassez. Comparativamente ao capitalismo, a manutenção da pobreza na URSS facilitou a continuidade de uma hierarquia social, embora possa ser afirmado que na União Soviética ela se implantou de acordo com uma violência mais intensa.

Se é verdadeira a afirmação de que a industrialização soviética representou um verdadeiro triunfo em face das elevadas taxas de crescimento constatadas num espaço de tempo relativamente curto, por outro lado, deve ser dito com todas as letras que tal triunfo apenas poderia ser obtido de acordo com um procedimento particular. Trata-se do princípio da desproporcionalidade adotado como norma econômica. O crescimento dos rendimentos dos operários e camponeses foram intermitentemente sacrificados em nome do desenvolvimento da indústria pesada. Esta era a consequência lógica da ausência de fluxos econômicos com o exterior, quer dizer, o que estava em jogo era o favorecimento de um mecanismo adequado para a burocracia tendo em vista a reprodução da pobreza, o que, diga-se de passagem, não deixava de ser uma louvável demonstração de habilidade e força política:

*"(...) a autoridade burocrática se baseia na pobreza dos artigos de consumo e na luta que daí resulta contra todos. Quando os armazéns se encontram bem fornecidos de mercadorias, os clientes poderão aparecer a todo momento. Quando as mercadorias escasseiam, os compradores são obrigados a esperar à porta. Logo que a fila de pessoas se torna muito longa, impõe-se a presença de um agente da polícia para manter a ordem. Este é o ponto de partida da burocracia soviética. Ela 'sabe' a quem dar e quem deve esperar. (...)"*²²²

O conceito de pobreza aqui utilizado, evidentemente, está em estreita ligação com um determinado grau de bem-estar material a ser atingido pela sociedade após a conquista do estatuto da propriedade coletiva. No sentido oposto, trata-se da

²²²TROTSKY, 1980, op. cit., p. 80.

importante questão da riqueza colocada como projeto a ser desenvolvido e alcançado uma vez que, a partir da conquista do poder pelos trabalhadores, uma nova racionalidade nortearia a organização econômica. E mesmo que se reconheça, no contexto da dialética econômica da transição, a inevitabilidade da manutenção de "direitos burgueses", essa racionalidade guardaria identidade com uma evolução tendencial em cujo fim estivesse, pelo menos, a supressão da miséria, a redução drástica das diferenças relativas ao consumo, o fim dos privilégios e o crescimento significativo das condições gerais da existência material. Nestes termos, seria possível vislumbrar um crescimento generalizado e significativo da situação de vida da população soviética - conjugadamente às formas de decisão e gestão amplamente democráticas - em um universo interno não-capitalista, porém, sem, entretanto, atingir o socialismo, admitido como realização impossível no espaço de um país isolado em face das teses aqui defendidas.

Considerando a elevada precariedade e insuficiência das forças produtivas no contexto de um esforço econômico norteador pelos parâmetros da teoria do socialismo num só país, o desenvolvimento soviético registrado particularmente depois de 1930, não obstante o surgimento de uma estrutura econômica amplamente diferenciada relativamente à década de 20, sobretudo no que se refere à indústria, sempre esteve em consonância com um estágio qualitativo que não conseguia se distanciar em muito da pobreza.

A reprodução da pobreza ao longo de décadas, então, seria consequência direta da desproporcionalidade econômica conscientemente estabelecida. O significado da desproporção congênita da economia soviética estabelecida pela iniciativa stalinista comporta dois planos: primeiro, aquele das relações entre indústria e agricultura, cujos vínculos foram rompidos definitivamente no espaço do mercado, assumindo a indústria a condição de variável exclusiva do desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, aquele que se refere às relações entre os vários ramos dentro da indústria. Prevaleceu enfaticamente o entendimento de que a industrialização no socialismo tinha como sinônimo o desenvolvimento da indústria pesada como um fim em si mesma.

Em 1926 a URSS tinha apenas cerca de 18% de sua população total vivendo nas cidades e em 1928 a taxa de poupança/investimentos em relação à renda nacional era de 12,5%. Na condição de um país que recusava bens de consumo, maquinário e equipamentos e investimentos diretos localizados no exterior, e contando com uma superpopulação rural verifica-se uma produtividade muito baixa do trabalho agrícola. Por outro lado, como se sabe, os mananciais de matéria-prima industriais eram bastante elevados. Então, em 1930, quando se inicia a

coletivização forçada e a industrialização acelerada, se utilizarmos termos correntes da ciência econômica, poderia ser dito que a URSS era um país em desenvolvimento, com uma taxa de acumulação relativamente baixa e com um excedente de população agrícola bastante respeitável.²²³

O desenvolvimento identificado com a industrialização pesada colocava como pressuposto a utilização de técnicas capital-intensivo em concomitância com a materialização de elevadas taxas de poupança/investimento. Num quadro marcado pela ausência da acumulação privada e por uma coletivização agrícola amplamente ineficiente, estavam dadas as justificativas para o recurso à exploração acelerada do trabalho na área industrial e para a expropriação direta no setor agrícola.

Criava-se, assim, a inédita situação em que o desenvolvimento seria realizado autarquicamente não apenas em relação à produção, mas também em relação à tecnologia. Tecnologicamente, a autarquia impunha a constituição de uma indústria de engenharia exclusivamente nacional num espaço de tempo muito rápido para dar suporte à viabilização da taxa de investimento requisitada para a indústria pesada num patamar relativamente muito elevado.²²⁴ O crescimento extensivo da indústria pesada colocava-se como a base propícia a uma expansão da renda nacional colocada como um fim em si mesma, posto que tal procedimento implicaria na absorção do enorme contingente de mão-de-obra excedente sem a contrapartida da distribuição do valor criado, em termos de bens de consumo, para a população trabalhadora: pelo contrário, a criação generalizada do emprego industrial seria a razão de ser para obtenção das super-taxas de acumulação na indústria pesada. Vê-se, assim, diante da inexistência de relações econômicas externas, porque razão o modelo stalinista de desenvolvimento colocava num nível bastante secundário o desenvolvimento da indústria de bens de consumo. A população soviética continuaria a enfrentar a estagnação de suas condições materiais de vida em nome da grandiosidade da indústria pesada tomada como sinônimo da realização do socialismo por suas próprias mãos.

Embora o principal mecanismo de absorção de mão-de-obra incidisse sobre a grande indústria em sua expansão extensiva, por outro lado, também, as chamadas operações auxiliares desta indústria se prestavam grandemente à criação de postos de trabalho em decorrência, ao contrário da natureza daquela, de seu caráter trabalho-intensivo. Mesmo assim, estas atividades industriais artificialmente estabelecidas como grandes absorvedoras de mão-de-obra constituem-se em

²²³DYKER, David, A. *The future of soviet economic planning system*. Sydney, Croom Helm, 1985. pp. 2-3.

²²⁴Idem, p. 3.

extremos que dão margem à configuração de uma *dualidade* tecnológica, ao tempo em que nos permite caracterizar um padrão de desenvolvimento soviético relativamente à evolução da produtividade do trabalho. Este é um padrão inibidor do crescimento do rendimento do trabalho: como consequência da importância relativamente pequena da indústria de bens de consumo, que utiliza por sua natureza, uma tecnologia intermediária, e por conta do desenvolvimento geral centrado na indústria pesada em uma natureza particular, o incremento da produtividade média do trabalho na sociedade verificava-se numa escala inferior ao crescimento da renda nacional.

É bem conhecida a importância para a sociedade da concretização da relação inversa entre crescimento da produtividade do trabalho e diminuição dos custos de produção, tanto quanto da relação direta entre a ascensão daquela produtividade e a da melhoria de qualidade e diversificação dos bens obtidos. No caso particular da União Soviética seriam esses elementos derivados da força produtiva do trabalho que a colocaria à prova frente aos países capitalistas desenvolvidos quando da checagem do caminho adotado para manter-se dentro do espaço da independência de classe do proletariado. Trata-se de uma questão decisiva, pois, mesmo nos períodos em que enfrentou estagnação e recessão, o capitalismo manteve-se muito à frente da URSS no que respeita à técnica, à organização e à cultura do trabalho

A palidez do desenvolvimento da produtividade do trabalho pode ser considerada também no que tange à eficiência da utilização dos bens de capital. Na URSS as decisões de investimento estavam exclusivamente em mãos da burocracia com sua planificação total. Assim, na ausência do mercado como fator de avaliação, pode ser dito que as oportunidades de investimento eram praticamente ilimitadas, pois não passavam pelo critério da rentabilidade decorrente da associação das variáveis tempo de retorno do capital e aplicações alternativas. Contudo, para as condições em que foi organizado o desenvolvimento econômico sob orientação de Stalin, o capital em si tornara-se um recurso bastante escasso. Essa situação, em face da necessidade de poupança dos bens de produção, recomendava o crescimento permanente da produtividade do capital. Na verdade, o aproveitamento racional dos bens de capital era procedimento pouco comum. O que se constatou no longo-prazo, em particular no período 1928-1940, foi uma evolução negativa dessa produtividade, fato que evidenciava que a economia soviética, apesar da grande expansão quantitativa da indústria, caíra vítima do empirismo em todos os sentidos.

Estava-se diante de uma economia fechada cujo fator limitante do crescimento era representado pelo estoque de capital. Utilizando os modelos de reprodução de Marx para fins de compreensão do modelo stalinista, recorrendo ao que se discutiu até aqui, concluir-se-á que a estrutura industrial no modelo stalinista é concebida tendo como suposto uma determinada desproporção entre o departamento I (indústria de bens de produção) e o departamento II (indústria de bens de consumo e agricultura). Já que o objetivo é a obtenção de uma determinada taxa de crescimento da economia como um todo, seria necessário enfatizar a reprodução e expansão do próprio departamento I, enquanto o departamento II permaneceria numa situação residual, ou mantida no estágio equivalente à reprodução simples. Isso quer dizer que uma parcela decrescente do excedente total é canalizado a cada período para o gasto de consumo e, ao contrário, a parcela deste mesmo excedente dirigida à elevação da acumulação no departamento I cresce continuamente. Dessa maneira, poderia ser afirmado que o sistema se reproduz e se amplia em condições equilibradas mesmo em presença da desproporcionalidade e do subconsumo. Este ocuparia uma posição estrutural no modelo, assemelhando-se a uma situação teorizada pelo economista russo Tugan-Baranovsky na primeira década do século XX, a qual negava que as crises cíclicas do capitalismo pudessem ser provocadas por uma demanda de consumo insuficiente relativamente à demanda efetiva exigida para a manutenção da reprodução ampliada num determinado patamar.²²⁵

À semelhança do capitalismo, ainda inspirando-se na opinião de Tugan, na economia soviética o objetivo seria a produção pela produção ao tempo em que os trabalhadores participam dos meios de produção, portanto, colocados em pé de igualdade com os demais meios de produção quer seja aqueles relativos ao capital fixo ou ao capital circulante:

*"(...) o trigo de que necessitam os trabalhadores, a ração que alimenta os cavalos, a hulha necessária para as caldeiras das máquinas são, todos eles, no processo da produção capitalista, objetos de uma mesma categoria, objetos imprescindíveis para a produção e que são produzidos somente por este motivo. (...)"*²²⁶

Acontece que enquanto a força de trabalho cria um valor superior a si própria, o mesmo não acontece com os meios de produção. A manutenção do consumo em níveis relativamente constantes, como acontecia na URSS por

²²⁵TUGAN-BARANOWSKI, M. *Estudios sobre la teoria e historia de las crisis comerciales en Inglaterra*. In COLLETTI, L. (org.) *El marxismo y el "derrumbe" del capitalismo*. México, Siglo XXI, 1978. Para uma visão e interpretação do modelo de Tugan-Baranovsky ver MIGLIOLI, Jorge *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1986, cap. 10.

²²⁶Apud MIGLIOLI, 1986, op. cit., p. 134.

períodos de vários anos, resultava em que o excedente (ou taxa de mais-valia no capitalismo) sacado dos trabalhadores crescia permanentemente para compensar a elevação da relação entre bens de produção e fundo de salários (ou composição orgânica do capital) no departamento I. Evidentemente, se esta relação mantém-se inalterada no departamento II, a variação positiva da acumulação total da economia decorre exclusivamente da própria acumulação no departamento I, com a importante observação de que neste departamento a acumulação não acontece baseada apenas no seu próprio excedente, mas também com a transferência de parte do excedente gerado no departamento II.²²⁷ Fica claro, assim, que à medida em que ocorrem os períodos de produção, a desproporcionalidade entre os departamentos tende a aumentar.

Na URSS conformou-se uma situação muito próxima desta acima descrita. Mesmo que se reconheça que no longo prazo os níveis de consumo tenham melhorado, embora de forma insuficiente relativamente àquilo que se poderia supor para uma sociedade apregoada como socialista, é indiscutível que o crescimento continuado por um longo período deveu-se ao excedente em contínua expansão e ao consumo em permanente estagnação. De tal forma que o mecanismo utilizado intensamente pela burocracia para garantir o continuado crescimento quantitativo da produção foi o da mais-valia absoluta, se recorrermos às categorias de Marx aplicadas inadequadamente à economia soviética. Este excedente era, então, extraído, sobretudo, por meio da extensão da jornada de trabalho e pela intensificação dos ritmos de trabalho. Não foi por outra razão que a burocracia decretou a URSS como a paraíso do trabalho abstrato, criando a emulação e o taylorismo à moda soviética, o *stakhanovismo*.

Neste ponto é preciso dar razão à caracterização de Robert Kurz quando considera que a URSS, assim como o capitalismo, se estruturava a partir da lógica e do *ethos* da sociedade do trabalho. O trabalho abstrato ocupa o lugar de objetivo em si nos dois sistemas, mas, para a burocracia ele adquire a condição de elemento ideológico indispensável que justifica o processo de acumulação permanente.²²⁸

Ao mesmo tempo, dificilmente se poderia concordar com ele quando equipara a URSS burocraticamente degenerada a um país capitalista dirigido pela classe trabalhadora, a qual assume a função completar à era da modernidade em virtude da incapacidade da burguesia nacional russa. Ao contrário, acredita-se, é justamente a propriedade social, diante da inexpressividade do mercado e da

²²⁷ Uma situação análoga no capitalismo, chamada por Tugan-Baranovsky de "repartição proporcional da produção", pode ser vista em Miglioli, 1986, op. cit., pp. 139-146.

²²⁸ KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, cap. I.

ausência da moeda em suas funções típicas, que permite à burocracia, com base no princípio da planificação, organizar e gerenciar a distribuição do excedente de forma a permitir a reprodução do sistema por um período de várias décadas sem crises terminais. Não obstante, a gênese da crise coincidia com a instalação do coletivismo burocrático e a gestação do colapso final esteve sempre em andamento.

Os fundamentos da derrocada do regime burocrático devem ser localizados, obviamente, na manutenção da desproporcionalidade crescente naquela economia. Em oposição à economia capitalista, sistema no qual o crescimento da produtividade do trabalho coloca a importância da mão-de-obra num lugar cada vez mais secundário diante do capital constante, resultando na pressão para a queda da taxa de lucro geral, na URSS o não crescimento do rendimento do trabalho é que se colocava como a variável decisiva para a geração da crise. Partindo da desproporcionalidade básica entre os dois departamentos, como se avaliou, e considerando que a taxa de acumulação sempre se materializou apoiada no expediente correlato à mais-valia absoluta, o que dispensava a evolução do progresso técnico como norma intrínseca do sistema, ao longo do tempo foram se acumulando deformações intransponíveis ao emprego da produtividade crescente do trabalho como requisito para evolução econômica. Aliás, a secundarização, ou desimportância, da incrementação permanente da força produtiva do trabalho é um suposto do modelo stanilista, não devendo, por conseguinte, ser interpretada como uma manifestação acidental a posteriori.

É possível argumentar, criticando a semelhante julgamento, que a economia soviética, para desenvolver-se numa linha socialista, requiritava uma organização na qual a desproporcionalidade estivesse presente inevitavelmente. Seria indispensável constituir a indústria de base em primeiro lugar para, depois de transcorrido certo tempo de acumulação, partir-se para a implantação de outros ramos industriais, em particular aqueles relativos a indústria leve e de bens de consumo. Ocorre que tal resposta seria aceitável desde que a desproporcionalidade não fosse adotada como norma perpétua, no contexto da transição, e levando em conta o retardamento da revolução em outros países, a desproporcionalidade se colocaria tão somente como um princípio transitório, pois atingido certo patamar da acumulação a partir da ênfase na indústria de bens de produção, e estabelecida a regularidade das trocas com o exterior, o resultado a ser perseguido deveria ser o do enraizamento da proporcionalidade econômica adequada a um determinado patamar de progresso das condições de existência:

"(...) estas desproporções são comuns a toda a economia. Elas são, em certa medida, inevitáveis, pois era necessário, e ainda é.

*começar pelos setores mais importantes. Não é menos verdade que o estágio atrasado de certos setores diminui em muito a eficiência do trabalho em alguns outros. Se se imaginar uma economia dirigida ideal, que não assegure o mais rápido desenvolvimento de certos ramos, mas os melhores resultados para seu conjunto, o coeficiente estatístico de crescimento será menor no primeiro período, mas a economia no seu conjunto e o consumidor ganharão com isso. Como consequência, a dinâmica geral da economia também ganhará (...)"*²²⁹

A perspectiva do crescimento industrial no qual a proporcionalidade seja perseguida e esteja assegurada trás implícita a possibilidade de expansão da indústria em forma intensiva e, por consequência, cria as condições para o combate efetivo à ineficiência. Tal resultado se colocava como completamente inalcançável no espaço do modelo stalinista em face da desproporcionalidade intrínseca ao mesmo como norma, o que fazia da expansão industrial uma atividade praticamente extensiva. Estavam dadas desde o início, por conta da natureza do modelo, as condições que impossibilitariam, em algum momento do tempo, a passagem para uma etapa em que a eficiência, ou a elevação permanente do rendimento do trabalho e da inovação tecnológica, seria o objetivo econômico principal a ser conquistado.

Com a perseguição incessante da industrialização extensiva, aliada ao isolamento, as economias do tipo soviético acabaram por desenvolver determinadas patologias. Estas estão identificadas na formação de carências endêmicas de bens de consumo e capital, pelo desperdício decorrente de ciclos de investimentos incompletos, que resultavam em projetos inacabados, e pela grande ineficiência resultante da planificação burocrática, cujos aspectos mais importantes eram a coordenação medíocre entre os setores e a incapacidade dos planejadores em processar as informações adequadamente em virtude da ultra-centralização do mecanismo de decisão.²³⁰

A economia soviética cresceu aceleradamente do início dos anos 30 até meados da década de 60. Pode ser dito, então, que a economia burocratizada atingira seu amadurecimento e passava a refletir fortes sinais de esgotamento. Contribuiu decisivamente para apressar a queda das taxas de crescimento o obsessivo desenvolvimento de uma indústria militar a partir desta última data, o que, sem dúvida, reflete o tensionamento da posição de isolamento inspirada na teoria do socialismo num só país. Segundo o economista húngaro Janos Kornai, a

²²⁹TROTSKY, 1980, op. cit., p. 14

²³⁰CALLINICOS, Alex. *A vingança da história - o marxismo e as revoluções ao Leste Europeu*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992, pp. 56-57

"reprodução constante da ineficiência" chega ao seu auge em consequência da inexistência de um limite "auto-imposto" à demanda de recursos de investimentos²³¹

O golpe final viria em consequência das significativas alterações presenciadas no plano do capitalismo mundial entre as décadas de 70 e 90. O regime burguês passaria por enormes transformações qualitativas, vindo à tona um novo paradigma tecnológico e a chamada globalização da economia. Estes nada mais representavam do que uma nova etapa de aprofundamento das relações mercantis à escala internacional e a elevação da desimportância da independência do Estado-nação perante à lei do valor no plano do mercado mundial. As empresas multinacionais definitivamente passavam para o primeiro plano no que respeita a autonomia do direcionamento dos fluxos de capitais entre os países, implicando numa grande diminuição da importância das fronteiras nacionais como barreiras das quais podem os Estados usufruírem visando a reprodução interna do capital.

Este fenômeno recente ligado à internacionalização da economia mundial cobrou pesado tributo da URSS. Permanecendo em seu isolamento, impossibilitada de compartilhar do elevado crescimento da produtividade inerente a estes últimos desenvolvimentos verificados no plano da divisão internacional do trabalho, o apressamento da estagnação e do colapso da URSS tornou-se irresistível num espaço de tempo relativamente curto. Particularmente, nos anos 80 o modelo soviético conheceu uma obsolescência num ritmo intenso, o que tornaria inevitável sua derrocada no início dos anos 90.²³²

²³¹idem, p. 57

²³²ibidem, pp. 57-59

BIBLIOGRAFIA

- ALTVATER, E. *Some problems of state interventionism: the "particularization" of the State in bourgeois society*. In HOLLOWAY, J. e PICCIOTTO, S., 1979, op. cit.
- BALANCO, Paulo. *Socialismo e economia de mercado: algumas reflexões à luz da experiência soviética*. In NÓVOA, 1993, op. cit.
- BANDEIRA, Moniz. *Do ideal socialista ao socialismo real: a reunificação da Alemanha*. São Paulo, Ensaio, 1992.
- BARBOSA de OLIVEIRA, Carlos Alberto. *O processo de industrialização - do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas, IE/UNICAMP, Tese de Doutorado, 1985, mimeo.
- BERTELLI, Antonio Roberto (org.), *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo, Global, 1987.
- BETTELHEIM, Charles. *A transição para a economia socialista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- BROSSAT, Alain. *El pensamiento político del joven Trotsky en los orígenes de la revolución permanente*. México, Siglo Veintiuno, 1976.
- BRUS, Wlodzimierz. *The market in a socialist economy*. Boston, Routledge & Kegan Paul, 1972.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *Bukharin - Economia*. GORENDER, Jacob (org.), São Paulo, Ática, 1990.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *Selected writings on the state and the transition to socialism*. DAY, R. B. (ed.), New York, M. E. Sharpe, 1982.

- BUKHARIN, Nicolai, I. *A Nova Política Econômica e as nossas tarefas*. In BUKHARIN, 1990, op. cit.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *A via para o socialismo e a aliança operário-camponesa*. In BUKHARIN, 1990, op. cit.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *Teoria econômica do período de transição*. In BUKHARIN, 1990, op. cit.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *A questão das contradições entre cidade e campo*. In Bukharin, 1990, op. cit.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *The road to socialism and the worker-peasant alliance*. In BUKHARIN, 1982, op. cit.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *The new course in economy policy*. In BUKHARIN, 1982, op. cit.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *Toward a critique of the economic platform of the opposition (The lessons of october 1923)*. In BUKHARIN, 1982, op. cit.
- BUKHARIN, Nicolai, I. *Economics of the transicion period*. In BUKHARIN, 1982, op. cit.
- CALLINICOS, Alex. *A vingança da história - o marxismo e as revoluções do Leste Europeu*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.
- CARR, E. H. *Historia de la Rusia soviética - Bases de una economia planificada - (1926-1929)*. Madrid, Alianza, Vol. II, 1983.
- CARR, E. H. *História da Rússia soviética - A revolução bolchevique - (1917-1923)*. Porto, Afrontamento, vol. 2, 1979.
- CARR, E. H. *Historia de la Rusia soviética - El socialismo en uno solo país - (1924-1926)*. Madrid, Alianza, 1975.
- CARR, E. H. & DAVIES, R. H. *Historia de la Rusia soviética - Bases de una economia planificada - (1926-1929)*. Madrid, Alianza, Vol. I, parte II, 1980.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Engels, o segundo violino*. São Paulo, Xamã, 1995.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Trotsky/hoje*. São Paulo, Ensaio, 1994.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). *História e crise contemporânea*. São Paulo, FFLCH-USP, Pulsar, 1994.

COGGIOLA, Osvaldo. *O colapso da União Soviética e os prognósticos do marxismo*. In COGGIOLA, 1994, op. cit.

COHEN, Stephen, F. *Bukharin - uma biografia política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

Crítica Marxista. São Paulo, Brasiliense, Vol. 1, No. 1, 1994.

DAVIES, R. H. *As opções econômicas da URSS*. In HOBBSBAWM et alli. (orgs.), 1986, op. cit.

DAY, Richard. B. *Leon Trotsky on the dialectics of democratic control*. In WILES, 1988, op. cit.

DAY, Richard. *Preobrazhensky and the theory of the transition period*. In Soviet Studies, Vol. XXVII, No. 2, april 1975.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, o profeta armado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

DEVAUX, Jean. *Lenin y Trotsky y la transición al socialismo*. In Críticas de la economía política, Mexico, Ediciones El Caballito, Edición Latinoamericana, no. 29, 1986.

DYKER, David, A. *The future of soviet economic planinning system*. Sydney, Croom Helm, 1985.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo, Global, 1984.

FAUSTO, Rui. *Marx: lógica e política*. São Paulo, Brasiliense, Tomo II, 1987.

FERNANDES, Rubem César (org.), *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

GERRATANA, Valentino. *Estado socialista e capitalismo de Estado*. In BERTELLI, 1987, op. cit.

GILL, Louis. *Fondements et limites du capitalisme*. Montréal, Boréal, 1996.

GILL, Louis. *As transformações econômicas no Leste*. In NÓVOA, 1993, op. cit.

HIRSCH, J. *Elementos para una teoría materialista del Estado*. In Críticas de la economía política. México, D. F., Nos. 16 e 17, 1979.

HOBBSAWM, Eric, J. et al. (orgs.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vols. V. e VII, 1985, 1986.

HOBBSAWM, Eric, J. *Introdução*. In MARX, 1977, op. cit.

HOLLOWAY, J. e PICCIOTTO, S. (eds.). *State and capital; a marxist debate*. Austin, University of Texas Press, 1979.

HOLLOWAY, J. e PICCIOTTO, S. *Introduction: towards a materialist theory of state*. In HOLLOWAY e PICCIOTTO, 1979, op. cit.

HOWARD, M. C. and KING, J. E. *A history of marxian economics*. New Jersey, Princeton University Press, volume II, 1992.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

KNEI-PAZ, Baruch. *Trótski: revolução permanente e revolução do atraso*. In Hobsbawm et alli, 1985, op. cit., pp. 159-196.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

LECLERCQ, Y. *Teorias do Estado*. Lisboa, Edições 70, 1981.

LENIN, Wladimir, I. *Lenin*. FERNANDES, Florestan (org.), São Paulo, Ática, 1978.

LENIN, Wladimir, I. *Obras Escolhidas*. Lisboa, Edições Avante, vol. 3, 1979 (a).

- LENIN, Wladimir, I. *Imperialismo fase superior do capitalismo*. São Paulo, Global, 1979 (b).
- LENIN, Wladimir, I. *O Estado e a revolução*. São Paulo, Hucitec, 1979 (c).
- LENIN, Wladimir, I. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, Vol. 3, 1980.
- LENIN, Wladimir, I. *O imposto em espécie: o significado da Nova Política Econômica e suas condições*. In BERTELLI, 1987, op. cit.
- LENIN, Wladimir, I. *Sobre a cooperação*. In LENIN, 1980, op. cit.
- LENIN, Wladimir, I. *Para o quarto aniversário da revolução de outubro*. In LENIN, 1979 (a), op. cit.
- LENIN, Wladimir, I. *Relatório sobre a substituição das requisições pelo imposto em espécie - X Congresso do PCR(b)*. In LENIN, 1979 (a), op. cit.
- LENIN, Wladimir, I. *Sobre o monopólio do comércio externo*. In LENIN, 1979 (a), op. cit.
- LENIN, Wladimir, I. *Teses do relatório sobre a tática do PCR - III congresso da internacional comunista*. In LENIN, 1979 (a), op. cit.
- LENIN, Wladimir, I. *A sociedade de classes e o Estado*. In LENIN, W. I., 1978, op. cit.
- LEWIN, Moshe. *Para uma conceituação do stalinismo*. In Hobsbawm et alii. 1986, op. cit., pp. 203-240.
- LENIN/TROTSKY. *A questão do programa*. São Paulo, Kairós, 1979.
- LÖWY, Michael. *A revolução permanente: teoria ou profissão de fé?* In COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Trotsky/hoje*. São Paulo, Ensaio, 1994, pp. 73-82
- MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*. São Paulo, Xamã, 1995.
- MANDEL, Ernest. *Trotski: um estudo da dinâmica do seu pensamento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

- MANDEL, Ernest. *Tratado de economia marxista*. México, D. F., Edições Era, Tomo II, 1977.
- MARX, Karl. *Marx*. São Paulo, Nova Cultural, vol. I, 1987.
- MARX, Karl. *Prefácio a Para a crítica da economia política*. In MARX, 1987, op. cit.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1985, vol. II.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos*. Alfa-Ômega, No. 3, s/d.
- MEDVEDEV, Roi A. *O socialismo num só país*. In HOBBSAWM. Eric. J. et alli. (orgs.), 1986, op. cit.
- MEYER NASCIMENTO, Victor, A. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador, Curso de Mestrado em Economia/UFBA, 1993.
- MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1986.
- NOVE, Alec. *Historia económica de la Union Soviética*. Madrid, Alianza, 1973.
- NÓVOA, Jorge (org.), *A história à deriva: um balanço de fim de século*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1993.
- PACHUKANIS, Evgeny. B. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo, Acadêmica, 1988.
- PODTCHEKOLDIN, Aleksandr. *Origens dos privilégios dos apparatchiks na URSS: os novos dados da investigação histórica*. In NÓVOA, 1993, op. cit.
- PREOBRAZHENSKY, Evgen. *As perspectivas da Nova Política Econômica*. In BERTELLI, 1987, op. cit.
- PREOBRAZHENSKY, Evgeny. *A nova econômica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

PREOBRAZHENSKY, Evgeny. *De la NEP ao socialismo*. Barcelona, Fontanella, 1976.

QUARTIM DE MORAES, João. *A difícil supressão das relações mercantis*. In Critica Marxista, 1994, op. cit.

SALTER, John. *On the interpretation of Bukharin's economic ideas*. In Soviet Studies, vol. 44, No. 4, 1992.

STALIN, Joseph. *Stalin - Política*. PAULO NETTO, José (org.), São Paulo, Ática, 1982.

STALIN, Joseph. *As bases do leninismo*. In STALIN, 1982, op. cit.

STALIN, Joseph. *Sobre os fundamentos do leninismo*. In STALIN, 1982, op. cit.

STALIN, Joseph. *Os problemas econômicos do socialismo na URSS*. In STALIN, 1982, op. cit.

TRAVERSO, ENZO, *Le "prophète muet": Trotsky aujourd'hui*, In Actuel Marx, Nanterre, No 17, primeiro semestre 1995.

TROTSKY, Leon. *Informe sobre a Nova Política Econômica e as perspectivas da revolução*. In BERTELLI, 1987, op. cit.

TROTSKY, Leon. *A revolução traída*. São Paulo, Global, 1980.

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

TROTSKY, Leon. *A história da revolução russa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Vols. 1 e 3, 1977.

TROTSKY, Leon. *El nuevo curso*. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, No. 27, 1974.

TROTSKY, Leon. *Minha vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

TROTSKY, Leon. *O plano quinquenal*. São Paulo, Editora Unitas, 1931.

- TROTSKY, Leon. *Adonde va Rusia? Hacia el capitalismo o hacia el socialismo?* Madrid, Ediciones Oriente, 1928.
- TROTSKY, Leon. *El nuevo curso de la política soviética - la aventura económica y sus peligros.* In TROTSKY, L. *Escritos.* Bogota, Editorial Pluma. Tomo I, vol. 3.
- TROTSKY, Leon. *Resultados y perspectivas / Tres concepciones de la revolución rusa.* Argentina, El Yunque Editora, s/d.
- TROTSKY, Leon. *A revolução de 1905.* São Paulo, Global, s/d.
- TUGAN-BARANOWSKI, M. *Estudios sobre la teoría e historia de las crisis comerciales en Inglaterra.* In COLLETTI, L. (org.). *El marxismo y el "derrumbe" del capitalismo.* México, Siglo XXI, 1978.
- WILES, P. (ed.), *The soviet economy on the brink of reforms: essays in honor of Alec Nove.* Boston, Unwin Hyman, 1988.